Ney Maranhão visita Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier recebeu visita do senador Ney Maranhão. Os dois conversaram sobre questões nacionais, entre as quais o Ajuste Fiscal proposto pelo Governo Federal. Segundo o senador o ajuste a ser votado tem que ser definitivo, não pode sofrer modificações. A sua aprovação será importante para o equilíbrio da economia do País.

Ney Maranhão falou ainda das suas viagens à China em busca de investimentos para o Brasil, principalmente para o Nordeste. Destacou que o Recife será o primeiro município a ser beneficiado com os investimentos chineses.

O des. Carlos Xavier agradeceu a visita, afirmando que o Poder Judiciário estadual está sempre pronto para receber representantes ilustres, e desta forma criar um intercâmbio que beneficia todos os setores.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 05 DE JANEIRO DE 1993 Nº 01

Diário Oficial

Saldo positivo em 92

Sucedendo ao desembargador João David de Souza Filho na Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 6 de julho de 1992, o dr. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho se propôs a tornar o Judiciário mais dinâmico em referência ao atendimento ao público e à agilidade permanente no julgamento dos processos. Desde então, tem promovido concursos públicos com o objetivo de preencher as vagas existentes na magistratura estadual.

Sua atuação, entretanto, não se restringe apenas à diplomação de novos magistrados. Investe convictamente na informatização do Tribunal, demonstrando interesse em proporcionar melhor prestação de serviço jurisdicional à sociedade pernambucana. A preocupação com os Juizados da Infância e da Juventude, resultou na aquisição e entrega de mobiliário aos órgãos envolvidos, numa iniciativa que faz parte do convênio entre os Poderes Executivo, Judiciário e a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência.

Em reconhecimeato ao visível empenho do presidente Carlos Xavier, as comunidades de Caruaru e Petrolina o homenagearam recentemente outorgando-lhe títulos de cidadania. Na capital do Agreste, o Desembargador-Presidente recebeu também, a Medalha José Rodrigues de Jesus, classe ouro. A Câmara Municipal do Recife, em solenidade especial, o distinguiu com a Medalha José Mariano.

Em face de todos estes aspectos relevantes, este novo ano surge com a perspectiva de que o Judiciário de Pernambuco alcançará brilhantemente todas as suas metas, uma vez que a determinação demonstrada durante os primeiros seis meses da atual gestão, deverá se refletir nas iniciativas já programadas para 1993.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eldo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lucia Carvalho, Marconi Silveira e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Sta Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3611/9-214 — Telex 3116.

Notícias do Judiciário

Durante o mês de janeiro, a participação do Judiciário no Diário Oficial está restrita a dois dias na semana, no que diz respeito a matérias de cunho jornalístico. Às terças e quintas-feiras, poderão ser encontradas reportagens acerca da Justiça estadual.

Esta mudança, que não é definitiva — pois o informativo do Poder Judiciário voltará a ser diário em fevereiro — deve-se ao fato de que, no primeiro mês do ano, os desembargadores que formam a Corte de Justiça entram em recesso. Embora os departamentos e a secretaria do Tribunal continuem funcionando e atendendo ao público, o fluxo de informações a serem veiculadas se torna menor.

Desde que o Poder Judiciário começou a divulgar suas notícias no Diário Oficial, através de um acordo firmado em junho entre o Tribunal de Justiça e a Companhia Editora de Pernambuco, a Assessoria de Imprensa do TJPE tem divulgado as atividades da atual presidência do desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a atuação dos Juizados de Pequenas Causas, além do desenvolvimento das Varas e Comarcas.

De forma a continuar em contato com o público leitor e a informar sobre as iniciativas da Justiça pernambucana, a Assessoria de Imprensa optou pela seleção temporária de veicular as informações acerca do Judiciário apenas às terças e quintas-feiras.

Concurso: inscrições abertas

As inscrições para o concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância continuam abertas até o dia 15 deste mês. Até o momento, apenas 101 bacharéis solicitaram inscrição preliminar. Os interessados em disputar uma vaga devem procurar a secretaria do Tribunal de Justiça, no 2º andar, no horário das 12:00 às 18:00h. Este é o terceiro concurso aberto, em curto espaço de tempo. A intenção do presidente Carlos Xavier é preencher todas as vagas existentes nas comarcas de 1ª Entrância.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
ANO XXX
RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 1993 Nº 03

Diário Oficial

1ª Entrância tem novos juízes

Mais 16 juízes passaram a integrar o Judiciário estadual. Aprovados em concurso para a primeira Entrância, os novos magistrados foram empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, em solenidade que contou com a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo. A 1ª Entrância que dispunha de 56 magistrados, passa a contar agora com 72.

O ministro Sálvio de Figueiredo defende modificações no processo de seleção de novos magistrados

A posse coletiva foi realizada no Salão Nobre, do Tribunal. Apenas um, dos 17 que passaram no concurso, não compareceu à posse. Ele tem trinta dias para ser nomeado, podendo pedir prorrogação do prazo. Durante a cerimônia o ministro Sálvio falou aos novos membros do Judiciário. — Nós magistrados lidamos não só com o patrimônio das pessoas, instituições e do País, mas também com a própria liberdade humana, com os valores mais caros da sociedade, e de cada um, destacou.

Sálvio Figueiredo ressaltou a necessidade de mudanças no processo de seleção dos magistrados no Brasil. "Deveria haver um concurso para o ingresso numa escola judicial. Os selecionados passariam por um curso, com duração de dois a três anos. Com isso teríamos condições de descobrir aqueles realmente vocacionados para a profissão", afirmou o ministro do STJ.

O presidente do Tribunal, Carlos Xavier, fez um breve discurso de saudação aos novos integrantes. "Para que VV. Exas. dignifiquem a nobre função escolhida, voluntariamente e não imposta, devem em primeiro lugar distinguir que, embora sendo um servidor público, remunerado pelo Estado com o fruto do tributo pago pelo povo. Nenhum é funcionário público, mas um magistrado que tem como finalidade principal executar corretamente a aplicação do Direito".

O artigo da Constituição Federal que determina que o novo juiz deve fixar residência na comarca foi ressaltado pelo presidente do TJ. Ele tem destacado que um dos compromissos que exigiu dos juízes nomeados no concurso anterior e neste que agora se encerra, é a permanência do Magistrado na cidade, não se ausentando nem mesmo nos finais de semana.

CURSO

Antes de serem designados para as comarcas, os 16 magistrados, entre eles três mulheres, estão participando do Curso de Iniciação à Função Judicante. A preparação tem duração de um mês e as aulas são ministradas na Escola da Magistratura, na João de Barros. Atualmente o presidente está empenhado na seleção das comarcas que serão atendidas. Um dos critérios é a quantidade de processos acumulados.

Presidente empossa novos juízes

Durante a posse dos 16 novos magistrados, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, lembrou os juízes dos seus deveres como zeladores da Justiça. O discurso do desembargador-presidente se encontra, na íntegra, na pág. 2.

PODER JUDICIÁRIO
Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Eloy Ferraz Salvio
Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva
Editora:
Roberta Tavares
Redatores:
Lucia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Alcântara.
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE
Redação:
Pça. da República, s/nº — S/Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 421.3811/R.214 — Telex 3118.

Planejamento tem novo integrante

As negociações com as Prefeituras do Interior para instalação da Vara que já foram criadas e ainda, não instaladas serão feitas a partir de agora pelo Juiz de Direito, Jovaldo Nunes Gomes, que passou a integrar a equipe de Planejamento do Tribunal de Justiça. Além de Jovaldo Nunes, fazem parte do grupo Silvana Maria Oriá e o juiz Antônio Macedo Malta. Esse equipe irá comandar o projeto de instalação de novos juizados e construção do Fórum, entre outras atividades.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 1993 Nº 06

Diário Oficial

Conselho Penitenciário dá parecer sobre indulto

O Conselho Penitenciário, ligado à Secretaria da Justiça do Governo do Estado, apreciou 60 casos de liberados condicionais que poderiam ou não ser enquadrados no Decreto Federal 668/92, que concede indulto e comuta penas. Desse número, o Conselho constatou que apenas 24 tinham condições de receber os benefícios previstos no Decreto.

Segundo a análise feita pelo órgão, 4 liberados conseguiram o indulto; 11, tiveram suas penas comutadas; e a extinção da pena foi concedida a 5 liberados. Por outro lado, em 4 casos, não havia aplicabilidade do ato presidencial.

O indulto, de competência do Presidente da República, que deve, entretanto, contar com o parecer do Conselho Penitenciário, impede que a pena, já existente em caráter definitivo, seja executada. Tal ato anula a punição, sem que esse mesmo procedimento se aplique à condenação. Assim, os efeitos penais permanecem. Baseado nisso, por exemplo, se o beneficiado praticar novo crime, será reincidente.

Além de extinguir a pena, o indulto pode comutá-la, ou seja, pode trocá-la por uma mais branda, como foi o caso de 11 liberados condicionais no Estado de Pernambuco. A comutação destaca, entretanto, um dado importante: ela não exclui a possibilidade da pena ser suprimida, posteriormente.

Os casos apreciados pelo Conselho foram encaminhados para 1ª Vara de Execuções Penais, pela qual responde o juiz substituto Mauro Alencar de Barros. Segundo ele, tudo o que se refere ao Decreto já foi despachado e seu parecer já foi devolvido ao órgão da Secretaria da Justiça.

Ambulatório completa três anos de Funcionamento

O Ambulatório Médico-Odontológico "Desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho", instalado em 29 de janeiro de 1990 e criado durante a gestão do então presidente Mauro Jordão, completa este mês três anos de funcionamento.

A instalação do ambulatório teve o objetivo de oferecer atendimento médico-odontológico aos funcionários do Tribunal de Justiça, Desembargadores, juízes da Capital e seus dependentes. Desde a implantação, vem servindo nas áreas de clínica médica, cardiologia, pediatria, otorrinolaringologia, clínica geral, clínica vascular, obstetrícia, emergências e todo tipo de atendimento odontológico.

Em 1992, esse atendimento foi expandido, também, para os funcionários do Fórum, contabilizando mais 683 beneficiados. Segundo o coordenador médico dos serviços de saúde do Tribunal de Justiça, Fernando José Melo Cunha, o ambulatório tem alcançado o objetivo de sopir a carência dos servenutários no que diz respeito a atendimento médico-odontológico.

Segundo ele, a procura pelos serviços desse departamento tem crescido, nesses três anos, o que demonstra a importância dessa iniciativa para os que fazem o Poder Judiciário. Estatísticas comparativas desde 1990 a 1992 confirmam esses dados. No primeiro ano de funcionamento, foram realizados 1.412 atendimentos na área médica e 3.063, no campo odontológico, além de 5.802 trabalhos, também, nesse campo. Em 1991, esses números cresceram para 2.797, 5.550 e 7.332, respectivamente.

Já durante 1992, foram feitos 4.656 atendimentos médicos, 5.763 odontológicos e 9.977 trabalhos dentários. Nessa projeção, a procura deve aumentar ainda mais este ano, comprevando a importância dos serviços oferecidos.

Funcionários do TJ são atendidos no Ambulatório "Des. Ângelo Jordão de Vasconcelos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:

Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcio Carvalho, Marconi Oliveira e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — St Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R-214 — Telex: 3116

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1993 Nº 08

JPC alcança índice de 84,33% de conciliação

Numa estatística referente aos três primeiros anos de funcionamento do Juizado de Pequenas Causas do Rosarinho, de 89 a 92, foi constatado um índice real de conciliação em 84,33%. Cobrança de dívidas, indenização referente a colisão de veículos e proteção ao consumidor lesado foram os problemas que tiveram maior quantidade de reclamações nesse período.

Diário Oficial

Inscrições para concurso de juiz encerram-se amanhã

Inscrições para o concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância, só estarão abertas até amanhã. Os bacharéis interessados em concorrer as vagas existentes não devem perder tempo. A partir das 12:00 às 18:00h podem se dirigir a entrada lateral do prédio do Tribunal de Justiça, no 1º andar.

Quatrocentos e noventa candidatos se inscreveram até o momento. O presidente do TJ, des. Carlos Xavier está empenhado na divulgação do concurso, já que foram introduzidas algumas modificações no edital que facilitam as inscrições. Um desses itens se refere à experiência profissional, que ao contrário dos outros concursos, não é exigida, além da idade limite que de 45 passou para 65 anos.

No momento da inscrição o candidato deve apresentar cópia autenticada do diploma ou do certificado de conclusão do curso de Direito, certidão de nascimento ou casamento e comprovante do pagamento da taxa de Cr$ 100 mil, além de uma foto 3x4. Vale salientar que as inscrições não serão prorrogadas.

Entrevista Radiofônica

A eclética e interessante entrevista concedida pelo desembargador Carlos Xavier ao Comunicador Joslei Cardinot, será transmitida pela Rádio Globo às 12 horas do próximo sábado, com reprise programada para o domingo a partir das 7 da manhã na mesma emissora.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gonçalo

Corregedor-Geral:
Des. Elério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Luiz Carvalho, Marconi Gouveia e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/9-214 — Telex: 2136.

Varas da Infância serão informatizadas

As Varas da Infância e da Juventude serão integradas, ainda este mês, ao Sistema de Computação da Corregedoria Geral. Essas Varas foram escolhidas porque o trabalho desenvolvido era totalmente manual, já que o sistema de distribuição, em funcionamento nas outras Varas, não havia sido implantado.

A vinculação ao programa de informatização da Corregedoria vai possibilitar maior controle sobre os feitos que entram. O acompanhamento dos processos também será facilitado. Cada Vara terá um micro e um terminal. Logo que as Varas da Infância e da Juventude estejam computadorizadas, o trabalho terá continuidade com a integração de outras Varas.

De acordo com o planejamento do Corregedor Elério Ramos Galvão elaborado no início de sua gestão, todas as 63 Varas da Capital serão informatizadas e estarão ligadas ao sistema da Corregedoria, até o final do ano. A Corregedoria está desenvolvendo também um sistema para controle de detentos. Esse processo irá fornecer ao corregedor de presídios dados sobre os detentos e número carcerário.

Outro sistema que está sendo desenvolvido e que estará implantado também este mês, trata da Adoção de Menores. Técnicos da Corregedoria estão trabalhando em conjunto com o juiz da Infância e Juventude, Luiz Carlos Figueiredo. Será feito cadastramento das crianças disponíveis para a adoção e dos pretendentes. As exigências e definições do juiz para que se processe a adoção também comtarão nesse cadastro.

As Varas da Capital serão vinculadas à informática da Corregedoria

Presidente normatiza uso de Fax

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, assinou a Portaria nº 05/93, resolvendo que todo Fax expedido pelos Tribunais deve ser confirmado pela Secretaria do TJPE, que irá remeter ao protocolamento eletrônico para que seja, posteriormente, distribuído e registrado.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
ANO XXX
RECIFE, TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1993 Nº 11

Diário Oficial

Escola da Magistratura oferece curso

Os dezesseis novos juízes, aprovados no último concurso público promovido pelo Tribunal de Justiça, estão participando do Curso de Iniciação à Função Judicante, que teve início no dia 5 e vai até 30 deste mês, no horário das 8 às 12 horas e das 14 às 18, na Escola da Magistratura.

Juízes recém-empossados participam de Curso de Iniciação à Função Judicante

O presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participou da abertura do curso, ressaltando a importância daquele período para os magistrados, antes de assumirem suas comarcas, definitivamente. Segundo o desembargador-presidente, o curso traz uma bagagem de experiência sobre o funcionamento do exercício da magistratura.

Com aulas que abordam desde o Registro Público, passando pelo Processo Civil e Penal, até o Direito Eleitoral, espera-se oferecer, como conhecimento, a prática do dia-a-dia. Com esse objetivo, os juízes fazem estágios nas Varas Cíveis e de Família e Varas Criminais.

Um dos motivos para criação do curso, que está sendo oferecido pela segunda vez, foi o entendimento do desembargador Francisco de Sá Sampaio de que não é necessária prática forense para que o cargo de juiz de direito seja exercido. A não-exigência desse requisito também é observada em outros Estados. De acordo com o presidente Carlos Xavier, a iniciativa do curso tem apresentado bons resultados para magistratura pernambucana.

PODER JUDICIÁRIO
Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Eliário Ramos Galvão
Assessor de Imprensa:
Aldomar Paiva
Editora:
Roberta Tavares
Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Abdalala
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
Redação:
Pça. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/11-214 — Telex 3116

Ministro

Em discurso rápido e objetivo o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo destacou a importância da função de magistrado, durante solenidade de posse dos 16 novos juízes que passaram a integrar o Judiciário pernambucano.

Tribunal analisa índice de julgamentos

Durante o terceiro trimestre de 1992, foi julgado cerca de 4,3% dos feitos em movimento forense no Estado. Nas 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, 18.245 processos foram atendidos passando para o quarto trimestre um número equivalente a 409.907 feitos que devem ser processados e, posteriormente, julgados. Realizaram-se, também, 6.114 audiências cíveis e 5.932, criminais.

Existem vários motivos para o baixo índice de julgamentos. Um deles se refere ao fato de 1992 ter sido um ano de eleições municipais, quando muitos juízes foram requisitados pela Justiça Eleitoral. Outra razão para esses números são as vagas existentes no quadro da magistratura estadual. Esse problema tem sido combatido pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, através da promoção de concursos públicos para juiz substituto de 1ª Entrância.

Segundo o desembargador-presidente, "a magistratura pernambucana pode reduzir centenas de feitos pendentes de julgamentos, fazendo restaurar a imagem da Justiça estadual. Força de vontade e responsabilidade são indispensáveis".

Existem, atualmente, 140 vagas a serem preenchidas. Ao completá-las, o presidente espera que seja resolvida, pelo menos em parte, a questão do acúmulo de processos, oferecendo uma melhor prestação jurisdicional e beneficiando a sociedade como um todo.

Tribunal do Juri é tema de palestra

O jurista James Triben Chlark, do Instituto de Estados Jurídicos do Rio de Janeiro foi um dos palestrantes, no Curso de iniciação à Função Judicante. O curso está sendo realizado na escola da Magistratura e se destina aos magistrados recém-empossados pelo presidente Carlos Xavier. O jurista falou sobre o Tribunal do Júri.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1993 Nº 13

Diário Oficial

Escola da Magistratura realiza mais um curso

O Curso de Preparação à Magistratura começa no dia primeiro de fevereiro. Foram selecionados 100 bacharéis, dos 360 que se inscreveram. Promovido pela Escola da Magistratura, o curso tem por objetivo preparar os advogados que desejam concorrer a uma vaga no concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância. Para melhor aproveitamento, foram formadas duas turmas, cada uma com 50 alunos, e as aulas serão ministradas à noite.

A Escola da Magistratura já definiu todo o programa. Os bacharéis terão oportunidade de rever matérias estudadas durante o Curso Universitário, entre as quais: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual e Direito Processual Penal. Durante todo o ano, o curso será básico. No último semestre, os participantes poderão escolher o tipo de especialização que desejam, na Justiça Comum ou na Justiça do Trabalho.

O curso de Preparação à Magistratura tem obtido resultados positivos. Dos 16 juízes aprovados no último concurso do TJ, nove passaram pela escola, inclusive os classificados nas primeiras colocações. Os professores são desembargadores e juízes do Tribunal de Justiça.

Servidores fazem curso de Informática

O curso de Informática promovido pelo Núcleo de Organização e Sistema terá início em março. As inscrições começam a ser feitas na primeira semana de fevereiro. Destinado aos servidores dos núcleos departamentos e gabinetes de desembargadores, onde já foram instalados micros, o curso tem por objetivo oferecer noções básicas de computação.

Lizete Peixoto, diretora do Núcleo de Organização e Sistema é uma das professoras do curso.

Os interessados em participar devem procurar, a partir do próximo mês, o Núcleo de Recursos Humanos e fazerem inscrição. O departamento irá fazer uma triagem e seleção dos funcionários. O curso terá uma única turma com dez alunos.

Previsto para um período de trinta dias o curso de computação será dividido em dois módulos. O primeiro será Introdução a Micro-Informática e no segundo módulo os participantes irão conhecer as Planilhas Eletrônicas e o Processamento de texto.

Alguns departamentos estão informatizados, como é o caso de Planejamento, Financeiro, Cerimonial, Recursos Humanos e Material e Patrimônio. Em todos esses, com a instalação do sistema, o trabalho foi agilizado. A realização do curso vai permitir aos funcionários que trabalham com digitação melhor desempenho e consequentemente boa qualificação na prestação jurisdicional.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — SP Aníbal — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex 3116.

Presidente instala comarca de Alagoinha

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai instalar a comarca de Alagoinha, neste sábado, às 16 horas. A solenidade deve acontecer no Fórum local, na presença da juíza instaladora Ângela Lins do secretário da Justiça Marcos Cabral e demais autoridades.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1993 Nº 16

Diário Oficial

Residir nas comarcas é dever constitucional

Em fevereiro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, deve designar os dezesseis juízes recém-empossados para as suas respectivas comarcas, que serão escolhidas de acordo com as vagas existentes e com o acúmulo de processos de cada uma.

Uma exigência que tem sido feita pelo desembargador-presidente é o cumprimento do imperativo constitucional quanto à fixação de residência nas comarcas. Segundo o presidente Carlos Xavier, essa norma deve ser obedecida rigorosamente, pois constitui-se uma obrigação do magistrado e uma melhor maneira de prestar seus serviços.

Ressalta, ainda, que o juiz já goza os feriados forenses e suas férias de sessenta dias, o que lhe proporciona facilidade de viagens nesse período. Além disso, o magistrado é pago dignamente, tendo condições de se estabelecer no município, alugando sua moradia e convivendo com a população local.

O Presidente informou que tem conhecimento de que alguns juízes estão residindo em quartéis da polícia. Em uma comarca, existem três juízes e dois promotores morando num quartel. "Sou contra esse procedimento. O magistrado não fez concurso para policial e está gastando dinheiro do Estado, quando pode, com sua renda, alugar uma casa e se sustentar. Vou pedir ao Comando que comece a cobrar mensalidade dos juízes", concluiu.

Prefeito de Barreiros visita Tribunal

O prefeito de Barreiros, Inaldo Ferreira dos Santos fala das dificuldades encontradas

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier recebeu a visita do prefeito de Barreiros, Inaldo Fereira dos Santos que assumiu o comando do município há poucos dias. O chefe do executivo daquela cidade, disse que está disposto a apoiar o presidente na promoção de melhorias no Fórum, tanto nas instalações físicas, como na prestação jurisdicional.

Durante a conversa Inaldo Ferreira falou da situação em que encontrou a prefeitura. "Barreiros está ingovernável, foi totalmente sucateada pelo prefeito anterior", comentou. O prefeito disse que espera recuperar a cidade o mais breve possível.

O presidente Carlos Xavier lamentou o que aconteceu em diversas cidades do interior. Para ele todos os responsáveis pela situação caótica em que deixaram os municípios devem ser punidos para que case tipo de atitude não se repita.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elísio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Gláucio e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Julio Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — St° Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R.214 — Telex: 3190.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

Recife, Quinta-feira, 28 de Janeiro de 1993

Diário Oficial

Alagoinha passa a ser Comarca

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier presidirá neste sábado, dia 30, a instalação da Comarca de Alagoinha. Depois de permanecer durante algum tempo como Termo Judiciário de Pesqueira, o município passa a ter Comarca. A instalação terá lugar no Fórum do Município de Alagoinha, rua São Gonçalo, s/n.

Para inaugurar a Comarca o presidente do TJ, designou a juíza de Porção, que também responde por Pesqueira, Ângela Cristina Norões Lins. A solenidade contará com a presença do prefeito da cidade Eraldo Paes e do secretário da Justiça, Marcos Cabral, entre outras autoridades.

Novos magistrados concluem curso de iniciação à Função Judicante

Presidente define lotação de magistrados

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, definiu as comarcas de 1ª Entrância que serão ocupadas pelos novos juízes concursados, que estão concluindo o Curso de Iniciação à Função Judicante, na Escola Superior da Magistratura. Para definição desses locais, o presidente Carlos Xavier fez um remanejamento com juízes substitutos anteriormente lotados nas comarcas de Inajá, Tacaratu, Custódia e Ibimirim. Embora esta lista seja definitiva, as portarias das lotações serão publicadas no Diário Oficial no dia 02 de fevereiro, quando os novos magistrados devem seguir para suas respectivas comarcas.

1. Correntes — Bel. Sérgio José Vieira Lopes;
2. Custódia — Bel. Ambrósio Agrícola Nunes;
3. Feira Nova — Bel. Eduardo Guilliod Maranhão;
4. Ferreiros Marcos Franco Alencar.
5. Floresta — Bel. Fernando Antônio C. de A. Maranhão.
6. Ibimirim — Paulo Vittor V. de Almeida;
7. Inajá — Bela. Virgínia Gondim Dantas;
8. Itapetim — Paulo de Oliveira Menezes;
9. Ipubi — Bel. Abdon Máximo Neto;
10. Jurema — Bel. Abelardo Tadeu da S. Santos;
11. Lagoa dos Gatos — Bel. Lúcio Grassi de Gouveia;
12. Maraial — Bel. Elio Braz Mendes;
13. Passira — Bela. Mª do Socorro Brito Alves Vasconcelos;
14. Quipapá — Bel. Adjair Francisco de Assis Júnior;
15. São João — Bela. Silvania Esperia da Silva;
16. Santa Maria do Cambucá — Bel. Dario R. Leite de Oliveira;
17. Tacaratu — Bel. Ibrahim Alves da Silva Filho.

Bandepe recebe pagamento de custas judiciais

Os depósitos e custas judiciais a partir de agora podem ser recolhidos em qualquer agência do Bandepe, e não apenas no Posto do Tribunal de Justiça como vinha ocorrendo. A determinação é da Corregedoria Geral da Justiça instituída pelas leis nº 10.852 e nº 10.867 publicada no último dia 15.

O recolhimento de custas, taxas e depósitos judiciais, entre agências vem propiciar maior facilidade de atuação dos advogados e das partes interessadas. Com o novo procedimento, a Corregedoria, através de entendimentos com a diretoria do Bandepe, atende uma antiga reivindicação dos advogados. Os pagamentos devem ser feitos através de guia de depósitos judicais e custas em nome do Fórum-Corregedoria Geral da Justiça, na conta nº 319255-7, agência destinatária 001, Centro. Esse novo processo está em vigor desde a data de publicação da lei e deve ser recomendado pelos escrivões em todas as Varas da Capital.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Hidonor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.2811/99-214 — Telex: 3116.

Comissão Examinadora

A Comissão Examinadora do concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância é presidida pelo desembargador Francisco de Sá Sampaio e tem como membros efetivos os desembargadores: Artur Pio dos Santos Neto, Edgar Sobreira de Moura e o bacharel José Carlos Cavalcanti de Araújo, representante da OAB-PE. Os suplentes são os desembargadores Nildo Nery dos Santos, Itamar Pereira e o bacharel Volgran Correia. Para secretário do concurso foi designado o Bel. Tertuliano Francisco do Nascimento Feitosa Neto.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 21

Diário Oficial

Fernando Bezerra Coelho pede ao presidente Carlos Xavier, mais juízes para Petrolina

Fernando Coelho visita Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho recebeu a visita do prefeito de Petrolina, Fernando Coelho. Durante o encontro, que contou com a participação dos desembargadores, Francisco de Sá Sampaio e Valdemir Lins, o prefeito falou da necessidade de mais juízes naquela cidade. Petrolina conta atualmente com sete Varas e um Juizado de Pequenas Causas.

De acordo com o presidente, o fato de Petrolina ser de 2ª Entrância torna mais difícil a remoção de juízes. "Se o município fosse de 1ª Entrância, seria designado um dos juízes nomeados no último concurso", comentou o desembargador. Segundo ele a carência de juiz em todo o Estado é muito grande. Mesmo com os concursos que o TJ vem realizando, o número de vacâncias continua grande.

Durante o encontro o des. Carlos Xavier falou do concurso que está sendo realizado e lembrou que 1700 candidatos tiveram suas inscrições preliminares deferidas. Dessa forma irão fazer a primeira prova, que será aplicada dentro de poucos dias.

Ao final da visita Fernando Coelho declarou que está pronto a apoiar o Judiciário Estadual no que for preciso, destacando que o município espera ser atendido no que se refere à ampliação do número de juízes.

Corregedor define plantão

O corregedor geral da Justiça, des. Etério Ramos Galvão designou os juízes e serventuários que estarão trabalhando no sistema de plantão durante o mês de fevereiro. No período que corresponde aos dias 06, 07, 13, 14 e a semana de carnaval, (de 20 a 24), além dos dias 27 e 28, o Fórum Paula Batista terá à disposição da população um juiz e um escrivão, um escrevente e um oficial de Justiça, que estará atendendo das 8:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00 horas.

De acordo com o corregedor os processos apresentados aos juízes plantonistas terão andamento, independentemente de conta prévia e de distribuição. Ainda segundo ele, os feitos e petições que chegarem ao plantão, cumpridos os despachos, o escrivão plantonista conservará em seu poder esses expedientes, encaminhando-os ao seu substituto. Dessa forma caberá ao último plantonista encaminhar os autos à distribuição, no primeiro dia útil imediato.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Maroni Glauco e Christianne Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 DRT-PE

Redação:
Pça. da República, s/nº - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fones: 424.3811/R-214 - Telex: 3116.

Carlos Xavier participa de solenidade

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho integrou a mesa dos trabalhos, durante a solenidade de posse da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/PE. A cerimônia foi realizada na última segunda-feira, no Teatro de Santa Isabel e contou com a presença de importantes personalidades locais.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 03 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 22

Diário Oficial

Presidente do TJ instala Comarca de Alagoinha

A instalação da Comarca de Alagoinha presidida pelo desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça foi realizada no último final de semana e contou com a participação de políticos, autoridades, desembargadores, juízes e serventuários do Judiciário estadual. Durante a solenidade o presidente destacou a importância da ampliação da prestação jurisdicional em todo o Estado.

A instalação foi realizada pela juíza de Porção — nomeada recentemente após ter prestado concurso — Ângela Cristina Nunes Lins. Para responder pela Comarca, o Des. Carlos Xavier nomeou o juiz de Direito Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho que de acordo com a determinação da Constituição Federal ficará residindo na cidade durante o período em que atuar como juiz substituto.

O presidente Carlos Xavier em seu discurso destacou a presença da mulher no Poder Judiciário, que atualmente conta com 17 magistradas, ressaltando o trabalho que vem sendo realizado por elas nas Comarcas onde estão atuando. "As mulheres têm demonstrado coragem e capacidade para trabalhar" afirmou.

Agradecendo o apoio que tem recebido do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa para uma melhor atuação do Judiciário, o desembargador-presidente afirmou "No sistema democrático em que vivemos, os poderes estão legalmente constituídos para um funcionamento condigno e na sequência das ordens emanadas da lei. Tenho contado com a colaboração eficiente e necessária do governo estadual, que através do secretário da Justiça, Marcos Cabral tem prestado apoio incondicional ao Poder Judiciário".

Marcos Cabral destacou a atuação do Poder Judiciário em todo o Estado

Com apenas seis meses de atuação à frente do Judiciário, o presidente Carlos Xavier tem trabalhado constantemente, para que a Justiça pernambucana em todas as suas Comarcas possa contar com um juiz. Atualmente existem 221 vagas no quadro da magistratura nas três Entrâncias. Mesmo com a realização recente de dois concursos, conforme lembrou o desembargador. Um deles iniciado na gestão anterior, foi concluído com a nomeação de 27 magistrados.

No segundo concurso foram nomeados 16 juízes foram designados e dentro de poucos dias assumirão as Comarcas de 1ª Entrância onde tramita maior número de feitos. O terceiro concurso está em andamento com 1753 candidatos que tiveram suas inscrições preliminares deferidas pelo Tribunal. A primeira prova será realizada no próximo mês. O Des. Carlos Xavier afirmou durante a solenidade que irá realizar tantos concursos quantos forem necessários para preencher as vagas existentes na 1ª Entrância.

A instalação da Comarca de Alagoinha, que durante algum tempo permaneceu como Termo Judiciário de Pesqueira, foi prestigiada pelo secretário da Justiça Marcos Cabral, pelo presidente da Assembléia Legislativa Geraldo Barbosa, pelo desembargador Waldemir Lins, pelo deputado estadual Israel Guerra Filho e pelo prefeito de Alagoinha Eraldo Paes, entre outras autoridades.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Medeiros

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Cr Aristides — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/8214 — Telex: 3118

Embaixador faz visita oficial ao TJPE

Juhani Muhonen, embaixador da Finlândia, estará em visita oficial ao Tribunal de Justiça do Estado, no dia 9. Será recebido pelo desembargador-presidente, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. A Corte de Justiça pernambucana tem sido alvo da visita de inúmeros representantes da diplomacia internacional. A iniciativa propicia maior conhecimento acerca do Poder Judiciário e o estreitamento das relações de amizade entre os países.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 04 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 23

Diário Oficial

Juizados Especiais demonstram dinamismo

O primeiro lugar entre os feitos que tramitam nos Juizados Especiais de Pequenas Causas tem sido ocupado pela "Cobrança de Dívidas". No TPC de Olinda, por exemplo, quase 50% dos processos instaurados no período de março/91 a dezembro/92 são relativos a este item. O segundo lugar é disputado entre as queixas por colisão de veículos e os pedidos de concessão de pensão alimentícia. Em todos os casos, o Juizado conseguiu índice de conciliação de 82,67%.

O processo conciliatório dos JEPEs é sempre rápido

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eliseu Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Masconi Glauco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Julio Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE. — CEP 50010 — Fone: 424.3611/9-214 — Telex: 3116

Como o próprio nome indica, nos JEPCs tramitam apenas causas de valor inferior a 20 salários mínimos, como indenização referente a colisão de veículos, proteção ao consumidor lesado, reivindicação e restituição de bens móveis emprestados, reivindicação e restituição de outros bens móveis/semoventes e relações de vizinhança, entre outras.

O índice real de conciliação é resultado do percentual existente entre os processos registrados e encerrados, excetuando-se os feitos extintos em geral e as desistências. Os relativos a questões de vizinhança e os que se enquadram na categoria "outros" apresentam o menor índice de procura. No JEPC de Olinda, o terceiro a ser implantado em Pernambuco, tramitaram 158 e 299 processos das respectivas áreas, no período de março de 91 a dezembro de 92.

Desse total, apenas 14 e 27 feitos, respectivamente, encontram-se em aberto, de acordo com quadro estatístico fornecido pelo juiz-coordenador Virgínio Marques C. Leão. O resultado geral é proveniente de dados relativos à quantidade de processos instaurados, conciliados, julgados procedentes e improcedentes, autos com sentença de revelia, processo onde houve desistência do autor e os feitos cuja competência do Juizado não vai além da conciliação, quando esta for frustrada.

Pernambuco tem 10 Juizados Especiais de Pequenas Causas, localizados no Rosarinho, Afogados, Olinda, Jaboatão, Paulista, Petrolina, Caruaru, Cordeiro, Cabo, Camaragibe, todos por ordem de inauguração. Outros seis serão criados no Estado, ainda na gestão do desembargador Carlos Xavier.

Carlos Xavier recebe prefeito e juiz de Camocim

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, aguarda a visita do prefeito de Camocim de São Félix, Severino Gonçalves de Abreu, marcada para o dia 12, às 15 horas. O prefeito vem acompanhado do juiz daquela comarca, Flávio Lima. O magistrado foi o primeiro colocado em concurso para Juiz de Primeira Entrância, promovido pelo TJPE, ano passado.

Direito Tributário será tema de seminário

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco realizará, nos dias 8, 9 e 10 deste mês, seminário sobre Direito Tributário. Os participantes são juízes de Direito da capital que, durante os três dias, estarão discutindo o Sistema Tributário Brasileiro. A escola fica na Av. João de Barros, 1563, Espinheiro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 24

Diário Oficial

Tribunal completa 172 anos de criação

Prédio do Tribunal de Justiça na época da fundação

Criado através de alvará assinado por D. João VI no dia 06 de fevereiro de 1821, o Tribunal de Justiça de Pernambuco completa amanhã 172 anos de fundação. Na oportunidade recebeu o nome de Tribunal da Relação, sendo instalado no dia 13 de agosto do ano seguinte. Funcionou inicialmente no prédio do antigo Erário Régio.

Depois de passar por diversas transferências de sede, no dia 02 de julho foi lançada a pedra fundamental do edifício que abriga a justiça até os dias atuais. As obras foram iniciadas em 1826. Permanecendo paradas por dois anos, tiveram continuidade em 1828 e conclídas em 1930. O prédio foi entregue pelo governador Estácio Coimbra ao então presidente do Tribunal de Justiça, des. Belarmino César Gondim.

Olinda ganha mais duas varas

Em continuidade ao programa de melhoria na prestação jurisdicional que vem promovendo em todo o Estado, o presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier Paes Barreto, fará na próxima quarta-feira (10-02) a instalação das 4ª e 5ª Varas Cíveis por Distribuição, da Comarca de Olinda. A solenidade terá início às 17:00 horas.

O diretor do Fórum, juiz Marcílio Duque Cavalcanti fará o discurso de inauguração das novas varas de Olinda. Foram convidados a participar da cerimônia o secretário da Justiça, Marcos Cabral, prefeito da Cidade, Germano Coelho, além de integrantes do Poder Judiciário.

O presidente Carlos Xavier quer modificar a imagem da Justiça. "Tenho trabalhado para mudar o pensamento do povo brasileiro em relação à Justiça. Espero contar com a colaboração de todos os que fazem o Judiciário para que possamos prestar uma assistência jurisdicional melhor e não mais ouvir os reclamos da sociedade, no que diz respeito à Justiça" afirmou.

No final do mês passado o chefe da Corte de Justiça presidiu a instalação da Comarca de Alagoinha. A solenidade foi bastante prestigiada e contou com a participação de desembargadores, juízes e políticos da região, entre outras autoridades.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gonçalo

Corregedor-Geral:
Des. Eliseu Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celecia Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 421.3815/9-214 — Telex: 3116.

NRH abre inscrições para curso de computação

O Núcleo de Recursos Humanos informa que as inscrições para o curso de informática já estão abertas. Do total de inscritos será feita uma seleção e os 10 escolhidos terão acesso às noções básicas de computação. A realização do curso vai permitir aos funcionários dos departamentos já informatizados um melhor desempenho no trabalho com os micros. As aulas serão dadas pelo Núcleo de Organização de Sistemas do TJPE, durante todo o mês de março.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 06 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 25

Diário Oficial

Novas regras duplicam número de candidatos

As inovações introduzidas no novo Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância - não foi exigida experiência profissional e o limite de idade foi ampliado para 65 anos - trouxe, de imediato, resultados positivos. O número de inscritos, em relação a concursos anteriores, quase dobrou: 1753 candidatos. As inscrições foram encerradas no dia 15 de janeiro e a 1ª prova deve ser marcada ainda esse mês.

O concurso público tem sido um dos meios encontrados pelo Tribunal de Justiça para solucionar o problema do acúmulo de processos no Judiciário. Nos últimos seis meses, o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, autorizou a realização de três seleções. Mesmo assim, ainda há 140 vagas na magistratura pernambucana.

No último Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância, foram aprovados 16 novos juízes, que já estão trabalhando em diversas comarcas do Estado. A distribuição dos magistrados foi feita de acordo com as comarcas com maior número de processos acumulados, critério que continuará sendo utilizado pelo Judiciário.

Carlos Xavier empossa mais uma turma de novos juízes

Além da realização de concursos para preencher as vagas existentes no quadro da magistratura estadual, a presidência do Tribunal de Justiça vem realizando um trabalho paralelo de modernização dos seus diversos departamentos. A informatização dos serviços judiciais, por exemplo, é outra meta que está sendo implantada para agilizar o trabalho do Judiciário.

Outro ponto positivo, no sentido de melhorar os serviços prestados pela Justiça ao povo de Pernambuco, foi o comodato estabelecido entre o Executivo estadual e o Poder Judiciário com relação ao Grande Hotel. Além de melhorar os serviços da Corregedoria Geral de Justiça, que ocupará o prédio, a mudança possibilitará uma melhor organização de alguns departamentos do TJPE. Sem contar com a instalação do 2º Tribunal do Júri, criado há vários anos, mas sem local adequado para funcionar.

A concretização de todas estas metas significará um grande passo na agilização da Justiça estadual. Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier, "a magistratura pernambucana pode reduzir centenas de feitos pendentes em julgamento, fazendo restaurar a imagem da nossa Justiça". Mas ressalva que todo esse esforço será em vão se não houver "força de vontade e responsabilidade daqueles que compõem o quadro do Poder Judiciário no Estado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Gá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Edélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa: Aldemir Pérsi

Editora: Roberta Torres

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristóvão Alcântara

Fotografia: Josué Barbosa

Diagramação: João Gonçalves e Celeste Dias 1.192 DRT-PE

Redação: Pça. da República, s/nº - Sítio Artário - Recife-PE, - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R-214 - Telex: 3116.

Xavier participa de homenagem a Ibsen Pinheiro

O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, participou ontem da homenagem prestada pelo prefeito Jarbas Vasconcelos, ao deputado federal Ibsen Pinheiro. A solenidade foi realizada na Assembléia Legislativa, quando o chefe do executivo municipal fez a entrega da Medalha do Mérito Capibaribe ao parlamentar. Trata-se da maior comenda recifense.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 26

Diário Oficial

Núcleo de Informática do TJPE recebe novo equipamento

Tribunal de Justiça amplia informática

A assessora de planejamento do Tribunal de Justiça do Estado, Silvana Maria Oriá, informou que até abril serão informatizados os gabinetes dos desembargadores Edgar Sobreira, Artur Pio, Agenor Ferreira e Otílio Neiva. Também serão contemplados os Juizados Especiais de Pequenas Causas de Olinda, Cabo e Paulista, onde os trabalhos ainda são executados de forma manuscrita e datilográfica.

Nova central substitui computador Cobra

Através do secretário Luíz Otávio, a Secretaria da Fazenda acaba de autorizar recursos para compra da Unidade Central de Processamento — CPU — do Tribunal de Justiça do Estado. A nova máquina vai substituir o computador Cobra, em uso desde a implantação do sistema de informática do TJPE.

O valor será liberado em duas parcelas, após processo licitatório de tomada de preços, para compra do equipamento. A preço de janeiro, a máquina foi calculada em torno de Cr$ 1,5 bilhão (hum bilhão e meio). A substituição do aparelho faz parte da programação financeira para o primeiro semestre das ações previstas no orçamento 93, do Tribunal de Justiça.

O computador Cobra, atualmente responsável pelo sistema de distribuição processual do TJPE, pelo tempo de uso, já não apresenta condições técnicas de funcionamento, além de não suportar instalação de novos terminais.

A Assessoria de Planejamento da Presidência do Tribunal de Justiça autorizou o início do processo licitatório, necessário à aquisição da nova máquina. A empresa vencedora terá 30 dias para instalação do equipamento.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gonçalo

Corregedor-Geral:
Des. Elário Ramos Galvão

Assessor da Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Cheldiane Alcibíades

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Sto Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R.214 — Telex: 3116.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 27

Diário Oficial

Presidente instala novas varas

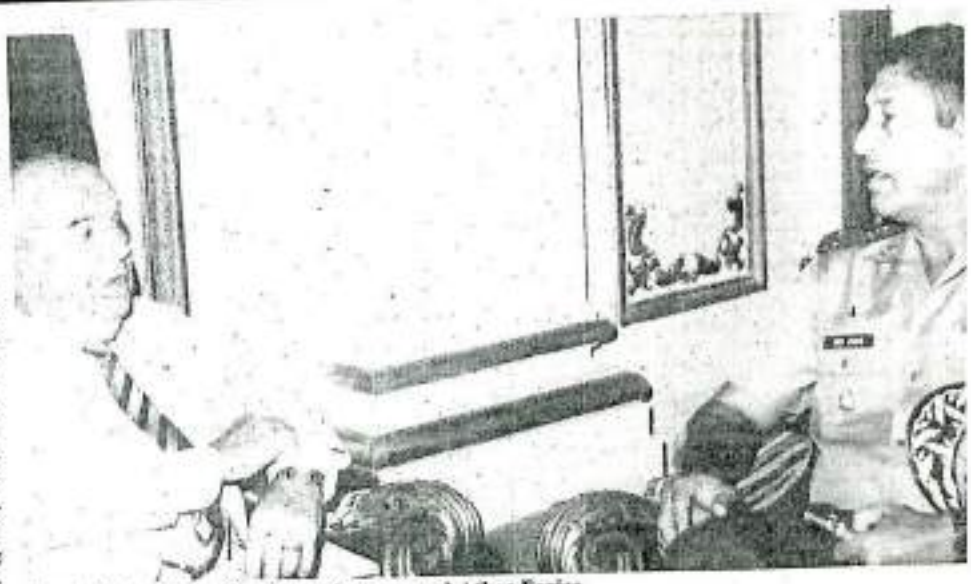
A Comarca de Olinda ganha hoje mais duas varas. A partir das 17:00h, o presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, faz a instalação das 4ª e 5ª Varas Cíveis por Distribuição. O diretor do Fórum, Marcílio Duque Cavalcanti é o juiz instalador. Participam da solenidade o secretário da Justiça, Marcos Cabral, o prefeito da cidade, Germano Coelho, entre outras autoridades.

Autoridades visitam Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier Paes Barreto, recebeu ontem a visita do embaixador da Finlândia, Juhani Muhonen. O diplomata veio em visita oficial ao Estado. Foi recepcionado também pelo governador Joaquim Francisco, no Campo das Princesas. O desembargador presidente tem recebido constantes visitas de autoridades estrangeiras e nacionais.

A visita mais recente foi do general Athos Farias, comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. O general foi recebido pelo presidente Carlos Xavier e pelo des. Benildes Ribeiro, no Salão Nobre do Palácio.

Durante o encontro o general Athos destacou o bom relacionamento existente entre os dois órgãos. "Mantemos uma relação de alto nível e consideração recíproca. O presidente tem prestigiado todas as nossas solenidades e isso só contribui para elevar o nível de entendimento" destacou.



O presidente Carlos Xavier recebe o general Athos Farias

Advogados participam de curso na Escola da Magistratura

O Curso de Preparação à Magistratura, iniciado à semana passada, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, está sendo ministrado por desembargadores, juízes, promotores e professores de Direito. Foram formadas duas turmas, cada uma com 50 bacharéis. As aulas acontecem de segunda a sexta-feira, no horário das 17:00 às 22:00 horas.

O objetivo do curso é a preparação dos bacharéis que desejam concorrer a uma vaga em um dos concursos para Juiz Substituto de 1ª Entrância, que o Tribunal de Justiça vem realizando. O primeiro ano do curso será básico e, no último semestre, os participantes poderão optar pela Justiça Comum ou Justiça Eleitoral.

PROFESSORES

O juiz Mário Melo é o professor de Direito Eleitoral, o juiz federal Manoel de Oliveira ministra a cadeira de Direito Administrativo e o procurador Francisco Rodrigues Sobrinho é professor de Direito Civil. A disciplina Processo Penal tem como professores os advogados João Olímpio Mendonça e Ildefonso Pereira Neto.

O desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti e os juízes Frederico Ricardo Almeida Neves e José Antônio Macedo Malta (assessor da presidência) são professores de Processo Civil. De Direito Tributário é o consultor jurídico Hélio Sílvio Ourem Campos. Nelson Saldanha é professor de Filosofia do Direito.

A professora Miriam de Sá Pereira ensina Sociologia Jurídica. O desembargador Artur Pio dos Santos ministra a disciplina Direito Agrário e os juízes Luiz Freitas e Milton Neves são professores de Direito Comercial. O jurista Lúcio Jatobá ensina Direito Penal, a cadeira de Direito da Criança e do Adolescente é ministrada por Luiz Carlos Figueiredo e João Parente Muniz é professor de Direito Constitucional.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elpídio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcio Carvalho, Marcos Glauco e Cristovam Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
I-180 - DIRTIPE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.2810/81-21 — Telex 2116

I Colégio Recursal faz reunião amanhã

O juiz-presidente do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, Jones Figueiredo Alves, vai comandar a 30ª sessão do Colegiado, que será realizada amanhã, a partir das 8 horas, no JPC do Rosarinho. Serão julgados cerca de 30 processos dos diversos Juizados do Recife e Região Metropolitana. O colégio é a última instância de apelação do recorrente nos JPCs.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 28

Diário Oficial

Livro fala sobre os problemas penais da Aids

As peculiaridades do vírus HIV permitem que uma pessoa seja portadora sem saber de sua moléstia. Mesmo desconhecendo o problema, essa pessoa pode ser processada criminalmente por contaminar seus parceiros sexuais. É o que afirma a promotora Ângela Simões de Farias, em seu livro "Aids: uma questão penal", que será lançado amanhã, às 17 horas, no Tribunal do Júri.

Ângela lança livro amanhã

Segundo a promotora, se a transmissão for intencional, o caso é mais grave e a pena de reclusão aumenta. As penalidades sobre a aids estão previstas no artigo 130 do Código Penal, que não se refere especificamente à moléstia, mas trata das doenças venéreas em geral. No caso de transmissão, as penas variam de três meses a quatro anos de prisão.

O artigo 131 também trata da questão, quando se refere às vítimas infectadas por transfusão de sangue, seringas hipodérmicas reutilizadas e tatuagem. Casos de epidemia por transfusão estão enquadrados no artigo 267, que prevê pena de cinco anos de reclusão quando se constatar dolo. A pena é aplicada em dobro se houver morte. Na forma culposa, disse a promotora, a detenção é de um a dois anos ou de dois a quatro se resultar em morte.

PENALIDADES

Ângela não pretende transformar o livro num veículo de penalidades para o aidético que, por si só, já foi penalizado pela própria doença. O objetivo é estudar a aids do ponto de vista do Direito. "A aids é um problema mundial que, infelizmente, mostra tendência a crescer cada vez mais. Em vários países, inclusive no Brasil, já ocorreram casos polêmicos sobre a transmissão, intencional ou não, do vírus HIV", constata a autora. Por conta disso, é que ela prevê o surgimento de medidas legais envolvendo o problema. "A aids vem merecendo uma legislação própria no mundo".

No Brasil, só se tem conhecimento de ações relativas a aids por danos morais e materiais, segundo a promotora. "Não se conhece nenhum caso em que tenha havido indiciamento e denúncia, talvez pela dificuldade que existe em se obter provas de culpa. Por enquanto, as pessoas estão mais preocupadas com o aspecto indenizatório contra os bancos de sangue".

MESTRADO

O trabalho da representante do Ministério Público pernambucano começou em 1989, em forma de pesquisa para o curso de mestrado que fazia na Faculdade de Direito do Recife. Foram três anos de estudo, inclusive nos Estados Unidos, onde teve acesso à legislação mundial sobre o assunto. Recolheu até dados relativos ao Brasil. À época, a pesquisa foi examinada pelos professores Everaldo Luna, Olímpio Costa Júnior e Nilzardo Carneiro Leão.

Hoje, transformado em livro, por iniciativa do Instituto do Ministério Público de Pernambuco, a obra não será comercializada, pelo menos por enquanto. A pequena tiragem de 500 exemplares é destinada apenas aos associados. Dividido em cinco capítulos — Aspectos Jurídicos, Legislação Comparada, Disciplinamento dos Testes Anti-Aids e Atos Anti-sociais e Criminalidade Aidética — além de conclusões sobre o assunto, o livro tem introdução assinada pelo presidente do Instituto, Itamar Noronha.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elbio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcionar Pinho

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcio Carvalho, Marisol Blasco e Christiano Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — 3º Andar — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/09-214 — Telex: 2116.

Presidente recebe secretária-adjunta de Educação

A secretária-adjunta de Educação do Estado, Conceição Bezerra, vai estar hoje com o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier. Em pauta, assuntos da área. Esta semana, o chefe da Corte Judiciária recebeu, também, a visita do delegado Ricardo Varjal, presidente da Associação dos Delegados de Pernambuco. Ele estava acompanhado dos delegados Jonhatan Marques da Cunha e de Alexandre Menezes e Fred Oliveira, respectivamente, ex-secretário de Segurança Pública e presidente da Câmara Municipal do Recife. A advogada Ana Cristina Cavalcanti, da Associação, e juiz Mário Melo também estiveram presentes.

ESTADO DE PERNAMBUCO

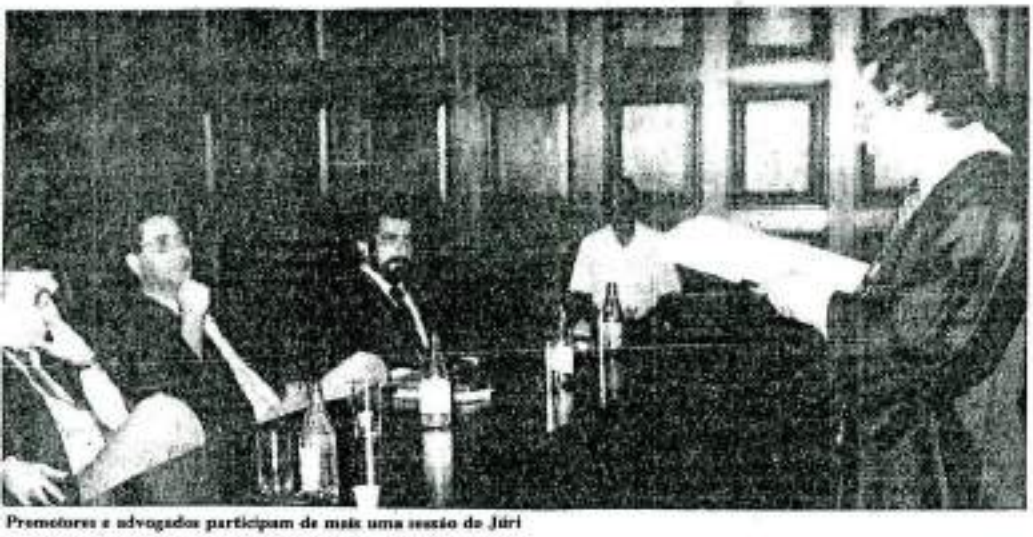
PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1993

Diário Oficial

Tribunal do Júri tem pauta repleta



Promotores e advogados participam de mais uma sessão do Júri

Apesar da diversidade de casos, o Tribunal do Júri do Recife mantém sua rotina longe da agitação dos concorridos e polêmicos julgamentos. Este mês de fevereiro, por exemplo, está com a pauta completa. Os juízes Fausto de Castro Campos (1ª Vara), Roberto Ferreira Lins e Antônio Carlos da Silva (2ª Vara) iniciaram os trabalhos no dia 02 e só fazem o último julgamento no dia 25 deste mês, num total de 14 sessões.

A maioria desses processos decorre do artigo 121 do Código Penal, onde o réu é acusado de homicídio — simples, qualificado ou culposo — com penas variando de 1 a 30 anos de reclusão. É o caso, por exemplo, do réu Cleodon Rodrigues da Silva, enquadrado no 121, parágrafo 2º, incisos II e IV, combinado com o artigo 14, com julgamento marcado para a próxima semana. Na defesa, atuará o dr. Benjamim Cavalcanti de Farias.

Na pauta de março estão marcados 17 julgamentos, quase todos relativos ao artigo 121. As sessões começam sempre às 8 da manhã e às 14h30min. O 1º Tribunal do Júri do Recife fica no 1º andar do Palácio da Justiça, na Praça da República.

Projeto humaniza judiciário estadual

A pintora Ana Ivo fez a doação de quadro à Corregedoria Geral da Justiça do Estado. Até o final do mês, a obra estará colocada na entrada do Fórum Paula Batista, quando estiver concluída a reforma do local. Intitulada "As flores do jardim pernambucano", a tela tem 1.26m por 92 cms, com moldura de Rolando Vila. Está avaliada em Cr$ 24 milhões.

A colocação de quadros e plantas decorativas naquele hall faz parte do projeto de humanização do fórum, implantado pela Corregedoria, através da arquiteta Lúcia Aurélio e da secretária Maria da Paz. O desembargador-corregedor Etério Ramos Galvão informou que já entrou em contato com outros artistas pernambucanos, visando à doação de novas telas.

O objetivo do projeto, que inclui treinamento de servidores e a padronização e racionalização das rotinas cartorárias, é a melhoria da qualidade das condições de trabalho do servidor e do atendimento judiciário. A reforma do hall está quase pronta, devendo ser inaugurada ainda este mês.

No térreo, decorado com plantas e com o quadro de Ana Ivo, estarão localizadas as Centrais de Distribuição, de Informação Computadorizada e de Expedição de Documentos, o Protocolo Geral do Fórum, Recepção e Portaria. Quando a maioria das varas for transferida para o Grande Hotel, dentro de 90 dias, os demais andares do Paula Batista serão ocupados apenas pelas Varas Criminais, Assistência Judiciária e 17 Varas Cíveis por Distribuição.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Stº Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3611/fr.214 — Telex: 3116.

Comissão divulga programa

A Comissão Examinadora do Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância divulgou ontem o programa da primeira prova escrita. A prova constará de 100 questões objetivas e deverá ser realizada no início de abril. O programa inclui as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Civil, Comercial, Penal, Eleitoral, Judiciário e Medicina Legal.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SABADO, 13 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 30

Diário Oficial

Presidente inaugura varas em Olinda

A Comarca de Olinda recebeu esta semana mais duas varas, o que coloca a cidade em segundo lugar em termos quantitativos, atrás apenas da Capital. A instalação foi presidida pelo desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça. As 4ª e 5ª Varas Cíveis por Distribuição foram instaladas no 1º andar do Fórum Lourenço José Ribeiro.

A solenidade foi prestigiada pelo secretário da Justiça, Marcos Cabral, pelo prefeito de Olinda, Germano Coelho, pelo juiz diretor do Fórum, Marcílio Duque Cavalcanti, além de juízes daquela Comarca e da Capital, secretários municipais e serventuários da Justiça. As autoridades destacaram em seus discursos a importância da instalação de mais duas varas e a contribuição para ampliação da prestação jurisdicional.

Presidente instala varas cíveis em Olinda

Para responder pela 4ª Vara foi designado o juiz de Direito Carlos Frederico Gonçalves de Moraes. Antes mesmo de ser instalada, já existia cartório vinculado a outra vara, onde tramitam em torno de 3.500 feitos. O juiz da 5ª Vara será designado pelo presidente do TJ, dentro de poucos dias. A intenção é transformá-la em Privativa da Infância e Adolescência e Órfãos e Interditos.

O presidente Carlos Xavier destacou em seu discurso que "a ampliação do quadro de magistrados da Comarca de Olinda resultará em uma melhor prestação jurisdicional para toda a população olindense".

Na ocasião o Desembargador fez questão de divulgar a estatística do último boletim trimestral, publicado pela Corregedoria Geral da Justiça, relativo àquela comarca, que dispunha até então, de oito varas. Nas duas Varas Criminais foram julgados 175 processos, passando para o quarto trimestre 4.202 feitos.

Nas três Varas Cíveis passaram para o quarto semestre 7.951, tendo sido julgados 515 processos. Nas duas da Assistência Judiciária foram a julgamento 282 feitos, restando 2.366. A vara com competência para processar e julgar os processos privativos da Fazenda Pública, de Acidentes do Trabalho e de Falências e Concordatas, fez 77 julgamentos, deixando 4.569 ações pendentes. Foram julgados um total de 1.049, tendo passado para o quarto trimestre 19.088 processos.

Na opinião do juiz diretor do Fórum, Marcílio Duque, "o Poder Judiciário vem sofrendo um processo de desgaste em meio à opinião pública, na medida direta dos serviços que presta à comunidade, fruto dos poucos recursos que são destinados. Essa carência também se repete no campo dos recursos humanos". O diretor do Fórum admite, entretanto, que as transformações estão ocorrendo "haja visto o grande número de comarcas e varas que vêm sendo instaladas, em todo o Estado, com a colaboração do Poder Executivo".

A Comarca de Olinda passou a contar com 10 Varas, todas em funcionamento. Em cada uma delas tramitam em torno de quatro mil processos. A 3ª Cível estava acumulando a da Infância e Adolescência que será transferida para a 5ª Vara. O município conta também com um Juizado Especial de Pequenas Causas. As novas varas foram criadas pela Lei nº 8.879 de 07 de dezembro de 1981.

Os equipamentos e mobiliários foram adquiridos pelo Tribunal de Justiça e pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça. Durante a solenidade o secretário Marcos Cabral destacou o bom relacionamento entre os dois Poderes. "Buscamos a cooperação em função do Judiciário. Aqui testemunhamos mais este gesto de esforço que vem tendo o Chefe do Poder Judiciário, instalando mais duas Varas Cíveis. Uma delas para tratar diretamente com a problemática da criança e do adolescente".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eldeo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Abrantes.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3611/ R-214 — Telex: 3116

Varas ampliam serviços na Comarca de Olinda

Durante a instalação das 4ª e 5ª Varas, da Comarca de Olinda, o presidente Carlos Xavier reafirmou sua disposição de ampliar a prestação dos serviços judiciais à população. Discurso na íntegra na 2ª página.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 31

Diário Oficial

Magistrados entregam Comenda ao Governador

Na semana passada, os representantes do Poder Judiciário no Estado prestaram uma homenagem ao governador Joaquim Francisco. O chefe do Executivo foi agraciado com a Medalha do Mérito Paula Batista, comenda máxima da Justiça pernambucana. O presidente da Associação dos Magistrados, desembargador Francisco de Sá Sampaio, disse que a medalha foi concedida pelos relevantes serviços que o Governador vem prestando ao Judiciário Estadual.

Sá Sampaio, que também é o vice-presidente do Tribunal de Justiça, ainda destacou a total harmonia que existe hoje entre os dois poderes em Pernambuco. Joaquim agradeceu a homenagem e disse que o gesto dos magistrados dignificava sua pessoa e o mandato que recebeu do povo, ressaltando sua fidelidade aos princípios do Direito.

A solenidade, ocorrida no Palácio do Campo das Princesas, compareceram o secretário da Justiça, Marcos Cabral, o presidente do TJPE, Carlos Xavier, desembargadores, juízes e outras autoridades.

Embaixador da Finlândia visita Judiciário

Muhonen recebe livro sobre Palácio da Justiça

O novo embaixador da Finlândia no Brasil, Juhani Muhonen, fez visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. Muhonen está visitando oficialmente alguns estados do Nordeste. Segundo o cônsul honorário da Finlândia no Recife, Sérgio Lobo Jardim, esta viagem é um procedimento diplomático normal, pois é intenção do embaixador conhecer todos os consulados durante o ano de 1993.

Durante a visita, o representante finlandês teve a oportunidade de conhecer a arquitetura clássica do Palácio da Justiça, sendo apresentado um vídeo com detalhes de sua estrutura, destacando as obras de arte que fazem parte do acervo cultural do TJPE. Nesse sentido, o presidente Carlos Xavier presenteou o embaixador com um livro sobre a história do Palácio, dos escritores Marcílio Reinaux e José Luiz Mota Menezes. Muhonen retribuiu a gentileza com um exemplar do livro "Images of Fianish Design - 1960/1990", com ilustrações do seu país nos últimos 30 anos.

Na conversa com o chefe do Poder Judiciário, o embaixador Juhani Muhonen mostrou interesse sobre os tipos de processos mais comuns que têm passado pelo Tribunal. O presidente do TJPE falou sobre alguns deles e relatou algumas das dificuldades da Justiça na solução de milhares de processos acumulados a cada ano que passa, mostrando também o seu esforço para solucionar esse problema. Como exemplo, citou a realização de concursos para juiz de Direito que o Tribunal vem realizando durante a sua administração.

Em sua passagem por Pernambuco, Juhani Muhonen visitou o governador Joaquim Francisco; a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça, além da Universidade Federal Rural de Pernambuco. No Judiciário, o embaixador, que estava acompanhado do cônsul honorário no Recife, Sérgio Lobo Jardim, foi recebido pelo presidente do TJPE, juntamente com seu assessor, juiz Mário Melo.

Des. Sampaio destacou a harmonia entre os dois poderes

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galindo

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — St. Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex: 2116.

Desembargador Amaral Castro toma posse no Amapá

O desembargador Carlos Xavier confirmou presença na solenidade de posse do novo desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Nildo Amaral Castro. A cerimônia será realizada no dia cinco de março, na sede daquele Judiciário estadual.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 32

Diário Oficial

Inventários quebram tradição de morosidade

Processos de inventário e partilha de bens, que tramitam na 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, estão quebrando a tradição de levarem anos a fio até serem concluídos. Hoje, as partes envolvidas em feitos dessa natureza esperam somente algumas semanas ou, dependendo do caso, apenas 24 horas, pela solução do litígio.

Os responsáveis por isso são os juízes Leopoldo de Arruda Raposo e João Corte Magalhães, daquela vara, que adotaram série de medidas, visando acabar com o excesso de formalismo existente nesses tipos de ação. O resultado passou a ser verificado no final de 92, quando os magistrados prolataram mais de mil sentenças, reduzindo a quantidade de processos existentes a menos de 50%.

Uma das portarias, a de nº 01/93, que adota a Unidade Fiscal do Estado de Pernambuco — UFEPE — para reajuste dos valores do imposto de transmissão de bens, destinada à rapidez e simplicação dos feitos, vai ser estendida às demais Varas de Sucessões, por determinação do corregedor Etério Ramos Galvão.

TRADICIONAL

As primeiras medidas foram adotadas há cerca de oito meses. Visando à agilização do trâmite do inventário, ficou determinado que os autos só serão enviados a juízo apenas na fase inicial e final ou em caso de impugnação por uma das partes. Os atos relativos às fases intermediárias — como juntada de documentos, encaminhamento do processo ao contador ou citação de herdeiros — foram legalmente atribuídos à escrivania.

Também foi instituído controle de movimentação processual, de juntada e de expedição de documentos. Trata-se de folha integrante do processo, com espaço para especificação do ato, página e data. Funcionando como uma espécie de índice, a iniciativa permite que se encontre com facilidade qualquer informação contida nos autos.

Segundo o juiz Leopoldo de Arruda, dois fatores contribuem para a morosidade do inventário tradicional: litígio entre as partes e excesso de formalismo. Se é difícil contemporizar a briga entre herdeiros, o caminho foi adotar a simplificação, padronização e racionalização dos procedimentos judiciais.

SUMÁRIO

Mais surpreendente, ainda, foi o resultado obtido nos arrolamentos de sumário. Houve caso em que a sentença foi dada 24 horas após abertura do processo. A medida adotada foi simples: apenas se fez cumprir a lei 7.019/82, que deu nova redação ao artigo 1.031 do Código Processual Civil.

Juiz Leopoldo de Arruda agiliza processos

Ou seja, "a partilha amigável, celebrada entre partes capazes, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova de quitação dos tributos, relativa aos bens do espólio e às suas rendas". Para isso, foi instituída sentença padronizada, através da qual o juiz homologa a ação.

Dessa forma, quando os herdeiros e o cônjuge vivo solicitam abertura do inventário, já apresentam a partilha para homologação e imediato recebimento do título que formaliza a transferência dos bens para seus respectivos nomes. O procedimento, contudo, não é adotado se não existir consenso.

Apesar de sumário, processo dessa natureza costumava levar de dois a três anos até sua conclusão. Os juízes Leopoldo de Arruda e João Corte reconhecem que havia necessidade de tais medidas, responsáveis hoje pelo encerramento de processos que estavam parados há vários anos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marcos Glauco e Christiane Andrade.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — S/ Anexo — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/81-214 — Telex: 3116.

Desembargador Sampaio lidera apoio

Moção de Solidariedade

Magistrados estaduais, à frente a diretoria da Associação, compareceram ao gabinete do desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a fim de prestar solidariedade ao chefe daquela Corte, em face de noticiário jornalístico envolvendo seu nome.

Na oportunidade, deram ciência àquela autoridade acerca de moção aprovada por unanimidade, na qual se registra o "repúdio de toda a classe ao referido noticiário", conforme esclareceu o desembargador Francisco de Sá Sampaio, presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco.

Itaíba terá 1º júri

O primeiro júri da Comarca de Itaíba será realizado no próximo dia 16 de março, quando estará sendo inaugurada a Sala do Júri. O presidente Carlos Xavier confirmou presença. O juiz da comarca, Emanuel Bonfim Carneiro Amaral, presidirá a sessão. O réu, acusado de ter praticado homicídio em 1985, vai a julgamento pela segunda vez.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 33

Diário Oficial

Magistrados visitam presidente do TJ

Judiciário foi tema de conversa com os representantes de Camocim

O contato com juízes do interior, para troca de informações e experiências, vem se tornando uma prática constante do presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier. Na última sexta-feira o chefe da Corte de Justiça recebeu a visita dos magistrados, recentemente nomeados, Flávio Augusto Fontes de Lima, de Camocim de São Félix, Emanuel Bonfim Carneiro Amaral, juiz de Itaíba, e Cícero Magalhães, de Águas Belas.

O juiz de Camocim veio acompanhado do prefeito da cidade, Severino Gonçalves de Abreu, que afirmou estar retribuindo a visita que o presidente fez à sua cidade, quando da posse do juiz Flávio Augusto de Lima naquela comarca. Na ocasião, Severino Gonçalves destacou o bom desempenho que o magistrado vem tendo à frente do Judiciário do município.

O presidente do Tribunal lembrou que os novos magistrados vêm fazendo um bom trabalho, recebendo elogios de pessoas das comarcas onde estão atuando. "As opiniões têm revelado o bom conceito dos magistrados, o que contribuiu para melhorar a imagem do Judiciário estadual", afirmou o presidente.

Curso terá início em março

Com uma política que busca a valorização do serventuário, o Tribunal de Justiça vem realizando cursos de capacitação e aperfeiçoamento, através do Núcleo de Recursos Humanos. No início de março, mais um desses estará começando. Destinado a funcionários dos departamentos e gabinetes do TJ, o curso de Introdução à Informática terá duração de um mês e meio.

As inscrições estão sendo realizadas no NRH. Os interessados podem procurar o departamento, pela manhã ou à tarde, até o final do mês. Apenas seis pessoas se inscreveram até o momento. Logo que o período de inscrição seja encerrado os candidatos serão selecionados e os 10 escolhidos terão acesso às noções básicas de computação.

O curso será dividido em dois módulos. No primeiro será visto "Introdução à microinformática" e no segundo, "Planilhas eletrônicas e processamento de texto". As aulas serão realizadas três vezes por semana, das 9:00 às 11:00 horas, no núcleo de Organização e Sistemas. O professor é o técnico em informática Antônio Domingos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elpídio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.182 - DATAPE

Redação:
Pça. da República, s/nº — St Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R-214 — Telex: 3116.

TJP tenta sanar carência de magistrados

São as comarcas de 2ª entrância que apresentam a maior carência de juízes em todo o Estado. A capital, com 121 deles, encontra-se em melhor situação, embora o número ainda não seja ideal, conforme declarou o assessor da Presidência do Tribunal de Justiça, magistrado Jovaldo Nunes. Para sanar a deficiência, o TJPE realizará novo concurso. Mais de 1.750 candidatos estão inscritos, aguardando a definição da data.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SABADO, 20 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 35

Diário Oficial

Instalação de comarcas é meta presidencial

Pernambuco dispõe de 35 varas e seis comarcas de primeira entrância criadas e não instaladas. O levantamento foi feito pelo juiz Jovaldo Nunes Gomes, assessor da presidência do Tribunal de Justiça. De posse da listagem, o desembargador Carlos Xavier, chefe da Corte Judiciária estadual, vai selecionar aquelas que têm prioridade de instalação. Se não todas, pelo menos as mais importantes serão inauguradas até final de sua administração, em fevereiro de 94.

Das 35 varas, 10 estão localizadas na Capital, sendo a 8ª e a 9ª Criminais por Distribuição, as 6ª e 7ª Privativas dos Delitos Contra o Patrimônio, as 8ª e 9ª Cíveis por Distribuição, a Vara Criminal Privativa para processar e julgar os crimes relativos a entorpecentes e duas varas de competência para feitos da Fazenda Pública.

As 25 restantes estão localizadas nas comarcas de 2ª Entrância do Cabo, Carpina, Caruaru, Catende, Gravatá, Jaboatão, Olinda, Paulista e Ribeirão. O juiz Jovaldo Nunes Gomes detectou, ainda, as comarcas de 1ª Entrância de Calçados, Jupi, Itaquitinga, Cortês, São José da Coroa Grande e Tuparetama que também precisam ser instaladas.

Para conhecer as condições de cada nova comarca a ser instalada, o juiz Jovaldo Nunes vai viajar ao interior do Estado e manter contatos com as respectivas autoridades municipais. Paralelo a isso, a assessora Silvana Maria Oriá verifica a disponibilidade dos recursos financeiros, já programados com o Poder Executivo estadual, para aquisição de móveis e utensílios necessários ao trabalho a ser desenvolvido nas novas unidades judiciárias.

Projeto cria mais seis JPCs

Está em andamento esboço do projeto de criação de seis Juizados Especiais de Pequenas Causas. Três serão localizados na capital e o restante no interior. Os bairros de Casa Amarela e Pina e os municípios de Arcoverde, Palmares e Timbaúba são algumas das localizações em estudo.

De acordo com o juiz Jovaldo Nunes, serão criados apenas os cargos em comissão de conciliador, secretário e secretário-adjunto para atender às necessidades. Os demais servidores serão do próprio quadro de pessoal da Justiça, aprovados em concurso público.

Os novos juizados também fazem parte da programação administrativa do presidente Carlos Xavier. A sua criação está incluída no orçamento judiciário 93. Depois de apreciado em plenário pelo Tribunal de Justiça, o projeto será encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado para votação.

Jovaldo Nunes prepara listagem de comarcas e varas

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eliete Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.140 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — 3º Andar — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3611/R-214 — Telex: 2118.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Terceira parcela de convênio firmado entre Tribunal de Justiça e Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, a ser liberada este mês, no valor de Cr$ 21 milhões, será destinada à reprodução de 500 exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente. O material será distribuído entre juízes da capital e interior que, direta e indiretamente, lidam com a questão do menor.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SABADO, 27 DE FEVEREIRO DE 1993 Nº 37

Diário Oficial

Maraial tem juiz residente

Depois de 22 anos sem juiz, Maraial tem hoje um magistrado residindo na própria comarca. De 1970 a maio de 1992, os serviços jurisdicionais eram prestados pelo titular de Catende, da qual era Termo Judiciário. De maio para cá, a comarca foi reinstalada, mas somente há um mês a cidade passou a contar com a presença de um representante do Poder Judiciário, designado pelo presidente Carlos Xavier, do Tribunal de Justiça.

Trata-se de Élio Braz Mendes, aprovado no Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, realizado pelo Tribunal de Justiça, no ano passado. Empossado no dia 4 de janeiro, o magistrado assumiu a jurisdição plena no dia 3 de fevereiro, depois de ter participado de Curso de Iniciação à Função Judicante. O juiz já se considera integrado à vida da comunidade.

Quinta-feira, ele esteve no Tribunal de Justiça, quando informou ao presidente acerca das condições da comarca. Segundo o juiz, Maraial não conta com serviços essenciais à administração jurisdicional, com deficiência nos setores de segurança e promotoria públicas. A situação deve ser corrigida, a partir de agora, com a figura permanente da autoridade judicial no município.

Dentre as dificuldades encontradas, Maraial não dispõe de cadeia pública nem de sede própria para o Fórum. Os serviços jurisdicionais funcionam atualmente em salas cedidas pela prefeitura, que também colocou funcionários à disposição do magistrado. Esses servidores estão sendo orientados pelo próprio juiz Élio Braz, para o desempenho da nova função.

Para diminuir as deficiências, o juiz solicitou autorização ao Conselho da Magistratura para urgente realização de concurso público, para preenchimento de um cargo vago de escrivão, dois de oficial de justiça e dois de escrevente. Caso seja concedida autorização, o concurso será realizado em Maraial, com fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça, o mais rápido possível.

A designaçao do juiz para a comarca foi tão importante que o Poder Judiciário será homenageado pela comunidade de Maraial, na pessoa do presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Ele já confirmou presença na solenidade, que deve acontecer nos próximos dias, em data a ser marcada.

Juiz de Maraial transmite informações sobre a comarca

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gempaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pelos

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marcos Oliveira e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Julio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3815/R-214 — Telex: 3115.

Curso de Francês começa dia 9

No próximo dia 9, será iniciado um Curso de Francês Básico, na Associação dos Magistrados. Com uma duração de 10 meses, as aulas serão ministradas pelo professor Jean-Marie Aguila, às terças e quintas, no período da manhã. A mensalidade é de Cr$ 140 mil, podendo ser reajustada. O curso é aberto aos funcionários do Tribunal de Justiça. Os interessados devem procurar o Núcleo de Recursos Humanos para maiores informações.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 1993 Nº 39

Diário Oficial

Projeto prevê 27 desembargadores para TJ

A Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça está analisando um projeto de autoria da presidência do TJ, que visa à ampliação do quadro de desembargadores do Judiciário estadual. Atualmente, a Corte de Justiça é formada por 15 membros. Caso o projeto seja aprovado, esse número deve subir para 27.

Segundo o presidente Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a última alteração ocorrida no Tribunal data de 1952. Entretanto, durante esses anos, vem sendo constatado um aumento crescente do volume de serviço. Existem, no momento, mais de oito mil feitos em tramitação no TJ.

O desembargador Carlos Xavier afirma que tal modificação fica a critério de cada Tribunal e diante da situação da Justiça pernambucana torna-se urgente implantar essa mudança. A presidência, junto à sua assessoria, chegou à conclusão de que, para serem prestados melhores serviços à sociedade, faz-se necessário ampliar o quadro de desembargadores.

O projeto prevê, ainda, outras mudanças. Com essa alteração, passam a existir seis câmaras, quatro cíveis e duas criminais. Hoje, há três, sendo duas cíveis e uma criminal. O julgamento dos processos, de acordo com o proposto, ficaria a cargo de 24 desembargadores, enquanto o presidente, vice e corregedor respoderiam pela parte administrativa.

Há, também, a criação de um órgão especial, onde os 15 membros mais antigos da Casa devem julgar as matérias mais importantes. O presidente ressaltou que todas essas mudanças implicam, necessariamente, em um aumento de 18 taquígrafas e 12 oficiais judiciários, o que deverá trazer uma maior agilização dos processos.

A Comissão que está avaliando o projeto, formada pelos desembargadores Cláudio Américo, Arthur Pio dos Santos e Agenor Ferreira, deve levá-lo ao Pleno. Caso seja aprovado, será encaminhado à Assembléia Legislativa, onde será votado.

O desembargador-presidente acredita na aprovação do projeto e afirma que a maioria dos desembargadores aceita a proposta de ampliação. "O objetivo é promover uma maior prestação jurisdicional à população pernambucana, que pede Justiça. Nossa iniciativa deverá facilitar os serviços", concluiu.

Presidente acredita que projeto será aprovado

2ª Vara apresenta melhor produtividade

A Corregedoria Geral de Justiça acaba de publicar o relatório de produtividade dos juízes da Capital, relativo ao trimestre outubro/novembro/dezembro/92, onde consta que o magistrado Luiz Carlos Figueirêdo, da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, apresentou melhor produção no período, prolatando 420 sentenças.

Segundo o juiz, tal resultado só foi possível graças ao empenho dos promotores, técnicos e serventuários que ali trabalham, pois os processos que tramitam na vara são, via de regra, complexos e exigem estudos prolongados.

Ao explicar as razões de se conseguir um resultado tão eficaz no curto espaço de tempo de existência da vara, o juiz Luiz Carlos fez questão de salientar o apoio material que tem recebido do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier; do corregedor geral, des. Etério Galvão, e do secretário da Justiça, Marcos Cabral. O magistrado frisou, ainda, que em breve a vara será informatizada, devendo propiciar uma agilização processual maior ainda.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristiano Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.102 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — St. Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex: 3195.

Sexta-feira é dia de entrevista

A partir desta semana, a 1ª página do Diário Oficial do Poder Judiciário trará, sempre às sextas-feiras, uma matéria especial sobre a Justiça do Estado e seus integrantes. Amanhã, o juiz **Manoel Rafael Neto**, da 1ª Vara de Execuções Penais, é o entrevistado em **"A outra face do magistrado"**, onde mostra o seu lado de poeta e admirador dos repentistas nordestinos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 1993 Nº 40

Diário Oficial

Magistratura promove Simpósio Nacional de Direito

O IV Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil será realizado no Recife, entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro. A promoção é da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, que teve seu convite aceito pelos organizadores do evento. A confirmação é do corregedor geral de justiça, desembargador Etério Ramos Galvão, que também é o diretor da Escola da Magistratura.

O Instituto de Estudos Jurídicos do Rio de Janeiro, patrocinador responsável pela organização desses encontros nacionais, contará este ano com o apoio da Escola da Magistratura pernambucana. A direção da Escola, inclusive, esteve presente ao último evento dessa natureza, quando foi formulado o convite para a realização do IV Simpósio em nosso Estado.

O III Simpósio Nacional aconteceu no mês de outubro do ano passado, no Rio de Janeiro. O tema central do encontro foi "O Processo e a Constituição". No plenário, as discussões contaram com as presenças de destacados juristas do País, como José Carlos Barbosa Moreira, Galeno Lacerda, Ada Pellegrini, Calmon de Passos e Luiz Vicente, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Este ano, segundo os organizadores, o evento reunirá cerca de dois mil e quinhentos participantes, entre os quais juristas ilustres, como Caio Mário da Silva Pereira, Silvio Rodrigues, Yussef Said Cahali, Humberto Theodoro Júnior, J. J. Calmon de Passos, Ada Pellegrini, José Afonso da Silva, Nagib Slaibi Filho, Silvio Capanema de Souza e Luiz Fux.

FÓRUM

Até o final do ano, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco deve mudar de endereço. Atualmente, ela está localizada na avenida João de Barros, no bairro do Espinheiro. Mas, com a instalação do Fórum Tomás Aquino Cirilo — prevista para o segundo semestre de 93 —, a Escola da Magistratura passará a ocupar algumas das salas do novo prédio da Justiça do Estado.

Escola sediará encontro de juristas em setembro

O Fórum Tomás Aquino — que irá funcionar no prédio do antigo Grande Hotel — está com sua inauguração prevista, segundo o desembargador Etério Galvão, para o dia 11 de agosto. A Corregedoria, que recebeu as chaves do edifício no mês passado, está finalizando o projeto arquitetônico de reforma para iniciar o processo de licitação das obras a serem executadas.

A criação do novo fórum só foi possível graças a um acordo do Poder Judiciário com o Executivo, que cedeu o Grande Hotel, em regime de comodato, por 30 anos. Nele, além da escola da Magistratura, a Justiça vai instalar todas as varas cíveis e de família que atualmente se dividem entre o Fórum Paula Batista e seu anexo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pinho

Editora:
Roberta Tenorio

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristianne Medeiros.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — 3º Andar — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/09-214 — Telex: 2116.

I Colégio Recursal dos Juizados de Pequenas Causas

Presidida pelo juiz Jones Figueiredo Alves, tem lugar nesta sexta-feira a XXXI sessão de julgamentos do I Colégio Recursal dos Juizados de Pequenas Causas. O local determinado para o referido encontro é o Juizado do Rosarinho, à rua Belmiro Correia, 12, naquela bairro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 05 DE MARÇO DE 1993 Nº 41

Diário Oficial

A outra face do magistrado (I)

Manoel Rafael Neto

Manoel Rafael Neto - juiz titular da 1ª Vara das Execuções Penais - diz que sua vocação poética é "ambiental", oriunda da região do Pajeú, onde conviveu desde a infância com os mais queridos e famosos cantadores e violeiros.

Revela que antes de tudo é um autêntico conciliador na sua vida prazenteira de poeta e magistrado: - "Aprendi a conciliar sepa rando. Já fiz versos ligados à minha função judicante, porém nunca me atrevi a inserir minhas glosas em despachos ou sentenças". Juiz substituto durante cinco anos na Capital, passou desde 1979 a titular da Vara de Execuções Penais, onde se encontra.

"O órgão da acusação quando vai arrazoar perde o jeito de guiar o carro da falação. Não apruma a direção e não desliga o motor... Falando seja o que for e ainda pensa que abafa esse trânsito engarrafa por causa do promotor".

JUIZ OU POETA

Rafael Neto que antes de ser juiz foi promotor interino em São José do Egito e promotor titular durante três anos em Tuparetama, assumiu a Comarca de Itapetim em 1966 para em seguida, durante dois anos, passar a juiz corregedor de 1ª Entrância. Promovido para Sertânia em 1969, foi removido para Moreno em 70, alcançando nova promoção para o Recife quatro anos depois.

Seu lado de poeta — com dois livros publicados, "As glosas de um magistrado" e "Meu mundo de glosas", ambos esgotados — segundo seu depoimento, jamais afetou sua imagem de juiz. É ele próprio quem revela: "Minhas vocação poética faz com que eu conquiste sempre grandes amizades".

A VOCAÇÃO DO REPENTISTA

"Minha vocação poética não teve herança familiar. Apenas alguns parentes distantes mostraram aptidão para a arte de fazer versos". O poeta Rafael Neto confessa que sua vocação se desenvolveu ao tempo em que era juiz em Itapetim. Como o município tinha gerado grandes repentistas, o povo era ligado naturalmente a esse gênero de poesia. Como quase todo mundo improvisava, foi estimulado a abraçar desde cedo o encantamento das rimas.

POR FALAR EM RONALDO CUNHA LIMA

Rafael Neto cita o caso do governador da Paraíba, ao tempo em que pontificava ao Judiciário, requerendo "habeas-corpus" em favor de um seresteiro. Estabelecendo um pitoresco paralelo, nosso poeta-magistrado se reportou ao tempo em que respondia pela Vara de Delitos de Trânsito e o Promotor se demorou bastante nas razões finais, atrasando a audiência. Inspirado no fato e fazendo valer sua veia poética Rafael Neto produziu esta preciosa glosa:

A POESIA E AS EXECUÇÕES PENAIS

Todas as atividades na Vara das Execuções Penais requerem muita sensibilidade antes de tudo. Revela-se que a vivência do poeta ajuda indiscutivelmente à brilhante atuação do magistrado. Sobre o assunto, confessa Rafael Neto: "O ambiente penitenciário exige uma dedicação que extrapola a atividade puramente jurisdicional e enverada pelo caminho humanístico. Para desenvolver o trabalho de forma mais eficiente, não basta apenas a aplicação da lei que regulamenta a execução da pena. É preciso que se tenha sensibilidade aguçada para que as soluções humanísticas possíveis possam minorar o tenebroso ambiente da penitenciária".

Mais conhecido e reverenciado como juiz, Rafael Neto colhe em toda parte merecidas homenagens pelo toque de humanismo com que identifica suas atuações, quase sempre tocadas pelo espírito do poeta. Há os que dispensam maior rigidez ao tratamento penitenciário. De acordo com as suas convicções e dignidade profissional, Rafael Neto vai pontilhado de repetidas vitórias sua carreira ascendente na 1ª Vara das Execuções Penais em Pernambuco.

TJ do Amapá tem novo presidente

O desembargador Carlos Xavier encontra-se no Amapá, onde participa da solenidade de posse do presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, desembargador Honildo Amaral de Mello Castro. O novo chefe daquela Corte de Justiça assume por um mandato de dois anos. Carlos Xavier retorna domingo ao Recife.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SABADO, 06 DE MARÇO DE 1993 Nº 42

Diário Oficial

Por que tanta morosidade?

A Justiça recebe críticas, principalmente no que diz respeito à morosidade com que são julgadas as ações processuais. O que se desconhece, no entanto, é que o trabalho é realizado em conjunto com o Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Judiciária. Estes são serviços essenciais à prestação jurisdicional".

O desabafo é do desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, presidente do TJPE. Ele reconhece que o Judiciário tem estrutura defasada, com poucos juízes e muitos processos em tramitação. Mas acha que as queixas são exclusivamente dirigidas à Justiça, tornando o ônus pesado.

A Secretaria de Segurança Pública também tem poucos delegados e estrutura inadequada, disse Carlos Xavier, principalmente no interior do Estado, onde existem municípios que apresentam alto índice de criminalidade. "O Ministério Público tem as mesmas dificuldades, embora se louve a atitude do procurador-geral da Justiça no Estado, dr. Olímpio Costa Júnior, que se empenha na realização de concursos para promotores".

O desembargador-presidente se referiu à necessidade de cumprimento do dever pelas instituições. Disse que os prazos previstos pelo Código de Processo Penal têm que ser respeitados, seja pela delegacia ou pelo representante do Ministério Público e não apenas pela autoridade policial.

Segundo o desembargador, é preciso realizar concursos, tantos quantos sejam necessários à complementação do quadro funcional. No caso do Judiciário, garante que as vagas para juízes serão preenchidas até o final de sua administração. As comarcas, por sua vez, devem solicitar autorização do Conselho da Magistratura, para preenchimento de cargos de escrivão, oficial de justiça e escrevente. Afinal de contas, disse ele, um juiz precisa de auxiliares.

É grande a defasagem de magistrados no Interior. Para minimizar o problema e atender a todos, os juízes acumulam varas, o que resulta morosidade e, muitas vezes, prescrição de processos.

O presidente Carlos Xavier acredita que, dentro de pouco tempo, já se possa verificar melhorias nas primeira e terceira entrâncias, onde ocorreram nomeações e promoções recentes. Mas admite que a segunda entrância é sua maior fonte de preocupações, tendo em vista a carência de magistrados. (Ver box)

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Altemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Gláucio e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Sto Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.0811/91-214 — Telex: 3115.

Desembargador reconhece estrutura defasada.

VACÂNCIA

Araripina	— uma vara
São José	— uma vara
Sertânia	— uma vara
Bonito	— uma vara
Barreiros	— uma vara
Moreno	— uma vara
Paudalho	— uma vara
Nazaré	— uma vara
Vertentes	— uma vara
Surubim	— uma vara
Goiana	— uma vara
Afogados da Ingazeira	— duas varas
Pesqueira	— duas varas
Belo Jardim	— duas varas
Bezerros	— duas varas
Carpina	— duas varas
Timbaúba	— duas varas
Salgueiro	— duas varas
Petrolina	— três varas
Serra Talhada	— três varas
Paulista	— três varas
Olinda	— três varas

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 1993 Nº 43

Diário Oficial

Carlos Xavier recebe prefeitos

Os prefeitos do interior do Estado têm procurado o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, para agradecer o apoio que têm recebido do Judiciário e também em alguns casos, solicitar a nomeação de juiz titular para suas Comarcas. Recentemente estiveram no Tribunal os chefes do Executivo de Barreiros, Inaldo Ferreira e Eraldo Paes da Silva, de Alagoinha. Eraldo agradeceu a inauguração da Comarca, realizada há pouco tempo pelo presidente.

Arquivo Forense será editado

Mais uma edição do Arquivo Forense será publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado. A decisão foi tomada pelo desembargador, Carlos Xavier, presidente do TJ. A revista reúne trabalhos jurídicos e doutrinários elaborados pelos magistrados. A nova edição, que deverá ser lançada em agosto, durante as festividades de aniversário do Tribunal, corresponde ao período de 1985 a 1989.

De acordo com o desembargador Waldemir Lins, presidente da Comissão que está elaborando a revista, os magistrados têm até o dia 31 de março para enviarem seus trabalhos, que devem ser datilografados, em espaço dois. O desembargador Nildo Nery é um dos integrantes da Comissão e já está fazendo o trabalho de seleção dos assuntos que constarão no Arquivo Forense.

Assessores da presidência trabalham na elaboração do projeto de criação dos JPCs.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eldo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Gouveia e Cristianne Medeiros.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias Lins - DIRPE

Redação:
Pça. da República, s/nº — St. Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R-214 — Telex 3916.

Projeto cria novos juizados

Ainda este mês, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier deverá enviar para o pleno o Anteprojeto de criação de seis novos Juizados Especiais de Pequenas Causas, no Estado. Em fase de conclusão o projeto será apreciado pela Corte de Justiça. Caso seja aprovado, será encaminhado à Assembléia Legislativa.

A intenção do presidente, logo que o projeto seja aprovado, é instalar até o final do semestre três deles na capital. Os outros três serão instalados em cidades do interior. Arcoverde, Palmares e Timbaúba estão entre os municípios mais cotados para receber os novos juizados. No Recife, o TJ estuda a possibilidade de instalação nos bairros de Casa Amarela, Pina e Beberibe. A definição no entanto deverá ocorrer após aprovação do projeto.

De acordo com juiz Jovaldo Nunes, assessor de Planejamento, serão criados apenas os cargos em comissão de conciliador, secretário e secretário-adjunto para atender às necessidades. Os demais serão do próprio quadro de pessoal da Justiça, aprovados em concurso.

VARAS

Jovaldo Nunes fez o levantamento das Varas criadas e não instaladas. Atualmente existem 35, além de seis Comarcas. De posse desta listagem o desembargador Carlos Xavier vai selecionar aquelas que têm prioridade de instalação.

Estatística

O juiz Sebastião Romildo Vale de Oliveira foi quem mais julgou durante o quarto trimestre de 1992, na comarca da Capital, prolatando 529 sentenças. Ao contrário do que havia sido divulgado no dia 3, o magistrado Luiz Carlos Figueiredo ficou em segundo lugar, apresentando 442 feitos julgados.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1993 Nº 44

Diário Oficial

Movimento forense tem baixa produtividade

O movimento forense relativo ao quarto trimestre de 1992, na comarca do Recife, foi publicado em fevereiro, apresentando um resultado insatisfatório, que alcançou um percentual de apenas 3,65% em quantidade de julgamentos realizados.

A comarca da Capital conta com 63 varas e 110 juízes, entre titulares e substitutos. Dessas varas, 37 têm mais de mil processos em andamento, chegando a 1ª Vara da Fazenda Municipal a computar 72.458 feitos e a 2ª, também da Fazenda Municipal, 62.108 processos.

O juiz Sebastião Romildo responde pela 8ª Vara Cível

De acordo com o levantamento realizado, foram procedidos 9.371 julgamentos; 154 inquéritos foram arquivados e realizaram-se, ainda, 3.035 audiências. Por outro lado, 257.285 processos em andamento passaram para o primeiro trimestre do ano corrente.

O resultado publicado no Diário Oficial, em fevereiro, revela que cinco juízes apresentaram melhor produtividade. São eles: Sebastião Romildo Vale de Oliveira, com 529 feitos julgados; Luis Carlos de Barros Figueiredo, com 442; José Maria Florentino de Lima, 409; José Fernando de Lemos, com 393 e Nilvan Alves Macena, 373 julgamentos.

Com diversas promoções de juízes de direito para a comarca do Recife, no mês de dezembro, espera-se que a atual situação seja revertida no primeiro trimestre de 1993.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elênio Ramos Galindo

Assessor do Ingresso:
Alckmar Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Sto Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/R.214 — Telex: 3116

CRM acolhe menores de todo o Estado

O Estado de Pernambuco tem apenas um local de internação para os menores infratores, o Centro de Reeducação de Menores, situados na cidade do Cabo, segundo afirma a promotora de Justiça da Infância e da Juventude, Izabel Cristina Calado.

Tal constatação traz de volta o debate sobre a política de descentralização de atendimento, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90. De acordo com a promotora Izabel Cristina, o processo de descentralização é lento, mas deve ser desenvolvido através de medidas básicas, como a formação de Conselhos Municipais.

A promotora insiste que, para haver essa mudança, é necessário um movimento da sociedade civil e entidades governamentais. "Antes, porém, deve existir uma conscientização do que isso irá significar no tratamento dado ao menor, de uma forma geral", ressalta.

A internação de menores infratores em um só local é prova de que o Estado precisa investir mais nessa política. "Não se justifica que Pernambuco tenha apenas um CRM. Para alcançar o objetivo do Estatuto, deveríamos ter CRM em cada região, para atender a um determinado número de municípios. Esse estrutura facilitaria o acompanhamento dos menores", sugere.

Segundo a promotora, que é, também, suplente no Conselho Municipal do Recife, internar não é a solução para o infrator, constituindo-se medida excepcional. Na verdade, ela só deve ser aplicada depois que o infrator responder ao processo, tiver sua culpabilidade provada e que não haja resposta em relação às outras medidas.

Organizar uma estrutura regionalizada é importante porque cumpre o requisito de que o menor não deve se afastar totalmente do seu meio comunitário, embora privado de sua liberdade. "Atualmente, o infrator vem do Interior para o Cabo. No CRM, entra em contato com adolescentes da Capital. Não há dúvidas de que ambos têm formações diferentes. Existe um choque inevitável", analisa a promotora.

Outra questão que deve ser avaliada é um programa que diga respeito à família das crianças e adolescentes. "Não adianta tratar a criança isoladamente, pois o vínculo familiar é fundamental para reeducação que se pretende", constata. Izabel Cristina enfatiza que para se alcançar os objetivos necessários para o cumprimento do Estatuto, Pernambuco deve investir em mudanças sociais básicas. "Apenas dessa forma o problema poderá ser resolvido", conclui.

A outra face do magistrado (II)

Na continuação das matérias especiais de todas as sextas-feiras, o Diário Oficial do Poder Judiciário traz, amanhã, "A outra face do magistrado" Itamar Pereira. Desembargador do TJPE, Itamar foi, nos anos 50, comentarista esportivo da antiga PRA-8, como um dos componentes do famoso "Escrete de Ouro do Rádio".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1993 Nº 45

Diário Oficial

Biblioteca atende público em novo horário

A Biblioteca do Tribunal de Justiça tem, desde fevereiro, um novo horário de atendimento ao público: das 8 às 17 horas, ininterruptamente. Magistrados, integrantes do Ministério Público, advogados e estudantes de Direito são os usuários que consultam diariamente o acervo da biblioteca, composto basicamente por obras especializadas na área do Direito.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eldo Ramos Galião

Assessor de Imprensa:
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça da República, s/nº — Sto Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/91-214 — Telex: 3116.

Criada há 142 anos, a Biblioteca do TJ só veio ganhar uma melhor organização em 1961. Desde então, seus administradores têm tido o empenho de mantê-la, dentro do possível, atualizada. No ano passado, por exemplo, o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, determinou a sua direção que fosse feita a atualização dos Códigos e Livros Jurídicos, com aquisição de obras que já estejam de acordo com a nova Constituição federal.

Nesse sentido, a chefe da seção de Biblioteca, Maria do Carmo Guedes de Andrade, diz que o trabalho está sendo feito por etapas, de acordo com as prioridades traçadas pela Assessoria de Planejamento. "Estamos fazendo o possível para manter nosso material sempre atualizado com as alterações ocorridas na legislação do Estado e do país", frisou.

Usuários têm mais tempo para consultar a Biblioteca

Um exemplo disso, segundo ela, é a revista do Arquivo Forense. A biblioteca dispõe de todas as suas edições. A assinatura de jornais e revistas de jurisprudência é também uma das formas de manter o acervo atualizado. Diário Oficial da União (seção 1), Diário da Justiça da União (seção 1 e 2), Diário Oficial do Estado, além do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, são algumas das opções oferecidas pela biblioteca.

INFORMÁTICA

Maria do Carmo lembra que a biblioteca só permite o empréstimo domiciliar aos magistrados e ao pessoal do Ministério Público da Capital. "Ao público em geral, apenas é concedido o direito à pesquisa na própria biblioteca", ressalta. Para as suas consultas, os freqüentadores têm à disposição a sala de leitura "desembargador Dirceu Borges".

Além disso, a Biblioteca do TJPE dispõe de um terminal de computador que está ligado ao PRODASEN, Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, e ao SÓLIDO, banco de dados do Poder Legislativo do Estado de Pernambuco. Com esse acesso, os usuários podem receber informações precisas e num curto intervalo de tempo, agilizando suas pesquisas na área jurídica.

Segundo Maria do Carmo, os magistrados também podem fazer suas consultas e reservas através do telefone (ramal 273). "Assim não se perde tempo na procura de algum livro ou periódico", acrescenta. Nesse sentido, ela acha que o novo horário — sem o intervalo para o almoço — é uma medida que facilita o atendimento ao público. "Muitas pessoas utilizam esse horário para fazer seus trabalhos". E por falar em livros e consultas, amanhã, dia 12 de março, os funcionários da Biblioteca do TJ comemoram o Dia do Bibliotecário.

Desembargadores visitam Xingó

Atendendo convite da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-Chesf o presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, em companhia de seis desembargadores, juízes e assessores, viaja hoje a Canindé do São Francisco para conhecer a Usina Hidrelétrica de Xingó e o Complexo de Paulo Afonso. A programação inclui palestra sobre a Chesf e a Hidrelétrica de Xingó, visita ao canteiro de obras e às cidades de Piranhas, Delmiro Gouveia e Água Branca. Em Paulo Afonso serão visitadas as Usinas PA I, II, III e IV.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1993 Nº 46

Diário Oficial

A OUTRA FACE DO MAGISTRADO (II)

Itamar Pereira

*Colunista social nos anos 50, **Itamar Pereira da Silva** editava a **Revista do Turfe** patrocinada pelo **Jóquei Clube de Pernambuco**. Comentarista esportivo, ao lado do seu irmão **Laudenor** (conceituada figura da medicina brasileira na atualidade), vivia as glórias do rádio pernambucano, contratado pela famosa **PRA-8, Rádio Clube de Pernambuco.***

*Hoje, **Itamar** se vangloria de ser benemérito da Federação Pernambucana de Futebol, por indicação do inesquecível **Rubem Moreira**, é o único desportista do Estado que pertence a dois Conselhos Deliberativos de Clubes: — **"Sou do Náutico recomendado pelo 'Pagé' Elácio Barros Carvalho e faço parte do Santa Cruz na qualidade de Benemérito. Pelo Náutico eu morro. Pelo Santa eu mato".***

Desembargador Itamar Pereira

ITAMAR: o jovem radialista

Itamar Pereira criou fama como o primeiro locutor de turfe em Pernambuco, orientado por **Teófilo de Vasconcelos**, indiscutivelmente o mestre dos narradores radiofônicos da época, na modalidade.

Escalado certa vez para cobrir o **Grande Prêmio Brasil**, devidamente subvencionado pela **Rádio Clube**, **Itamar** tomou conhecimento de surpresa que o equipamento transmissor montado pela **Radional** tinha entrado em pane, a poucos minutos da largada. Cioso da sua responsabilidade diante do público ouvinte da **"emissora das duas ondas,"** o jovem locutor não pensou duas vezes. De uma das cocheiras, pelo telefone, simulou que estava numa cabine de pista e transmitiu vibrantemente todos os páreos do Grande Prêmio. De volta ao Recife foi entusiasticamente parabenizado.

Radialista Itamar Pereira com Cléo na PRA-8.

Na velha **PRA-8**, foi contemporâneo de Fernando Castelão, Eldenor Morais, Ivan Moury Fernandes, Célio Montenegro, Tavares Maciel, Aldemar Paiva, Nelson Ferreira, Abílio de Castro, Luiz Maranhão, Mário Libânio e tantos outros. No **Diário de Pernambuco**, como "cupincha" de Hélio Pinto, foi "foca" de Aníbal Fernandes, Mauro Mota, Paulo do Couto Malta e Antônio Camelo.

ITAMAR — o magistrado

Pernambucano do Recife, **Itamar** é filho de **Dina e Oscar Pereira.** Do seu pai — popularíssimo poeta, auto-didata e fulgurante orador — herdou uma filosofia de vida que caracteriza tanto sua dignidade profissional como sua virtuosa humildade.

— **"Meu pai, o eterno enamorado de Belo Jardim, se bacharelou na "universidade da vida. Sabia como ninguém, enfeitar de poesia e beleza todas as sessões dos juris em que atuava. Um professor mineiro na Escola de Magistratura, provocou minha emoção até às lágrimas, ao incluir meu saudoso pai entre os grandes oradores do país. Acho que o meu velho e querido Oscar foi o maior rábula que Pernambuco já conheceu."**

Formado pela **Faculdade de Direito do Recife, Itamar Pereira** foi promotor interino em **Lagoa dos Gatos e Buíque** e, posteriormente, juiz de direito em **Exu, São Bento do Una, Água Preta e Recife**, corregedor de justiça da 2ª entrância, corregedor da Justiça Eleitoral, membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral na categoria de juiz, e, em seguida, desembargador.

O TRIBUNAL DO CORAÇÃO

Depois de confessar que **"transpôs a última fronteira da sua carreira, usando como passaporte uma generosa promoção por merecimento", Itamar Pereira** anuncia que possui o excelso privilégio de presidir um pequeno Tribunal em família: — "Meus dois dedicados filhos **Itamar Júnior e Valéria**, ambos juízes no Recife e em Olinda, meu genro, juiz em Paulista e minha nora, estudante de Direito. O minitribunal se completa com a minha encantadora mulher **Léa** e a doçura de **Mirella**, minha graciosa e irresistível netinha."

Com a mesma frase com que **Itamar Pereira** encerrou o seu discurso de posse como desembargador, completamos esta reportagem em seu louvor no **Diário do Poder Judiciário: — "Espero ainda servir à Justiça, por todos os anos da minha vida, por todos os dias dos meus anos e por todos os minutos dos meus dias."**

Chesf comemora 45 anos

O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, participa das solenidades comemorativas aos 45 anos de existência da Chesf. A programação se inicia segunda-feira às 8 horas, no edifício André Falcão, da companhia, com hasteamento das bandeiras e prossegue com celebração de missa em ação de graças, sessão solene, abertura da Exposição Histórica, lançamento de coletânea comemorativa e inauguração da praça Apolônio Sales. O encerramento das festividades está previsto para as 20 horas, com apresentação da Orquestra Armorial de Câmara de Pernambuco, no Teatro Guararapes.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SABADO, 13 DE MARÇO DE 1993 Nº 47

Diário Oficial

Segurança para o Judiciário

Reciclagem do pessoal que trabalha na limpeza do Palácio da Justiça, vistoria e levantamento dos extintores existentes no prédio. Estas, as primeiras providências anunciadas pelo coronel Francklin Bezerra Santos, ao assumir a Assistência Policial Militar do Judiciário pernambucano. O curso, em data a ser marcada e com supervisão do Corpo de Bombeiros, prevê noções sobre uso de extintores, providências em caso de pequenos focos e como evitar grandes incêndios.

O objetivo é proporcionar maior segurança possível ao prédio. Concluído em 1930, o Palácio da Justiça ainda guarda muito de sua estrutura original, o que exige cuidados especiais na área de prevenção de acidentes. Há pouco tempo, o desembargador Carlos Xavier, presidente do TJ, determinou trabalho de recuperação das partes elétrica e hidráulica, com distribuição de 80 extintores pelo edifício.

PREVENÇÃO

A preocupação do cel. Francklin não se restringe ao Palácio. O Fórum Paula Batista e a Assistência Judiciária localizada na rua da Aurora, por sua estrutura antiquada e grande movimentação diária, também merecem cuidados especiais no que se refere à prevenção de incêndios. O próprio Grande Hotel, para onde serão transferidas algumas varas da Justiça, já se encontra sob proteção militar.

Nunca é demais prevenir. Principalmente quando se trata de prédios antigos com elevadores obsoletos e grande público interno e externo, cujo instrumento principal de trabalho é o papel. Na avaliação do coronel, esse cuidado é redobrado quando há solenidades no âmbito do TJ e durante as movimentadas sessões do júri, no Pleno e das Câmaras Cível e Criminal.

ASSISTÊNCIA

O coronel Francklin Bezerra Santos assumiu recentemente a Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça. O trabalho não se limita à segurança da presidência do TJ, mas de todos os membros daquela Corte e às instalações físicas dos diversos prédios que compõem o Judiciário pernambucano.

Fórum Paula Batista, anexo I da avenida João de Barros, Assistência Judiciária e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco fazem parte desse contexto. Também os Juizados Especiais de Pequenas Causas, depósito judicial, fóruns do Interior e, mais recentemente, o Grande Hotel, onde será instalado o Fórum Thomaz Cirilo Wanderley.

POLÍCIA MILITAR

Natural de Princesa Izabel, na Paraíba, o cel. Francklin está na Polícia Militar de Pernambuco há 28 anos. Antes de vir para o Tribunal de Justiça, estava na subchefia do Estado-Maior. Dentre os cargos ocupados, foi chefe do Estado-Maior da PM, chefe da Casa Militar no Governo Joaquim Francisco e presidente da Comissão de Assessoria Parlamentar da PM, durante as constituições federal e estadual. A referida comissão foi reativada com objetivos de acompanhar projetos de lei de interesse para o policial militar, durante a revisão constitucional.

O cel. Francklin, que recentemente fez curso de defesa civil em Israel, é bacharel em Direito e já participou do Conselho de Auditoria Militar, motivo pelo qual conhece os problemas do Judiciário pernambucano. "Além disso, o relacionamento profissional militar inclui o trato com a autoridade judicial, principalmente no período de eleições".

Profissional de Relações Públicas, o novo assistente policial militar do TJ é professor da Católica e licenciado pela Escola de Relações Públicas, ensina no Curso Superior de Polícia em convênio com a Fundação Joaquim Nabuco e tem curso de comunicação social pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército brasileiro. É autor de três publicações: "Relações Públicas para o PM", "Defesa Civil em Pernambuco" e "Comunicação Social nas Polícias Militares — uma nova concepção para um novo tempo".

Para o cel. Francklin, prevenir é fundamental.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barreto

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Fernandes Coêlho

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Paloma Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Christianne Andrade.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeida Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Bairro Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/9-814 — Telex: 3116.

Presidente recebe homenagem

Moradores de Itaíba e Águas Belas esperam com festa a chegada, hoje, do presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier. O desembargador vai assistir ao primeiro júri de Itaíba, que passou a contar com juiz titular. Segundo o escrivão Linderley Machado Vanderley, que responde pelas duas comarcas, a população fará uma grande homenagem ao chefe do Judiciário. "Ele resgatou o verdadeiro sentido da Justiça", afirmou. O presidente disse que se sente feliz com a homenagem, mas o que tem feito é apenas cumprir o seu dever.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1993 Nº 48

Diário Oficial

O presidente Carlos Xavier conversa com Odorico Freire sobre a instalação da 2ª vara de Catende.

Primeiro júri de Itaíba será hoje

No próximo mês, Itaíba comemora o retorno a sua condição de comarca, instalada há quase um ano. Hoje, a cidade realiza seu primeiro júri. O juiz titular, Emanoel Bomfim Carneiro Amaral, vai presidir a sessão, que será prestigiada pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier. O município, que há mais de 20 anos não tinha juiz, desde novembro conta com um magistrado residente na comarca, conforme determina a Constituição federal.

O julgamento marca, também, a inauguração da Sala do Júri. O réu, Manoel Benedito Alves Ferreira, é acusado de ter matado, no dia três de junho de 1986, Antônio Pedro de Carvalho, um doente mental, conhecido por todos na cidade. De acordo com o juiz Emanoel, dos processos em andamento na comarca, a grande maioria pertence à esfera criminal, principalmente casos de homicídio, portanto da competência do Tribunal do Júri.

Autoridades municipais irão assistir ao julgamento. Após a sessão, os moradores da cidade irão agradecer ao presidente o fato de ter enviado para lá um juiz titular, um pleito antigo da população, conforme adiantou Emanoel Bomfim. O primeiro júri de Itaíba está sendo aguardado com expectativa pelos habitantes locais.

CIDADE

Itaíba é uma pequena cidade sertaneja, localizada a 350 km da capital pernambucana. No período de 63 a 69, sustentou a condição de comarca, entretanto como o movimento processual era pequeno foi extinta pelo Governador e passou a Termo Judiciário de Águas Belas. Em 1981 foi recriada e veio a ser instalada em abril do ano passado, pelo então presidente João David de Souza Filho.

No Fórum da cidade estão em andamento 253 processos. De novembro para cá foram julgados 65 feitos. A comarca não tem promotor. Atualmente o de Águas Belas, Luís Andrade Oliveira, está acumulando o cargo. Um dos problemas que o juiz vem enfrentando, a falta de serventuários, será resolvido com a realização de concurso público no município, já autorizado pelo presidente do Tribunal.

Catende vai receber melhorias judiciárias

A instalação da 2ª vara da comarca de Catende deverá ser realizada pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, até o final do semestre. Esse é o desejo do chefe da Corte de Justiça, transmitido ao prefeito da cidade, Odorico Freire, durante encontro no Tribunal. "Espero atender à solicitação do prefeito. Tenho como objetivo melhorar a prestação jurisdicional em todo o Estado", afirmou Carlos Xavier.

Odorico Freire iniciou a restauração do fórum da cidade "Edmundo Jordão de Vasconcelos", da residência oficial do juiz e do promotor. "Todo esse trabalho está sendo realizado para viabilizar a instalação da 2ª vara da comarca, que tem uma única Vara Cível por Distribuição. O município vai emprestar todo apoio necessário à ampliação dos serviços jurisdicionais", declarou o prefeito.

A cidade de Catende fica a 150 km da capital pernambucana e tem cerca de 32 mil habitentes, que vivem basicamente da cultura da cana-de-açúcar. O município tem uma das maiores produtoras de açúcar do Estado, a Usina Catende.

A comarca foi instalada em 1942, pelo então juiz Edmundo Jordão de Vasconcelos, que deu nome ao foro. Atualmente responde pelo município o juiz titular, Ailton Soares.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvira Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco
e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, s/nº — Sº Andar — Recife-PE. — CEP
50.010 — Fone: 424.3811/8-214
— Telex: 3116.

Desembargador Carlos Xavier recebe diploma e homenagem

Governador Anibal Barcellos confere diploma ao presidente do TJPE, por ocasião de sua passagem pelo Marco Zero do Equador, transpondo a linha divisória do Globo Terrestre. A recente viagem do des. Carlos Xavier à região do Oiaporque, foi realizada em atendimento ao convite especial que lhe foi formulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Amanhã (20) no Recife, o presidente do Poder Judiciário do Estado, recebe homenagem da Editoria de Polícia do Rádio Jornal, como um dos "Destaques do ano de 1992".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1993 Nº 51

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (III)

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo — Juiz de Direito da Vara Privativa de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas da Comarca do Recife — conscientizou-se, desde jovem, que a música tornava os homens mais humildes e generosos. Tecladista amador, aprendeu com o Papa João XXIII que a sua arte "propiciava uma união entre os homens, não somente de maneira passageira, sob a influência de um sentimento efêmero, mas, inculcando-lhes a grande idéia da fraternidade".

O magistrado Adalberto na Comarca do Recife

O MÚSICO

Matriculando-se no Instituto Musical de Caruaru aos 16 anos de idade, Adalberto de Oliveira Melo, juntamente com suas irmãs Maria de Fátima, Maria Aparecida e Maria Salete, recebeu da professora Carminha Siqueira, todas as noções preliminares da teoria musical e iniciação prática para o domínio do acordeon e do piano.

Com o trágico desaparecimento de seu pai em 1969, vítima de acidente automobilístico, Adalberto já conhecido e consagrado como exímio tecladista, instalou uma Escola de Música na cidade de Garanhuns, com a finalidade de adquirir recursos para ajudar na manutenção da família.

Com a sua arte pode suportar as agruras da injustiça com que feriram profundamente seus familiares. Convivendo com o ilustre juiz de direito da Comarca de Caruaru — Dr. Plácido de Souza — notável magistrado e brilhante compositor pernambucano, participou de movimento de jovens, através de festivais de músicas clássicas, religiosas e populares sem fins lucrativos.

Consolidou portanto, superando a desditosa fase de dificuldades e sofrimento, sua paixão pelos atos da Justiça, que, indiscutivelmente, o encaminhou a estudar Direito e ingressar com determinação na magistratura.

O MAGISTRADO

Promovido à Comarca do Recife, Adalberto de Oliveira Melo prosseguiu se utilizando da música como um dos meios humanos que a Providência lhe ofereceu para sua elevação e purificação. Participando de festas promovidas pela Associação dos Magistrados de Pernambuco, teve o ensejo de conviver com músicos excepcionais, também juízes, a exemplo de Hélio Siqueira, Wellington Gadelha, Zamir Machado Fernandes e José Antônio Amorim, além das vozes privilegiadas dos desembargadores Cláudio Américo de Miranda e Mauro Jordão de Vasconcelos.

AO SOM DO "AGRAVO DE INSTRUMENTO"

Este Conjunto Musical, integrado desde 1991 pelo juiz Wellington Gadelha (guitarra & vocal); promotor de justiça Hélio Fonseca (percussão); advogados João Lins (guitarra base) e Joaquim Barreto (vocalista); professora universitária Liliane Jamir (baixo & vocal); empresário Djair Reis (bateria & vocal) e o oficial de justiça Ricardo Santos (técnico de som), constitui-se numa presença prestigiosa e aplaudida nas mais movimentadas promoções e festas beneficientes do Recife. Desnecessário acrescentar que o virtuose do órgão eletrônico e o mais entusiasta do "Agravo", chama-se Adalberto de Oliveira Melo.

O juiz Adalberto ao teclado do seu Conjunto Musical

A MENSAGEM

"Todos aqueles que são adeptos da boa música, adquirem a sensação estética que depois da fome e do amor, é o instinto mais difundido da espécie humana. Todos aqueles que têm problemas afetivos, levando-os a prejudicar o seu semelhante por atos de egoísmo, têm a oportunidade de encontrar na música os meios de elevar-se a Deus, pondo em prática os seus ensinamentos, que propiciam a vida eterna".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 20 DE MARÇO DE 1993 Nº 52

Diário Oficial

Sala "Everardo Luna"

A sala dos advogados, que funciona no Fórum Paula Batista, leva o nome de "Everardo Luna". Trata-se de uma homenagem àquele que foi uma das maiores expressões da cultura jurídica pernambucana, na opinião de Jorge Neves, presidente da OAB-PE. Instalada há quatro meses pela Corregedoria Geral da Justiça, por solicitação da Ordem, a sala dispõe de coleção de códigos e de estrutura funcional adequada ao atendimento aos bacharéis em Direito.

Candidato a concurso recebe cartão

O Tribunal de Justiça começa a distribuir, segunda-feira, o cartão de inscrição do concurso para juiz substituto de primeira entrância. A entrega, até sexta, dia 26, será feita na Praça do Derby, 177, pela manhã e à tarde. O concurso começa dia 4 de abril, no bloco G da Universidade Católica, às 8 horas. O candidato deve chegar com uma hora de antecedência.

Até julho teremos novos juízes, afirma Tertuliano

A primeira prova, elaborada pela Arconsult, tem 100 questões objetivas. O candidato disporá de cinco horas, devendo obter nota mínima cinco. A correção, a ser feita por computador, pode estar concluída uma semana após. Depois de publicado o resultado desta fase, será definida a data da segunda prova - uma dissertação - cujo tema será sorteado pela Comissão Examinadora do concurso. A terceira etapa, prova prática consistindo de sentença criminal e outra civil, será posteriormente marcada.

Homologado esse último resultado, o candidato deve requerer inscrição definitiva num prazo máximo de 10 dias, provando o cumprimento das obrigações eleitoral e militar e apresentando certidão de inexistência de antecedentes criminais, atestado de idoneidade moral e civil e diplomas. Na oportunidade, ele já recebe guia para se submeter a exames de saúde e psicotécnico, perante órgãos credenciados, até 15 dias após.

SINDICÂNCIA

O pedido de inscrição definitiva será deferido pelos 15 desembargadores, em sessão plenária, baseados em sindicância da vida pregressa e social do candidato, feita pela Corregedoria Geral da Justiça e entrevista realizada pela Comissão Examinadora. Aquele que tiver sua inscrição indeferida será automaticamente eliminado do concurso. O restante será, ainda, submetido a prova oral. O tema será sorteado pela Comissão, dentre todo o programa, com 24 horas de antecedência.

Previsão do secretário da Comissão Examinadora, Tertuliano Feitosa, é de que o concurso estará concluído até final de julho, com publicação dos habilitados pela imprensa oficial. A nomeação, por ordem de classificação, será feita no início de agosto, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. O concurso tem validade por dois anos, a partir da data de homologação dos aprovados, podendo ser prorrogado por igual período.

A Comissão Examinadora é composta pelos desembargadores Francisco de Sá Sampaio (presidente), Anur Pio dos Santos, Edgar Sobreira, bacharel José Carlos Cavalcanti de Araújo (representante da OAB) além do secretário bacharel Tertuliano Feitosa.

CANDIDATOS

Um total de 1.753 candidatos disputa cerca de 100 vagas no interior do Estado. O número de inscritos cresceu em relação aos dois últimos concursos - 714 e 932 respectivamente. Isso se deve à eliminação do ponto de corte, à dispensa de experiência profissional anterior e à ampliação da idade limite, que passou de 45 para 65 anos, por determinação constitucional.

Em contrapartida aos feriados forenses, férias de 60 dias e salário inicial em torno de Cr$ 56 milhões, cada novo magistrado terá que fixar residência na comarca para onde for designado. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, essa é uma exigência da Constituição federal que será fielmente cumprida.

Esse pode não ser o último concurso do ano. Caso as vagas não sejam todas preenchidas, o desembargador Carlos Xavier fará nova seleção de magistrados, ainda antes de fevereiro de 94, quando conclui seu período à frente do Tribunal de Justiça. Nos dois últimos concursos, apenas 24 e 17 novos juízes foram, respectivamente, aprovados e nomeados.

Etapas

Somente a primeira prova tem data marcada: 4 de abril. As etapas seguintes serão definidas de acordo com a liberação do resultado anterior. Veja, aqui, cada fase a ser cumprida no processo de seleção de novos magistrados.

Prova objetiva - cem questões - dia 4 de abril
Prova dissertiva
Provas práticas criminal e civil
Pedido de inscrição definitiva
Sindicância da vida pregressa e social feita pela Corregedoria
Entrevista realizada pela Comissão Examinadora
Prova oral - tema sorteado com 24 horas de antecedência
Homologação dos aprovados
Nomeação, possivelmente no início de agosto

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Bídio Rocha Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gomes e Christiano Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Ida Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DIAT/PE

Redação:
Pça. da República, 301 - 2º and. Ambiente - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R-214 - Telex: 3116.

Exercício da profissão é tema de conversa

Acompanhados pelo professor Fernando Lapa, 23 alunos do curso de Direito da Universidade Católica visitaram o desembargador Carlos Xavier, chefe da Corte de Justiça pernambucana. Xavier, que também é professor daquele curso, conversou sobre o exercício da profissão com os futuros bacharéis.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1993 Nº 53

Diário Oficial

Justiça debate modernização

Durante o Encontro de Juízes da 3ª Entrância, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça pernambucana, representantes dos Judiciários carioca, mineiro e gaúcho expuseram os resultados do esforço realizado em torno da modernização jurisdicional nos respectivos Estados. O Encontro teve a participação do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio.

Slaibi: Justiça carioca

Implantado há três anos, o programa de modernização do Judiciário carioca já trouxe resultado positivo, com 61% de processos julgados durante o ano passado, contra 40 e 36% em 1991 e 1990, respectivamente. A informação é do juiz corregedor Nagib Slaibi Filho, um dos palestrantes do Encontro de Juízes de 3ª Entrância, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça pernambucana.

Apesar do efeito, o programa nada tem de sofisticado. Os procedimentos formais foram eliminados e as rotinas cartorárias foram simplificadas, tanto quanto a lei permite. Provimento do corregedor daquela Justiça estadual fortaleceu o papel do escrivão, que passou a funcionar como supervisor, deixando o processamento dos feitos com o escrevente. Ao juiz cabe atuar, apenas, nas audiências, decisões interlocutórias e sentenças. Concurso realizado no primeiro ano de implantação do programa, permitiu o aumento do número de funcionários em 40%, mas não houve modificação na estrutura judiciária. "Tentamos conviver com o que já dispúnhamos, apenas acoplando os novos serviços aos órgãos já previamente existentes", disse o magistrado.

Slaibi, Kupidlowsky e Moussi falam da experiência em seus respectivos Estados

O Judiciário carioca tem, hoje, 552 juízes - 70 no Tribunal de Justiça, 62 no Tribunal de Alçada e 420, na primeira instância. De acordo com o representante daquela Justiça, a terceira entância detém as maiores dificuldades, já que representa 52% do todo o Estado. Cerca de 400 mil processos se encontram, atualmente, em tramitação.

Kupidlowsky: Justiça mineira

O juiz corregedor auxiliar de Minas Gerais, Francisco Kupidlowsky, durante a palestra, expôs o trabalho que vem sendo realizado em seu Estado, com o objetivo de modernizar o funcionamento do Judiciário.

Segundo o juiz corregedor, a informatização do Foro da Capital foi realizada em 1983, após dois anos de estudos e planejamento sobre a melhor maneira de implementá-la. Hoje, conta com uma Central de Mandados e com uma Central de Guias. A primeira funciona como a que existe aqui em Recife; já a segunda constitui-se um setor totalmente informatizado ainda não adotado aqui.

Com um total de 293 comarcas em todo o Estado, são realizadas, no mínimo, dez corregições gerais anualmente. Uma resolução interessante no que diz respeito às corregições é o fato de o juiz corregedor auxiliar, quando necessário, assumir a função jurisdicional. Caso uma determinada comarca tenha um grande estoque de processos, é o juiz corregedor quem vai auxiliar o seu colega, que responde pela comarca, a colocar em dia os feitos, podendo, inclusive, prolatar sentenças.

Ao comparar o Foro do Recife com o de Belo Horizonte, o juiz Kupidlowsky afirmou que a informática demanda tempo e planejamento, mas que ambos os fóruns parecem funcionar a contento. Alguns aspectos foram priorizados em Recife. Outros, em Belo Horizonte. Por exemplo, lá existe a Central de Guias. Aqui, já é realizado o cruzamento de dados, enquanto que, em Belo Horizonte, isso ainda não foi feito.

De acordo com o que ressaltou, uma novidade é o fato da Corregedoria de Minas estar sendo informatizada. A obtenção de micros possibilita o armazenamento de dados, o que vai facilitar ainda mais o funcionamento do Judiciário.

Moussi: Justiça gaúcha

Para o juiz do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, Breno Moussi, os problemas do Poder Judiciário só serão resolvidos com "vontade política". É assim que, em apenas seis meses, um processo criminal consegue ser julgado no Judiciário gaúcho. Ex-juiz corregedor e ex-diretor do Fórum de Porto Alegre, Moussi disse, durante o Encontro, que o Judiciário pernambucano pode atingir esse patamar a curto prazo.

"Para que isso ocorra, é preciso que haja uma posição crítica permanente de cada magistrado. Essa postura vai refletir numa preocupação com acesso à justiça e o seu bom funcionamento", acrescenta Moussi. Ele acredita que os problemas são os mesmos em qualquer lugar. "O fundamental é dar essa mexida na cabeça dos juízes. Essa é a mudança mais importante. As outras virão naturalmente".

Moussi lembra que o cidadão comum quer, na ocorrência, saber se ganhou ou se perdeu. Por isso, ele defende que o juiz faça do formalismo na hora de dar a sentença. "O que pode ser feito em uma página não precisa ser feito em dezesseis. O que importa é o resultado final".

Durante sua palestra, o juiz Breno Moussi demonstrou os resultados obtidos no Rio Grande. Segundo ele, os juízes entenderam essa proposta e o fórum gaúcho conseguiu resultados excelentes, sendo considerado o melhor do País.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edvin Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Pelva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Jill Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 224.3811/R.344 - Telex: 3116.

FUNDAJ - BIBLIOTECA

Juiz mineiro visita Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, recebeu a visita do juiz da Comarca de Caratinga, Minas Gerais, Geraldo Lins de Sales, titular da Vara Criminal e da Infância e Adolescência. O magistrado veio conhecer o Judiciário pernambucano e conversou sobre sua experiência no dia-a-dia da Justiça mineira.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1993 Nº 54

Diário Oficial

O desembargador Etério presidiu os trabalhos durante o Encontro de Juízes da 3ª Entrância

Corregedor analisa propostas dos juízes da 3ª entrância

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barbosa

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celene Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/ramal-214 - Telex: 3116

O que fazer para melhorar a prestação jurisdicional no Recife? Para responder essa questão, juízes da 3ª entrância, reunidos em encontro promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, formularam 12 proposições, que foram apresentadas ao corregedor geral, Etério Ramos Galvão. Essas propostas surgiram ao final do encontro, que na avaliação da maioria dos participantes foi bastante significativo e trouxe motivação aos magistrados.

O encontro serviu como uma reciclagem, afirmou o desembargador Etério. "A partir dele vamos ter juízes mais modernos. Começamos discutindo temas genéricos e estes foram se restringindo, resultando em tema específico - A prestação jurisdicional na capital". As proposições dos magistrados serão analisadas e implantadas. A maioria delas já vem sendo desenvolvida pela corregedoria, lembrou o desembargador.

Entre as propostas se destacam: a informatização do foro da capital, ampliação dos espaços físicos, aperfeiçoamento dos recursos humanos, o estabelecimento de novas rotinas cartorárias (trabalho de organização e método), criação do quadro de assessores dos juízes, ampliação do número de desembargadores, criação de maior quantidade de varas especiais, instalação de um cartório de arquivo permanente, ampliação das varas da Assistência Judiciária para a Família. Os juízes reivindicaram a realização de reuniões periódicas e encontros sistemáticos.

EXPERIÊNCIA

O processo de modernização do judiciário de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, foi apresentado por juízes dos respectivos Estados. Segundo o desembargador Etério Galvão, a experiência de modernização desses foros será aproveitada aqui no Recife. Em Minas Gerais por exemplo foi criado um mutirão, através do qual nenhum processo, pronto para sentença, fica paralisado no cartório e isso será implantado na 3ª entrância.

Petrolina tem Colégio Recursal

O Colégio Recursal do Juizado de Pequenas Causas de Petrolina vai se reunir esta semana para distribuição dos processos. Durante o encontro serão definidos também a data e local do julgamento dos feitos. O Conselho é composto pelos juízes: Jovaldo Nunes (presidente), Ricardo Paes Barreto e Raimundo Nonato de Souza Breyner Filho.

Até o momento, apenas quatro processos foram remetidos pelo coordenador do juizado e estão sob a responsabilidade do presidente da Comissão. Outros feitos deverão chegar, antes mesmo da realização do julgamento. Logo que a sessão seja marcada, será amplamente divulgada para que chegue ao conhecimento dos advogados e das partes.

A intenção do presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, é formar o Colégio com magistrados da região onde o juizado está instalado, mas devido à carência de juízes, nomeou um conselho provisório formado por juízes da capital. De acordo com Jovaldo Nunes, assessor da presidência, esta seria a melhor solução. Já que iria se ter maior agilização no julgamento dos processos encaminhados para o Conselho Recursal.

A outra face de um magistrado (IV)

O jovem poeta e redator-secretário do "Correio de Catende", "Cidadão Honorário" de Ribeirão e autor do Código Tributário do município onde nasceu, Mário Alves de Souza Melo é, atualmente, o magistrado mais antigo do Tribunal Regional Eleitoral - TRE. Nesta sexta-feira, ele é o homenageado do Diário Oficial do Poder Judiciário.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1993 Nº 55

Diário Oficial

Estatuto da Criança

e do Adolescente

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
E
FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO
PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ciclo de Estudo começa hoje

Um Ciclo de Estudo Sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, que deve acontecer durante todo o ano de 1993, tem início hoje, pela manhã, no Auditório do Juizado da Infância e da Juventude, localizado à rua Fernandes Vieira, nº 405.

O evento, aberto ao público, constará de uma mesa-redonda que irá discutir a "Colocação em Família Substituta" e vai contar com a participação das promotoras Arabela Matos e Maria Eduarda Ribeiro do Vale Estima, um representante da Corregedoria Geral da Justiça e do juiz titular da 2ª Vara de Infância e da Juventude do Recife, Luiz Carlos Figueiredo.

A proposta do Ciclo, que está sendo promovido pela 2ª Vara, é de estabelecer um debate sistemático sobre os direitos da Criança e do Adolescente, sob o aspecto do Judiciário, com o objetivo de esclarecer e conscientizar a sociedade sobre os problemas ligados ao menor. Assim, a cada mês, no decorrer do ano, será debatido um tema diferente.

A mesa-redonda de hoje, que vai tratar da adoção, deve esclarecer a polêmica que existe em torno do assunto, além de divulgar algumas novidades como o cadastro de adoção e a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élbio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenize Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Cleidiane Alderson.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.302 - DET.08

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/81-214 - Telex: 3150.

Lei disciplina processo de adoção

O Estatuto da Criança e do Adolescente fala sobre o problema da adoção no seu capítulo III, seção III, "Da Família Substituta". Nele, a Lei 8.069/90 diz, por exemplo, que "a adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando", sendo dispensado esse procedimento quando os pais forem desconhecidos.

Mas, ressalva o artigo 43 da referida Lei, que a adoção só será deferida "quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos". É preciso também que haja, antes do parecer do juiz, um chamado "estágio de convivência", com prazo determinado pela autoridade judiciária, observadas sempre as peculiaridades de cada caso.

Alvo de muitas polêmicas, a adoção internacional deve estar de acordo com os artigos 51 e 52 do Estatuto, onde é considerada uma "medida excepcional", devendo o estrangeiro apresentar documentação do seu país de origem, dando-o por habilitado à adoção. Podendo ser condicionada também a um estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária específica, que fornecerá um laudo para instruir o processo competente.

Essas e outras questões relativas à adoção serão analisadas no Ciclo de Debates promovido pelo Judiciário estadual, que tem demonstrado uma preocupação especial com a questão dos menores. Um exemplo disso é o convênio firmado com a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, que já possibilitou a realização de um encontro de serventuários e juízes que trabalham nesta área e a compra de equipamentos para os juizados, além da reprodução de 500 exemplares do Estatuto e confecção de um manual de normas, rotinas e procedimentos.

Embaixador discute economia do Oriente Médio

Racismo, economia, fanatismo religioso, sistema penitenciário e juventude foram alguns dos temas relativos ao Brasil e Oriente Médio, que figuraram na pauta de conversações entre o desembargador Carlos Xavier e o embaixador do Egito, Mahmoua Adbel Moniem Mourtada. O diplomata foi recebido no Salão Nobre do Palácio da Justiça, por ocasião de recente visita feita ao Judiciário pernambucano.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1993 Nº 56

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (IV)

Mário Alves de Souza Melo

Juiz Mário Melo - professor de Direito Eleitoral

Natural da cidade pernambucana imortalizada pelos versos de Ascenso Ferreira, Mário Alves de Souza Melo - de pretensões poéticas e jornalísticas ao tempo de jovem diretor do "Correio de Catende" - foi concluinte da turma de 1955 da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, da qual faziam parte o saudoso Marcos Freire e o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Sampaio.

Autor do Código Tributário da sua terra natal, Mário Melo chega com notoriedade aos seus 31 anos de Juiz como o magistrado mais antigo do TRE, e, conseqüentemente, atual presidente dos pleitos eleitorais em Pernambuco.

"VOU DANADO PRÁ CATENDE..."

Os primeiros estudos de Mário Melo, tiveram lugar no Colégio Santa Terezinha, em Catende onde nasceu, filho do próspero comerciante Guilhermino Melo e de sua mulher Otinilna. Transferindo-se para o Recife, o jovem estudante fez, respectivamente, os cursos primário, ginasial e colegial clássico, no Colégio Marista, Ginásio Pernambucano e Colégio Carneiro Leão. Tangido pela precoce vocação das Letras e das Leis, foi concluinte da turma de 1955 da Faculdade de Direito, de onde, não resistindo ao chamamento sentimental da sua terra "foi danado prá Catende", onde ingressou na vida pública como advogado, professor de Francês e Latim, redator-secretário do "Correio de Catende" e secretário-geral da prefeitura.

OS CAMINHOS DO MAGISTRADO

Inscrito em concurso realizado pelo TJPE, o bacharel Mário Melo obteve brilhantemente o 3º lugar, sendo nomeado em março de 1962 para exercer o cargo de juiz de Direito titular da comarca de Panamirim. Entre sucessivas remoções e promoções, deixou sua marca de seriedade e competência em Belém de Maria, Correntes, Altinho, Ribeirão, Cortês e Recife, onde por merecimento chegou auspiciosamente em 2 de janeiro de 1978. Na Capital, o juiz Mário Melo é titular da 3ª Vara da Família, emprestando inestimável colaboração à Corregedoria Geral e à Presidência do Poder Judiciário. Integra o Conselho da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, na condição de Fundador.Como juiz de Ribeirão, foi agraciado com um Título de Cidadania outorgado pela Câmara e motivado pelos onze anos de significante atuação à frente daquela importante comarca pernambucana. Pertence à Associação dos Magistrados com relevante desempenho em congressos nacionais, onde sempre se destacam suas valiosas contribuições de artigos jurídicos.

UM POETA CHAMADO "MELAÇO"

Do seu casamento com Maria Benildes, na Matriz de Santana, em Catende, ganhou três filhos: Mário Roberto (estudante em Israel), Ricardo (Engenheiro Civil cursando Direito) e Marcos (aficionado da Matemática). Talvez até com surpresa para eles, revela-se agora a verdadeira identidade do poeta "Melaço", de versos bucólicos, apreciados pela sociedade catendense, porém satíricos e temidos pelos senhores feudais das usinas e dos engenhos, nos idos de 1957.

Sua inspiração pairava sobre o casario e festas juninas da sua cidade. Vez em vez se detinha na paisagem do campo, defendendo o trabalhador rural da crueldade de alguns fazendeiros. Como neates fragmentos do poema EMGENHOS & USINAS, publicado em março de 58 no "Correio de Catende:"

"O canavial verde
mar ondulante d'esperança
onde a vista alcança
fé, riqueza, engenhos saudosos
das Casas Grandes e Senzalas...
Damas, anquinhas, passaram...
Ruralistas penando agricultores
afilhados de usineiros,
escravos do arado, da fosforita...
Celebra a Usina:
um milhão de sacos..
Sucedendo às tradições
palpita o coração de um só,
o dono dos sacos aos milhões...
Será ele o rei das tradições!"

Poeta, jornalista e universitário Mário Melo

Pleno vota ampliação do TJPE

A ampliação do quadro de desembargadores que formam o Tribunal de Justiça de Pernambuco será votada segunda-feira durante reunião do Pleno, onde os 15 desembargadores devem decidir se esse número atual deve passar para 27. O projeto de ampliação é de autoria do presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 27 DE MARÇO DE 1993 Nº 57

Diário Oficial

Estatística revela movimento processual

Carlos Xavier reconhece acúmulo de processos

Mais de 400 mil processos - precisamente 417.578 - foram transferidos do final de 1992 para o início deste ano. Do total, 32.751 feitos pertencem à primeira entrância, 127.542 à segunda e 257.285 à comarca da Capital. A estatística faz parte do relatório sobre o movimento processual no Estado, divulgado recentemente pela Corregedoria Geral da Justiça.

Os dados não foram satisfatórios, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, já que comprovam aumento de processos em tramitação nas diversas comarcas pernambucanas. Para diminuir o acúmulo de feitos nas prateleiras das varas instaladas, o magistrado defende a realização de concursos para preenchimento de vagas na magistratura estadual e o cumprimento das ações do Ministério Público, da Defensoria Pública e Polícia Judiciária, previstas constitucionalmente.

Apesar das dificuldades, como estrutura inadequada, necessidade de concurso para serventuários de justiça e ainda muitas vagas na magistratura estadual, alguns juízes ultrapassaram a marca das 1.000 sentenças prolatadas durante o ano passado. São eles: José Maria Florentino, da 1ª Vara da Fazenda Municipal, com 1.834 feitos julgados; Wellington Gadelha de Freitas, da 1ª Vara Privativa da Família e Registro Civil, e Leopoldo de Arruda Raposo, da 1ª Vara de Sucessões e Registros Públicos, respectivamente com 1.065 e 1.063 sentenças. Os três, da Capital.

PRODUTIVIDADE

Há pouco tempo, o Diário Oficial publicou o movimento forense da comarca do Recife, relativo ao quarto trimestre do ano passado. Hoje, é publicada a relação dos cinco juízes que mais fizeram audiências e julgamentos nas primeira e segunda entrâncias, durante o mesmo período. A estatística é da Corregedoria Geral da Justiça.

Primeira entrância: os juízes que mais julgaram foram Basílio Antônio Guerra, de Santa Cruz do Capibaribe, com 105 julgamentos; Carlos Antônio Alves da Silva, de Aliança, com 78; José Nunes Siqueira, de Ipojuca, com 74; Laiete Jatobá Neto, de João Alfredo, com 69 e Severino Coutinho da Silva, de Buíque, com 61 julgamentos.

A maior quantidade de audiências foi dos juízes Basílio Antônio Guerra, de Santa Cruz do Capibaribe, 97; José Nunes Siqueira, de Ipojuca, 94; Fernando Antônio Sabino Cordeiro, de Petrolândia, 71; Laiete Jatobá Neto, de João Alfredo, 68, e Rinaldo Adilson de Souza, de Lajedo, com 60 audiências realizadas.

Segunda entrância: os cinco magistrados que mais julgaram foram Antônio Vital de Moraes, da vara da Fazenda Pública de Olinda, com 1.039 julgamentos; André Rui de Andrade Albuquerque, da Assistência Judiciária de Jaboatão, 315; Antônio Floriano da Silva Filho, 1ª Vara Criminal de Jaboatão, 227; Emanuel Santos Júnior, Assistência Judiciária de Caruaru, 205, e Walter Gomes de Melo, 1ª Vara de São Lourenço da Mata, com 185 julgamentos.

No mesmo período, os juízes Emanuel Santos Júnior, da Assistência Judiciária de Caruaru; Luciano de Castro Campos, da 2ª Vara Criminal de Olinda; Antônio Floriano da Silva Filho, da 3ª Vara Criminal de Jaboatão; Flávio Pessoa de Souto Maior, de Gravatá, e André Rui de Andrade Albuquerque, da Assistência Judiciária de Jaboatão, realizaram 179, 168, 157, 140 e 127 respectivas audiências.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Bisneto Ramos Chaves

Assessor de Imprensa: Aldemar Paiva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Christianne Alcântara.

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Júlio Gonçalves e Celeste Dias 1.192 - DRT/PE

Redação: Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8214 - Telex: 3116.

Juizado de Paulista: Tribunal estuda mudança

O Juizado de Pequenas Causas de Paulista poderá ser transferido para outro local. De acordo com o assessor da presidência, Jovaldo Nunes, será feito estudo na área para levantamento de um espaço mais adequado para instalação. A atual localização não oferece condições de prestar um bom serviço à população. "Se estivesse em um lugar de melhor acesso, o juizado seria mais procurado pelos moradores da área", afirmou.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1993 Nº 58

Diário Oficial

Gelásio Rocha veio ao Recife fazer palestras e visitou o Tribunal

Carlos Xavier prestigia aniversário de Ipojuca

O Município de Ipojuca comemora hoje (30) 147 anos de fundação. A festa, promovida pela Prefeitura, contará com a presença do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O convite foi formulado pelo prefeito da cidade, Alberto Costa Filho, em recente visita que fez ao TJ, acompanhado do juiz da Comarca José Nunes de Siqueira, do presidente da Câmara, Amaro Alves, e do secretário de Administração, Mário Araújo.

Desembargador português visita Tribunal

Em visita ao Recife, onde participou de palestra na Fundação Joaquim Nabuco, o desembargador da Cidade do Porto, Gelásio Rocha, esteve no Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo sido recebido pelo presidente Carlos Xavier e alguns desembargadores que integram a Corte de Justiça. Na ocasião, os magistrados conversaram sobre o Judiciário dos respectivos países.

O desembargador português destacou que a visita, de caráter informal, consolida os contatos e a amizade dos que fazem a Justiça nos dois países. "Encontrei aqui no Brasil e igualmente existem no Porto, magistrados que expressam a Justiça em sua plenitude. São exemplos do bem querer e do bom viver.

O magistrado destacou que as críticas à atuação do Judiciário ocorrem em todo lugar. Na sua opinião os defeitos da Justiça são de infra-estrutura e não dos próprios juízes. Referindo-se ao cargo de chefe de Justiça, Gelásio destacou "sei o quanto custa ser presidente de um Tribunal. Nem tudo corre bem. Os interesses são conflitantes. O acúmulo de processo é grande".

Ao final do encontro, o des. Carlos Xavier presenteou Gelásio Rocha com uma publicação que conta a história do Palácio da Justiça e ganhou em troca uma medalha comemorativa dos 400 anos de fundação do Tribunal da Relação da Cidade do Porto, o mais antigo de Portugal.

Banco do Brasil recebe custas judiciais

O recolhimento de custas e taxas judiciais nas comarcas do interior do Estado, onde não há representação do Bandepe, pode ser feito nas agências do Banco do Brasil. A medida foi tomada após entendimentos entre a Superintendência do banco e o corregedor geral, Etério Ramos Galvão.

Para que o pagamento de taxas e depósitos judiciais pudessem ser efetivado foi aberta conta no Banco do Brasil em nome da Corregedoria Geral da Justiça. A conta nº 54503-1, agência Dantas Barreto, nº 0325-5 foi criada para facilitar os serviços dos advogados e a população em geral, nas cidades que não contam com o Bandepe.

CAPITAL

O pagamento das custas e taxas na Capital pode ser feito em qualquer agência do Bandepe. A mudança ocorreu há pouco tempo. Até então, apenas o posto de Serviço do Tribunal de Justiça tinha autorização para fazer esse tipo de recolhimento. A partir de entendimentos com a direção do banco, o corregedor conseguiu levar o benefício aos advogados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Cristiano Alcântara.

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/98-214 - Telex: 3133.

Ministério Público realiza Encontro Nacional

Realiza-se em Brasília, nos dias 12 a 16 de abril, o I Encontro Nacional de Procuradores do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Os interessados devem procurar a Associação do Ministério Público, para maiores informações. Segundo a procuradora do TC-PE, Eliana Guerra, durante o Encontro serão discutidos temas como Licitações e Contratos Administrativos no novo Ordenamento Jurídico, Controle da Constitucionalidade e Problemas da Revisão Constitucional.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1993 Nº 59

Diário Oficial

Comarca de São José será restaurada

Após vinte e nove anos como termo judiciário de Barreiros, a Comarca de São José da Coroa Grande será restaurada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, no próximo dia 11, com o apoio do prefeito do município, Lívio Tenório.

Prefeito e Carlos Xavier marcam restauração da comarca para o próximo dia 11

A data foi marcada durante encontro entre o chefe do executivo e o desembargador-presidente, no Palácio da Justiça. Carlos Xavier afirmou que a restauração é necessária e que pretende preencher os cargos para o devido funcionamento do fórum, o mais rápido possível.

Cedido pela prefeitura local ao Judiciário, o fórum contará, ainda, com doação de móveis pelo governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, que tem colaborado com a melhoria da prestação jurisdicional, uma das metas do presidente Carlos Xavier.

Segundo o chefe da Corte de Justiça, há muito loteamento no município, que é área praieira. Restaurando a comarca, pretende-se agilizar os processos existentes em andamento, atualmente, em Barreiros.

Celpe orienta projeto do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, pretende modificar toda a eletrificação interna e externa do prédio, uma vez que a situação atual não oferece total segurança àqueles que trabalham no Palácio da Justiça.

Segundo o desembargador-presidente, o projeto é de urgência. A eletrificação do TJ data de 1926. Com a modernização, foram surgindo o ar condicionado, computadores, máquinas elétricas e necessidade de maior iluminação. O uso dessas facilidades tem provocado uma sobrecarga nas instalações elétricas.

Devido ao quadro que já foi constatado pela Assessoria Técnica do TJ, a Celpe foi contatada para oferecer orientação sobre os procedimentos que devem ser tomados em relação às mudanças necessárias. Engenheiros da Companhia estiveram no Tribunal, com o objetivo de conhecer os problemas apresentados.

De acordo com o diretor comercial, Frederico Tavares, a Celpe se responsabiliza apenas pela parte externa. Entretanto, fará uma avaliação técnica da situação interna para, então, orientar o Judiciário no sentido de oferecer uma maior segurança ao funcionamento do prédio.

O presidente Carlos Xavier afirma que, diariamente, gasta Cr$ 2 milhões em energia elétrica. Com essa modificação na rede, o desembargador espera que a estética do prédio seja mantida, sem haver qualquer prejuízo da arquitetura, e, ainda, que o custo diminua, uma vez que o problema da sobrecarga deverá ser resolvido.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elísio Fernandes Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiano Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeide Dias

Redação:
Pça. da República, s/nº — Santo Antônio — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex: 3115.

A Outra Face do Magistrado (V)

Seja como jornalista, poeta ou magistrado, o ato de escrever sempre esteve presente na vida de Napoleão Tavares. Ex-repórter do Diário da Manhã, o desembargador Napoleão espera publicar um livro com suas poesias. Essa é a outra face do magistrado que será mostrada amanhã, na seqüência das reportagens especiais.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 01 DE ABRIL DE 1993 Nº 60

Diário Oficial

Desembargador propõe mudanças no sistema penitenciário

Na semana passada, o desembargador Nildo Nery, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, participou do I Simpósio Nacional sobre Execuções Penais e Privatizações dos Presídios, em Joinville, Santa Catarina. Especialista na área, o magistrado falou sobre a falência do sistema penitenciário brasileiro e, ao final, propôs uma série de medidas para mudar o quadro atual.

Nildo Nery acrescentou que a completa falência da prisão, como instrumento de recuperação social o condenado, é uma das mais daquelas conclusões da moderna criminologia. Segundo ele, relatório de uma comissão nomeada pelo Governo federal ara estudar o assunto apontou prisões brasileiras como erdadeiras "escolas de criminalidade".

Um dos principais problemas das prisões no país é superlotação. Segundo o desembargador, no sudeste de da a situação é crítica: São ulo tem 22 mil detentos e uma eficiência de 12 mil vagas; o Rio Janeiro conta com mais de 10 il presos; e Minas Gerais segue mesmo caminho. Mas ele reconhece que "em todo o país, não forem construídos novos estabelecimentos, vários barris de pólvora poderão explodir a qualquer momento".

Mas a superpopulação não é o único problema que os presos enfrentam. Duas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em Recife revelam que a indiferença com relação à pena, o isolamento com o mundo externo, somado à desnaturação progressiva, fazem da prisão um local extremamente hostil, onde o contato de um grupo contra, ao invés de gerar um relacionamento profundo, limita-se cada vez mais superficial e físico, incentivando diversas formas de desvios de conduta".

Outra situação preocupante, segundo o desembargador Nildo Nery, é a da ressocialização do ex-presidiário. As estatísticas mostram que 70% deles voltam à prisão. "Essa reincidência tem como principal causa a sociedade. O indivíduo não consegue emprego e vê-se compelido a praticar crimes". Mas ele acrescenta que se houver uma boa campanha publicitária é possível que parte do problema seja solucionado.

Nildo Nery aponta alternativas para o quadro atual

PROPOSTAS

A experiência do desembargador Nildo Nery sobre o tema já vem desde os anos 50. Em 1958, ele fez um estágio de três meses na Europa, quando já pôde constatar a enorme distância que separa as prisões brasileiras e européias. Em 1985, realizou uma pesquisa sobre o encarceramento de doentes mentais para o Ministério da Justiça da Itália.

Já no ano passado, como um dos diretores da Escola Nacional da Magistratura, ele teve a oportunidade de conhecer um pouco da realidade penitenciária norte-americana. Lá, ele viu a preocupação dos americanos com o bom funcionamento do sistema. Nesse sentido, a privatização de prisões tem sido a solução encontrada por alguns Estados.

Em Nova Iorque, o desembargador observou que vem predominando nos Estados Unidos a chamada "pena alternativa de prestação de serviços à comunidade". Essa medida proporciona uma oportunidade ao jovem delinqüente - que é o alvo desse programa - de sair do "submundo". "Os números revelam que 62% deles conseguiram se recuperar", diz o magistrado.

Mesmo sabendo que nenhum país do mundo conseguiu sanear seu sistema penitenciário com "medidas ideais", o desembargador Nildo Nery pregou, ao final de sua palestra, que alternativas devem ser procuradas, e apontou algumas que ele considera importantes:

I - Destacar entre os atuais presídios aqueles que possam servir de modelo. Com a ajuda do Governo federal, eles seriam equipados para que o pessoal penitenciário do resto do país fizessem estágio;

II - A título de experiência, fazer a privatização de uma prisão;

III - Criar, em cada Estado, uma prisão-escola só para os detentos na faixa de 18 a 21 anos de idade, com apoio do SENAC;

IV - Atribuir a um órgão especializado em cada Estado a incumbência de cuidar da execução das penas restritivas de direitos;

V - Cada Governo estadual estabelecer convênio com as Universidades para o aproveitamento dos seus alunos de diversos cursos em estágios no sistema penitenciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Xavier Pedro

Corregedor-Geral:
Dra. Belkis Bezerra Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gomes e Cleidiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias L.282 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.381 139-214 - Telex: 3136.

Concurso começa domingo

Começa, domingo, o concurso para juiz substituto de 1ª entrância, promovido pelo Tribunal de Justiça. A prova, com 100 questões objetivas, começa às 8 horas, no bloco G da Universidade Católica. Os candidatos devem chegar com uma hora de antecedência, com carteira de identidade e cartão de inscrição. A comissão examinadora espera corrigir as provas no prazo de uma semana. Os 1.753 candidatos concorrem a cerca de 100 vagas no interior do Estado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 1993 Nº 61

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (V)

José Napoleão Tavares de Oliveira

Poeta, ainda e sempre, **José Napoleão Tavares de Oliveira** confessa que o ato de escrever, seja como magistrado, jornalista ou versejador, está cada vez mais presente em sua vida. Não sabe de onde vem essa aptidão - **"Sei apenas que escrevo desde que fui alfabetizado. É um gesto quase automático, mas carregado de sentimento".**

Repórter do **Diário da Manhã** e colaborador do **Jornal do Commercio** e **Diario de Pernambuco** quando estudante, **Napoleão Tavares**, membro da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça desde agosto de 1992, confessa que **"afinal de contas, julgar também é um ato de emoção".**

O MAGISTRADO

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, o ex-professor de Direito Civil da Universidade Católica de Pernambuco, **José Napoleão Tavares de Oliveira**, ingressou na magistratura a 30 de maio de 1962, na comarca de Santa Maria da Boa Vista. Com invejável competência passou por Jaboatão, Brejo da Madre de Deus e São José da Coroa Grande. Depois, corregedor da Justiça de 1ª Entrância, atuou em Bom Conselho e Bom Jardim, para finalmente chegar ao Recife em 1968.

Desembargador Napoleão Tavares na 2ª Câmara Cível do TJPE

Na capital pernambucana, **Napoleão Tavares** foi juiz substituto e juiz da Vara de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas durante 17 anos. Atuava na 6ª Vara Cível, quando pelo critério de antiguidade foi nomeado desembargador.

Ex-supervisor da Escola Superior da Magistratura, não esconde sua forte inclinação pela literatura, revelando especial preferência pelos romancistas **Graciliano Ramos, Machado de Assis e Rachel de Queiroz**. Dentre os poetas, seus favoritos são **Manuel Bandeira e Cruz e Sousa**, guardando porém a mais carinhosa referência ao seu colega **Geraldo Valença** - juiz pernambucano já falecido - e ao advogado **Edmir Domingues**.

MACAPARANA
- o chão do poeta

Natural de Macaparana, **Napoleão Tavares**, como estudante e jornalista, não regateava elogios à sua terra, cultivando ainda hoje o hábito de dizer que a cidade onde nasceu é um oásis de clima privilegiado na Zona da Mata de Pernambuco. Pouco herdou dos seus familiares na arte da poesia. Apenas o jornalista **Fabrício Tavares de Melo**, seu tio distante, demonstrava pender para as letras, atuando como redator-chefe do jornal **"A Serra"**, que circulava no seu município.

Não obstante, para o deleite de sua esposa **Salete**, e o justo orgulho dos seus queridos filhos, **Adriana, Fábia, Márcia e Napoleão Filho**, deixa transparecer seus sentimentos de poeta, através da poesia - mesmo bissexta - que gosta de produzir.

Como este soneto, **"As mãos e o azul"**, escrito na Praia de Tamandaré nos primeiros dias deste ano de 93:...

As tuas mãos, amiga, tão carentes
tomei-as invisíveis; e imaturos
caminhamos, cuidando de futuros,
que de passados fomos dois ausentes.

Nossos passos, então, foram mais prestes
e na busca do azul nos arvoramos.
Alcançados os montes, lá deixamos
os sapatos, as máscaras e os gestos.

Nos largos da esperança nos fizemos
(intocadas as rosas amarelas),
de luas encantadas, a avalanche:

Sono, sonhos, espaços e aquarelas.
Com essas mãos unidas, a revanche:
na vertigem do azul amanhecemos.

Perfeccionista, o poeta-desembargador divulga os seus versos no âmbito dos parentes e amigos mais íntimos. Para os aficionados em geral, promete editar uma coletânea num futuro bem próximo.

O poeta Napoleão Tavares ao lado da sua musa Salete em 1967

Pró-Lazer amplia convênios

Um total de 25 hotéis mantém, hoje, convênio com o Pró-Lazer, para desconto de até 40% nas diárias. Estão localizados nos municípios de Carpina, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Ipojuca, Itamaracá, Paulista, Petrolina, Recife, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Serra Talhada, Taquaritinga e Triunfo.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 03 DE ABRIL DE 1993 Nº 62

Diário Oficial

Fazenda Municipal pode ter mais duas varas

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, está preocupado com a quantidade de processos em tramitação nas duas varas da Fazenda Municipal, algo em torno de 120 mil feitos. A instalação de outras duas varas, já criadas, só depende mesmo da disponibilidade de espaço físico. O magistrado pretende resolver o problema ainda este ano.

Banco de Dados facilita informação processual

Está em funcionamento o Banco de Dados da 1ª Vara da Fazenda Estadual, conforme instrução de serviço do juiz auxiliar Jackson Borges de Oliveira. Todos os processos em tramitação – cerca de 1.400 – já estão cadastrados. As partes interessadas podem obter informações pelo telefone 424-2225, acerca do andamento das ações.

Marcos Vilaça faz conferência no TJ

Está certa a participação do ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União, na solenidade de aniversário de 171 anos de instalação do Tribunal de Justiça, no dia 13 de agosto. A proposta, de autoria do desembargador Carlos Xavier, foi aprovada por unanimidade, em sessão plenária. A presença do acadêmico, segundo o chefe da Corte de Justiça, é motivo de honra para o Judiciário estadual.

A programação de aniversário será elaborada pela presidência do TJPE junto à sua assessoria. Além da conferência de Marcos Vilaça, 16 personalidades serão agraciadas com a Medalha do Mérito "Des. Joaquim Nunes Machado". Trata-se da maior comenda judiciária, destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da Justiça.

O Conselho da Medalha deve se reunir no próximo mês, sob a presidência do desembargador Francisco de Sá Sampaio, para apreciar as indicações. Como chefe da Corte de Justiça, o desembargador Carlos Xavier pode propor dois nomes. Os demais componentes, apenas um.

A Medalha foi criada em 1985. Compreende três graus – classe ouro, prata e bronze – além de uma alta distinção, representada por um colar. Leva a denominação de uma das figuras mais marcantes da história da judicatura pernambucana. Natural de Goiana, Nunes Machado nasceu no dia 15 de agosto de 1809 e morreu como revolucionário e líder a 2 de fevereiro de 1849.

Des. Sampaio presida Conselho

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gomes e Cleônicos Alcântara.

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cláudio Dias
1.192 - DRDPE

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3911/91-214 - Telex: 3190.

Prefeito de Camaragibe visita Tribunal

O presidente Carlos Xavier recebeu visita de cortesia do prefeito de Camaragibe, João Lemos que veio acompanhado do secretário de Assuntos Jurídicos, Roberto Moraes. Os parlamentares conversaram com o desembargador sobre as condições do prédio do Fórum local, que no momento está com alguns problemas. Carlos Xavier destacou que vem recebendo os prefeitos do interior e que o Tribunal de Justiça está a disposição e os problemas, na medida do possível serão resolvidos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 06 DE ABRIL DE 1993 Nº 63

Diário Oficial

Mais duas Varas Municipais poderão ser instaladas

O prefeito do Recife em exercício, Silvio Pessoa visitou na última sexta-feira o Tribunal de Justiça, tendo sido recebido pelo presidente desembargador, Carlos Xavier. Durante uma rápida conversa os dois discutiram sobre os problemas do município. Silvio afirmou que o prefeito Jarbas Vasconcelos está interessado em apoiar as duas Varas Municipais, que foram criadas há alguns anos e ainda não foram instaladas.

O presidente Carlos Xavier salientou que a instalação depende de espaço físico. Caso a Prefeitura do Recife disponha desse espaço a inauguração poderá ocorrer o mais rápido possível. As duas Varas da Fazenda Municipal estão com acúmulo de processos e a criação de novas iria permitir maior agilização dos feitos. "O município está perdendo renda, já que os processos em tramitação demoram a serem julgados, o que vem facilitando a vida dos sonegadores" afirmou.

O desembargador Carlos Xavier está preocupado com a quantidade de feitos nas duas Varas da Fazenda. De acordo com dados do ano passado, estão em tramitação nas duas Varas, em torno de 120 mil feitos. No momento em que a Prefeitura dispor de espaço a instalação será realizada, o que poderá acontecer ainda este ano.

Silvio Pessoa conversou com o desembargador-presidente sobre as Varas Municipais

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Clímaco e Cristiano Alckmin.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mão Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRDPE

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/421.3144 - Telex: 2118.

Tribunal troca computador central

Esta semana o Tribunal de Justiça de Pernambuco divulga o resultado do processo licitatório para compra da nova Unidade Central de Processamento que vai substituir o computador Cobra. As propostas estão sendo analisadas por técnicos do Núcleo de Organização e Sistema. A máquina a ser adquirida deverá atender as novas necessidades do sistema de informática do TJPE, que dispõe dos mais modernos equipamentos.

Os recursos para compra da máquina foram autorizados pela secretaria da Fazenda do Estado e serão liberados em duas parcelas, logo que o processo de tomada de preços esteja concluído. No início do ano o valor do computador foi calculado em torno de 1,5 (um bilhão e meio). A compra da nova central vai ampliar a capacidade do sistema, já que a atual, pelo tempo de uso, não tem condições técnicas de funcionar. De acordo com Lisete Peixoto, diretora do Núcleo de Organização e Sistema, os equipamentos mais sofisticados estão sendo utilizados no Tribunal e são responsáveis pela agilização na prestação jurisdicional. Além disso a área administrativa passou a funcionar melhor. "Com a aquisição da nova central e com os micros e impressoras que o TJ possui poderemos dar uma resposta ainda mais imediata, daquilo que se espera do Tribunal", concluiu.

Os equipamentos existentes no NOS tem possibilitado a realização de diferentes trabalhos, entre os quais, editoração gráfica, hologramas e confecção de diplomas e que são produzidos em impressora colorida.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 1993 Nº 64

Diário Oficial

Relação de aprovados

O Diário Oficial divulga, hoje, relação dos aprovados na primeira fase do concurso para juiz de 1ª entrância, promovido pelo Tribunal de Justica. Dos 1.433 que fizeram a prova, 627 foram classificados. A próxima etapa _ uma dissertação _ está marcada para o dia 25, no Colégio da Polícia Militar, à Rua Henrique Dias, 609, Derby.

Falta de juiz atrapalha adoção

A falta de juízes na 2ª entrância é um problema com o qual o Judiciário pernambucano vem convivendo dia a dia. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, tem enfrentado essa ausência de magistrados através de concursos públicos. Entretanto, a 2ª entrância continua a ser a mais prejudicada pela atual situação, uma vez que existe o critério de carreira do qual o juiz depende para ser promovido, saindo das comarcas de 1ª para as de 2ª entrância.

Tal deficiência da prestação jurisdicional levou representantes da Pousada Aconchego, uma associação filantrópica que lida, hoje, com trinta e duas crianças, a procurarem o desembargador Carlos Xavier. A presidente, Maria Irene Ferraz; a vice, Cleide Maria Varella e a advogada da associação, Jacileide Bernardo vieram fazer um apelo ao chefe da Corte de Justiça para que fosse designado mais um juiz para a comarca de Jaboatão.

Segundo afirmaram, a Pousada tem tido um grande problema com os processos de adoção, que estão emperrados por falta de juiz. Por outro lado, é difícil encontrar magistrado na vara que deveria constar de tais feitos. "As crianças estão conosco e há pais na lista de espera, mas a colocação em família substituta não se concretiza porque os processos de adoção não têm sido julgados", explica Maria Irene. As representantes do Aconchego ressaltam que a deficiência não é privilégio de Jaboatão, mas tem se constituído o grande impecilho para as crianças que esperam um lar.

Desembargador Carlos Xavier vai sanar deficiência da 2ª entrância

JABOATÃO DOS GUARARAPES

A Comarca de Jaboatão, de 2ª entrância, conta com onze varas, sendo oito cíveis e três criminais. Dessas, apenas três têm juízes titulares. As demais estão sendo acumuladas pelos magistrados da comarca vizinha do Cabo. Segundo o desembargador-presidente, o problema é generalizado. Uma prova disso é o fato de estar recebendo, constantemente, pedidos de prefeitos de municípios de comarcas de 2ª entrância.

UMA ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA

Com dez anos de trabalho prestados, a Pousada Aconchego tem assistente social, advogada, pediatra e enfermeiras. Agora está sendo contratada uma professora e será instalado um posto médico. A associação tem sido sustentada por pais adotivos que formaram a Associação Aconchego França, no exterior. De acordo com a presidente da Casa, tudo que tem sido realizado na Pousada é com a ajuda financeira que vem da França.

A Associação acolhe atualmente trinta e duas crianças, sendo vinte e duas carentes de favela, que ficam na creche enquanto as mães vão trabalhar, e outras dez que esperam ser adotadas. O critério estabelecido para adoção é rigoroso. Dossiês dos casais interessados são avaliados cuidadosamente até ser traçado o perfil da criança que pode se adequar melhor àquela realidade. A espera é o grande desafio. "As creches se tornam depósitos enquanto os juízes não despacham os processos", argumentam os responsáveis pela associação.

Segundo informam, a procura maior é dos casais estrangeiros, que tentam adotar legalmente. Os brasileiros não se habilitam por causa da burocracia. Os processos não têm início porque falta juiz e é criada a grande celeuma da adoção.

APELO

As representantes expuseram a situação ao presidente Carlos Xavier que garantiu tentar superar essa deficiência o mais rápido possível. Frente ao apelo das responsáveis pela Pousada Aconchego, o desembargador Carlos Xavier tranqüilizou-as que vai sanar o problema dentro do Judiciário pernambucano. Ele prometeu ainda que irá visitar a Pousada para se tornar uma testemunha de todo trabalho que tem sido realizado com as crianças abandonadas e carentes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Junqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editoria:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DIU/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3810/03-214 - Telex: 3106.

AMEPE discute Revisão Constitucional

Nesta segunda-feira, dia 12, às 16:30 horas, a Associação dos Magistrados de Pernambuco realiza um debate sobre "A Magistratura e a Revisão Constitucional". A diretoria da Entidade convida todos os associados a participarem das discussões. As sugestões serão encaminhadas ao Encontro Nacional a ser promovido pela Associação dos Magistrados do Brasil.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 1993 Nº 65

Diário Oficial

Aprovados realizam dissertação no dia 25

O Tribunal de Justiça divulgou, na última terça-feira, o resultado da primeira prova do concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância. Dos 1.753 candidatos inscritos, apenas 627 conseguiram a classificação para prosseguir no concurso, 320 faltaram e 806 foram reprovados, pois não atingiram a média cinco. A próxima etapa da seleção ocorrerá no dia 25 de abril, às 8 horas, no Colégio da Polícia Militar de Pernambuco, no Derby.

No último concurso, apenas 17 juízes tomaram posse

Nessa segunda fase, os 627 candidatos farão uma dissertação cujo tema será sorteado pela Comissão Examinadora do concurso. Passada esta etapa, os aprovados serão submetidos à prova prática, que consta de uma sentença criminal e outra civil. A data desta terceira etapa será posteriormente marcada.

A última fase do processo de seleção para Juiz Substituto de 1ª Entrância será uma prova oral, com o tema sendo sorteado com 24 horas de antecedência. A previsão é de que até o final de julho o Poder Judiciário possa divulgar os nomes dos candidatos habilitados no concurso. A nomeação, por ordem de classificação, será feita no início do mês de agosto, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

O chefe da Corte de Justiça espera que todas as vagas no quadro da magistratura estadual – em torno de cem – sejam preenchidas pelos aprovados nesse concurso. Caso isso não se concretize, ele pretende realizar, até fevereiro de 94, quando conclui sua administração à frente do TJPE, mais uma seleção para Juiz Substituto de 1ª Entrância.

A preocupação do desembargador Carlos Xavier é devido ao baixo número de aprovados nos últimos concursos realizados pelo Tribunal de Justiça. Nas duas seleções passadas, somadas as inscrições, foram mais de mil candidatos para apenas 41 novos juízes aprovados.

Para o concurso atual, pensando nesse problema, foram feitas inovações para aumentar o número de candidatos inscritos e, conseqüentemente, o número de aprovados. A não exigência de experiência profissional, a ampliação do limite de idade e o fim do posto de corte trouxeram, de imediato, um resultado positivo: foram 1.753 inscrições, quase o dobro das registradas nos dois últimos concursos.

O concurso público tem sido um dos caminhos encontrados pela atual administração para resolver o problema de acúmulo de processos no Judiciário estadual. Para isso, o presidente do TJ, des. Carlos Xavier, promete preencher todas as vagas ainda existentes na magistratura de Pernambuco.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilo Ramos Calvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Abdalara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cláudio Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 6º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3815/05-214 - Telex: 3116.

Prefeitos pedem apoio ao Judiciário

A visita de prefeitos do interior de Pernambuco tem sido uma constante no Tribunal de Justiça. Na semana passada, foi a vez de o chefe do Poder Executivo de Afogados da Ingazeira, Antônio Valadares, fazer uma visita de cortesia ao presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Totonho Valadares, como é mais conhecido, veio solicitar a designação de um juiz para a Comarca de Afogados.

O desembargador-presidente assegurou que fará o possível para atender à comunidade, através da melhoria da prestação jurisdicional. A cidade de Afogados, que fica a mais de 400 quilômetros do Recife, no sertão do Pajeú, é uma Comarca de 2ª Entrância. A falta de juízes nessa Entrância é um problema constatado pelo Judiciário. Para sair da 1ª para a 2ª Entrância, o juiz tem que ser promovido pelo critério de carreira.

Outro político que esteve com o presidente do TJ foi Luiz Alves de Oliveira, prefeito de Gravatá. Ele veio pedir ao desembargador Carlos Xavier apoio para a instalação da 2ª Vara daquela Comarca. Durante a visita, o prefeito informou ao chefe do Judiciário que a Câmara Municipal já aprovou a lei que desapropria uma área destinada à construção do Fórum da cidade.

Parlamentares visitam Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier vai receber amanhã (14-04) a visita do deputado Felipe Coelho, presidente da Assembléia Legislativa, acompanhado da Mesa Diretora. O deputado assumiu a presidência da Assembléia há cerca de dois meses, sendo esta a primeira visita que faz ao Palácio.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1993 Nº 67

Diário Oficial

São José: outra vez Comarca

A cidade de São José da Coroa Grande comemorou 31 anos de emancipação política, no último domingo, com a reinstalação da Comarca. A solenidade foi pelo presidida pelo chefe da corte de Justiça de Pernambuco, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. O município voltou à condição de Comarca, após ter passado 29 anos como Termo Judiciário de Barreiros. O Fórum foi denominado Antônio Félix da Silva, em homenagem a um antigo tabelião de Barreiros.

A restauração da Comarca de São José atendeu reivindicação da população local, levada ao conhecimento do desembargador-presidente pelo chefe do executivo municipal, Lívio Tenório. A reinstalação vai promover maior agilidade no andamento dos feitos, que estavam em andamento no Fórum de Barreiros e que serão transferidos para a cidade.

O prédio para instalação do Foro foi cedido pela Prefeitura local ao Judiciário. Os móveis foram doados pelo governo do Estado, através da Secretaria de Justiça, que, segundo o presidente do TJ, tem colaborado em todas as instalações, contribuindo dessa forma, para a ampliação e melhoria dos serviços jurisdicionais em Pernambuco. O juiz Dorgival Soares de Souza fez o discurso de instalação.

MUNICÍPIO

São José da Coroa Grande é uma cidade praieira e fica a 123 Km do Recife. As praias e o clima quente úmido fazem o município se destacar como ponto turístico. A população atual é de 11.498 habitantes, que vive basicamente da agricultura e comércio, com destaque para a economia informal, que se caracteriza pela confecção de trabalhos em coco, búzios e ostras.

São José da Coroa Grande ocupa uma área de 70 Km². O solo argiloso torna-se apropriado para cultivo permanente, as principais culturas são: cana-de-açúcar, coco, batata-doce, mandioca e banana. Esses produtos são exportados e responsáveis pela geração de renda na região.

As praias de S. José da Coroa Grande, Pau Apique e Prainha, são os principais atrativos. O município é formado pelo distrito-sede e pelos povoados de Abreu do Una, Várzea do Una e Cravará. O distrito foi criado pela Lei Municipal nº 05, de 30-12-1901. Durante algum tempo, São José integrou o município de Barreiros, voltando depois a ser denominado S. José da Coroa Grande. Em 11 de abril de 1962 ganhou autonomia política.

Ricardo Paes Barreto, membro do Colégio Recursal de Petrolina

Colégio Recursal julga feitos de Petrolina

Os integrantes do Colégio Recursal do Juizado de Pequenas Causas de Petrolina estarão reunidos no dia 31 deste mês, para julgarem os processos remetidos pela coordenação do JPCs. A sessão terá início às 14:00h, na sala da Assessoria de Planejamento, no 1º andar do Palácio da Justiça. Dentro de poucos dias a pauta de julgamento, intimando os advogados e as partes, será publicada no Diário Oficial.

Jovaldo Nunes Gomes, presidente do Colégio, ressaltou que apenas quatro recursos chegaram à comissão. Isso comprova, segundo ele, que a atuação do órgão tem sido boa e o índice de conciliação satisfatório. Esse índice no mês passado foi de 81,93%. Cada processo passa, em média, 15 a 20 dias para ser julgado. Quando ocorre instrução de julgamento o período é de 30 a 45 dias.

Instalado há pouco mais de um ano, o Juizado de Pequenas Causas de Petrolina está atendendo à população em dois turnos, tendo à frente os juízes. Solon Otávio de França, coordenador, e titular da 1ª Vara da Assistência Judiciária e Jorge Américo Pereira de Lira, que responde também pela 3ª Vara Cível. Atualmente estão em tramitação 164 feitos, dos 1.742 que foram instaurados desde que o órgão começou a funcionar.

O Colégio Recursal do Juizado de Petrolina é composto pelos juízes Jovaldo Nunes (presidente), Ricardo Paes Barreto e Raimundo Nonato de Souza Braynner Filho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Frederico de Sá Junqueira

Corregedor-Geral:
Dr. Dílio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celene Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - Nº Anexo - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3811/88-314 - Telex: 3116.

A Outra Face de um Magistrado (VI)

O gosto pela música vem dos seus avós, que criaram a Banda "23 de Maio", em Santa Luzia, sertão paraibano, sua terra natal. Formado pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do Rio de Janeiro, ex-professor e ex-diretor do Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba, Zamir Machado Fernandes tocou trompete e piston profissionalmente. Hoje, é um pianista só para a família. Essa face do juiz Zamir, da 11ª Vara Cível, é a sexta reportagem da série, a ser publicada amanhã.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1993 Nº 69

Diário Oficial

OAB DISCUTE PLEBISCITO

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, está promovendo, nos dias 15 e 16, hoje e manhã, um debate sobre o plebiscito da próxima semana, quando o país decidirá qual a forma e o sistema de governo que deve ser adotado pelo Brasil. O convidado especial é o subprocurador geral da República e professor titular da Universidade de Brasília – UNB, Inocêncio Mártires Coelho.

O encontro será realizado no auditório da OAB-PE, na rua do Imperador, 235. As inscrições serão feitas no local. As palestras começam às 19 horas e devem acabar por volta das 21 horas.

No ano passado, os servidores tiveram um bom rendimento nas aulas

Curso de inglês começa dia 27

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está promovendo mais um curso de aprendizagem da Língua Inglesa. As aulas começam no próximo dia 27 e as inscrições já estão abertas no 3º andar do Palácio da Justiça. São oferecidas 28 vagas, divididas em duas turmas, uma para iniciantes e outra para pessoas que tenham um conhecimento básico do inglês.

As duas turmas – básico 1 e 2 – terão aulas nas terças e quintas, na Escola Superior da Magistratura. O primeiro módulo das 8:30 às 10:00 e o segundo, das 10:00 às 11:30 horas. O final do curso está previsto para o mês de dezembro.

Para o professor José Guilherme Nascimento, do Núcleo de Recursos Humanos do TJPE, essa é mais uma oportunidade dos funcionários do Poder Judiciário tomarem conhecimento da Língua Inglesa. "Hoje em dia, conhecer outra língua é fundamental em qualquer profissão. Principalmente o inglês, que é utilizado em todo o mundo", frisa Guilherme. Ele lembra a importância desse curso também para aquelas pessoas que trabalham com a informática. "Para essas pessoas, o inglês é imprescindível", completa o professor. Por tudo isso, a coordenadoria do NRH acredita no interesse dos servidores pelas aulas. Sem contar que o curso é inteiramente grátis.

No ano passado, entre os meses de agosto e dezembro, o NRH realizou um curso semelhante ao que será ministrado agora. Segundo o professor José Guilherme, o aproveitamento dos participantes do curso anterior foi muito bom. "A nossa idéia, tanto antes como agora, é fazer com que os participantes entendam e falem fluentemente o inglês", completa.

Para que isso aconteça, foi escolhido, como conteúdo programático do curso, o método da conversação direta. Essa metodologia também prevê a utilização do vídeo cassete nas aulas, com a programação de fitas didáticas da Língua Inglesa. Ao final do curso, serão conferidos certificados de participação aos alunos aprovados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Zobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élito Renne Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Mavani Cinco e Cristiana Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
I.302 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.000 - Fone: 424.1811/0-214 - Telex: 3116.

Poderes Judiciário e Legislativo se encontram

"Uma cortesia" foi como o deputado Felipe Coelho, presidente da Assembléia Legislativa, classificou a visita que fez ao chefe do Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier. O parlamentar estava acompanhado dos deputados Fausto Freitas e Anísio Bezerra, integrantes da Mesa daquela Casa legislativa. O plebiscito e a seca nordestina foram assuntos dominantes na conversa do grupo. Presentes, o desembargador Francisco de Sá Sampaio e os juízes Antônio Macedo Malta e Mário Mello.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1993 Nº 70

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (VI)

Zamir Machado Fernandes

Ao ingressar na magistratura em 1968, Zamir Machado Fernandes – músico por vocação e hereditariedade – trocou o seu piston da Banda de Música "23 de Maio", na cidade paraibana de Santa Luzia, pelo piano dos saraus familiares, onde atualmente mata as saudades do seu tempo de estudante no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro e de emérito professor e diretor do Conservatório de Canto Orfeônico do Estado da Paraíba. Hoje, o íntegro magistrado da 11ª Vara Cível, sem frustrações, ainda se confessa um predestinado pela música, muito mais emotivo do que técnico: – "Sem amor pelo que se faz, não existe arte nem emoção."

Zamir Machado Fernandes – vida de emoções nas leis e na música

O DESTINO DO JUIZ

Filho de Francisco Augusto Fernandes – mestre da Banda "23 de Maio" e Escrivão do 2º Ofício da Comarca de Santa Luzia na Paraíba – Zamir Fernandes herdou do pai a dupla inclinação para os encantos da música e os mandros da justiça.

Em João Pessoa fez o seu curso de Direito e, simultaneamente, através de uma bolsa, aprendeu música no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro, especializando-se nas cadeiras de corn e clarinete.

Sua carreira na magistratura estava direcionada para Pernambuco, onde se iniciou há 25 anos pela comarca de Bonito. Depois de 8 meses foi transferido, respectivamente para Flores e João Alfredo, onde permaneceu por um período de 5 anos em cada uma delas. Chegando à 2ª entrância, ocupou a Comarca de Limoeiro, da onde, após 7 anos, por critério de antigüidade foi designado merecidamente para o Recife.

Na capital pernambucana sua trajetória judiciária começou como juiz substituto da 1ª Vara de Família (3 anos), 8ª Vara Cível (2,5 anos) e 7ª Vara Cível (1 ano), passando em seguida a cobrir as férias dos titulares das 9ª, 6ª e 1ª Varas Cíveis.

A partir de 1991, com eficiente desempenho passou a responder pela 11ª Vara Cível.

O DESTINO DO MÚSICO

Pertencente a uma família de músicos, Zamir Fernandes nasceu na cidade de Santa Luzia, sertão paraibano localizado abaixo da serra da Borborema. Seus avós paterno e materno, Ezequiel Fernandes e José Augusto Machado, respectivamente, foram mestres da "Banda 23 de Maio", transferindo a batuta para Francisco Augusto, casado com Francisca Machado, seus queridos genitores.

Acalentado pela atmosfera musical da família, onde se incluíam tios e irmãos, Zamir Fernandes teve sua tendência estimulada dentro da própria casa, onde depois dos solfejos passou a dominar a escala do trompete, instrumento que escolheu para integrar a orquestra regida pelo próprio pai.

Na capital paraibana, dirigiu com muita dedicação e competência o Conservatório de Canto Orfeônico do Estado.

A MÚSICA DE ZAMIR

Zamir Fernandes restringe sua arte na atualidade ao ambiente privado da família. As vibrações sonoras atingem diretamente sua sensibilidade e o seu piano amigo ainda permanece como o elemento de ligação sentimental entre o passado e o presente.

Gostaria de entender sua tendência musical ao campo da composição. Sensato, entende que se fez apenas intérprete e que o compositor nasce feito. Não possuindo o dom maravilhoso de compor, sublima todas as suas evocações, tocando com a alma que Deus lhe deu, em louvor da sua mulher Waldereza e dos filhos queridos Juliano, Werther e Raquel.

Tímido na sua maneira de viver, Zamir Fernandes é artisticamente um poderoso, porque, segundo ele próprio, "a música é a mais poderosa das artes."

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldazar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Maraval Glauco e Christianne Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias

Lei 192 - DOE/PE

Redação:
Pça. da República 449 - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-214 - Telex: 8116.

País discute Direito Processual Civil

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, confirmou presença no II Congresso Nacional de Direito Processual Civil. O Encontro se realiza na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, durante o período de 27 a 31 de julho, reunindo as maiores expressões da cultura jurídica brasileira.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 17 DE ABRIL DE 1993 Nº 71

Diário Oficial

Concurso pede conhecimento gramatical

O candidato ao concurso para juiz substituto de 1ª entrância, em fase de realização pelo Tribunal de Justiça, não deve estar atento apenas ao conhecimento jurídico. Erros gramaticais também prejudicam o resultado da prova prática de dissertação, marcada para domingo 25. A decisão é da Comissão Examinadora por entender que um juiz, a quem cabe proferir sentenças, deve ser capaz de redigir com clareza, objetividade e conhecimento do idioma.

O exame será realizado na Escola da Polícia Militar de Pernambuco, à Rua Henrique Dias, Dérbi. Os 627 candidatos serão distribuídos em 18 salas, cada uma com um juiz da capital, especialmente designado pela Comissão para fiscalizar o processo. O tema da dissertação será sorteado dentre todo o programa por um dos concorrentes, à frente dos demais, minutos antes da prova. Dez funcionários do Tribunal de Justiça foram convocados para serviço de apoio.

A Comissão Examinadora, presidida pelo desembargador Francisco de Sá Sampaio, dará um prazo de quatro horas para a realização da prova. Para aprovação nesta fase, cada candidato deve tirar nota igual ou superior a cinco. Segundo o Secretário da Comissão, Tertuliano Feitosa, o resultado será dado em 20 dias, no mais tardar, quando será anunciada a data da próxima etapa, uma prova prática, constando de uma sentença penal e outra civil.

O número de aprovados na primeira etapa desse concurso – 627 concorrentes – foi considerado alto pela Comissão Examinadora, em relação ao baixo índice apresentado nos processos seletivos anteriores. Isso se deve à extinção do ponto de corte, bastante utilizado nos outros concursos e que era responsável pela eliminação de muito candidato, já que três respostas erradas invalidavam uma certa.

Des. Carlos Xavier fala a estudantes de Direito da necessidade de novos juízes

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Dário Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editores:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celene Dias
1.392 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-316 - Telex: 2116

Tribunal recebe cônsul francês

O presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, recebeu a visita do cônsul da França, Jean Paul Dumont. O diplomata assumiu há poucos dias o consulado francês e vem fazendo visitas de cortesia aos órgãos públicos do Estado. Durante o encontro conversaram sobre os problemas que a Justiça enfrenta. O bom relacionamento existente entre as entidades ali representadas, foi destacado pelos presentes.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1993 Nº 72

Diário Oficial

Prefeito de Mirandiba entra com recurso no Tribunal

O Mandado de Segurança impetrado pela direção estadual do Partido dos Trabalhadores, pedindo o direito de defesa do prefeito de Mirandiba, Nelson Carvalho, no processo de impedimento movido pela Câmara Municipal daquela cidade, foi entregue ao presidente do Tribunal, des. Carlos Xavier, que encaminhou para o setor de distribuição do TJ. Os representantes do partido estiveram no Tribunal, na última quinta-feira, e expuseram a situação vivida pelo chefe do executivo.

O prefeito esteve acompanhado do deputado estadual João Paulo, do vereador Fernando Ferro e do advogado do partido, Gustavo Montenegro. O desembargador-presidente argumentou que o processo encaminhado para distribuição poderá ser rejeitado, já que não foi obedecido um dispositivo constitucional, que determina seja o mandado impetrado na 1ª Instância, ou seja na própria Comarca.

Nelson Carvalho é acusado pela Câmara de não haver respondido a pedido de informações sobre a folha de pagamento de fevereiro. De acordo com o advogado Gustavo Montenegro, essa argumentação é falsa, "a Câmara de Mirandiba fez a convocação durante o recesso, esse fato desobriga o prefeito de responder, mesmo assim, a resposta foi enviada pelo chefe do executivo, dentro do prazo legal", esclareceu o advogado.

O desembargador Carlos Xavier conversa com o prefeito de Mirandiba sobre o Mandado de Segurança.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editoria:
Roberto Tavares

Redatores: Lêda Carvalho, Moacyr Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mila Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3815/8.314 - Telex: 3116.

Comissão acompanha serviços cartorários na capital

A Corregedoria Geral da Justiça criou uma Comissão Especial de Apoio, formada por serventuários da Comarca da capital, para acompanhar as atividades cartorárias, fazer levantamento e a triagem dos processos que deverão ser extintos e os que irão aguardar julgamento do Mérito. O grupo está atuando na 3ª Vara Cível e, dentro de poucos dias, deverá concluir o trabalho de levantamento e identificação dos feitos antigos.

Formada pelos serventuários Joselene Maria Moraes Ferreira, Lenira Ramos Francisco e José Roberto Vasconcelos Vilela, a Comissão tem como função, ainda, apoiar e operacionalizar mecanismos necessários à editoração de textos de sentenças e decisões padronizadas, além de viabilizar outras medidas determinadas pela Corregedoria.

A criação do grupo de apoio foi determinada pelo desembargador-corregedor Etério Ramos Galvão, após a divulgação dos registros cartorários das Varas da Comarca do Recife, que apresentam um número elevado de feitos em andamento, transferidos do ano passado. A necessidade de maior eficiência no tratamento dos dados estatísticos e a operacionalização dos serviços que possibilitarão a ampliação da produtividade jurisdicional foram fatores que contribuíram para criação do grupo.

Instalada no 3º andar do Fórum Paula Batista, a equipe tem também como atribuição verificar o estado e a quantidade de processos que se encontram ajuizados há mais de três anos. O trabalho de triagem dos feitos de acordo com sua natureza e estado, objetiva a otimização da produção judicante.

A outra face de um magistrado

Um juiz coroado pelas glórias do esporte amador e profissional. Esse é o enfoque que será visto sexta-feira, na série de reportagens "A outra face do magistrado". É quando Ivonaldo Pereira de Miranda, titular da 2ª Vara da Fazenda Estadual, fala dos campeonatos e medalhas ganhas no atletismo.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1993 Nº 73

Diário Oficial

Desembargadores julgam 717 feitos

A Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco apresentou dados referentes à produtividade no que diz respeito aos julgamentos nos diversos órgãos do TJPE, no último trimestre do corrente ano.

Desembargador Nildo Nery julgou 85 processos

Segundo o levantamento, 717 feitos já foram julgados. Embora a estatística remeta ao trimestre, vale ressaltar que o mês de janeiro corresponde às férias coletivas dos componentes do Tribunal, significando que não há reunião de qualquer órgão julgador.

Partindo desse fato, pode-se admitir que a quantidade de processos julgados é referente ao trabalho de apenas dois meses. Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o resultado é positivo para o serviço público e para a sociedade pernambucana.

De acordo com os números fornecidos, os seis desembargadores que mais julgaram nesse período foram Nildo Nery dos Santos, com 85 feitos; Arthur Pio dos Santos, com 76; Agenor Ferreira de Lima, 65 processos; Otílio Neiva Coelho, 62; Napoleão Tavares, 54; e Francisco de Sá Sampaio, 53.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elitério Ramos Cabral

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Aleluia.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celiana Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/0-214 - Telex: 3116.

Comissão aprecia projeto

O projeto de ampliação do número de desembargadores do Tribunal de Justiça, de autoria do presidente Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, continua na Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal.

Segundo o desembargador-presidente, o projeto já recebes várias emendas que estão sendo apreciadas pela Comissão, que dará seu parecer final. Depois dessa avaliação, a proposta será encaminhada ao Pleno que deverá votar e enviar o projeto para a Assembléia Legislativa.

Prevendo um aumento de 15 para 27 desembargadores, a modificação tem o objetivo de prestar melhores serviços à sociedade, uma vez que o volume de feitos aumenta a cada dia. De acordo com o chefe da Corte de Justiça, sua intenção é de que o projeto seja votado o mais rápido possível.

Embora a produtividade apresentada nos órgãos do Tribunal possa ser considerada satisfatória, existem ainda mais de oito mil feitos em tramitação no TJ. A ampliação resolveria o problema do acúmulo de processos e proporcionaria uma melhor prestação jurisdicional.

Superintendente da PF visita Tribunal

O superintendente regional do Departamento de Polícia Federal, Roberto Felipe A. Porto, visitou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. O encontro foi marcado pela discussão de problemas nacionais e estaduais. Segundo o superintendente, o objetivo da visita foi se apresentar ao chefe do Poder Judiciário pernambucano e colocar-se à disposição da Justiça no que o departamento possa colaborar.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993 Nº 74

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (VII)

Ivonaldo Pereira de Miranda

Concursado na magistratura pernambucana em 1965 – Ivonaldo Pereira de Miranda – egresso da Paraíba onde começou sua vida pública como promotor em Princesa Izabel e Picuí – ocupou inicialmente a comarca de Exu, passando em seguida para Buíque, Serra Talhada e Santa Cruz do Capibaribe. Depois de retornar a Serra Talhada, esteve em Vertentes de onde se transferiu para o Recife.

Após eficiente desempenho como juiz substituto das 2ª e 10ª Varas Cíveis, assumiu a titularidade da 2ª Vara da Fazenda Estadual, a partir de 1989.

O fiel exercício da magistratura, interrompeu, porém, a prática das atividades esportivas do atleta Ivonaldo, que, dentre diversas modalidades amadorísticas, se distinguia como destacado profissional do futebol, integrando os gloriosos plantéis do Santos e do Botafogo de João Pessoa.

O magistrado Ivonaldo Pereira de Miranda – PE 1993

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Clímaco e Christiane Xisto

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRG/PE

Redação:
Rua da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.000 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 2116.

IVONALDO MIRANDA – o juiz

Paraibano, **Ivonaldo Miranda** estudou Direito em João Pessoa, exercitando-se na vida pública do interior, até que o seu tio **Lauro de Miranda Lemos**, decidiu inscrevê-lo num concurso para juiz em 1965 no Recife.

Aos 28 anos de idade, o juiz **Ivonaldo Miranda** dedicado à magistratura, em ação simultânea incentivava saforosamente a prática esportiva em todas as comarcas pernambucanas por onde passava.

Estimulava a formação de equipes, incluindo-se dentre os jovens atletas, certo de que, através do esporte estava realizando um trabalho altruístico, afastando a sadia mocidade interiorana dos deprimentes vícios pernicosos.

Ainda hoje, no Clube de Campo da **Associação dos Magistrados, Ivonaldo** se encontra invariavelmente escalado para as movimentadas peladinhas das noites de terça-feira.

Segundo **Ivonaldo**, "o esporte dignifica, educa e fortalece o espírito."

IVONALDO MIRANDA – o atleta

Como amador durante sua juventude, **Ivonaldo** praticou vôlei, natação e pedestrianismo. Como universitário, defendeu a Faculdade de Direito da Paraíba nos 14º, 15º, 16º, 17º e 18º **Jogos Brasileiros** em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém do Pará e Rio Grande do Sul. Conquistou 12 valiosas medalhas, inclusive algumas delas como bicampeão na modalidade dos 1.500 metros de pedestrianismo.

O craque Ivonaldo no Estádio Caio Martins – RJ 1960

Como jogador de futebol, onde se profissionalizou atuando sempre no meio-campo, o craque **Ivonaldo**, mercê da sua altura de 1,57 cm, teve oportunidade de mostrar surpreendente habilidade, jogando contra as categorizadas equipes do **Flamengo** do Rio, **Remo** e **Paissandu** de Belém do Pará.

Guarda as mais gratas recordações do seu tempo de jogador da primeira divisão de futebol na capital paraibana, onde começou envergando as camisas dos infantis do Santos e do Botafogo.

Como nem todas as lembranças podem ser agradáveis, ainda hoje sofre as seqüelas de fraturas nos pés e ruptura irrecuperável de ligamentos de um dos tornozelos.

Sua mulher, **Paula Frassinetti Farias de Miranda**, prima legítima, também se identificou como atleta amadora, integrando o sexteto principal de vôlei do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Dos três filhos – **Herbert, Solange** e **Valéria** – apenas **Solange** demonstrou gosto e aptidão para o esporte. **Ivonaldo Pereira de Miranda**, ao seu encantamento de "pai coruja" fez questão de anunciar:

– "Se **Solange** fosse menino, certamente, jogaria futebol!"

Sistema de rádio agiliza transportes

A Assistência Policial Militar implantou sistema de rádio para facilitar a comunicação entre a Seção de Transportes e a Garagem do Tribunal de Justiça. Em funcionamento desde a semana passada, o sistema tem ligação direta com o carro da presidência do TJ, no âmbito da Região Metropolitana.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 24 DE ABRIL DE 1993 Nº 75

Diário Oficial

Livro aborda ciência criminal

Direito penal, processo penal, criminologia, vitimologia e política criminal. Os assuntos podem ser encontrados no livro "Estudos de Ciência Criminal" que o advogado Roque de Brito Alves lança terça-feira, às 17 horas, na sala do júri. A obra contém, ainda, trabalho em inglês e francês, apresentado e publicado na Europa, sobre as principais inovações do Código Penal Brasileiro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiano Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/81-214 - Telex: 3116.

Brito Alves reúne trabalhos em 18 capítulos

A solenidade de lançamento, onde devem estar presentes magistrados, promotores, advogados e estudantes de Direito, será presidida pelo chefe do Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier. Brito Alves ainda lança o livro na Universidade Católica nos dias 28 e 29, na Faculdade de Direito de Olinda no dia 30 e na Faculdade de Direito do Recife no dia 4 de maio.

Em 18 capítios, "Estudos de Ciência Criminal" reúne trabalhos apresentados desde 1982 pelo advogado, em palestras, artigos, conferências e monografias. De acordo com o autor, o livro levou oito meses para ser organizado e vai ser útil a magistrados, promotores, advogados e estudantes de Direito. No começo do próximo mês, ele já está à venda nas principais livrarias da cidade.

PENALISTAS

Com uma tiragem inicial de 1500 exemplares, o livro é oferecido à família e à cidade (Recife) de Roque de Brito Alves, aos maiores advogados e promotores do júri, às universidades onde o autor fez palestras e aos maiores penalistas estrangeiros e nacionais, entre os quais foram citados Nelson Hungria, Aníbal Bruno, Barreto Campelo e Heleno Fragoso.

Alguns exemplares de "Estudos de Ciência Criminal" foram enviados aos penalistas Jescmeck, Roxin, Figueiredo Dias, Zafaroni, Mireille Delmas Marty, Denise Chast, Mantavani e Palazzo, da Alemanha, França, Itália e Portugal, com os quais Roque de Brito Alves mantém correspondência, além de contato pessoal durante suas viagens ao exterior.

Para os que militam no fórum criminal, o livro apresenta temas de interesse como o questionário do júri, legítima defesa, a prova em matéria criminal e tentativa de crime. Em relação à parte doutrinária, existe trabalho sobre genética e crime, com análise sobre a delinqüência de gêmeos, famílias criminosas e anomalias cromossômicas.

O AUTOR

Doutor e professor de Direito, defensor público por concurso, criminalista há mais de 20 anos. Seus livros sobre Direito Penal e Criminologia são citados por consagrados mestres da ciência criminal contemporânea como Bettiol, Mantavani, Danis Szabo e Raymond Gassin. Contrário à pena de morte, emitiu parecer sobre o assunto, para o Dispositivo da Constituição de 5 de outubro de 1988, a pedido do senador Mansueto de Lavor.

Na sua opinião, a tendência da criminalidade é aumentar cada vez mais. "As causas, de ordem individual e social, sobretudo econômica, precisam ser eliminadas. Hoje, 72% da população se encontram nos grandes centros urbanos. No ano 2000 São Paulo vai ter mais de 20 milhões de habitantes, as cidades estão inchadas e não têm mais condição de absorver novas demandas."

Mulheres fazem reivindicações ao presidente do TJ

Representantes da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, do Grupo Mulher e Cidadania e da Associação de Mulheres de Maranguape I estiveram no Tribunal de Justiça do Estado conversando com o presidente Carlos Xavier. Elas vieram pedir maior agilização na tramitação dos processos, nos quais as mulheres são vítimas e a realização de ações que auxiliem no combate à violência contra a mulher. O desembargador-presidente afirmou que está sempre pronto a ouvir as reivindicações e apoiar naquilo que for da sua competência.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1993 Nº 76

Diário Oficial

Carlos Xavier prestigia aniversário do TJ de Roraima

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participou das solenidades comemorativas do segundo aniversário de instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. As festividades iniciadas no sábado 24, foram encerradas ontem (26) tendo sido presididas pelo desembargador-presidente do Judiciário daquele Estado, Robério Nunes.

As comemorações de ontem foram marcadas pela instalação da Corregedoria Geral de Justiça e implantação da central dos serviços de informática do Tribunal. Atos que contaram com as presenças de magistrados e chefes da Corte de Justiça de outros Estados.

No período da tarde, a festa de aniversário do Tribunal de Justiça de Roraima, que fica na Praça do Centro Cívico, na capital, contou com a solenidade de criação da Escola da Magistratura, instalada no Fórum Advogado Sobral Pinto. Em seguida foi realizada a sessão solene de entrega de Medalhas do Mérito Judiciário a personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça daquele Estado.

Durante o sábado e domingo as autoridades convidadas para a festa de aniversário tiveram oportunidade de conhecer a cidade, tendo visitado o Centro de Artesanato de Roraima e à noite foram recebidos para um jantar oferecido pelo governador do Estado, Ottomar de Souza Pinto.

A assessora Silvana Oriá envia proposta para convênio com CBIA

Convênio beneficia infância e adolescência

Um novo convênio será assinado este ano entre o Centro Brasileiro da Infância e Adolescência e o Tribunal de Justiça. A proposta do TJ se encontra em fase de análise pelo escritório local do CBIA e prevê recursos da ordem de Cr$ 1,5 bilhão, em valores correspondentes a janeiro.

A exemplo do ano passado, o acordo visa à capacitação de recursos humanos, com realização de seminário e treinamento de magistrados e servidores e reprodução do manual de normas, rotinas e procedimentos para distribuição com aqueles que lidam direta e indiretamente com a causa do menor.

Está prevista também a criação e instalação de seis novas Varas Privativas da Infância e Juventude em todo o Estado. O Tribunal de Justiça iniciou estudo para conhecimentos dos pólos que apresentam maior concentração de processos envolvendo crianças.

De acordo com a assessora de Planejamento, Silvana Maria Oriá, o levantamento feito até então indica que podem ser instaladas varas da infância em Caruaru, Palmares e Olinda. Atualmente, Pernambuco dispõe de apenas três varas privativas da criança, sendo duas no Recife e uma em Petrolina.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hilário Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenir Pelva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/31-214 - Telex: 2116.

Presidente recebe representante de DA

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe amanhã a visita do integrante do Diretório Acadêmico da Universidade Católica de Pernambuco, André Gustavo Vasconcelos. O desembargador-presidente é professor daquela instituição, embora esteja temporariamente afastado, por ter assumido a chefia da Corte de Justiça.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1993 Nº 77

Diário Oficial

Curso de Informática começa hoje

O curso de informática, promovido pelo Núcleo de Recursos Humanos, terá início hoje, no terceiro andar do Tribunal de Justiça, e será ministrado pelo instrutor Antônio Domingos até junho, no horário das 9 às 11 da manhã, todas as segundas, quartas e sextas.

Dividido em dois módulos, um de Introdução à Microinformática, com 15 horas/aula e outro de Planilhas Eletrônicas e Processamento de Textos, com 21 horas/aula, o curso conta com dez inscritos, segundo informou a coordenadora de treinamentos do NRH, Gisela Santos.

Um pouco da história da microinformática, estrutura do computador e seus periféricos, cuidados no manuseio e instalação além de introdução ao sistema operacional em disco e seus comandos básicos fazem parte do programa do primeiro módulo.

De acordo com Antônio Domingos, foi percebido que as maiores dificuldades que o usuário sente ao tentar manusear um computador são decorrentes da falta de um treinamento que envolva informações mais elementares.

Por outro lado, o segundo módulo deve envolver um maior aprofundamento em determinados programas específicos como o Lotus e o Wordstar. Para desenvolvê-los, os alunos vão necessitar dos conhecimentos adquiridos anteriormente.

O instrutor informou, ainda, que o curso deve reunir a teoria e a prática de forma a dotar os alunos de conhecimentos básicos quanto ao uso do computador e alguns dos seus programas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barbosa

Corregedor-Geral:
Des. Elério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lêda Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Almeida.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celsos Dias
1.192 - DAT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 414.381/181-234 - Telex: 5116.

Curso oferecido constará de dois módulos

Simpósio acontece em Caruaru

Um Simpósio de Processo Civil deve acontecer entre os dias 4 e 7 de maio, no Salão Nobre Dr. Tabosa de Almeida da Faculdade de Direito de Caruaru. Promoção do diretório acadêmico e do departamento de Direito Público da Fadica, da Ordem dos Advogados do Brasil-subseção de Caruaru, e do Centro de Estudos Jurídicos, o simpósio vai reunir juízes de todo o Estado.

"Aspectos Processuais da Nova Lei Inquilinária", "Liminares contra Atos do Poder Público", "Do Título Executivo Judicial", "A Reforma Processual Civil" serão os temas discutidos. Entre os palestrantes, estão os juízes Demócrito Ramos Reinaldo Filho, Mozart Valadares e Jones Figueiredo.

Os interessados em efetuar a inscrição devem se dirigir à Fadica ou à OAB-subseção de Caruaru. Segundo informações da Ordem, existe uma taxa de inscrição no valor de Cr$ 400 mil para o público em geral e de Cr$ 200 mil para qualquer estudante.

A outra face de um magistrado (VIII)

Proprietário da Fazenda Barriguda, em Salgueiro, Francisco de Sá Sampaio é ruralista por tradição familiar. Essa face do magistrado, que é atualmente o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, será mostrada amanhã, na oitava reportagem da série. Nela, o fazendeiro fala, entre outras coisas, dos problemas causados pela seca e das alternativas para enfrentá-la.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1993 Nº 78

Diário Oficial

Vereadores pedem juiz para Moreno

Os vereadores Edvaldo Cavalcanti, Antonio Luiz da Silva e Severino Gonzaga, do município de Moreno, estiveram no Tribunal de Justiça, onde solicitaram ao presidente, desembargador Carlos Xavier, a colocação de um juiz titular naquela comarca. Os políticos frisaram a preocupação da população com o acúmulo de processos.

Des. Carlos Xavier recebe a reivindicação dos vereadores

Segundo o vereador Edvaldo Cavalcanti, mais de três mil e quinhentos processos estão tramitando na Comarca. "Precisamos de um juiz e um promotor que estejam diariamente na nossa cidade, pois os problemas são muitos", acrescentou.

O presidente do TJPE lembrou aos vereadores que a falta de juízes na 2ª entrância é um dos principais problemas que o Judiciário tem enfrentado, pois o juiz só pode atingi-la pelo critério da promoção. "Temos hoje, nessa entrância, cerca de 38 comarcas vagas, sem juiz titular", disse Carlos Xavier.

O chefe do Poder Judiciário afirmou que está estudando, junto com os demais desembargadores do Tj, um meio de solucionar ou, pelo menos, minimizar esse problema. Com relação ao promotor, o presidente esclareceu que sua designação é feita pelo Ministério Público.

"Muitos dirigentes políticos têm me visitado para pedir juízes para as suas comarcas. A todos, faço ver o meu esforço para preencher as vagas ainda existentes no Judiciário estadual, mas nem tudo depende da minha pessoa", explicou o magistrado aos vereadores.

No caso da 1ª entrância, Carlos Xavier já autorizou a realização de três concursos públicos para juiz substituto e promete, até o final de sua gestão, preencher todos os cargos vagos. Com relação a Moreno — que é uma comarca de 2ª entrância —, o presidente ficou de estudar o caso e dar uma solução.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Ibérico Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alkimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.172 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811,8-214 - Telex: 3116.

Procuradora faz palestra sobre Processo Penal

Encerra-se hoje, em Belo Horizonte, o III Encontro de Estudos de Ciências Penais, promovido pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foram quatro dias de palestras que discutiram desde o sistema penitenciário até a reforma do Código Penal Brasileiro.

Ontem, a palestrante convidada foi a procuradora de justiça de Pernambuco, professora Anamaria Campos Torres de Vasconcelos, que falou sobre "As Provas no Processo Penal e sua Validade". A representante do Ministério Público é especialista no tema, tendo, inclusive, lançado um livro sobre o assunto no ano passado.

Roque de Brito Alves lança 25º livro

O lançamento do livro "Estudos de Ciência Criminal", do criminalista Roque de Brito Alves, na última terça-feira, reuniu importantes personalidades do mundo jurídico. A sessão solene, realizada no Tribunal do Júri, foi presidida pelo desembargador Nildo Nery e contou com a presença do vice-prefeito Sílvio Pessoa e dos desembargadores Agenor Ferreira, Artur Pio, Benildes Ribeiro, Edgar Sobreira e do secretário de Justiça, Marcos Cabral. Essa é a 25ª obra do jurista e já está à venda nas livrarias, a preço reduzido para estudantes.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1993 Nº 79

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (VIII)

Francisco de Sá Sampaio

Da árvore nordestina da família das bombacáceas — como a paineira — de tronco muito grosso, com grande reserva de água e flores vermelhas, conhecida como barriguda, os avós paternos do desembargador Francisco de Sá Sampaio, tomaram o nome para batismo de sua fazenda de 308 hectares na periferia de Salgueiro. Essa florescente propriedade, adquirida pelo nosso homenageado, através das bem-sucedidas atividades pecuárias, é o campo aprazível da sua vocação ruralista, herança dos seus afetuosos pais, Luiza Gonzaga e Gumercindo Filgueira, patriarca que ainda vive lucidamente, no esplendor dos seus 96 anos de idade. Essa é a outra face do magistrado Francisco de Sá Sampaio, prestigioso e atuante vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Desembargador Sá Sampaio — pecuarista pela tradição da família

O MAGISTRADO

A 5 de julho de 1957, Francisco de Sá Sampaio iniciava, na comarca de Cabrobó, sua vitoriosa carreira na magistratura. Depois de passar por Buíque, Custódia, Correntes, Altinho, Arcoverde e Caruaru, num ciclo de dez longos anos de valiosas experiências, chegava ao Recife, para permanecer como juiz substituto até 1968.

Sua competência o levou a juiz da 6ª Vara da Capital, Privativa dos Crimes contra a Vida e, em seguida, presidente do Tribunal do Júri. Foi ainda corregedor de 3ª entrância, 4ª Vara Cível, coordenador e fiscalizador da propaganda eleitoral no Recife e juiz auxiliar da corregedoria geral.

Em junho de 1990, depois de ter a indicação do seu nome, em três vezes consecutivas através de lista tríplice, foi promovido — por merecimento — a desembargador do Tribunal de Justiça, de onde foi alçado à presidência durante seis meses, a partir de agosto de 1991.

Francisco de Sá Sampaio, na atualidade, é o vice-presidente do Poder Judiciário em Pernambuco.

O FAZENDEIRO

Casado com Maria Íris de Lima e Sá Sampaio, com quem possui dois filhos — Juscelino e Lúcia Helena — nosso ilustre desembargador não se fez fazendeiro por mero acaso ou ambição de fortuna. A tradição na família, especialmente ligada à criação e produção na pecuária, envolveu praticamente mais da metade dos seus quinze irmãos, cabendo ao magistrado cuidar da Fazenda Barriguda, fruto de herança materna pela venda do Engenho Varzinha, em Serrita.

Criador de vacas leiteiras e galinhas de postura, Francisco de Sá Sampaio desfalca monetariamente significativo percentual de sua produção — particularmente do leite — para doação aos familiares dos empregados.

Confessa que sofre na atualidade as agruras da longa estiagem, preparando-se para diminuir o rebanho pelo abate dos animais gordos, como sementes para debelar a crise.

—"É a primeira vez que me deparo com uma situação dessas. Sem condições de investir no setor, pretendo ajudar na alimentação da pecuária, usando a "cama de galinha", que é uma mistura triturada de esterco com pó de serra, capim e palha de arroz."

Asseguram os entendidos que as águas da Barriguda só têm água até o próximo mês de julho. Que fazer, se a previsão de chuva na área não vai acontecer antes de novembro ou dezembro?

Utilizando o bagaço da cana para complementar a alimentação do rebanho, o pecuarista Sá Sampaio, pleno dos seus conhecimentos na justiça e humilde na sua devoção aos desígnios dos céus, parece raciocinar com admirável consciência de que o mais importante de tudo é a forma honesta de enfrentar as adversidades. Como no caso da constatação, no início do ano, de que 22% do rebanho estava contaminado e mais 11% apresentando suspeita de brucelose. Não obstante a vacinação periódica e os cuidados especiais do veterinário Edvaldo Corrêa do Amaral.

O magistrado-fazendeiro optou sensatamente pela providência mais dolorosa, porém mais honesta e imediável. Abateu todos eles.

Assim é a vida do vice-presidente do Tribunal de Justiça. Acumulando mais energias na fazenda a fim de repassá-las saudavelmente ao seu dia-a-dia na magistratura.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Barros Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Oliveira e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celiana Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - Sto Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-214 - Telex: 3116.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 01 DE MAIO DE 1993 Nº 80

Fórum Prof. Andrade Bezerra

Marcada para sexta-feira (7) solenidade de aposição da placa do Fórum Prof. Antônio Vicente de Andrade Bezerra, da Comarca de Primavera. O ato será presidido pelo desembargador Carlos Xavier, na presença do secretário da Justiça, Marcos Cabral, do prefeito do município, Ilvo Monteiro Soares Meirelles, e do juiz Adeildo Nunes. O Fórum está localizado à rua Capitão Lima Ribeiro, s/nº, no centro da cidade.

Diário Oficial

Juízas têm atuação destacada

Comemorado no Recife, ontem, o Dia Nacional da Mulher. A data é lembrada anualmente — a cada 30 de abril — por força de lei aprovada pela Câmara Federal. No Tribunal de Justiça, onde existem 18 juízas, o desembargador-presidente Carlos Xavier destacou a importância da participação feminina na magistratura pernambucana.

Com atuação nas 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, as magistradas são alvo de elogios, estejam elas em áreas de risco como Floresta e Cabrobó, ou em lugares mais calmos como São João, Trindade e Parnamirim. Das 18, apenas uma — Marcela Varejão — está temporariamente afastada da função, devido a curso de aperfeiçoamento que faz na França.

Do total, 12 estão nas comarcas de 1ª entrância, cinco na segunda e uma — Magui Lins de Azevedo — na comarca recifense. Atualmente na 7ª Vara Cível, Magui foi a primeira mulher a ingressar na magistratura pernambucana. Hoje, cerca de 50 submetem-se a concurso para preenchimento do cargo no interior do Estado.

O destaque com que elas vêm atuando, contudo, não foi surpresa para o desembargador Carlos Xavier, que sempre acreditou na capacidade feminina, seja ocupando um cargo de juiz ou em qualquer outra atividade profissional. "O campo é difícil, disse ele, mas as juízas demonstram seriedade e competência para julgar".

RELAÇÃO DAS JUÍZAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

1ª ENTRÂNCIA: Paula Maria Malta Teixeira do Rego (Gameleira), Marcela da Silva Varejão (Licenciada), Marylúcia Feitosa Martins (Parnamirim), Zélia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio (Santa Maria da B. Vista), Eliane Ferraz Guimarães Novaes (Cabrobó), Andréa Epaminondas Tenório de Brito (Macaparana), Ângela Cristina de Nóbrega Lins (Poção), Maria Rosa Vieira Santos (Trindade), Maria Auxi Alexandre (Floresta), Silvânia Esperia da Silva (São João), Maria do Perpétuo Socorro de Brito A. Vasconcelos (Passira), Virgínia Gondim Dantas (Iraçá).

2ª ENTRÂNCIA: Maria Aparecida Dias Costa (2ª Criminal de Olinda), Andreya Christiany Gomes da Costa (Vara Criminal de Vitória), Maria de Fátima G. Leite de Almeida (3ª Cível de Carpina), Valéria Bezerra Pereira Wanderley (1ª Cível de Olinda), Jeanine de Almeida Sadeé da Mota (Assistência Judiciária de Abreu e Lima).

3ª ENTRÂNCIA: Magui Lins Azevedo (7ª Criminal da Capital). 1ª Entrância — 12; 2ª Entrância — 05; 3ª Entrância — 01; TOTAL — 18.

Encontro de magistrados no Convivium

Primeiro ano de Convivium

Instalada pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador João David de Souza Filho, a sala de reunião dos magistrados aposentados vai completar um ano no dia primeiro de junho. A solenidade de aniversário já tem autorização do chefe do Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier, devendo ser realizada à tarde.

Magistrados aposentados estiveram com o desembargador-presidente quarta-feira, quando foram acertados os detalhes da festa, que será realizada sem ônus para o Tribunal. O grupo era formado pelo desembargador Claúdio Vasconcelos, juízes Gabriel Wanderley Prazeres, Manoel Monteiro, Raul Farias e pela secretária Huguenise Portela Paes Monteiro.

Aposição da fotografia do desembargador João David, saudação feita pelo juiz Aluiz Tenório, seguida de palavras do idealizador do local, fazem parte da programação de aniversário. Um coquetel e música ao vivo dão o toque de informalidade ao evento.

O convivium, como se denomina o local, destina-se a manter o permanente espírito de união que sempre orientou o Tribunal de Justiça. É também, segundo o desembargador João David de Souza Filho, "um incentivo para aqueles que souberam enriquecer a história do Poder Judiciário de Pernambuco".

Destinado também à realização de palestras para atualização dos interesses da classe, o Convivium dispõe de moderna infra-estrutura. Aberto diariamente das 12 às 18 horas, mantém boa freqüência de magistrados, principalmente durante o encontro informal das quartas-feiras. Recentemente, foi realizada palestra sobre Juizados Especiais de Pequenas Causas, proferida pelo juiz Cícero Alcoforado.

Católica promove Seminário da Mulher

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho foi convidado a participar do seminário sobre "Violência contra a Mulher", promovido pelo Diretório Acadêmico da Universidade Católica do Estado. O Encontro será nos dias 13 e 14 deste mês, no auditório da Unicap e contará com a participação de professores, advogados, sociólogos, magistrados, jornalista e estudantes de Direito.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERCA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 1993 Nº 81

Diário Oficial

Juizado de Paulista poderá ser transferido

Assessores discutem a relocação do juizado de Paulista

A sede do Juizado de Pequenas Causas do Município de Paulista poderá ser transferida para outra área mais central e que permita melhor acesso da população. As negociações estão sendo mantidas entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura. O assessor de Planejamento do TJ, Jovaldo Nunes conversou com o prefeito, José Resende, que afirmou está à disposição para uma ação conjunta no sentido de melhorar o serviço prestado à população.

Para verificar a área e as condições do JPC, os assessores da presidência Jovaldo Nunes e Silvana Oriá visitaram o local, durante a semana passada. Na opinião dos dois, o juizado dispõe de boa estrutura, as instalações e equipamentos permitem que seja feito um atendimento bem qualificado aos moradores da cidade. "O problema de localização é que deve ser resolvido, principalmente pela programação do Tribunal, que está informatizando todos os JPCs, este também deverá ser informatizado e isso só pode ser feito quando ficar decidida essa situação", afirmou Silvana.

Instalado em janeiro do ano passado, o juizado funciona nos três turnos. De acordo com a estatística alcançou, desde que começou a funcionar, um índice de conciliação de 89,54%. Dos 1.725 processos que deram entrada, em 936 houve conciliação. Atualmente, estão em andamento 115 feitos dos mais variados tipos. A grande maioria das reclamações diz respeito à cobrança de dívida, consumidor lesado, vendedores ambulantes que não recebem pagamentos pela venda de objetos e relação de vizinhança.

Maria Weydes Bezerra, secretária do juizado disse que nos casos específicos de processos que necessitam parecer técnico, o JPC procura outros órgãos que possam fornecer esses dados. Com esse tipo de auxílio o processo caminha mais rápido e se chega à conciliação. Maria Weydes destacou que muitas vezes os conciliadores se deparam com casos pitorescos. Ela lembra, também que muitas vezes casais chegam para resolver casos de pensão alimentícia, e saem de lá reconciliados.

Luiz Mário de Goes, também secretário, ressaltou que os juizados têm se constituído um grande benefício para a população que dispõe de um serviço gratuito. Nesses locais são resolvidos problemas que pela sua tipologia não eram solucionados em lugar nenhum. "Temos uma democratização da Justiça, o acesso de pessoas menos favorecidas e melhoria do Direito de cidadania", concluiu.

Como funciona nos três turnos, o juizado conta com três Juízes de Direito. São eles: Carlos Moraes, Marcelo Russel e Heribeno Galvão. O atendimento começa às 7:00 e vai até as 22:00h. Os conciliadores são seis, dois por cada turno. Toda a estrutura do juizado, de Paulista como dos demais instalados na capital e no interior do Estado, foi montada com o propósito de oferecer ao povo acesso à Justiça de forma mais direta. Em cada turno atua também um secretário.

Roberto Magalhães visita Tribunal

Os mais variados temas como a construção do novo Fórum da capital, na Ilha de Joana Bezerra, o concurso para magistrado que o Tribunal vem realizando, a seca no Nordeste e a revisão constitucional foram discutidos durante encontro entre o deputado federal Roberto Magalhães e o presidente do Tribunal de Justiça Carlos Xavier, ocorrido a semana passada.

Roberto Magalhães destacou na ocasião que a visita, de caráter informal, tinha duas razões. Em primeiro lugar a amizade e apreço que cultiva pelo desembargador-presidente e em segundo lugar o respeito à instituição, órgão máximo do Judiciário pernambucano. "Aqui tenho muitos amigos. Tive o privilégio de assinar o ato quando da promoção do magistrado Carlos Xavier à sua condição de desembargador", afirmou.

Ao encontro estiveram presentes ainda, os desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice-presidente) e Benildes Ribeiro, além de assessores do deputado e do Tribunal. O presidente Carlos Xavier demonstrou preocupação com a revisão constitucional, sobretudo na mobilização do Poder Judiciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ditiro Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/08-214 - Telex: 3116.

Presidente comemora o Dia da Vitória

Nesta sexta-feira, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, estará presente à solenidade cívico-militar que vai comemorar o Dia da Vitória. O evento, que terá a participação de representantes de todos os poderes, vai acontecer às 9 horas, no Parque 13 de Maio.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 1993 Nº 82

Diário Oficial

Tribunal vota Plano de Cargos e Salários

O anteprojeto do Plano de Cargos e Salários dos Servidores pertencentes ao quadro efetivo do Fórum da Capital foi discutido durante a reunião do Pleno, segunda-feira, e sofreu algumas emendas que tiveram como objetivo apenas aperfeiçoar o que havia sido apresentado.

Representantes da ASPJ acreditam na aprovação da Assembléia

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélcio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Clauco e Christiane Andrade.

Fotografia:
Ismar Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - Sto Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/0-214 - Telex: 3116.

A redação final do projeto, incluindo as emendas aprovadas, deverá estar sendo enviada hoje à Assembléia Legislativa, segundo informou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

A proposta, de autoria da Corregedoria Geral da Justiça, visa a promover melhorias salariais, além de ser uma tentativa de associar a remuneração do servidor à elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Um Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento é, também, previsto pelo Plano, buscando o estímulo aos servidores e ao aperfeiçoamento gradativo, acompanhando, assim, a estruturação de carreiras.

As parcelas de remuneração de todos os cargos auxiliares da Justiça devem ser, ainda, uniformizadas de acordo com o mérito e habilitação de cada um, valorizando o trabalho dos servidores, de uma maneira geral.

Uma das decisões tomadas durante a reunião do Pleno referese ao horário de funcionamento do Fórum. Atualmente, existem dois turnos. Caso a Assembléia aprove a decisão dos desembargadores, o trabalho no Fórum ficará restrito ao turno das 12 às 18 horas.

ASSOCIAÇÃO APÓIA PLANO

Segundo o vice-presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco, Luís Geraldo Correa, a elaboração do Plano pela Corregedoria foi acompanhada passo a passo pela Associação.

Ele afirmou, também, que os servidores esperam que a proposta seja aprovada, agora, pela Assembléia Legislativa, uma vez que o Plano traz melhorias para quem serve a Justiça pernambucana e, consequentemente, melhoria da prestação jurisdicional.

Honra ao Mérito

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, foi um dos homenageados durante a solenidade de comemoração do Sesquicentenário do Município de Vitória de Santo Antão. Durante o evento, o desembargador-presidente recebeu uma medalha de honra ao mérito pelos serviços prestados à frente do Poder Judiciário estadual.

Outros magistrados também foram homenageados. Um dos juízes da Comarca, Dorgival de Sousa, e o juiz Aluísio de Melo Xavier receberam a medalha de honra. Os deputados federais Roberto Magalhães e Gustavo Krause também estiveram presentes, além do representante o Governador do Estado, Joaquim Francisco.

A Outra Face de um Magistrado (IX)

Josias Horácio da Silva, juiz da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, sempre teve tendência à religiosidade. Certa vez, só pra se ter uma idéia, ele chegou a assistir sete missas numa semana. Hoje, ele é "Ancião" (bispo em hebreu) das igrejas do Ibura e Jordão, ambas da Congregação Cristã no Brasil. Essa é a outra face do juiz Josias, nona edição das reportagens especiais do Poder Judiciário, que será publicada amanhã.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 1993 Nº 83

Diário Oficial

Primavera faz Aposição de Placa do Fórum

Amanhã, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participa da solenidade de Aposição da Placa do Fórum Professor Antônio Vicente de Andrade Bezerra, na cidade de Primavera. O convite foi feito pessoalmente pelo prefeito do município, Ilvo Monteiro Soares Meirelles.

O prefeito Ilvo quando formalizou o convite a Carlos Xavier

O município de Primavera, que fica a 86 km do Recife, foi Termo Judiciário de Amaraji até o ano passado. Agora, como Comarca, a prefeitura e o Poder Judiciário fazem a Aposição da Placa do Fórum municipal, que fica na rua capitão Lima Ribeiro, no centro da cidade. O secretário da Justiça, Marcos Cabral, e o juiz de direito da comarca, Adeildo Nunes, também participam da solenidade.

NRH avalia participação em Simpósio

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça participou, no mês passado, do 13º Simpósio de RH, promovido pelo Gabinete de Psicologia Empresarial — GAPE. Laura Argolo, Gisela Santos e Ana Flávia Lima, respectivamente, diretora, coordenadora de treinamento e equipe de apoio do NRH, apresentam, na próxima semana para os outros funcionários do Núcleo, uma avaliação sobre os resultados do encontro.

"Os 7 males de RH". Esse foi o tema do simpósio, que resultou de uma pesquisa feita pelo GAPE, em todo o País, com mais de duzentos profissionais da área. O evento serviu para "um auto-diagnóstico destes entraves, assim como a busca de caminhos para superá-los".

Laura Argolo destaca a importância da participação do NRH nesse simpósio: "Além da aquisição de novos conhecimentos, as discussões servem como uma injeção de força; de motivação para novas mudanças". Ela diz que a conscientização da necessidade do planejamento em RH foi um ponto positivo do encontro.

Para Gisela Santos, um ponto fundamental do simpósio foi, mais uma vez, a constatação de que, hoje, tudo se volta para o desenvolvimento humano. "De nada adiantam novas tecnologias se não há o investimento nos recursos humanos da organização", completa.

7 MALES

Eles vão desde a "descrença na dimensão humana" até a questão da "qualidade do trabalho". O caminho comum para solucioná-los é a busca do "comportamento eficaz". Segundo Laura e Gisela, essa postura, traduzida na preocupação das pessoas com o desenvolvimento e a produtividade de seus trabalhos, é que gera o sucesso na organização.

O comportamento eficaz — conseguido através da auto-aceitação, da confiança, e do sentimento de essencialidade — é a competência, não no sentido comum dada a esse termo, mas como um compromisso com todos que fazem parte da organização. Os recursos humanos, de acordo com as participantes, são os condutores dessa ação.

A reunião da próxima semana, com a equipe do NRH, é, segundo Gisela Santos, justamente para repassar essas novas abordagens, "para termos uma política de ação única dentro do Núcleo".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ênio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Cláudio Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Santo - PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 3116.

Direito Processual Civil

Com a discussão do tema "A Reforma Processual Civil" termina, hoje, o Simpósio de Direito Processual Civil, promovido pela OAB-PE, subseção de Caruaru e Faculdade de Direito de Caruaru. O encontro, realizado naquela instituição de ensino, reuniu magistrados pernambucanos especialistas no assunto.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 1993 Nº 84

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (IX)

Josias Horácio da Silva

A tendência religiosa de Josias Horácio da Silva — juiz titular da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos — permitiu que se integrasse convictamente ao corpo ministerial da Congregação Cristã no Brasil, instituição secular que tem como base filosófica a Bíblia Sagrada.

Ancião — que quer dizer bispo em hebraico — da sua Igreja do Ibura e Jordão, Josias Horácio, inspirado nos pontos de doutrina e da fé da sua crença na Palavra de Deus, anuncia que "a tendência do homem quando adquire poder civil, eclesiástico ou militar, é se separar do povo, quando deveria se unir e ensinar. O poder é dado ao homem apenas para servir ao próximo, despojado do próprio poder."

Josias Horácio no Poder Judiciário

Cearense do Crato, Josias Horácio da Silva, viveu toda a sua infância e juventude em Ipubi, Pernambuco. Ingressando na magistratura em 1975, passou pelos municípios sertanejos de Cabrobó, Araripina, Ouricuri, Exu e Petrolina, como juiz substituto. No Recife, também como substituto, atuou desde 1985 nas 6ª Vara Cível e 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos. Quando da instalação da 3ª de Sucessões e Registros Públicos, levando-se em conta toda a experiência e competência demonstradas ao longo dos seis anos em que permaneceu na 2ª Vara, foi automaticamente indicado pelo Tribunal de Justiça para assumir sua titularidade.

Josias Horácio também se distinguiu como desembargador substituto, desempenhando condignamente sua função, durante dois anos, por ocasião de eventuais impedimentos dos desembargadores Benildes Ribeiro, Carlos Xavier e Cláudio Américo.

Juiz Josias Horácio — retidão na Justiça e devoção na Igreja

Josias Horácio na Congregação Cristã

Aceito na instituição religiosa que dissemina os ensinamentos do apóstolo São Paulo, Josias Horácio até 1969 ainda questionava para qual direção deveria conduzir sua tendência cristã.

Na Congregação sem fins lucrativos, trazida dos Estados Unidos para o Brasil pelo irmão Luís Francisconi, incorporou-se rapidamente aos anciãos, diáconos e cooperadores, que em obediência ao pastor Jesus Cristo, constituem o corpo ministerial da confraria.

Ao tempo da sua atuação no interior, o juiz Josias Horácio desenvolveu um trabalho altruístico de construção e manutenção de Igrejas, mediante as doações anônimas e voluntárias que recebia.

Não obstante ser uma instituição apolítica, a Congregação não estabelece proibições. "Os limites são determinados de acordo com a capacidade espiritual de cada um.

Toda a família do magistrado Josias Horácio é religiosa. Os nomes de sua esposa Maria Lizete Horácio de Oliveira e dos seus filhos Josânia, Kadiedja, Sara, Samuel, Sílsa e Sarid, são nomes bíblicos, com exceção de Josânia, que vindo de Josias, surgiu de um ato impensado ao homenagear-se a si próprio.

Guiado pelo Senhor, Josias Horácio divide com muita devoção e humildade, sua vida atual entre os afazeres da magistratura e os compromissos cristãos da sua Igreja. Por diversas vezes sentiu o apoio espiritual do seu divino Pastor. Quando presidiu sozinho as eleições estaduais em Vitória de Santo Antão e em Araripina, quando candidatos a prefeito, contendores ferrenhos, dispensaram os fiscais para confiarem surpreendentemente na atuação do magistrado.

A Congregação Cristã no Brasil instalou sua sede nacional em São Paulo, onde conta com o maior número de adeptos. Não recebe doações oficiais. A perseverança está na sua doutrina. Com cerca de dez mil (10.000) irmãos em Pernambuco, tem no juiz Josias Horácio da Silva, a outra face do magistrado, devotadamente feliz ao serviço da sua crença e da sua Igreja.

Serventuários comemoram Páscoa

Com a participação do Coral do Tribunal de Justiça, realiza-se quarta-feira (12) a páscoa dos servidores do Judiciário estadual. A programação consta de confissão comunitária e missa celebrada pelo Frei Aluísio, a partir das 16 horas, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Durante a missa, o grupo de canto apresenta músicas sacras.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 08 DE MAIO DE 1993 Nº 85

Diário Oficial

Xavier recebe homenagem do TRT

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe quinta-feira a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho — 6ª Região. A honraria é entregue pelo presidente do TRT, juiz Clóvis Corrêa, em solenidade marcada para as 17 horas, na sede do órgão trabalhista.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ximenes Ortiga

Assessor de Imprensa
Altimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Cleidenice Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Inês Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8-214 - Telex: 3135.

Junto com a Medalha, o desembargador recebe também o respectivo Diploma, conforme Resolução Administrativa TRT-24, de 6 de agosto de 1987, que instituiu a comenda. O dia da entrega — 13 de maio — é alusivo à data comemorativa à extinção do trabalho escravo no País.

A homenagem, segundo o juiz-presidente do TRT, expressa o reconhecimento pela contribuição daqueles que se distinguem no seu campo de atuação ou que prestam relevantes serviços à Justiça do Trabalho da 6ª Região. A medalha é de bronze e tem gravada no centro a expressão "Mérito Judiciário".

Presidente recebe Medalha João Alfredo

Conselho opina sobre concessão de medalha

O Conselho da Medalha "Des. Joaquim Nunes Machado" estará reunido na primeira quinzena de junho, em data a ser marcada, para opinar sobre indicações de pessoas físicas ou jurídicas que serão agraciadas em agosto, durante solenidade de 171 anos de fundação do Tribunal de Justiça. Os desembargadores devem apresentar propostas até o final de maio.

A decisão será tomada por maioria de votos, em reunião secreta. As declarações ou votos contrários à concessão do Mérito Judiciário serão encaminhados à apreciação do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, presidente de honra do Conselho. Desde que ele não concorde, o Tribunal Pleno decidirá sobre o assunto, em sessão fechada.

O Conselho, que pode funcionar com um mínimo de cinco componentes, é formado por quatro membros natos (o vice-presidente do Tribunal e Justiça, o último vice-presidente, o corregedor geral e o desembargador mais antigo) e por três membros designados à livre escolha do chefe do Judiciário estadual.

Atualmente, é composto pelos desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice e último presidente do TJ, também presidente do Conselho), Etério Ramos Galvão, Otílio Neiva, Mauro Jordão, Edgar Sobreira e Artur Pio.

A Medalha "Des. Joaquim Nunes Machado" é a maior comenda judiciária estadual. Instituída em 1985, tem objetivo de homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham se distinguido pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça ou pelos seus méritos excepcionais no campo do Judiciário. Há cerca de uma semana, o Pleno acatou emenda do desembargador Napoleão Tavares, concedendo a honraria post-mortem.

Carlos Xavier presente às solenidades militares

Durante a semana passada o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Carlos Xavier, participou da solenidade de passagem do comando ao Gal. de Divisão José Antônio Nogueira Belham e da cerimônia cívico-militar em comemoração ao Dia da Vitória, realizada no Parque 13 de Maio. O desembargador-presidente tem prestigiado os eventos promovidos pelas Forças Armadas, numa demonstração do bom relacionamento com esses órgãos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA 11 DE MAIO DE 1993 Nº 86

Diário Oficial

Justiça publica movimento forense do 1º trimestre

A Corregedoria Geral de Justiça publicou, no Diário Oficial do último dia 4, o movimento forense da Comarca do Recife no 1º trimestre deste ano. Ao todo, foram movimentados 276.690 processos, dos quais apenas 10.334 foram julgados e 157 inquéritos policiais arquivados. Nesse período, foram iniciados 16.316 processos na 3ª Entrância, passando para o 2º trimestre 273.690 feitos.

Juiz Ricardo Paes Barreto julgou 460 feitos

Os cinco juízes de Direito que mais julgaram no decorrer de referido período foram: 1º — Bel. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 460 processos; 2º — Bel. Sebastião Romildo Vale de Oliveira, 428 feitos; 3º — Bel. José Maria Florentino de Lima, 413 sentenças; 4º — Bel. Waldério Siqueira Vasconcelos, 380 feitos; 5º — Bel. Sílvio Roberto Pessoa de Resende, 373 processos.

A Comarca do Recife conta com mais de cem juízes de Direito em seu quadro de magistrados. Contudo, a quantidade de juízes em gozo de férias acumuladas, decorrente da prestação prioritária de serviço à Justiça Eleitoral, é bastante elevada. Para se ter uma idéia, num determinado mês, a quantidade de magistrados beneficiados com tal direito chegou a atingir o percentual de 35% do quadro.

Carlos Xavier prestigiará os 50 anos da CNEC

Os cinqüenta anos de atividades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade serão comemorados, aqui em Pernambuco, com uma vasta programação nos dias 28, 29 e 30 de julho. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, um dos fundadores da entidade, nascida aqui no Estado, aceitou o convite feito pelo presidente da CNEC, Ladécio Pacheco, para prestigiar a solenidade de aniversário. Xavier afirmou sentir-se honrado em participar e elogiou o órgão, que desenvolve em todo o país um trabalho de assistência educacional às crianças carentes, sem fins lucrativos.

As festividades já estão definidas. No dia 28, na Sudene, crianças da Campanha farão apresentação de números artísticos, a partir das 14:00h. Uma missa será celebrada na Basílica do Carmo, no dia 29, às 19:30h, com participação do Coral do Carmo e encerrando as comemorações haverá no dia 30, às 20:00h, Sessão Solene no auditório do Brum, no Centro de Convenções, com a participação de autoridades e todos que integram a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade no Estado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderson Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Alencar.

Fotografia:
Paulo Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias
1.292 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, 665 - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/81-214 - Telex: 3116.

Carlos Xavier recebe medalha do TRT

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe amanhã, às 17 horas, a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. A homenagem será feita pelo Tribunal Regional do Trabalho — 6ª Região e a medalha, entregue pelo presidente do TRT, juiz Clóvis Corrêa.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA 12 DE MAIO DE 1993 Nº 87

Diário Oficial

Plano de Cargos beneficia servidor

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos vem sendo estudado por uma Comissão Especial instituída pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. A Comissão deverá coordenar e supervisionar os trabalhos referentes à implantação do Plano.

O projeto vai beneficiar o pessoal do quadro permanente da Secretaria do Tribunal de Justiça e das Comarcas de 1ª e2ª Entrâncias. Tendo como finalidade melhorar cada vez mais a prestação jurisdicional e oferecer ao servidor condições dignas de trabalho, o projeto será amplo e tem mostrado uma boa repercussão entre os que fazem o Poder Judiciário estadual, segundo informou o desembargador-presidente.

Neste momento, a Comissão, presidida pelo Juiz de Direito Jovaldo Nunes, está na fase de elaboração do cronograma dos trabalhos, que devem ser iniciados assim que essa primeira etapa esteja concluída.

PARTICIPAÇÃO

O presidente Carlos Xavier ressaltou que essa iniciativa é uma de suas metas no sentido de valorizar os servidores do quadro do Tribunal e das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, uma vez que está ciente da situação atual do funcionário público.

No entanto, para que esse plano seja tão abrangente quanto se pretende, o chefe da Corte de Justiça afirmou que é de fundamental importância a participação efetiva dos servidores na organização do projeto.

Desembargador Carlos Xavier instituí Comissão Especial

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
Raul Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3611/R-214 - Telex: 2116.

Ampliação do TJPE

O projeto de ampliação do quadro do Tribunal de Justiça, de autoria da Presidência da Casa, foi aprovado em reunião do Pleno. A iniciativa prevê um aumento de dois desembargadores, dos quais dois pertencem à magistratura e serão promovidos por merecimento e antigüidade, e os outros dois devem ser indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Segundo o presidente Carlos Xavier, a iniciativa é de suma importância para Justiça e sociedade pernambucana, uma vez que existe um grande volume de processos no Tribunal e um maior número de desembargadores poderá agilizar a prestação jurisdicional. O desembargador-presidente informou que a última modificação nesse sentido ocorreu em 1951.

Presidente instala Comarca de Mirandiba

A Comarca do Município de Mirandiba será instalada próximo dia 28, às 16:30 horas, no Fórum Alcindo Torres de Carvalho Lopes, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, com a presença do juiz instalador Francisco de Assis Timóteo.

Atualmente, Mirandiba é Termo Judiciário da Comarca de São José do Belmonte, mas devido à quantidade de processos existente e com o intuito de promover uma melhor prestação jurisdicional, percebeu-se a necessidade de elevar o município à condição de Comarca.

A iniciativa tem o apoio do Governo do Estado, através do secretário de Justiça, Marcos Cabral. O presidente Carlos Xavier afirma que essa colaboração do Poder Executivo é um demonstração de que, obedecendo a um princípio constitucional, a harmonia entre os Poderes tem sido uma preocupação constante tanto do Executivo quanto do Judiciário. A instalação da Comarca tem, ainda, o respaldo da prefeitura municipal de Mirandiba.

A Outra Face de um Magistrado (X)

Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça, o juiz Antônio de Macedo Malta é também um pesquisador da história do Direito e da vida de Tobias Barreto. Essa, a outra face desse magistrado — também professor de Direito Civil — que será revelada amanhã, no Diário Oficial do Poder Judiciário.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA 13 DE MAIO DE 1993 Nº 88

Diário Oficial

Informatização chega aos juizados

Atendimento à população será informatizado

Instalado no ano passado, o Juizado de Pequenas Causas do Cabo está completando, no próximo mês, um ano de atividades. Durante esse período, o índice de conciliação foi, em média, de 84,92%. Como os demais juizados da Capital e Região Metropolitana, terá, dentro de poucos dias, seu atendimento à população totalmente informatizado. Na semana passada, os assessores da presidência do Tribunal de Justiça estiveram verificando as instalações do JPC.

Jovaldo Nunes, um dos assessores, afirmou que serão visitados todos os juizados, para que se tenha um diagnóstico da situação de cada um. "A intenção é, através do sistema de computação, agilizar o atendimento. Com a visita, podemos discutir com o coordenador as reais condições, conhecer as necessidades e observar o que pode ser feito, para, cada vez mais, aprimorar o serviço oferecido pelo juizado".

RECLAMAÇÕES

Das 594 queixas registradas desde sua instalação, a conciliação — acordo amigável entre as partes — foi conseguida em 321 processos. Para isso, o coordenador do JPC do Cabo, juiz Mozart Valadares, conta com dois conciliadores por turno, nos três horários de atendimento.

Atualmente, estão em aberto 25 processos. A maioria das reclamações se refere a cobrança de dívidas, seguida por pensão alimentícia. De acordo com a secretária Ceuluza de Oliveira, apesar de estar localizado no centro da cidade, o juizado não é muito procurado pela população. "Sempre que o reclamante vem ao JPC entregamos um informativo destacando o serviço prestado, de que forma ele ocorre e, o que é mais importante, levamos ao conhecimento do público que esse é um serviço gratuito, envolvendo causas que não ultrapassem 20 salários mínimos".

Outros juizados serão visitados pelos assessores Silvana Óriá e Jovaldo Nunes, dentro de poucos dias. "Os juizados são, hoje, um forte elemento de credibilidade da Justiça perante à população. Existe a consciência do retorno imediato", concluiu Jovaldo.

Computadores agilizam trabalhos nos JPCs

Desde que foram instalados em Pernambuco, em 1989, os Juizados de Pequenas Causas têm mantido um elevado índice de conciliação — em torno de 85% dos processos. É o caso do JPC do Rosarinho, que completa quatro anos de existência em novembro. No período de 89 a 93, deram entrada mais de 13 mil queixas, com um índice real de conciliação de 84,51%.

O princípio básico dos juizados é a conciliação, ou seja, o acordo satisfatório entre ambas as partes envolvidas no processo. Das 13.483 causas, a campeã é a cobrança de dívidas, com 5.026 processos; em segundo, vem a colisão de veículos, com 2.543 queixas; a proteção ao consumidor lesado ficou em terceiro lugar, com 1.382 reclamações.

Para agilizar ainda mais seus trabalhos, os juizados contam com um forte aliado: a informática. Ela está presente desde o momento da queixa até o julgamento final — quando não acontece o acordo —, agilizando a prestação jurisdicional à população. Por isso, é que o TJPE está informatizando os JPCs que ainda não contam com o trabalho dos computadores, a exemplo do Juizado do Cabo de Santo Agostinho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Andrade.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cláudio Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8-216 - Telex: 2116.

Organização e Sistemas tem nova diretora

Josiane Vasconcelos Sedicias é a nova diretora do Núcleo de Organização e Sistemas do Tribunal de Justiça. Funcionária procedente da Corregedoria Geral, ela tem mantido reunião com os assessores do NOS, para definição de prioridades e metas de trabalho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 15 DE MAIO DE 1993 Nº 90

Diário Oficial

Pernambuco terá novos Juizados

Anteprojeto de lei do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que trata da criação e funcionamento de seis Juizados Especiais de Pequenas Causas na capital e interior do Estado, já se encontra na Assembléia Legislativa. A matéria tomou o nº 692 e foi distribuída para as Comissões de Justiça, Finanças e Administração.

De acordo com o trâmite processual, somente após emissão de parecer de cada uma dessas comissões é que o anteprojeto será enviado a plenário para primeira e segunda discussão. Sendo aprovado nessa etapa, recebe redação final e mais uma vez vai a plenário para votação. Se obtiver maioria de votos favoráveis, será enviado ao Poder Executivo para sancionamento.

Constituído por oito artigos, o anteprojeto trata também da criação de 36 cargos de conciliador, 21 de secretário e 21 de secretário-adjunto, todos para provimento em comissão. Prevê ainda 45 cargos efetivos de digitador, 30 de datilógrafo, 45 de atendente de recepção, 15 de auxiliar de serviços gerais e três de oficial de justiça.

Os cargos destinam-se à instalação e funcionamento dos novos Juizados. Segundo o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, três dos novos JEPC's serão localizados na Capital e o restante no Interior. Casa Amarela e Pina são, por enquanto, os bairros mais cogitados.

UNANIMIDADE

Antes de ser enviado à Assembléia Legislativa, o anteprojeto foi apreciado pelo Pleno do Tribunal de Justiça, onde recebeu aprovação unânime. Na justificativa da matéria consta que no Estado já foram instalados 10 Juizados — três na capital e sete no Interior — e que todos demonstram excelente índice de prestação jurisdicional, especialmente à população de baixa renda.

A estrutura organizacional, material e pessoal, simplicidade dos atos processuais e, principalmente, inexistência de ônus para as partes levam, não somente à aceitação, mas à necessidade de instalação de novos Juizados. O anteprojeto está fundamentado na lei federal nº 7244 de 07 de novembro de 1984, que permite a criação de JEPC's para processar e julgar causas de valor reduzido.

Tribunal Pleno aprova anteprojeto por unanimidade

EM FUNCIONAMENTO

Pernambuco tem, atualmente, 10 Juizados Especiais de Pequenas Causas em funcionamento. Todos apresentam índice conciliatório superior a 85%, conforme estatística mensal. Saiba onde cada um está localizado.

RECIFE: Rosarinho — Rua Belmiro Correia, 12

Afogados — Rua Jacira, 230

Cordeiro — Avenida Caxangá, 1982

REGIÃO METROPOLITANA — Olinda — Avenida Olinda, 500 — Sítio Tereza

Jaboatão — Travessa Júlio Maranhão, 47 — Prazeres

Paulista — Rua Campo Grande, s/n

Camaragibe — Avenida Belarmino Correa, 480

Cabo — Avenida Historiador Pereira da Costa, 105

INTERIOR — Caruaru — Avenida Rio Branco, 215

Petrolina — Avenida Fernando Góes, s/n

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elétrio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderson Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Gusmão e Christiane Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
I.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 426.3811/81-214 - Telex: 3156.

Prefeito de Lagoa do Ouro visita Tribunal

Na próxima semana o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, recebe a visita de mais um prefeito do Interior. No dia 24 será a vez do chefe do executivo do município de Lagoa do Ouro, Marquídoves Vieira Marques. Nos contatos que vem mantendo com os parlamentares, o desembargador-presidente tem detalhado as ações que está desenvolvendo para melhoria dos serviços judiciários na capital e interior do Estado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA 18 DE MAIO DE 1993 Nº 91

Diário Oficial

O presidente Carlos Xavier quando era homenageado

Medalha

Em solenidade bastante concorrida realizada no Tribunal Regional do Trabalho, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, foi um dos agraciados com a medalha conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. A condecoração é entregue anualmente pelo TRT, a personalidades que se destacaram em suas atividades.

De acordo com o presidente do TRT, Clóvis Corrêa a solenidade teve um significado especial, lembrando que este ano a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) está fazendo 50 anos. Atualmente, quando as leis salariais têm passado pouco tempo em vigor, a CLT consegue manter-se e completar meio século de existência.

Presidente fala sobre organização judiciária

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier fez palestra ontem, na Fundação Joaquim Nabuco para os 31 oficiais do Curso Superior de Polícia. O tema abordado foi a Organização Judiciária de Pernambuco. O secretário de Justiça, Marcos Cabral também participou e falou do funcionamento da Secretaria. Em seguida foi aberto o debate e os alunos colocaram suas dúvidas sobre os assuntos apresentados.

O curso superior de Polícia Militar tem duração de seis meses e serve como habilitação para se chegar ao último posto dentro da corporação. Estão participando, além dos pernambucanos, oficiais de seis Estados da região. De acordo com o coronel Franklin Bezerra Santos, assessor militar do TJ e professor da disciplina Administração da Polícia Militar, foi a seu convite que o presidente realizou a palestra sobre a Estrutura do Poder Judiciário.

O presidente falou como se encontra atualmente o Judiciário pernambucano. A estrutura é determinada pelo Código de Organização Judiciária que contém as normas que disciplinam a organização e divisão da instituição, bem como o funcionamento dos órgãos incumbidos da administração da Justiça. São órgãos do Poder Judiciário: o Tribunal de Justiça, o Conselho da magistratura, a Corregedoria Geral, o Tribunal do Júri, o Conselho de Justica Militar e os Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Seminário aborda papel do Tribunal de Contas

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho participou da solenidade de abertura do seminário "Tribunais de Conta e a Revisão Constitucional", promovido pela Associação dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado. Realizado durante a semana passada, o encontro contou com a presença de procuradores, advogados, parlamentares e representantes do Ministério Público.

Para o desembargador-presidente, o seminário foi um passo importante do órgão, que está procurando apoio de outras entidades para manter, na reforma constitucional que será realizada este ano, as conquistas determinadas pela Constituição de 1988 e buscar definições e garantias que ampliem a atuação da instituição."O seminário objetivou debater a ampliação e o papel do Tribunal de Contas. Foi também uma oportunidade para articulação com os poderes constituídos, de forma a influir na revisão constitucional, assegurando as prerrogativas obtidas", completou o presidente da Associação, Tadeu Alencar.

Carlos Xavier recebe autoridades de Belém de Maria

A prefeita de Belém de Maria, Maria Almeida, o deputado Manoel Ramos de Almeida, o secretário geral do Município, Maviael Almeida e o presidente da Câmara de Vereadores da cidade, Durval Hermenegildo visitaram o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. Durante a visita, foi discutida uma data para restauração da Comarca do Município que será confirmada. Atualmente, Belém de Maria é Termo Judiciário de Lagoa dos Gatos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1993 Nº 92

Diário Oficial

Novo computador traz mudanças

Após cinco anos, desde a implementação do seu sistema de informática, o Tribunal de Justiça adquire uma nova máquina que deve oferecer melhores serviços à sociedade pernambucana e agilizar os processos que correm na Justiça.

A migração para um outro computador vai gerar nova forma de trabalho

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hildo Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Alderson Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 3116.

Devido a essa aquisição, está sendo prestada uma assessoria ao Núcleo de Informática pela empresa paranaense MPS, no que diz respeito aos procedimentos que devem ser tomados em relação ao equipamento.

Assim, o analista de sistemas Luiz Carlos Furlan, que implementou os computadores no Tribunal em 1988, participou de reuniões com diretores dos vários departamentos no sentido de esclarecer questões sobre o uso do material adquirido.

"A migração de um computador para outro vai implicar numa mudança de trabalho. Por esse motivo, será necessário um treinamento de pessoal para que o usuário utilize seu recurso básico, ou seja, a máquina, da melhor maneira possível", explica Furlan.

De acordo com o analista de sistemas, a informática tem passado por um processo de evolução muito rápido, e o usuário precisa acompanhar esse desenvolvimento, adequando-se às modificações da cultura de informática.

Uma das dificuldades que, segundo Furlan, foram discutidas durante as reuniões diz respeito às estatísticas. O novo computador, que representa uma inovação significativa, deverá facilitar a elaboração desse tipo de trabalho.

A automação dos gabinetes dos desembargadores é outro aspecto a ser desenvolvido no Tribunal pernambucano. Outros estados, como o Paraná, já a implantaram e São Paulo estará utilizando, em breve, essa facilidade.

O técnico Luiz Carlos Furlan afirmou, ainda, que a tendência atual é adquirir máquinas como a do TJPE que, devido à qualidade, poderá apresentar os melhores resultados.

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos

A Comissão Especial que está elaborando o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos vai se reunir durante o recesso, com o objetivo de apresentar o anteprojeto até o final de julho, de acordo com o prazo fixado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. A iniciativa visa a beneficiar o pessoal do quadro permanente da Secretaria do Tribunal de Justiça e das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias.

A outra Face de um Magistrado (XI)

O juiz titular da 14ª Vara Cível da Capital, Marcos Antônio Tavares de Albuquerque, é agricultor, beneditino e poeta. Mas, como veremos amanhã, a outra face predominante nesse magistrado é a de poeta. Tanto que, brevemente, pretende publicar um livro. Nele — definido pelo autor como "um conto litorâneo" —, a cidade de Olinda é destaque, pois é a musa inspiradora da maioria dos versos do juiz-poeta recifense.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 1993 Nº 93

Diário Oficial

Judiciário pede declaração de bens dos servidores

Os servidores do Poder Judiciário terão que apresentar, todos os anos, no mês de junho, cópia de suas declarações de bens e direitos entregues à Receita Federal. Essa determinação da presidência do Tribunal de Justiça está de acordo com a Lei Federal nº 8429, de 02.06.92, e visa "o controle da moralidade pública dos serventuários da justiça em resguardo do patrimônio e do erário do Estado de Pernambuco".

Este ano, a Receita Federal está recadastrando os contribuintes do Imposto de Renda, sendo obrigatória a Declaração de Rendimentos — mesmo dos isentos — até 31.05.93. Os contribuintes que não forem recadastrados correm o risco de terem cancelado o C.I.C. Para o isento, a medida pode significar uma restituição a receber, dependendo do número de dependentes.

A Portaria 08/93 do Tribunal de Justiça determina que os servidores apresentem uma cópia da Declaração de Bens e Direitos (anexo da Declaração de Rendimentos) até o próximo dia 20 de junho, assinalando a matrícula e o cargo ou função que ocupa ou exerce, à Secretaria do TJPE. Caso contrário, o servidor terá o pagamento do mês de junho sustado.

A declaração de bens imóveis, móveis, semoventes e outros créditos, devidamente atualizada, também será exigida na posse, aposentadoria, exoneração, demissão e dispensa dos servidores do Poder Judiciário estadual.

Coral durante a apresentação da "Cantata", no ano passado

Coral do TJPE comemora 4º aniversário

No dia 12 de maio de 1989, quarenta e cinco pessoas se encontraram numa das salas do Palácio da Justiça para cantar. Estava fundado o Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Hoje, com uma média de trinta participantes, o grupo comemora quatro anos de existência. A idéia inicial foi do desembargador Mauro Jordão, então presidente do TJ, que, junto com o coordenador de Recursos Humanos, juiz Milton Neves, convidaram a regente Vânia Gonçalves para comandar o grupo. Bacharela em música sacra pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Vânia conta que o coral enfrentou muitas dificuldades, "mas hoje somos um exemplo de unidade para os funcionários do Tribunal".

"Foi um trabalho muito positivo. Conseguimos formar um coral com pessoas que não tinham nenhuma experiência na área do canto", completa a regente. Hoje o Coral do TJ conta com um repertório eclético, que vai do popular ao erudito sem problemas.

Nesses últimos quatro anos, o Coral tem se apresentado sempre nas ocasiões comemorativas do Tribunal de Justiça. Em 1992, no período da páscoa, junto com mais três grupos, o Coral participou da "Cantata das sete últimas palavras de Cristo". Já este ano, fez uma bela apresentação na missa de páscoa do TJPE.

Mas o Coral tem alçado vôos maiores. No próximo dia 28, por exemplo, participa do "Projeto Canta Coral", no auditório do SESC, em Santo Amaro, às 19 horas. Vânia Gonçalves, apesar dos avanços, lamenta a falta de vozes masculinas no grupo — apenas 5 homens participam atualmente do Coro. E avisa: quem tiver interesse, toda quinta-feira tem ensaio, das 12 às 14 horas, no Tribunal do Júri.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Ramos Gonçalo

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
Xisto Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cássio Dias
L.193 - DET/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/39-214 - Telex: 2116.

Direito Família

O desembargador paulista Yussef Said Cahali vem ao Recife ministrar curso sobre Direito Família. Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil-PE, o curso será realizado no período de 25 a 29 e destina-se a magistrados, advogados e estudantes de Direito. Participa também a presidenta da Associação Brasileira de Direito Família, Graça Condé. Inscrições na OAB.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1993 Nº 94

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XI)

Marcos Antônio Tavares de Albuquerque

Titular da 14ª Vara Cível na Comarca do Recife, o juiz Marcos Albuquerque tem a agricultura como "hobby", o catolicismo como religião e a poesia como válvula emocional do seu amor exaltado por Olinda e Liliane, respectivamente sua cidade adotiva e sua mulher e musa inspiradora.

No campo, é proprietário do sítio Medianeira em Itamaracá, onde investe amadoristicamente nas culturas do coco, da macaxeira e das frutas tropicais.

Na religião, é beneditino praticante, onde se iniciou como oblato aos 12 anos de idade.

Na poesia — exercitada como um ato de espontaneidade — sonha publicar um livro com incursões românticas pelo que define de conto litorâneo. De uma centena de produções literárias, ordenadas no papel e na memória, pretende selecionar aquelas que devem figurar na edição do seu trabalho de estréia, já intitulado de "Bem ao gosto do infinito."

Juiz Marcos Albuquerque — agricultor, beneditino e poeta

O MAGISTRADO DO RECIFE

Em 1º de fevereiro de 1983, o juiz Marcos Albuquerque ingressava convictamente na magistratura, atuando em Itapetim com atividades extensivas às Comarcas de São José do Egito e Tabira. Transferido para Sanharó passou a acumular Belo Jardim. Promovido para juiz substituto de 2ª Estrância, esteve em Gravatá com acumulação na 1ª Vara de Vitória de Santo Antão.

Marcos Albuquerque depois de passar por Escada, São Caetano e Paudalho, foi promovido para o Recife, onde atuou na 7ª Cível, nas duas Varas do Júri e respondeu pelas 12ª, 13ª, 15ª e 14ª Cível onde se titularizou e permanece desde novembro de 1992.

O ESTUDANTE DE GARANHUNS

A vocação religiosa de Marcos Albuquerque poderia tê-lo encaminhado aos mistérios da vida monástica. Depois de pertencer à Escola Claustral de São Bento em Garanhuns, passou pelo Ginásio Diocesano onde a base da sua vida estudantil era o binômio "oração & trabalho".

Não obstante as habituais obrigações no culto da fé cristã e a inevitável catequese dos mestres beneditinos, Marcos Albuquerque despertou para os encantos da leitura, sorvendo lentamente sua tendência aos dogmas da igreja para ingressar no mundo da emoções da magistratura. Não se arrependeu. Mesmo integrado ao estudo das leis dos homens, sua crença em Deus permaneceu intacta, norteando as ações na Justiça e inspirando os devaneios na poesia.

O POETA DE OLINDA

Na adolescência, ao tempo das constatações e descobertas, Marcos Albuquerque se sentiu poeta, recebendo de sua mãe, Delza Pires, a herança sentimental que o enriqueceria espiritualmente através da vida.

—"Os olhos de minha mãe são dois tratados de filosofia. É uma poetisa de excelente inspiração, lembrando muitas vezes Cecília Meirelles".

Delza e Marcos revelam nos seus versos uma arrebatadora paixão por Olinda, além de juntos traduzirem os mais doces queixumes diante da solidão e da saudade. Compondo ou conversando, lembram sempre as máximas sentidas de Catulo da Paixão Cearense: — "Sem mágoas, sem dor e sem lágrimas secretas, não existem boêmios nem poetas".

Liliane é fisioterapeuta com acentuada inclinação para a música. Dos três filhos (Tiago com 12, Juliana com 9 e Poliana com 6 anos) apenas Juliana possivelmente apresentará a tendência poética dos pais.

Nas sentenças e despachos do juiz Marcos Albuquerque, a poesia está sempre inclusa com apreciável carga de emotividade. Os adágios e os versos populares, principalmente os de Chico Buarque de Holanda, por ele referidos, constatarão sempre o enriquecimento dos processos. Essa prática lírica e envolvente, era largamente usada com perfeição pelo saudoso advogado militante e civilista, Nelson da Costa Carvalho, seu sogro e seu mestre já falecido.

Há 527 processos em tramitação na 14ª Vara Cível, onde pontifica o juiz Marcos Albuquerque. Não se consagrando como um monge, está conseguindo fazer da magistratura o seu admirável sacerdócio.

POEMAS DE AMOR A OLINDA & LILIANE

I Acordo quando a madrugada chama
a natureza sonolenta ainda
e assisto ao parto da esperança
das entranhas do mar o sol nascendo em Olinda

II Eu bebo o pranto que esses olhos tímidos vertem
quando a tristeza comprime o sentimento
transformando a amenidade desse rosto
num binômio de mágoa e sofrimento.

Lagoa do Ouro

Segunda-feira, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe o prefeito de Lagoa do Ouro, Marquidoves Vieira Marques, em visita ao Poder Judiciário estadual. O município é Termo da comarca de Correntes e fica a cerca de 270 km de distância da capital pernambucana.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 22 DE MAIO DE 1993 Nº 95

Diário Oficial

Informática define prioridades

Criar estrutura de funcionamento capaz de viabilizar o desenvolvimento de atividades, melhorar a informática dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, desenvolver e implantar sistemas de informação computadorizada e melhorar programas já existentes.

Estes são os objetivos da nova diretora do Núcleo de Organização e Sistemas do Tribunal de Justiça, Josiane Vasconcelos Sedicias, que serão colocados em prática a partir de segunda-feira, conforme ficou decidido durante encontro realizado ontem, com chefias e funcionários do departamento.

Rotinas de trabalho foram traçadas de acordo com levantamento prévio de material e pessoal disponível. Foram também realizadas reuniões com os coordenadores dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, para conhecimento das dificuldades desses 10 núcleos de prestação jurisdicional localizados na capital e interior do Estado.

A implantação de sistema é prioritária no Núcleo de Recursos Humanos e folha de pagamento.E já na próxima semana, a informática passa a beneficiar os gabinetes dos desembargadores Agenor Ferreira e Artur Pio, que terão acesso ao sistema de distribuição e controle de processos do Tribunal de Justiça.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Núcleo de Organização e Sistemas do Tribunal de Justiça é composto pelas Divisões de Administração e Sistemas, Modernização Administrativa e de Operações, cada uma com duas seções. Há um total de 23 funcionários que, a partir de agora, passam a prestar contas das atividades desenvolvidas, através de relatório mensal assinado pela chefia imediata. O documento será encaminhado à apreciação do desembargador-presidente Carlos Xavier.

Josiane quer relatório mensal de atividades

Procedente da Corregedoria Geral da Justiça, Josiane considera a diretoria do Núcleo de Organização e Sistemas um desafio na sua carreira de técnica em informática. Promete não poupar esforços no sentido de atingir as metas estabelecidas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christianne Medeiros.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cláudio Dias
I.101 - DDT/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3111/8-214 - Telex: 3108.

Serviços Judiciais

Ao receber a escrevente Maria da Paz Domingos e o distribuidor Esron de Lima Silva, da comarca de Goiana, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, disse que antes de concluir seu mandato — fevereiro de 94 — estará enviando à Assembléia Legislativa anteprojeto que trata da oficialização dos serviços judiciais no interior pernambucano. De acordo com Jovaldo Nunes, assessor da presidência do TJ, existe cerca de 250 escrivanias a serem oficializadas, todas anteriores à Constituição Federal de 1988.

Delegação estrangeira visita Tribunal

Uma delegação com seis representantes do Poder Judiciário da República da Guiné-Bissau estará visitando o Tribunal de Justiça do Estado, no dia 14 do próximo mês. Os magistrados serão recebidos pelo presidente, Des. Carlos Xavier, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. A comissão é chefiada pelo Juiz Conselheiro Daniel Pereira, presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1993 Nº 96

Diário Oficial

Mirandiba passa a ser Comarca

Mais uma Comarca será instalada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier. Na próxima sexta-feira(28), ele estará no alto sertão pernambucano para inauguração, às 16h30, da Comarca de Mirandiba, determinada pelo Artigo 81, da Constituição estadual. O município, que atualmente é Termo Judiciário de São José do Belmonte, passará a ter autonomia. O presidente enviou Projeto de Lei à Assembléia Legislativa transferindo para Mirandiba o Município de Carnaubeira da Penha, Termo de Floresta. O projeto determina, também, a criação de cargos efetivos.

O presidente do TJ discute com o prefeito Nelson Pereira a instalação da Comarca

Segundo o assessor de Planejamento da presidência do TJ, Jovaldo Nunes, caso seja aprovado, pela Assembléia, serão criados cargos de juiz de Direito, escrivão, escrevente, oficial de Justiça e distribuidor. O preenchimento das vagas se dará através de concurso público e os aprovados serão nomeados para o município. "Essa medida irá possibilitar melhoria da prestação jurisdicional na Comarca, cujo Fórum é denominado Alcindo Torres de Carvalho Lopes", destacou.

Em São José do Belmonte estão em tramitação cerca de quatrocentos feitos referentes à Mirandiba, dos quais quatorze são processos crimes, segundo informações do juiz Francisco de Assis Timóteo. "O índice de criminalidade na região é muito grande. Dos quarenta e cinco inquéritos policiais, instaurados desde novembro, trinta e oito foram transformados em processos crimes. Com a inauguração do Fórum, a Sala do Júri passa a funcionar e os julgamentos poderão acontecer na Comarca", destacou.

A Prefeitura Municipal, através do prefeito Nelson Pereira de Carvalho emprestou total apoio à iniciativa do chefe da Corte de Justiça. O Fórum Alcindo Torres de Carvalho Lopes, iniciado na administração passada, foi concluído pela atual. A construção contou com a colaboração do Governo do Estado, que através da Secretaria de Justiça, tem apoiado o Poder Judiciário nas instalações de Comarcas e Varas, seja na capital ou no interior de Pernambuco.

Carlos Xavier prestigia entrega de Medalhas

O auditório do Arquivo Público Estadual foi palco na última sexta-feira da solenidade de entrega das medalhas do Mérito Jornalístico e do Mérito Jurídico/1992, às personalidades Carmem Peixoto e Gilvandro Vasconcelos Filho. O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, prestigiou o evento marcado pela presença de personalidades de destaque do mundo jornalístico e jurídico.

Desde que foram instituídas, as respectivas Medalhas têm sido oferecidas a figuras que se destacaram durante o ano, no desempenho da profissão. A promoção conjunta envolve a Associação Editorial do Nordeste, o Jornal Ponto de Encontro, o Arquivo Público, a Associação da Imprensa de Pernambuco, a Ordem dos Advogados do Brasil-Secção-PE e a Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Bélvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R-214 - Telex: 3116.

Carlos Xavier recebe visita de deputado

O deputado estadual Augustinho Rufino esteve visitando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. Durante o encontro, o deputado mencionou a necessidade de melhorar a prestação jurisdicional da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. O desembargador-presidente afirmou que uma de suas metas é dotar o Poder Judiciário pernambucano dos melhores serviços e assegurou que atenderá ao pleito da comunidade do município tão logo seja possível.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1993 Nº 97

Diário Oficial

Estatística revela movimento da 2ª Entrância

Presidente analisa produtividade dos juízes

O movimento forense da 2ª Entrância foi divulgado pela Corregedoria Geral da Justiça, no Diário Oficial, apresentando os seguintes números: 5.964 processos julgados, 120 inquéritos arquivados, 8.173 feitos iniciados, 2.339 precatórias distribuídas, 4.753 audiências realizadas e 123.234 processos que passaram para o segundo trimestre do ano corrente. Dos julgamentos procedidos, 5.020 foram de processos cíveis e 944 de feitos criminais. Incluídos nesse número, 462 decretando prescrição.

O quadro da magistratura pernambucana de 2ª Entrância é composta atualmente por 122 Varas e Comarcas de Vara Única, das quais apenas 53 têm juízes titulares, sendo as demais ocupadas por juízes de Direito substituto e por exercício cumulativo.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o percentual de julgamentos em relação à quantidade existente de processos corresponde a, aproximadamente, 4,4%. "É um resultado pouco satisfatório", afirma o desembargador-presidente.

Por outro lado, alguns magistrados se destacaram pelo número de julgamentos realizados.

Carlos Xavier ressalta que alguns magistrados merecem destaque, pois, com exercício em mais de um Juízo, produziram satisfatoriamente, como é o caso de José Barroso Filho que, sendo da Comarca de Sanharó e acumulando as duas Varas da Comarca de Belo Jardim, proferiu nas mesmas 358 julgamentos, colocando-se em 2º e 5º lugares.

Paulo Roberto Alves da Silva, 2ª Vara da Comarca de Vitória de Santo Antão, 270 feitos julgados;
José Barroso Filho, 2ª Vara da Comarca de Belo Jardim, 220;
Nicolau Loureiro L. da Silva Neto, 1ª Vara da Comarca de Arcoverde, 197;
Marcílio Duque Cavalcanti, 2ª Vara da Comarca de Olinda, 153;
José Barroso Filho, 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim, 138;
Djalma Andrelino N. Junior, Assistência Judiciária de Jaboatão, 136;
Dorgival Soares de Souza, 1ª Vara da Comarca de Vitória de Santo Antão, 125;
José Severino Barbosa, 3ª Vara Cível de Olinda, 118;
Valéria Bezerra P. Wanderley, 1ª Vara da Comarca de Olinda, 111;
Adelildo Nunes, Comarca de Escada, 109.

Outro exemplo é o juiz Dorgival Soares de Souza, titular da 1ª Vara da Comarca de Vitória de Santo Antão que, acumulando as Comarcas de Moreno, Gravatá e Barreiros, julgou um total de 252 processos. E ainda as juízas Maria Aparecida Dias Costa e Valéria Bezerra Pereira Wanderley que, acumulando diversas Varas na Comarca de Olinda, apresentaram, respectivamente, 139 e 135 feitos julgados.

Por outro lado, o chefe da Corte de Justiça considera negativa a movimentação da Comarca de Garanhuns que teve, nas suas sete Varas, apenas 124 processos julgados e 169 audiências realizadas, transferindo para o 2º trimestre do ano 5.050 feitos. O desembargador-presidente reconhece que apenas três Varas são preenchidas com Juiz titular mas, apesar disso, os números apresentados são ainda muito baixos.

"Dessa estatística, observamos que o funcionamento da magistratura pernambucana deixa muito a desejar, enquanto a sociedade espera por Justiça. O nosso objetivo é aprimorar a prestação jurisdicional, procurando reverter o quadro atual", conclui o presidente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Bétrio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R-214 - Telex: 3116.

A Outra Face de um Magistrado (XII)

Ele quase foi padre. Mas o seminarista decidiu seguir a carreira do magistério. Foi professor de Português, Inglês e Francês. Teve também uma carreira político-administrativa, sendo secretário-adjunto da Secretaria Estadual do Trabalho no Governo Marco Maciel, quando recebeu a Medalha Ordem dos Guararapes, maior comenda do Estado. Hoje Evanderly Félix da Costa é juiz de Direito da Capital. Amanhã, na 12ª matéria especial da série, você vai conferir as múltiplas faces desse magistrado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1993 Nº 98

Diário Oficial

Lagoa do Ouro pode voltar a ser Comarca

O prefeito (esq.) pediu a reinstalação da Comarca ao presidente do TJ

Lagoa do Ouro, município do Agreste pernambucano, distante 250 quilômetros da Capital, foi Comarca na década de 60. Desativada, a cidade passou a ser Termo Judiciário de Correntes. Essa semana, o prefeito do município Marquidoves Vieira, acompanhado do secretário de Transportes e Comunicações do Estado, Romário Dias, esteve no Tribunal de Justiça para pedir o restabelecimento da Comarca.

O presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, afirmou ao chefe do Poder Executivo Municipal que o pedido era viável, desde que a prefeitura garantisse uma estrutura adequada para o funcionamento do Judiciário naquela localidade.

O prefeito disse que o município já dispõe de Fórum, cadeia pública e residência oficial para o juiz de Direito. E ainda se comprometeu com a construção de uma casa para o futuro promotor que for designado para a Comarca. Segundo ele, o Fórum dr. Luiz de Góes Lima, assim como a cadeia, está em boas condições de uso. Com relação ao mobiliário, o secretário Romário Dias ficou de providenciá-lo junto ao secretário da Justiça, Marcos Cabral.

"Dentro de dez dias estará tudo pronto", garantiu o prefeito Marquidoves ao presidente do Tribunal de Justiça. Segundo a assessoria da presidência, deve ser feita uma visita ao município para uma análise das necessidades e providências a serem adotadas.

CONCURSO

Outra questão levantada pelo desembargador Carlos Xavier junto ao juiz de Correntes, Sérgio José Lopes — que responde cumulativamente por Lagoa do Ouro —, foi em relação à necessidade de se fazer concurso público para o preenchimento dos cargos de escrivão, oficial de justiça, escrevente e distribuidor, já que o município não conta com servidores da Justiça.

Tomadas todas essas medidas, o presidente do Tribunal de Justiça garantiu que a data para a reinstalação será automaticamente marcada, num prazo de mais ou menos trinta dias após a adoção das providências.

Lagoa do Ouro, que fica perto de Garanhuns e faz fronteira com o Estado de Alagoas, tem cerca de 12 mil habitantes e 8 mil eleitores. Com 31 anos de emancipação política, o município tem sua economia voltada para a agricultura e a pecuária. O nome é uma homenagem ao seu fundador, um garimpeiro conhecido por "João do Ouro".

Para o juiz Sérgio Lopes, a reinstalação da Comarca significa uma ampliação da prestação jurisdicional, além de dar maior segurança à população local. Ele e o promotor público de Correntes, Carlos Damião Lessa, participaram da visita ao TJ.

Termina prazo para entrega de cartões

Segunda-feira, dia 31, termina o prazo para o recebimento dos cartões de inscrição dos candidatos ao concurso de psicólogo e assistente social da Comarca do Recife. A entrega está sendo feita na sede da Arconsult, na praça do Derby, 177, no horário das 8h30 às 12h e das 14 às 17h30.

Segundo a empresa, estão inscritos 215 psicólogos e 135 assistentes sociais, que disputam uma vaga para cada cargo. A prova objetiva — Português e Conhecimentos Específicos — será realizada no dia 6 de junho. Os candidatos aprovados farão a prova prática no dia 20. Ambas avaliações acontecerão no bloco J da Universidade Católica, das 8 às 12 horas.

Adiada instalação de comarca

A solenidade de instalação da comarca de Mirandiba, que seria realizada hoje (28), foi adiada. A nova data será marcada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. O município é Termo Judiciário de São José do Belmonte e se localiza no alto Sertão pernambucano.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1993 Nº 99

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XII)

Evanderly Félix da Costa

Cidadão honorário de Jupi, Capoeiras, Lagoa do Ouro, Agrestina, Bezerros e Camocim de São Félix, Evanderly Félix da Costa considera todos os títulos que lhe foram outorgados como "manifestações espontâneas das comunidades".

De seminarista em fase de ordenação, optou pelo magistério, iniciando-se como professor de Línguas, Religião e Filosofia da Educação, Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, Educação Moral e Cívica até 1985, no interior de Pernambuco.

Incentivado pela esposa, Maria Aparecida Dias Costa, fez o curso de Direito e ao seu lado submeteu-se ao concurso para juiz. Ambos magistrados, pertencem atualmente ao Tribunal de Justiça do Estado. Ela, na 2ª Vara Criminal de Olinda, com acumulação em duas Varas da Assistência Judiciária e 1ª de Igarassu, e ele, na 1ª Vara dos Delitos de Trânsito no Recife.

Integrante do Conselho Recursal do Juizado Especial de Pequenas Causas do Rosarinho, Evanderly Félix da Costa, aposta por "uma magistratura mais solidária, mais despojada e mais voltada para o aspecto "serviço".

EVANDERLY no Seminário

Sua vocação sacerdotal o levou a estudar Teologia no Seminário de João Pessoa em 1957. Durante 13 anos (seis na capital paraibana e sete em Olinda-Camaragibe) se dedicou ao aprendizado da "ciência das ciências", aos textos sagrados, aos dogmas e às tradições do cristianismo. Às vésperas da ordenação, passou a questionar a situação dos seminaristas que deixavam a batina pouco tempo depois da primeira missa.

— "Minha reflexão foi importante diante da decisão que tomei e não me arrependi".

Evanderly deixou de ser padre, sem perder a fé nem se afastar da Igreja. Destinado da ordenação, seu único caminho a seguir deveria ser o magistério, uma vez que, na sua preparação eclesiástica, era professor de catecismo.

EVANDERLY no Magistério

O Colégio Nossa Senhora da Glória, em Escada, abriu suas portas para o jovem mestre de primeiro e segundo graus. Depois, lecionou em Caruaru, Jupi, Calçado, Lagoa do Ouro (onde foi diretor do colégio por oito anos) e Garanhuns. Na docentada "suíça brasileira" lecionou nos Colégios Diocesano, Santa Sofia, Municipal e 15 de Novembro.

Foi secretário de Educação da municipalidade, no período de 71 a 72, durante a administração Souto Dourado. Por diversas vezes esteve em Brasília, despachando pessoalmente com o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, com quem tratou inclusive do 1º Convênio do Mobral para Garanhuns.

Começou a desenvolver sua tendência político-administrativa, ao cursar o Instituto de Administração Municipal no Rio de Janeiro, onde teve como professor o atual Ministro Murilo Hingel. Ao tempo em que lecionava, foi secretário da Comissão de Desenvolvimento Meridional — Codeam — sediado em Garanhuns, durante 14 anos. Durante o Governo Marco Maciel, assumiu o cargo de secretário-adjunto da Secretaria Estadual do Trabalho, onde por 16 vezes foi seu titular interinamente. Nessa ocasião foi distinguido com a mais importante comenda do Estado, a Medalha da Ordem dos Guararapes, concedida pelo Governo de Pernambuco.

Evanderly — um magistrado com proveitosa experiência de vida

Evanderly prestes a se ordenar. Em pé, é o 3º da esquerda para direita

Evanderly acha que ensinar é gratificante, principalmente pelo efeito prático que é o próprio aprendizado, a sociabilidade e o convívio com a juventude.

Conserva com carinho e com saudade a carteirinha da Associação de Imprensa de Garanhuns, onde exercitou sua vocação jornalística, assinando artigos polêmicos no jornal "O Monitor". Focalizando a opção da Igreja pelos pobres, escreveu "O Evangelho a favor", que lhe valeu desagradáveis perseguições políticas. Evanderly costumava dizer:

"— Vendo meu trabalho, mas não vendo minha independência!"

EVANDERLY no Magistratura

Natural do brejo paraibano de Remígio, começou na magistratura em Cachoeirinha, no ano de 1985. Acumulou Agrestina e Altinho, Agrestina e Caruaru, acumulou também Bezerros e Gravatá. Chegou ao Recife em novembro de 1992, para ocupar a 1ª Vara dos Delitos de Trânsito, onde se encontra até o presente. Em apenas seis meses, conseguiu reduzir surpreendentemente os 600 processos para menos de 400 feitos em tramitação.

Não obstante o apoio irrestrito de Maria Aparecida, com quem se casou e tem uma filha de 15 anos — Adriana Maria Dias Costa — Evanderly confessa que foi realmente difícil chegar à magistratura, uma vez que, trabalhando três expedientes, pouco tempo lhe sobrava para os estudos. Até o recurso das matérias, sua esposa gravava, a fim de que, fosse possível passar a vista durante as viagens.

Submetendo-se ao concurso para juiz — sempre ao lado de Maria Aparecida, com quem vinha estudando desde o vestibular — Evanderly já era diplomado em Filosofia e Teologia. Mesmo assim, enfrentou o desafio. Hoje ambos juízes, assumem com dedicação e competência suas responsabilidades, tanto no Poder Judiciário quanto nas atividades domésticas.

"— Admiro sua abnegação e sacrifício, cozinhando, lavando passando. Lamento não dar uma ajuda maior nessas tarefas domésticas. Por enquanto, minha especialidade se limita apenas ao aspirador de pó".

Cidadão Camocim-Felicense

A Câmara Municipal de Camocim de São Félix concedeu o título de Cidadão ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. Foi uma proposição do vereador José Francisco das Neves. A solenidade de entrega será posteriormente marcada. O município de Camocim de São Félix está localizado no agreste meridional, a 123 km do Recife.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 29 DE MAIO DE 1993 Nº 100

Diário Oficial

Organização Judiciária

O novo Código de Organização Judiciária deve aguardar a revisão constitucional em outubro e a aprovação do Estatuto da Magistratura Nacional, que se encontra em tramitação no Congresso. Essa decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco tem objetivo de sintonizar a estrutura do judiciário estadual às alterações da Carta Magna e do Estatuto.

Por enquanto, o Tribunal pretende fazer apenas uma mudança parcial no Código, principalmente em relação ao número de desembargadores, que passa de quinze para vinte e sete, possibilitando maior rapidez na tramitação dos processos. A matéria já se encontra na Assembléia Legislativa e espera-se que a apreciação não demore.

A informação é do desembargador Napoleão Tavares, relator do anteprojeto do Código de Organização Judiciária, cuja Lei é de natureza complementar prevista pela Constituição estadual em vigor.

CÓDIGO

O atual Código de Organização Judiciária do Estado foi criado pela Resolução nº 10 de 28 de dezembro de 1970. Conforme a Emenda Constitucional de 69, que determinava revisão a cada cinco anos, as primeiras modificações aconteceram em 1975, através da Resolução nº 11.

Apesar de posteriormente alterado pela Lei 8034 de primeiro de novembro de 1979, o Código de Organização Judiciária continua defasado. A Constituição não fixa prazo, mas determina que as mudanças são da responsabilidade dos Tribunais de Justiça de cada Estado.

Napoleão: normas judiciárias acompanham evolução dos fatos

De acordo com o desembargador Napoleão Tavares, as normas judiciárias devem acompanhar a dinâmica dos fatos sociais. Dessa forma, o novo Código deve distribuir melhor as competências, especializar o juiz cada vez mais e evitar a interferência de outros Poderes na economia interna do Judiciário, em nome da autonomia administrativa que a Constituição federal atribui ao poder Judiciário, além de tornar realidade o disposto no artigo 168 da Carta Magna.

Na sua opinião, também é importante tratar da oficialização dos serviços judiciais, passando a remuneração dos serventuários para a responsabilidade do Estado. Nas escrivanias não oficializadas os servidores ainda são remunerados através das custas judiciais, cobradas de acordo com tabela oficial.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cláudia Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.000 - Fone: (24.3811/81-211 - Telex: 9116.

Sindicalista visita Tribunal

A presidenta do sindicato da Construção Civil em Pernambuco, Ducilene Moraes, esteve conversando com o Chefe da Corte da Justiça Des. Carlos Xavier. A sindicalista veio pedir a desvinculação da Vara de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas. Como representante de uma classe que conta com mais de 40 mil trabalhadores e que, pelas características do trabalho os acidentes são freqüentes, solicitou em nome da categoria a criação de uma Vara específica para acidentes do trabalho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 01 DE JUNHO DE 1993 Nº 101

Diário Oficial

Deputados pedem conclusão de inquérito

Presidente conversa sobre episódio de Sítio Grande

Uma comissão formada pelos deputados Pedro Eurico, Romeu da Fonte, Djalma Paes e Enoelino Lira esteve na última segunda-feira à tarde, conversando com o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Carlos Xavier. Eles vieram pedir agilização do inquérito administrativo que está apurando a prática de violência, por parte de oficiais de Justiça, durante a remoção de famílias em Sítio Grande, há cerca de duas semanas.

De acordo com o deputado Pedro Eurico, durante a execução do mandado de desocupação, os oficiais agiram agressivamente com deputados e populares. "Viemos pedir apoio ao desembargador Carlos Xavier para que ele interceda no sentido de concluir os trabalhos o mais rápido possível. Queremos a certeza de que os fatos serão apurados e os culpados, responsabilizados".

O Desembargador-presidente ressaltou que manteve um diálogo amistoso com os parlamentares e que as portas do Tribunal de Justiça estarão sempre abertas para recebê-los. "Os deputados saíram confiantes no Judiciário e com a certeza de que todas as medidas cabíveis serão tomadas na resolução do caso envolvendo os políticos e moradores da cidade".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Paes
Diretor-Substituto

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Adelmar Pôrto

Editora
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Cristiano Alcântara.

Fotografia
Israel Barbosa

Diagramação
Nilo Gonçalves e Cidarta Dias
1.192 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3810/81-214 - Telex: 2116.

Convivium comemora 1º aniversário

A sala do "Convivium", instalada no 2º andar do Tribunal de Justiça para receber os magistrados aposentados, está em festa. Hoje completa um ano de existência e tem se destacado como um importante ponto de encontro para aqueles que integraram a magistratura pernambucana. O presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, vai prestigiar a solenidade de aniversário. Para todos, freqüentar diariamente o Convivium significa manter um vínculo com o Poder Judiciário.

As comemorações de hoje prestam homenagem ao desembargador João David de Souza Filho, responsável pela inauguração do espaço. Cerca de 100 pessoas foram convidadas a prestigiar as festividades que têm início às 16:00h. O primeiro discurso será do juiz Aluiz Tenório que vai agradecer ao des. João David a criação da sala dos magistrados, durante sua gestão como presidente do TJ. Em seguida será feita a aposição da foto do desembargador. Haverá discurso de agradecimento e logo a seguir um coquetel de confraternização.

Para o desembargador João David o aniversário do "Convivium" é um momento importante. "Sou um freqüentador assíduo e posso constatar depois de um ano que realizei uma obra que está atingindo o objetivo para o qual foi criada. Os momentos que passo aqui representam o reencontro com os colegas e o retorno ao Tribunal, onde durante muito tempo exerci minha atividade de magistrado".

Italianos comemoram proclamação da República

Em 2 de junho de 1946, foi aprovada a proclamação da República Italiana. O acontecimento vai ser comemorado hoje no Recife, no restaurante Casa d'Itália, com a presença da cônsul da Itália, Maria Lia Verona e de italianos radicados na cidade. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, estará presente, prestigiando o evento.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 1993 Nº 102

Diário Oficial

Presidente restaura Comarca de Belém de Maria

A Comarca de Belém de Maria será restaurada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, no dia 9 de junho. A data foi marcada durante visita da prefeita do município, Maria José Menezes de Almeida, do deputado estadual Manoel Ramos, do secretário da prefeitura e do presidente da Câmara Municipal.

Deputado Estadual Manoel Ramos, a prefeita de Belém de Maria e presidente definem data de instalação

Atualmente Termo Judiciário de Lagoa dos Gatos, Belém de Maria já foi Comarca, instalada em 1962 e posteriormente extinta durante o governo Nilo Coelho. O primeiro juiz da Comarca era, então, o magistrado Mário Melo.

"Com 12.500 habitantes e 8 mil eleitores, Belém de Maria é formada por uma sociedade bem estruturada", afirma a prefeita do Município, que prometeu preparar Fórum e Cadeia Pública para solenidade de restauração. "O Fórum já é dotado de boas instalações. Quanto à Cadeia, precisamos trabalhar com afinco para que tudo esteja pronto na data marcada", informa Maria José Menezes.

A restauração da Comarca tem o apoio do Governo do Estado através do Secretário de Justiça Marcos Cabral. Segundo o desembargador-presidente, a iniciativa vai colaborar para agilizar ainda mais o Judiciário estadual.

Tribunal lembra data histórica

Era 30 de junho de 1952 quando o governador Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, com subscrição dos secretários da Justiça e da Fazenda, respectivamente professor José Joaquim de Almeida e Irineu de Pontes Vieira, sancionou a Lei 1.392, que elevou para 15 desembargadores o número de componentes do Tribunal de Justiça que, até então, era formado por 11 membros.

Quase 41 anos depois, a Assembléia Legislativa analisa o projeto enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, que prevê a ampliação desse número para 27 membros. "Àquela época Pernambuco tinha cerca de três milhões e quinhentos mil habitantes. Atualmente, a população é mais que o triplo e o volume de processos, bem maior", afirma o desembargador Carlos Xavier.

A iniciativa da Presidência em aumentar o número de componentes da Casa é fruto do objetivo de agilizar e melhorar a prestação jurisdicional no atendimento à sociedade pernambucana. Segundo o desembargador-presidente, a data 30 de junho de 1993 pode se transformar em outro marco para Justiça de Pernambuco, caso a Assembléia escolha esse dia para manifestar sua decisão que, espera-se, seja favorável ao projeto.

Delmiro Gouveia: 130 anos

Solenidade conjunta entre a Chesf, Fundação Joaquim Nabuco e Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco marca, hoje, a passagem dos 130 anos de nascimento de Delmiro Gouveia. O ato, a ser realizado pela manhã e à tarde, respectivamente na Fundaj e auditório daquela companhia elétrica, conta com a presença do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça. O evento está dividido no plantio de muda de magnólia e conferência sobre "Delmiro Gouveia: desenvolvimento com impulso de preservação ambiental".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 1993 Nº 104

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XIII)

João Côrte Magalhães

Batizado por seus pais na Fazenda Barra da Carnaúba — Luiza e Olegário Magalhães, primo do dr. Agamenon e contemporâneo do Monsenhor Arruda Câmara — João Côrte fez o curso primário na Escola Estadual em Vila Bela, hoje Serra Talhada, credenciando-se para os estudos de humanidades no Seminário São José em Pesqueira (1942-1945) e Seminário de Olinda (1946 e 1947). Do Colégio Estadual de Pernambuco (atual Ginásio Pernambucano) se transferiu para o Porto Carreiro, onde cursou a 3ª série do Clássico e chegou à tradicional Faculdade de Direito do Recife. De 1953 a 1957, conviveu com figuras de muita expressão na vida pernambucana, tais como, Carlos Pena Filho, Sileno Ribeiro, Artur Lauchê, Jonas Ferreira Lima, Roberto Magalhães Melo, Vânio Fox, Humberto Soares, Aristóteles Siqueira Campo, Odorico Medrado e Hugo Melo, dentre outros queridos e aplicados estudantes.

Concursado para juiz em 1965, ocupou com exemplar dedicação importantes comarcas pernambucanas onde, simultaneamente, desenvolvia suas atividades de emérito professor de latim, português, francês e biologia.

Designado há três anos para juiz substituto na 1ª Vara de Sucessões, realiza um trabalho de enorme competência, em ação conjunta com o titular Leopoldo de Arruda Raposo.

O piedoso seminarista João Côrte em Serra Talhada (1947)

João Côrte — o professor

Ao deixar o Seminário (1947) voltou a Serra Talhada, onde estudou datilografia na Escola das freiras vicentinas. Lecionou na Escola particular de José Paulino, de onde se afastou em 1949 para servir ao Exército na 21ª Circunscrição de Recrutamento no Recife. Nomeado para o DNER em 1951, foi respectivamente, Fiscal de Transporte Coletivo, Auxiliar de Administração, Assessor Administrativo e Secretário da Divisão de Transporte Coletivo.

Depois de concluir o Curso de Letras Neolatinas e Didática na UNICAP (antiga Faculdade de Letras e Ciências Manoel da Nóbrega), recebeu autorização do Ministério da Educação para lecionar no Colégio Estadual de Pernambuco, onde criou o primeiro Curso Feminino desse conceituado educandário. Lecionou também no Colégio Estadual do Recife, na Escola Normal, no Colégio Leão XIII, no Colégio Arquidiocesano e Colégio Estadual de Jaboatão.

Em Serra Talhada (1966) foi professor do Ginásio Coronel Soares e do Colégio Cônego Torres, onde contava com o atual deputado federal Inocêncio de Oliveira, como um dos seus melhores alunos.

Em São Bento do Una (1970), fundou o Ginásio Estadual e foi coordenador do curso noturno, ao tempo do dr. Roberto Magalhães como Secretário de Educação de Pernambuco. Na Comarca de Bonito, ensinou Português, Moral e Cívica e OSPB, exercendo a função de Diretor administrativo do recém-criado Ginásio Municipal Presidente Médici. Na Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, ensinou Teoria Geral do Estado, Português, Latim e EPB, a partir de 1979 quando se transferiu para São Lourenço da Mata. Ao completar 30 anos de verdadeiro apostolado no magistério do interior (1983) e cinco anos de ensino particular, o professor João Côrte Magalhães requereu aposentadoria.

João Côrte Magalhães — juiz substituto na 1ª Vara de Sucessões

João Côrte — o magistrado

Conterrâneo do ex-governador Agamenon Magalhães e do Virgulino Ferreira — o sendável Lampião — João Côrte voltou à sua terra natal, como Juiz de Direito, após atuar um ano em Santa Maria da Boa Vista, para onde fora nomeado por concurso em 1965. Em 70 foi removido para São Bento do Una, de onde se transferiu três anos depois para a Comarca de Bonito. Em 1979 se transferiu para São Lourenço da Mata para, em setembro de 1985, por merecimento, alcançar a Comarca do Recife. Em São Lourenço foi responsável pela instalação da 3ª Vara e da Zona Eleitoral de Camaragibe. Foi presidente do Plebiscito de Camaragibe, Terno Judiciário que se tornou mais populoso do que a sede da própria Comarca de São Lourenço.

Com a saúde meio abalada chegou ao Recife, exercendo por seis dias apenas a função de Juiz Substituto na 4ª Vara Criminal. Em seguida se transferiu para a 9ª e 3ª Varas Cíveis onde permaneceu durante três anos. Substituiu com invejável desempenho os titulares das 2ª e 6ª Varas durante as férias dos mesmos, sendo designado para o Juizado de Menores por ocasião da aposentadoria do juiz responsável.

Passando a exercer suas funções na 1ª Vara de Sucessões, trabalha com eficiência e harmonia com o juiz Leopoldo de Arruda Raposo. Na atualidade João Côrte foi quem solicitou a instalação da 3ª Vara de Sucessões e por diversas vezes substituiu brilhantemente o seu titular.

Estudioso de Deontologia Jurídica, tem como esposa a bacharela Ruth Maria Gomes Magalhães, professora da Faculdade de Relações Públicas da Escolinha de Arte do Recife e da OMEP. Tem quatro filhos: João Côrte Magalhães, engenheiro da Chesf, Analista de Sistemas e Professor de Informática; Fernando Antônio Gomes Magalhães, Programador da PISEP; Maria Janice Magalhães Correia de Melo, Psicóloga e Coordenadora de cursos e Marcos José Gomes Magalhães, estudante de Medicina.

Favorável à informatização da Justiça, acha que "o Juiz não deve abandonar seus estojos de datilografia, onde, lentamente vai julgando as ações mais complexas."João Côrte Magalhães ratifica seu conceituado depoimento expresso no documento Ética funcional do magistrado: — "Cada julgamento se apresenta como uma síntese moral, estalecendo compromisso e humanidade. A missão judicante é semeadora do bem, quase anonimamente."

O sonho do ilustre magistrado é editar um livro sobre Serra Talhada, logo após sua aposentadoria. Já possui farto material, colhido em suas pesquisas na Comarca de Pajeú de Flores.

Vicentino por convicção religiosa, faz parte da Confraria de Nossa Senhora do Bom Conselho, permanecendo portanto, fiel à religião católica, como nos seus saudosos e evocativos tempos do seminário.

Vara criminal tem novas instalações

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, preside segunda-feira, às 17 horas, solenidade de inauguração das novas instalações da 6ª Vara Criminal da Comarca do Recife. Instalada no 7º andar do Fórum Paula Batista, ela teve remodelada sua sala de audiência e o cartório recebeu móveis padronizados. Com mais de 20 anos de funcionamento, a 6ª Vara Criminal tem cerca de 420 processos em tramitação. João dos Passos e Humberto Soares são, respectivamente, juiz titular e escrivão.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 05 DE JUNHO DE 1993 Nº 105

Diário Oficial

Recife vai ter escola para advogado

"É bem-vinda ao Recife a criação de uma escola para advogados, com o mesmo objetivo que tem a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, ou seja, o de reciclar e aperfeiçoar profissionais na referida área, de atuação". Com essa afirmativa, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, elogiou a iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, secção/PE, de elaborar anteprojeto de criação daquela unidade de ensino superior.

Graça Condé fez palestra sobre Inovações no Direito de Família

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ítalo Ramos Cabral

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Christiane Andrade.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.193 - 28/7/93

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 3135.

A escola será criada nos moldes da existente no Rio de Janeiro, atualmente com 4,2 mil alunos, distribuídos em 36 turmas de Processo Civil, Direito Civil, Direito de Família, Direito Penal, Direito e Processo do Trabalho e Direito Ambiental. Este último, considerado o melhor currículo a nível internacional, durante a ECO 92. Naquele Estado, existem ainda 10 escolas localizadas nas comarcas do interior.

Segundo a diretora geral, Graça Condé, que esteve no Recife, proferindo palestras durante o Curso de Direito de Família, promovido pela OAB-PE, a Escola Superior de Advogados do Rio de Janeiro funcionou, inicialmente, com cursos gratuitos, mas diante do crescimento do número de alunos ficou difícil manter a gratuidade.

NO RECIFE

Se tudo correr no prazo previsto, ainda este ano, os advogados recifenses terão à disposição uma escola superior de reciclagem e aperfeiçoamento, à qual os profissionais podem se habilitar através de exame seletivo. O Regimento Interno já está sendo elaborado e, segundo Elizabeth Veiga, encarregada do projeto de implantação da unidade, a OAB-PE vai entrar em contato com o Governo do Estado, no sentido de viabilizar a localização da escola.

Seminário

O Seminário de Direito de Família, que trouxe a diretora geral da Escola Superior de Advogados do Rio de Janeiro e presidente da Associação Brasileira de Direito de Família, Graça Condé, trouxe também ao Recife o desembargador paulista Jussef Said Cahali. O seminário foi realizado durante o período de 25 a 29 de maio.

A iniciativa, que teve o objetivo de atualizar advogados, também foi destinada a estudantes de Direito. Na oportunidade, foram discutidas questões relativas às inovações constitucionais no Direito de Família, Medidas Cautelares, Questões Controvertidas no Direito de Família e Concubinato. Na sexta-feira (28), Graça Condé esteve na Universidade Católica, numa palestra exclusiva para estudantes.

Escola promove Ciclo de Estudo

O I CICLO DE ESTUDO DE DIREITO ECONÔMICO, que reunirá juristas de todo o Brasil, terá início amanhã (09) e deverá ser encerrado no próximo dia 12. Promovido pela Escola Nacional da Magistratura juntamente com o Instituto de Advogados de São Paulo, o Ciclo será realizado na ilha de Comandatuba, Ilhéus, na Bahia. Atendendo convite do presidente da Escola, ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, o Des. Nildo Nery dos Santos, diretor-adjunto da Escola Nacional e o juiz José Astônio Macedo Malta estarão representando a magistratura pernambucana.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 08 DE JUNHO DE 1993 Nº 106

Diário Oficial

Reestruturação dos juizados é debatida

Assessores da presidência conversam com o juiz titular do Juizado de Prazeres sobre os problemas do dia-a-dia

Os juízes coordenadores, secretários e secretários-adjuntos dos Juizados Especiais de Pequenas Causas estarão reunidos, próximo dia 15, com os assessores de planejamento do Tribunal de Justiça para discutir e avaliar as ações executadas e as dificuldades apresentadas em cada um dos núcleos. A presidência do Tribunal quer dotar esses núcleos de infra-estrutura necessária à prestação jurisdicional, para isso os assessores estão visitando todos eles. Na semana passada estiveram no juizado de Prazeres.

Silvana Oriá e o juiz Jovaldo Nunes conversaram com o juiz coordenador, Aubry de Lima Barros Filho, sobre o movimento processual e as questões de ordem administrativa. Instalado há cerca de dois anos, o juizado obteve no período índice de conciliação em torno de 83%. Esse percentual, acima de 80%, tem sido freqüente em todos os JPCs. De novembro de 91 até abril deste ano, foram registradas 2819 queixas. Dessas, 2559 foram resolvidas, sendo 1421, através de conciliação, ou seja acordo amigável entre as partes.

REFORMA

No Juizado de Pequenas Causas de Prazeres, que fica na 1ª Travessa Júlio Maranhão, 47, foram realizadas reformas nas instalações elétricas e hidráulicas, pintura geral e conserto dos equipamentos. Esses trabalhos foram concluídos há poucos dias. De acordo com a assessora Silvana Oriá, estão sendo executados serviços de reformas em alguns desses núcleos, além disso, nos juizados da capital e Região Metropolitana, que são informatizados, têm sido realizadas vistorias nos equipamentos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Barbalho

Corregedor-Geral: Des. Mário Ramos Gálvão

Assessor de Imprensa: Alberar Paiva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gomes e Constantino Alvarenga

Fotografia: Israel Barbosa

Diagramação: João Gonçalves e Cássio Dias - DRT/PE

Redação: Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 224.8811/8.214 - Telex: 3116.

Presidente recebe desembargador do Pará

Nas conversas que mantém com parlamentares, autoridades e magistrados do Brasil e do Exterior, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, tem abordado os problemas que o país atravessa e a situação do Judiciário como o acúmulo de processos que aumenta a cada dia. Esses assuntos foram levantados no diálogo que manteve com o desembargador do Pará, Nelson Amorim, que veio trocar experiências e conhecer o Palácio da Justiça.

Nelson Amorim foi presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado e deixou o cargo há poucos meses. "Estou visitando Tribunais em todo o país e não poderia deixar de conhecer o Judiciário pernambucano, uma glória da magistratura e um dos mais conceituados que temos. Para mim é uma grande honra estar aqui". O des. Carlos Xavier, por sua vez, disse que as considerações do magistrado paraense tinham um forte significado para todos que integram o Tribunal.

CORTE DO PARÁ

O Tribunal de Justiça do Pará, atualmente, está sob a presidência da desembargadora Maria Lúcia Gomes M. dos Santos. A Corte de Justiça é formada por 21 desembargadores, dos quais, 5 são mulheres. "Mais de 80% do Judiciário paraense é composto por mulheres. Temos grandes juízas que fazem um belo trabalho e têm merecido crédito de toda a população", afirmou o desembargador.

O Judiciário do Pará, também, vem se destacando como pioneiro na instalação de Varas Agrárias, determinadas pela Constituição Federal. O Estado, com uma população em torno de 5 milhões de habitantes, tem problemas nas questões referentes à posse da terra. Com a criação e instalação das Varas especializadas haverá uma agilização nos processos dessa natureza.

Jornalista visita presidente do TJPE

O editor executivo do jornal Diário de Pernambuco e ex-presidente da Associação da Imprensa de Pernambuco, Lácio Costa, esteve visitando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. Durante o encontro, foram discutidas questões como o sistema carcerário, a situação do Judiciário pernambucano e a atuação da imprensa.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 1993 Nº 107

Diário Oficial

Movimento forense da 1ª entrância é publicado

Movimento da 1ª entrância é satisfatório

A movimentação dos processos judiciais das comarcas de 1ª entrância, referente ao primeiro trimestre do ano, foi publicada pela Corregedoria Geral da Justiça no Diário Oficial. O resultado foi o seguinte: 3.502 processos julgados; 88 inquéritos arquivados; 323 prescrições decretadas; 3.937 processos iniciados, aqui incluindo 739 cartas precatórias, e 3.712 audiências realizadas. Assim, passaram para o segundo trimestre do ano 33.116 feitos.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, um cálculo mostra que o percentual de julgamentos nas comarcas de 1ª entrância excedeu, em pouco, os 11%, apresentando a maior produtividade entre as três entrâncias do Estado. Ele afirma, ainda, que, com a crescente maturidade dos novos magistrados e pela quantidade de audiências realizadas, é de se esperar que no próximo trimestre o resultado apresentado seja bem superior ao anual.

Alguns magistrados (todos de 1ª entrância) foram destacados como os que mais julgaram no decorrer do referido trimestre:

Paulo Onofre de Araújo — Rio Formoso — 505 processos;

Carlos Antonio Alves da Silva — Aliança — 122;

Fábio Eugênio D. Oliveira Lima — Condado — 100;

Nivaldo Rodrigues Machado Filho — Itamaracá — 89;

Alexandre Freire Pimentel — B. S. Francisco — 81;

José Nunes Siqueira — Ipojuca — 78;

Milton Santana L. Filho — Vicência — 73;

Cícero Bitencourt Magalhães — Águas Belas — 68;

Severino Coutinho da Silva — Buíque — 67;

Basílio Antonio Guerra — S. C. Capibaribe — 67;

Flávio Augusto Fontes de Lima — C. de São Félix — 67;

Francisco Rodrigues da Silva — Exu — 65.

Os magistrados que realizaram mais audiências instruindo processos foram:

Carlos Antonio Alves da Silva — Aliança — 207 audiências;

Carlos Magno Cisneiros Sampaio — S. B. do Una — 129;

Fernando Menezes Silva — Jataúba — 115;

Maria Rosa Vieira Santos — Trindade — 115;

Basílio Antonio Guerra — S. C. do Capibaribe — 113;

Cátia Luciene L. Sá Sampaio — S. M. da Boa Vista — 98;

Severino Coutinho da Silva — Buíque — 93;

Nivaldo Rodrigues Machado Filho — Itamaracá — 83;

Cícero Bitencourt Magalhães — Águas Belas — 79;

Maria Aurí Alexandre — Floresta — 78;

Antônio Carlos dos Santos — Carnaíba — 77;

Francisco Jorge F. Alves — Taquaritinga do Norte — 77.

Do levantamento, consta também que, das 78 comarcas de 1ª entrância, 6 têm mais de mil processos em tramitação, um número preocupante. São elas: as Comarcas de Floresta (1.311 feitos), Condado (1.189), S. Cruz do Capibaribe (1.171), Itamaracá (1.113), Cabrobó (1.094), Buíque (1.093).

Cinco comarcas foram classificadas, ainda, como as que receberam uma maior quantidade de novos processos:Cabrobó (229), Floresta (131), Itamaracá (121), Santa Cruz do Capibaribe (119) e Itaíba (117).

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélvio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Cisneiro e Christianne Albuquerque

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celma Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: (081) 231-3214 - Telex: 5116.

Magistrados agraciados pela Polícia Militar

Os desembargadores Edgar Sotreira, José Napoleão e Nildo Nery e os juízes Jovaldo Nunes, Antônio Macedo Malta, Dorgival Soares, Antônio Camarotti, Airton de Sá Ferraz e Romério Moreira de Almeida são homenageados pela Polícia Militar de Pernambuco. Os magistrados recebem a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, proposta pelo comandante geral da corporação, cel. Romero Leite, pelos relevantes serviços prestados à causa pública. A entrega da honraria encerra, hoje (11), as comemorações do 168º aniversário da instituição.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1993 Nº 109

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XIV)

Ambrósio Agrícola Nunes

Coronel reformado da Polícia Militar, Ambrósio Agrícola tem cursos de especialização em inglês e em polícia judiciária nos Estados Unidos. Formado em dezembro de 1973 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, só em 1992 ingressou na magistratura, assumindo como juiz substituto as comarcas de Betânia e Custódia com acumulação de Sertânia, 2ª entrância.

Um ano depois de viver sua grande emoção de sair oficial, em inesquecível solenidade realizada no Quartel do Derby, no Recife, recebeu do governador Nilo Coelho, a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, consagrado como autor do hino do Batalhão de Guardas do Palácio do Campo das Princesas, em 1986. Hoje, seu projeto de vida encerra a sagrada ambição de se dedicar à magistratura nos próximos 20 anos, complementando suas atividades jurisdicionais com música e poesia, um "hobby" que sabe exercitar com admirável vocação e arte.

Ambrósio Agrícola — militar, poeta e magistrado

Ambrósio Agrícola — o militar e músico

Ingressando na Polícia Militar como soldado aprendiz de música (1963), salientou-se como 1º saxofonista da Banda aos 21 anos de idade. Teatro com brilhantismo sua vocação de compositor, escrevendo os hinos do 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Autor de composições oficiais para os municípios de Recife, na Paraíba, e Várzea, no Rio Grande do Norte, tem diversos gêneros populares já gravados, inclusive um chorinho que faz enorme sucesso no LP de Jurandi do Sax.

Em Pernambuco, onde alcançou o oficialato da Polícia Militar em 1967, foi condecorado com a Medalha do Mérito Policial Militar, um ano depois, ao compor e apresentar o hino do Batalhão de Guardas do Palácio do Campo das Princesas. O magistrado Ambrósio Agrícola apresenta uma outra face sempre impregnada de agradáveis recordações, como coronel reformado da Polícia Militar da Paraíba.

Ambrósio Agrícola — o magistrado

Formado em 1973 na Paraíba, foi contemporâneo do coronel Heráclito Tosceno Barreto e do juiz Nicolau Lourenço, atualmente na comarca de Arcoverde. Ingressando na magistratura em 1992, exerceu sua vocação jurisdicional nas comarcas pernambucanas de Betânia e Custódia.

À sua experiência como assessor jurídico da Assembléia Estadual Constituinte da Paraíba (1989), juntou o precioso aprendizado que trouxe dos Estados Unidos, onde se especializou na Academia de Polícia de Washington e nos cursos de inglês e de polícia judiciária.

Lamenta não ter abraçado a magistratura, logo após ter se formado em advocacia. Ser juiz se constrói, com sinceridade, a realização do maior sonho de sua vida em todos os tempos.

Ambrósio Agrícola — o poeta

Natural de Teixeira na Paraíba, tem três irmãos magistrados e dois advogados: Adilson, Admilson, Adeilson, Ailton e Adeildo.

Casado com a bacharela em Direito e sua conterrânea teixeirense, dra. Maria Madalena, tem três filhos: Ricardo, Juliana e Alyrson.

Cidadão pernoscense pelos relevantes serviços prestados como secretário dos Serviços Urbanos da Capital Paraibana, lecionou Direito Penal na Faculdade dos Institutos Paraibanos de Educação, além de se destacar como Campeão Paraibano de tiro ao alvo.

Não obstante suas múltiplas e importantes atividades, não se divorciou da arte de fazer versos, onde confesse um verdadeiro predestinado. Apesar de não ter marcado uma brilhante estréia como escritor, guarda a pretensão de publicar um trabalho já em conclusão que intitulou de "Resumo Histórico do Constitucionalismo".

Tem uma série de glosas sobre a sublime missão do juiz. Guarda uma delas, que transcrevemos nesta página, como um fecho de ouro da inspiração do poeta, que é, inegavelmente, a outra face brilhante do magistrado Ambrósio Agrícola:

Ser Juiz é ser um homem sem defeito
chegando a aceitar se necessário
o penoso caminho do Calvário
em proveito da Lei e do Direito.
Ser Juiz é julgar sem preconceito,
é agir pautado na coerência,
é saber quando é hora de clemência
ou quando o fato implica em grave pena.
É decidir se absolve ou condena,
é discernir entre a culpa e a inocência!

Magistrado recebe homenagem da PMPE

O juiz de Direito Mário Alves de Souza Melo, assessor da presidência do Tribunal de Justiça, foi uma das autoridades condecoradas com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar. A comenda fez parte das comemorações dos 168 anos da Polícia Militar de Pernambuco.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 12 DE JUNHO DE 1993 Nº 110

Diário Oficial

Comissão analisa experiência de outros Tribunais

Maria das Graças e Ângela Souza: visita traz bons resultados

Ao iniciar os seus trabalhos, a Comissão encarregada da elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça de Pernambuco teve a preocupação de trocar informações e colher subsídios através da experiência administrativa de outros tribunais do país. Foi com esse objetivo que duas integrantes do grupo, Ângela Alves de Souza e Maria das Graças Lavor, visitaram os Judiciários de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Ângela e Maria das Graças destacaram a importância de terem conhecido de perto o funcionamento da estrutura administrativa de cada tribunal. "A experiência foi muito positiva e, dentro do possível, poderemos aplicar muita coisa que vimos por lá", comentou Ângela.

Em todos os estados, elas observaram a modernização dos serviços judiciários e seus benefícios para a população. O Tribunal de Justiça do Paraná, por exemplo, foi considerado pelas visitantes como modelo para os demais. Mas, no Rio Grande e em Minas elas também encontraram experiências muito positivas.

MINAS GERAIS

Nesse estado, o que mais impressionou foi um projeto implantado pelo ex-presidente do TJ, des. José Fernandes, chamado de "Sistema de Mutirão". Através dele, o estado foi dividido em pólos e, em cada período, o Judiciário fazia um grande mutirão de juízes e servidores nas comarcas destas localidades. Com isso, foi reduzido de 800 para 300 mil o número de processos em andamento. Outro fato que, segundo elas, dinamizou o Judiciário estadual foi a criação do cargo de Administrador do Fórum, que era normalmente exercido por um juiz.

RIO GRANDE DO SUL

O Conselho administrativo e a Imprensa Oficial foram os pontos destacados. Composto por um desembargador e um representante de cada departamento envolvido com as finanças do tribunal, o Conselho é encarregado de dar pareceres sobre os atos administrativos do TJ. O Judiciário gaúcho possui também uma gráfica que é responsável pela confecção e distribuição do seu Diário Oficial.

PARANÁ

Totalmente informatizado em seus serviços judiciais — nas atividades meio e fim — o TJ do Paraná foi considerado modelo. Somado à informática, o excelente treinamento de pessoal resultou num trabalho moderno e ágil. Outro ponto importante é a estreita relação entre a presidência e a assessoria de planejamento, que elaboram a estimativa do biênio. Existe ainda uma comissão permanente, composta de um desembargador, um representante de cada unidade administrativa e dois do sindicato dos servidores, que discute todas as reivindicações dos funcionários do Judiciário.

CONCLUSÕES

Dados comuns a todos os tribunais também foram observados e destacados pelas visitantes. A existência de uma secretaria em cada câmara composta pelos desembargadores, de uma assessoria de planejamento e de um trabalho voltado para os Recursos Humanos são pontos, segundo elas, fundamentais para o perfeito funcionamento do Judiciário.

"Todos esses pontos vêm de encontro ao pensamento do presidente Carlos Xavier, que é o de melhorar a prestação jurisdicional, dando um maior suporte à parte administrativa do Tribunal de Justiça", comentou Ângela Souza.

A iniciativa do intercâmbio entre os tribunais foi, segundo elas, muito elogiada em todos os estados. Além disso, a visita trouxe uma nova dinâmica aos planos de cargos, carreira e vencimentos que também estão sendo implantados.

"A comissão está fazendo um trabalho de análise da estrutura administrativa do Judiciário, para depois chegar ao plano. Lá, ao contrário, primeiro foram criados os cargos. Agora eles estão com problemas para adequar o plano à realidade de cada TJ", disse Ângela.

Ela ressaltou que o objetivo é cumprir o prazo determinado pelo presidente Carlos Xavier, aliando experiência administrativa à parte técnica. "Só assim chegaremos a um plano exequível e de fácil aplicação", completou.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Presidente do 2º Sorteio

Corregedor-Geral:
Des. Bivaldo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christianne Alcântara

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cássio Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.2811/ R-214 - Telex: 3116.

Planejamento reúne coordenadores dos JPCs.

A Assessoria de Planejamento juntamente com o Núcleo de Recursos Humanos estará reunida durante todo o dia de hoje (15), com os juízes coordenadores, secretários e secretários-adjuntos dos Juizados Especiais de Pequenas Causas para discutirem ações de ordem administrativa e o movimento processual registrado em cada um desses núcleos. Será uma reunião pela manhã, outra à tarde, para que todos tenham oportunidade de participar, sem prejuízo da rotina de trabalho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1993 Nº 111

Diário Oficial

Servidores fazem curso de Informática

Mais um curso de Iniciação à Informática, destinado os servidores do Tribunal e Justiça, será iniciado manhã pelo Núcleo de Organização e Sistemas. O rimeiro, realizado em proximadamente dois eses, foi dividido em dois ódulos e concluído há oucos dias. Dos dez ncionários que participaem, seis foram aprovados e ão receber os certificados.

O primeiro módulo Introdução ao Sistema Operacional DOS 5.0 será ministrado pelo técnico do NOS, Antônio Domingos Luna Costa, às 2ª, 4ª e 6ª feiras pela manhã. Os participantes que concluírem essa primeira fase passarão para o segundo módulo, processador de texto Wordstar 5.0, que tem como orientadora, a técnica Maria Adelaide Fernandes Carício. Essa etapa também às 2ª, 4ª e 6ª feiras, será das 9:00 às 11:00h.

Ao mesmo tempo em que realiza cursos de especialização para servidores de todo o Tribunal, a diretora do Núcleo está implantando cursos para os integrantes do próprio setor. "São cursos internos que têm como objetivo estruturar profissionalmente o NOS. Será uma troca de experiência para que todos os membros do Núcleo de Organização tenham conhecimento sobre os mais avançados sistemas e programas", destacou.

Esses cursos, iniciados ontem, são de Editoração, ministrado por Raimundo Rolim, e Linguagem de programação Clipper 5.01, que tem como professor Valdeci Bastos de Alcântara. A linguagem Clipper é utilizada para desenvolver os sistemas dos Juizados de Pequenas Causas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Oliveira e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8.214 Telex: 3136.

Humanização do Fórum chega à 6ª Vara Criminal

Escolhida para ser "Vara Modelo", do Fórum Paula Batista, a 6ª Vara Criminal, que funciona no 7º andar, recebeu móveis e equipamentos e teve redefinido seu espaço físico, passando a contar com apenas dois ambientes. De acordo com levantamento feito pela Corregedoria Geral da Justiça, os cartórios do Paula Batista, que tem oito pavimentos, estão distribuídos em onze diferentes modelos. A reforma da 6ª Criminal faz parte do Projeto de Humanização do Judiciário, que prevê a padronização das salas. A Vara recebeu uma tela, doada pela pintora Ivone Campos, avaliada em Cr$ 26 milhões.

A diretora do NOS, Josenir Sedicias, está promovendo cursos para o pessoal do setor.

O corregedor Etério Ramos Galvão inaugurou as novas instalações e destacou a importância da reestruturação física e de rotinas cartorárias que serão implementadas em todas as Varas. "Estamos tentando dar o melhor que podemos em benefício do Judiciário e de toda a população pernambucana. A melhoria das instalações físicas é o primeiro passo para melhoria da prestação jurisdicional".

Para o juiz titular da 6ª Vara Criminal, João Gomes dos Passos, "as mudanças ocorridas, que transformaram a 6ª Criminal em Vara Modelo, sinalizam um novo tempo para a Justiça Criminal. Da eficiência dessa Justiça depende todo o Judiciário e a melhoria passa por reformas, não só das instalações, mas principalmente por profundas mudanças em todos os campos da Ciência Penal". Falando do seu trabalho enquanto juiz dessa área, João Gomes ressaltou que o juiz criminal não deve se preocupar com o número de sentenças, mas com a qualidade delas.

Superintendente do INSS visita TJPE

O superintendente do INSS, Eduardo Alencar, esteve no Tribunal de Justiça de Pernambuco. O objetivo da visita ao presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, foi pedir a colaboração do Judiciário no combate às fraudes de aposentadorias, que tem sido uma das bandeiras do órgão. O desembargador-presidente afirmou que dará todo apoio às iniciativas contra qualquer tipo de imoralidade e assegurou que o Poder Judiciário pernambucano está à disposição para cooperar com o que for necessário.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1993 Nº 112

Diário Oficial

Situação judicial preocupa Carlos Xavier

Depois dos relatórios referentes à movimentação forense nas três entrâncias do Estado terem sido divulgados, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, faz um balanço da prestação jurisdicional nesse primeiro trimestre do ano.

Segundo o chefe do Poder Judiciário, a situação é preocupante, uma vez que foi constatada a transferência de pelo menos que 430.040 processos judiciais para o segundo trimestre, sendo 33.116 referentes à 1ª Entrância, 123.234, à 2ª e 273.690 pertencentes à Comarca do Recife.

O desembargador-presidente afirma que a grande defasagem do quadro de pessoal, tanto dos magistrados quanto dos que realizam os serviços essenciais ao funcionamento do Judiciário, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Polícia Judiciária e os funcionários judiciais, é um dos motivos para situação em que o Poder se encontra.

Por outro lado, a atual gestão do presidente Carlos Xavier tem tomado as devidas providências no sentido de preencher o quadro da magistratura pernambucana. Para tanto, estão sendo realizados concursos públicos para o cargo de juiz substituto.

"Embora tenhamos nos empenhado em promover esses concursos, percebemos um alto índice de reprovação. A grande maioria dos candidatos não é capacitada. No concurso em andamento, de 1.400 inscritos para primeira prova, 806 foram eliminados. Nós sabemos que os magistrados em exercício têm feito esforços para atender à sociedade, mas não é suficiente, precisamos completar o quadro da magistratura para agilizar a prestação jurisdicional", concluiu o desembargador-presidente.

430.044 processos vão para o segundo trimestre

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Didier Ramos Chaves

Assessor de Imprensa
Alcimar Pedro

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Andrade

Fotografia
José Barbosa

Diagramação:
Alto Gonçalves e Celeste Dias
UFPE - DEXTRA/PRG

Endereço
Rua do Hospitalário, 450 - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/424.3614 - Telex: 1116.

Produtividade do TJ é significativa

Apesar do recesso do mês de janeiro, do elevado número de cargos vagos de juiz de Direito (mais de 200 nas três entrâncias) e de apenas treze desembargadores estarem exercendo sua função judicante, o movimento judicial do Tribunal de Justiça do Estado, nos primeiros cinco meses do ano, foi considerado significativo pelo presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

Dados mostram que o Tribunal recebeu, nesses meses, 1.597 feitos destinados a processamento e julgamento, entre recursos e ações de competência originária. Foram julgados pelos diversos órgãos, no período de fevereiro a maio, uma vez que janeiro foi recesso, 1.277 processos. Os três desembargadores que mais relataram julgamentos foram: Nildo Nery dos Santos (136), Otílio Neiva Coelho (115) e Artur Pio dos Santos (109).

São José realiza 1º júri em agosto

No dia 06 de agosto, às 8 horas, a Comarca de São José da Coroa Grande realiza seu 1º júri depois que foi restaurada, em abril deste ano. O prefeito do município, Lívio Tenório, e o juiz de Direito da Comarca, Antônio Carlos dos Santos, comunicaram o fato ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. São José foi termo judiciário de Barreiros durante 29 anos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1993 Nº 113

Diário Oficial

Presidência determina plantão

Começa quarta-feira (23) o recesso do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No entanto, o presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier, determinou que nos dias 25 e 30 haverá expediente em regime de plantão nos diversos departamentos da Secretaria do TJ, Juizados Especiais de Pequenas Causas e Ambulatório Médico "Ângelo Jordão de Vasconcelos, filho".

Secretário informa horário de funcionamento do TJ

Nesses dias, os Juizados e Ambulatório funcionarão no horário normal, enquanto o expediente da Secretaria será das 13 às 18 horas, de acordo com informação prestada pelo Secretário do Tribunal de Justiça, bacharel Carlos Gonçalves. Ele acrescentou que, durante os dias úteis do recesso, o Setor de Autuação e Distribuição estará recebendo feitos da competência do 2º grau de jurisdição.

A Lei nº 8034, de 01 de novembro de 1979, artigo 93, inciso II, estabelece recesso nos dias 23, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de junho. O presidente, no entanto, pode determinar regime de plantão nos referidos dias, com o objetivo de evitar prejuízo às partes, incluindo aquelas que desejam entrar com recursos e demandas de competência do Poder Judiciário.

Direito da Criança é tema de debate

O Ciclo de Estudos sobre a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente terá continuidade na próxima terça-feira (22), no auditório do juizado à rua Fernandes Vieira, 405, com o tema Ato Infracional. Promovido pela 2ª Vara da Infância e Juventude, o ciclo foi iniciado há cerca de três meses e tem como objetivo promover discussão sistemática e permanente sobre os direitos da criança junto às instituições governamentais e ONGs que desenvolvem atividades em defesa da criança e do adolescente.

A mesa-redonda será realizada durante toda a manhã. O primeiro expositor, o juiz Bartolomeu Bueno de Freitas Morais, abordará "O Processo de Apuração do Ato Infracional". Após a apresentação serão iniciados os debates. Em seguida, os participantes do ciclo de estudos, terão oportunidade de ouvir o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e Juventude, falar sobre "Aplicação das medidas Sócio-Educativas". Encerrando as explanações a promotora Isabel Cristina dos Santos Calado fará uma abordagem do "Ato Infracional Praticado por Crianças".

De acordo com o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo essa é uma questão que deve ser abordada por toda a sociedade: "a defesa dos direitos das crianças e jovens não deve ser vista apenas como uma questão de natureza jurídica ou policial, mas sobretudo como um problema sócio-econômico, cuja resolução dependerá da formação de uma consciência crítica por parte da sociedade e particularmente das instituições diretamente envolvidas com a questão".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barreto

Corregedor-Geral:
Des. Hélvio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tenório

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Clotilzenor Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRTPE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3011/R-214 - Telex: 3136

Magistrados

O Judiciário estadual dispõe de 241 juízes. Do total dos magistrados, 67 atuam nas comarcas de 1ª entrância, 68 estão na 2ª entrância. Os 106 restantes estão distribuídos nas varas da Capital.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1993 Nº 114

Diário Oficial

O PENSAMENTO DA AMEPE

Ante as reportagens que vêm sendo publicadas nos últimos dias, muitas delas com deliberado estardalhaço, por parte de setores da imprensa local, noticiando supostas irregularidades que teriam sido cometidas por juízes integrantes do nosso quadro social, pensamos ser de todo conveniente que a sociedade pernambucana tome conhecimento de algumas atividades e do conteúdo de normas do órgão censor do Poder — o Conselho da Magistratura — e da Associação dos Magistrados, aquele, guardião da dignidade e da honra dos integrantes da magistratura e esta, sociedade defensora dos legítimos direitos e interesses de seus associados.

Assim é que, em virtude de deliberação unânime da diretoria da AMEPE, e na condição de presidente deste órgão de classe, presto as informações seguintes:

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderson Paiva

Editores:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 8º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424 3411/08-214 - Telex: 2136.

1 Foram os próprios juízes integrantes da executiva da AMEPE que, à face de rumores sobre a ocorrência dessas supostas irregularidades, tomaram a iniciativa prudente e cautelosa, em reunião da diretoria, de buscar providências, coletando cópias de discursos para junto aos órgãos competentes do Poder Judiciário solicitar apuração dos fatos e punição dos encontrados em culpa.

2 O Conselho da Magistratura e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, coadjuvados pela Corregedoria Geral da Justiça, não se têm descuidado na apuração de fatos dessa natureza, nem se omitido na aplicação de penas a quem estiver passível delas, depois de exauridos, evidentemente, os trâmites legais do processo regular, assegurando-se aos acusados o pleno exercício do direito de defesa.

3 Os atos dos procedimentos disciplinares instaurados contra juízes, em virtude de irregularidades por eles por acaso cometidas no exercício de suas funções, são, por força da lei, praticados em segredo de justiça, não sendo permitida a sua publicação.

4 O segredo de justiça, resguardado por lei, nesses procedimentos, funda-se no princípio universal de intangibilidade dos órgãos judicantes e é defendido pela quase unanimidade dos publicistas do mundo inteiro, posto que o seu objetivo não é resguardar, propriamente, a pessoa individual do juiz, mas a entidade pública que ele representa.

5 Ao tomar conhecimento de ato irregular praticado por juiz no exercício de suas funções, qualquer pessoa do povo pode e os srs. advogados devem formular representação, por escrito, junto ao Conselho da Magistratura, que os fatos serão devidamente apurados, e punido o magistrado, desde que comprovada, no final.

6 A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO — AMEPE não apóia nem acoberta atos menos dignos porventura praticados por qualquer dos seus associados e definitivamente comprovados. Mas, como órgão de classe, também não se escusa de levar a sua inteira solidariedade àqueles que são acusados, muitas vezes infundadamente, da prática de tais atos, sem que se tenha procedido à apuração final da verdade.

7 Por isso mesmo, sente-se a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO — AMEPE no dever de levar, nesta oportunidade, a sua mais ampla solidariedade a todos aqueles juízes que, talvez injustamente, estão sendo massacrados em sua honra e em sua dignidade, pelas injúrias, calúnias e difamações assacadas por alguns órgãos da imprensa local, sem que procedessem, antes, a uma investigação, pelo menos superficial, dos fatos em que se fundam as suas reportagens. A solidariedade também estende-se aos que dizem sofrer a ameaça contra a sua vida ou a integridade física de seus familiares.

Francisco de Sá Sampaio, presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO — AMEPE

Recesso

Em função do recesso determinado pela presidência do TJPE, a Assessoria de Imprensa encerra, temporariamente, suas atividades jornalísticas junto ao Diário Oficial do Poder Judiciário, até o dia 30 próximo. Durante o mês de julho, as matérias serão veiculadas apenas às terças e quintas. A partir de agosto, esta Assessoria retoma a divulgação diária das atividades do Tribunal de Justiça.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 19 DE JUNHO DE 1993 Nº 115

Diário Oficial

Guiné-Bissau caminha para a independência judiciária

O Poder Judiciário da Guiné-Bissau — nação africana de língua portuguesa — está prestes a se tornar independente. O fato deve acontecer até o início do próximo ano, em cumprimento ao que determina a Constituição daquele país. A informação é do diretor do Ministério da Justiça guineense, Armando Procel, um dos cinco integrantes do grupo que veio conhecer a estrutura judiciária brasileira, através do modelo pernambucano.

Carlos Xavier conversa com um dos representantes da comitiva

Subordinado ao Ministério da Justiça até 1991, o Poder Judiciário da Guiné-Bissau funciona hoje, com o Supremo Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais. Ambos serão mantidos pela nova estrutura, sendo criado o Tribunal de Relação (de 2ª instância) e os Tribunais de Setor, conhecidos no Brasil por Juizados Especiais de Pequenas Causas.

"A revisão constitucional realizada em janeiro, no país, consagrou a soberania do Judiciário", disse Armando Procel, acrescentando que o Poder deixa de ser subordinado ao Ministério da Justiça, passando à supervisão do Conselho Superior da Magistratura, que será criado. Haverá também autonomia financeira, destinando-se orçamento específico às atividades jurisdicionais.

REPRESENTANTES

Formado pelo juiz da vara cível, Caetano N'Tchama; pelo delegado do Ministério Público, Calvário Abukare; conselheira da Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau e chefe de gabinete do Banco Central, Maria Helena José Nosilini e diretor da TV Estatal, Raimundo Pereira, além de Armando Procel, o grupo viaja com objetivo de conhecer a estrutura judiciária de outros países.

Daqui segue amanhã (20) para os Estados Unidos, onde fica até final de junho, colhendo subsídios em Washington, Nova Iorque e Montegomery. Até agora, dispõe de informações sobre as Justiças portuguesa, africana, cubana e soviética. Por razões culturais, além de idioma, clima e proximidade geográfica entre Nordeste e África, o grupo tem tendência a adotar o modelo brasileiro.

EM PERNAMBUCO

O grupo de estudos da reforma do Judiciário da Guiné-Bissau mantém contatos com Pernambuco desde o ano passado, através da Coregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura. Custeado pela Usaid (Agência Norte-Americana para Ajuda ao Desenvolvimento), o intercâmbio viveu agora a fase mais importante, quando a comitiva veio conhecer de perto o funcionamento do Poder Judiciário estadual.

Além da programação para conhecimento das normas que disciplinam a organização e divisão do nosso Poder Judiciário, a comitiva esteve no Tribunal de Justiça para um contato pessoal com o presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier. Na oportunidade, problemas e atividades desenvolvidas de forma a tornar mais ágil a tramitação processual foram abordados entre os representantes da Justiça brasileira e daquele país africano.

Além de Carlos Xavier, estiveram presentes ao encontro os desembargadores Etério Ramos Galvão (corregedor geral), Benildes Ribeiro, Mauro Jordão, Otílio Neiva, Napoleão Tavares, Nildo Nery e Agenor Ferreira.

"Personalidade de Pernambuco" é entregue hoje

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, estará presente hoje às 19 horas, no Teatro Beberibe, Centro de Convenções, durante a entrega do prêmio "Personalidade de Pernambuco". O magistrado participa da solenidade como convidado de honra da Associação da Imprensa de Pernambuco, promotora do evento.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1993 Nº 68

Diário Oficial

Nova diretoria visita TJ

A nova diretoria da Associação dos Servidores do Poder Judiciário, empossada no último dia 31, esteve visitando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho. Os componentes eleitos para este biênio vieram ao TJ para estabelecer um contato com o chefe da Corte de Justiça.

Segundo o presidente da associação, Juarez Lopes de Melo, a pauta da reunião inclui debates sobre as melhorias salariais, estabilidade das funções, captação de recursos e reestruturação do estatuto. Um dos pleitos reivindicados, que consiste na oficialização do serventuário do Interior, já será atendido pelo desembargador-presidente, que tem trabalhado junto a sua assessoria nesse sentido.

Entre os que fazem a diretoria, está uma mulher, a segunda secretária, Ana Lúcia Matoso. Segundo o vice-presidente, Luís Geraldo Corrêa, é a primeira vez que uma figura feminina está fazendo parte da diretoria da Associação dos Servidores em Pernambuco.

Durante a visita, o desembargador-presidente se colocou à disposição dos servidores, garantindo-lhes total apoio. A diretoria terá sua primeira reunião ainda esta semana, quando devem ser discutidos assuntos do interesse da categoria.

Presidente analisa oficialização do servidor

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Guilhon

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gomes e Cleriston Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsino Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-234 - Telex: 3116.

Assembléia aprova voto de aplausos

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, obteve votos de aplausos da Assembléia Legislativa pela restauração da comarca do município de Alagoinha, como também pelo seu desempenho frente ao Poder Judiciário estadual.

O deputado Israel Guerra Filho foi o autor do pedido de reconhecimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo presidente Carlos Xavier. O requerimento foi aprovado durante discussão única em plenário da Assembléia.

O parlamentar afirmou que a homenagem ao chefe da Corte de Justiça tinha origem nos seus esforços por reestruturar e fortalecer o Poder Judiciário no interior do Estado, além de providenciar as condições mínimas necessárias para que o Poder Judiciário esteja presente em todo Pernambuco.

TJPE - BIBLIOTECA

A outra face de um magistrado (XIV)

Descendente de músicos e poetas, Ambrósio Agrícola Nunes, Coronel Reformado da Polícia Militar da Paraíba, é o atual Juiz Substituto da Comarca de Custódia. Como autor do hino do Batalhão de Guardas do Palácio do Campo das Princesas, foi condecorado com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar.

A outra face desse magistrado paraibano de Teixeira, revela variados lances de arte e cultura, onde se destaca tocando saxofone, violão ou clarinete, além de fazer versos de improviso para os seus amigos e admiradores. O Jornal do Judiciário desta sexta-feira 11, abre um espaço muito especial homenageando o talento admirável do festejado Juiz Compositor.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1993 Nº 1

Diário Oficial

Nota da Presidência

A presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ficou muito preocupada com a divulgação pela Imprensa de denúncias contra os magistrados e o Poder Judiciário, uma vez que a Chefia da Corte de Justiça não se opõe a encaminhar, pelo meio legal, acusação contra qualquer magistrado de Pernambuco, condicionando, tão-somente, que o denunciante faça sua qualificação e assine a denúncia, com a referida firma reconhecida, apresentando os elementos de prova necessários.

O fato de juízes afastados, devido a processos administrativos, continuarem recebendo vencimentos integrais, como foi denunciado, é decorrência de Lei e não de iniciativa do Poder Judiciário que apenas cumpre a Legislação em vigor.

O desembargador-presidente, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, tem demonstrado publicamente a sua preocupação com a deficiência do serviço judicial no Estado, notadamente em decorrência de de centenas de cargos vagos, os quais estão sendo preenchidos por meio de Concurso Público, como determinam as Constituições Federal e Estadual.

A elevação do número de desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, outra iniciativa da Presidência, tem como objetivo principal, não onerar os cofres do Estado, como foi divulgado, mas agilizar o andamento de milhares de processos em tramitação na mais alta Corte de Justiça pernambucana.

Xavier esclarece posição do Judiciário

É oportuno afirmar que a última elevação da quantidade de desembargadores deste Estado foi legalmente autorizada em junho de 1942. Portanto, há 41 anos, quando a população tinha cerca de três milhões e quinhentos mil habitantes, e a quantidade de Comarcas e Varas não chegava a 100.

Vale ressaltar que, em 1989, a Assembléia Legislativa já havia aprovado, na sua Constituição Estadual, o [illegible] mento do número [illegible] componentes do TJ [illegible] para 25 desembarga[illegible] res. A presidência [illegible] Tribunal, entretan[illegible] através de estudos da [illegible] assessoria, entendeu [illegible] 27 membros são neces[illegible] rios para suprir as de[illegible] ciências atuais.

Que existem p[illegible] cessos acumulados [illegible] diversos órgãos do [illegible] diciário é inconteste, [illegible] as providências têm s[illegible] tomadas. Prova disso [illegible] as ações da Presidên[illegible] que, em um ano [illegible] gestão têm se voltad[illegible] melhoria do servi[illegible] judicial.

Belém de Maria: comarca outra vez

Comarca instalada em 1962 e posteriormente extinta durante o governo Nilo Coelho, Belém de Maria recuperou sua autonomia jurisdicional. A solenidade foi presidida pelo Chefe da Corte de Justiça estadual, desembargador Carlos Xavier e contou com as presenças da prefeita do município Maria José Menezes, do secretário da Justiça Marcos Cabral e autoridades convidadas.

Com uma sociedade estruturada em 12.500 habitantes e oito mil eleitores, cadeia pública e boas instalações do Fórum Guilhermino de Souza Melo, Belém de Maria — que durante todo esse tempo foi Termo Judiciário de Lagoa dos Gatos — já apresentava requesitos necessários à condição de comarca.

Desfile de escolas com apresentação das respectivas bandas marciais abriu a solenidade, seguido do hasteamento das bandeiras nacional, estadual e municipal à frente do Fórum. O hino nacional foi tocado pela Banda Musical Santa Efigênia, de Belém de Maria.

Depois do descerramento da bandeira de Pernambuco, na placa relativa à restauração da comarca, o juiz Mário de Souza Melo, primeiro magistrado de Belém de Maria, fez aposição de quadro com a cópia histórica da Ata da Sessão Solene de Instalação daquela comarca em 12 de maio de 1962.

Coube ao juiz substituto de Lagoa dos Gatos, Lúcio Grassi de Gouveia, instalar a sessão solene de ontem. Os oradores foram a prefeita Maria José Menezes de Almeida, deputado estadual Manoel Ramos de Almeida (primeiro prefeito do município), juiz Mário Melo, secretário Marcos Cabral e o presidente do Tribunal de Justiça desembargador Carlos Xavier.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tenorio

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Glauco e Catarina Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias 1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8/21[illegible] - Telex: 3136.

Propostas para Revisão Constitucional

Uma das conclusões do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil foi em relação ao ingresso na magistratura. Ficou decidido que é condição essencial não ser o candidato já aposentado por qualquer órgão público. O próximo encontro do Judiciário será em setembro, no Rio de Janeiro. Em seguida, as propostas do Judiciário para a Revisão Constitucional serão entregues ao Congresso Nacional.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA, 06 DE JULHO DE 1993 Nº 124

Diário Oficial

O controle externo do Judiciário

O chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier, participou, no mês passado, em São Paulo, do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça. Entre os debates, ganhou destaque a questão do Controle do Judiciário. Neste sentido, o artigo do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, des. Antônio Carlos Amorim, divulgado em jornais do Sudeste do País, traz alguns esclarecimentos:

"O presidente da OAB do Rio publica artigo no JORNAL DO BRASIL (edição de 1º) a propósito do controle externo do Poder Judiciário. Duas de suas afirmações e uma omissão desafiam reflexão. As afirmações "... nosso Judiciário é um poder sem qualquer controle, além do que ele próprio, sobre si mesmo, exerça", a sociedade espera, ao ensejo da revisão constitucional que se avizinha, "a fundação de mecanismos plenamente satisfatórios a nossos renovados compromissos com os ideais de justiça". A omissão: o texto publicado não esclarece qual seria o objeto desse controle. A primeira afirmação é incorreta. Na Constituição de 1988, há seis mecanismos de controle do Poder Judiciário:

1º — o ingresso na carreira de juiz de direito se faz mediante concurso público, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (art. 93, I) — o sistema de oportunidade a todos os que, por seus méritos pessoais, demonstrem, em competição aberta, habilitação para o cargo; o ensejo, na porta de entrada para o Judiciário, a presença de representantes da categoria profissional da qual todos os candidatos provêm, que é a dos advogados;

2º — todos os julgamentos são públicos e fundamentadas todas as decisões (art. 93, IX) — disto resulta que todo ato judicial está exposto ao acompanhamento daqueles que são diretamente interessados;

3º — um quinto dos lugares de todos os tribunais de segundo grau, federais e estaduais, é reservado aos profissionais oriundos do Ministério Público e da Advocacia (art. 94) — em cada 100 magistrados dos tribunais do País, 20 procedem de carreiras externas à do Judiciário, de modo a trazer para suas decisões as experiências de outra área de militância jurídica;

4º — a autonomia administrativa e financeira concedida ao Judiciário é limitada por orçamentos estipulados em conjunto com os demais Poderes (art. 99) — na prática, significa que o Judiciário tem autonomia para gerir os recursos, sempre escassos, que lhe são destinados pelos demais Poderes;

5º — as unidades administrativas do Judiciário estão sujeitas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Tribunais de Contas (art. 71, II e IV) — quer dizer que a execução de todas as despesas é alvo de revisão por técnicos estranhos aos quadros do Judiciário, porquanto os Tribunais de Contas são órgãos auxiliares do Poder Legislativo;

6º — a escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal é feita pelo Senado Federal, por indicação do presidente da República (art. 101) — o STF é o órgão de cúpula do Judiciário e guardião da Constituição: suas decisões interpretam os princípios e normas constitucionais a que estão sujeitos todos os juízes e tribunais do País; segue-se que a escolha dos ministros associa o Executivo e o Legislativo a diretrizes traçadas pelo STF.

Carlos Xavier lê documento sobre controle do Judiciário

A segunda afirmação empreende por sua largueza. Se o controle externo viria atender a "compromissos com os ideais de justiça", conclui-se que o presidente da OAB/RJ propõe a extensão do controle a todas as funções essenciais à Justiça, as quais incluam, consoante o disposto nos arts. 127 a 135 da Constituição, o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. Logo, a revisão constitucional teria de cogitar da criação de quatro órgãos de controle externo, um para cada uma dessas funções, além do Judiciário. Ou da criação de um megaórgão incumbido de controlar todos, já que a realização da Justiça depende da integração de todas essas funções, e não, apenas, da função judicial.

Como ao presidente da OAB/RJ repugna a idéia do controle interno, não poderiam ter assento naqueles órgãos, ou nesse megaórgão, profissionais oriundos das áreas sujeitas ao controle, desde que estariam impedidos de controlar seus pares.

Talvez isto explique a omissão da tese em responder à indagação: quem controlará o quê? Não serão objeto do controle externo proposto os aspectos de administração material, porque já sob o controle das Cortes de Contas, as quais, reitere-se, não são tribunais judiciais, mas órgãos auxiliares do Poder Legislativo.

Tampouco serão objeto de tal controle os aspectos relacionados com a publicidade e a motivação dos julgamentos, porque já sob o controle direto dos interessados em cada processo (por si e por seus advogados).

Muito menos poderia o objeto do controle externo confundir-se com a revisão da aplicação das leis, em cada litígio: a sociedade não aceitaria prolongar a tramitação dos processos, já sujeitos a tantos recursos, perante várias instâncias, sempre habilidosamente manejados pelos advogados. Para esta a meta do controle externo, e melhor seria alcançada por uma reforma da legislação processual, para simplificar e diminuir o andamento das causas.

Também não se imagina que o controle externo pudesse transfigurar-se em departamento de recrutamento e seleção de juízes. Nenhum órgão burocrático aferirá de modo mais adequado e transparente a qualificação dos candidatos do que o concurso público previsto na Constituição.

O que sobraria, então, para o controle externo sobre o Judiciário e as demais funções essenciais à Justiça? Se todos os dados objetivos da atuação dessas funções já estão sob controle, sobram os aspectos subjetivos. Mas estes concernem à consciência moral e profissional dos que julgam ou participam da distribuição da justiça. E consciência não se pode sprivionar a controles formais, sob pena de ceder espaço para a injustiça, ou para a justiça sob peias personalistas e desvinculados da ordem jurídica.

Quatro órgãos ou um megaórgão de controle teriam uma só destinação perceptível: exercer pressão sobre o livre convencimento do julgador, em face das provas que lhes trazem as partes. Nem os membros do Legislativo e do Executivo submetem-se a tal controle. Não se dirá a um parlamentar como votar acerca de determinado projeto de lei, para honrar os compromissos de seu mandato; nem se imporá à autoridade administrativa tal qual interpretação sobre o que seja o interesse público a acudir, com as verbas disponíveis; nem o advogado aceitará que se lhe tutele a orientação técnica que imprimirá à demanda cujo patrocínio assumiu; como não se dirá a Imprensa o que deve ou não publicar.

Controle de consciência controle não é. É concepção ditatorial do exercício do poder político. Ou canal aberto para dar tudo aos amigos, e aos inimigos a lei".

Sobreira se despede da magistratura

O Tribunal de Justiça presta homenagem ao desembargador Edgar Sobreira, que se despede do Colegiado pernambucano. A solenidade acontece logo mais, às 16 horas, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, na presença do chefe da Corte do Judiciário estadual, desembargador Carlos Xavier, e demais magistrados. O desembargador Edgar Sobreira assumiu o exercício da magistratura em setembro de 1956, na comarca de Exu.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 08 DE JULHO DE 1993 Nº 126

Diário Oficial

Pequenas Causas padronizam serviços

Audiência de conciliação no Juizado do Cabo

A Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu fazer reuniões periódicas com juízes-coordenadores e secretários dos Juizados Especiais de Pequenas Causas de todo o Estado. O objetivo é detectar dificuldades, propor soluções e adotar procedimentos padronizados àqueles núcleos de prestação jurisdicional.

Em cada encontro, segundo a assessora Silvana Maria Oriá, será avaliada a execução de metas propostas durante a reunião anterior. Tudo isso, paralelo à realização de cursos para reciclagem de pessoal nas áreas de atendimento, secretaria, datilografia e informática.

Não está descartada a existência de um coordenador geral responsável por diretrizes únicas a serem adotadas pelos JEPCs em funcionamento no Rosarinho, Afogados, Cordeiro, Olinda, Paulista, Petrolina, Jaboatão, Caruaru, Camaragibe e Cabo.

A decisão foi tomada pela Assessoria de Planejamento, depois de discutir junto a juízes-coordenadores e secretários os principais problemas que interferem na melhoria do funcionamento dos juizados. As Pequenas Causas têm índice de 85% de conciliação.

O encontro foi no final de junho e contou, também, com a participação do juiz assessor Antônio Macedo Malta e de Laura Argolo e Gisela Pires, o Núcleo de Recursos Humanos, além de Silvana Oriá. Na ocasião, ficou constatado que as dificuldades são quase sempre as mesmas, de onde se faz necessária a adoção de procedimentos semelhantes entre os JEPCs.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Zimaldes

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ednio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Clímaco e Cristiane Andrews.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/VR-214 - Telex: 9136.

Tribunal elabora proposta orçamentária

Encontra-se em fase de conclusão a programação orçamentária de 94 do Tribunal de Justiça. Até o dia 15, o material será entregue à Secretaria do Planejamento, responsável pela elaboração do documento único para todo o Estado, com posterior envio à Assembléia Legislativa, para discussão e votação.

A assessora de planejamento do Tribunal de Justiça, Silvana Maria Oriá, informou que alguns itens importantes, incluídos na Lei Orçamentária deste ano, serão mantidos na programação de 94, para construção do Fórum da Capital e implementação de Juizados Especiais de Pequenas Causas.Prevê também a execução da nova Organização Judiciária, já iniciada este ano com apresentação de projetos à Assembléia Legislativa, visando à modificação da atual estrutura institucional. Para elaboração da proposta, Silvana Oriá ouviu sugestões de diretores e assessores do Tribunal, durante reunião técnico-administrativa.

No encontro, foram discutidos procedimentos de rotina para agilização de serviços, contenção de despesas, levantamento das necessidades de pessoal, avaliação técnica das ações executivas e plano de cargos, carreira e vencimentos do Tribunal, dentre outros assuntos.

Juristas discutem revisão constitucional

Amanhã, por ocasião da 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, acontece uma mesa-redonda que vai discutir a revisão constitucional prevista para este ano. O debate, que será como coordenador o jurista José Paulo Cavalcanti Filho e contará com a presença do procurador geral da República, Aristides Junqueira, e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, José Roberto Batocchio, além de outros participantes, será realizado na sala 323 do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, das 14 às 17 horas, sendo aberto ao público.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1993 Nº 129

Diário Oficial

Sobreira se despede da magistratura

O substituto do desembargador Edgar Sobreira de Moura, que se afastou do Tribunal de Justiça por motivo de aposentadoria, deve ser escolhido em agosto, depois do recesso, durante sessão plenária. A seleção será baseada no critério de merecimento, que abrange apenas 20% do total de magistrados da Capital.

Colegiado homenageia Edgar Sobreira, à esquerda

De acordo com a Constituição e com a Lei Orgânica da Magistratura — Loman — a escolha será feita em sessão secreta, devendo cada desembargador votar em três nomes. Os mais votados comporão uma lista tríplice, novamente colocada em votação final.

O desembargador Edgar Sobreira despediu-se do colegiado pernambucano na quinta-feira, dia 8, em sessão extraordinária, quando diversos assuntos administrativos foram colocados em pauta. Logo após, o magistrado foi recepcionado no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

A vida pública do magistrado Edgar Sobreira começou na comarca de Exu, em setembro de 1956, passando depois por Salgueiro, Panelas, Itambé, Vertentes e, finalmente, Recife, assumindo a titularidade da 1ª Vara de Família e Registro Civil.

Suas promoções foram todas por antiguidade, exceto de Salgueiro para Panelas e a de desembargador, que foram por merecimento. Esta última, em 19 de março de 1992, na vaga de Geraldo Magela Dantas Campos.

Brasil possui 663 desembargadores

Há pouco mais de 41 anos — 30 de junho de 1952 — era sancionada a Lei nº 1.392, elevando para 15 a quantidade de desembargadores no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Esse número permanece até hoje, apesar do crescimento da população e do aumento dos processos, que influem diretamente nos problemas do Judiciário. Levando o fato em consideração, o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, acredita que o aumento do número atual para 27 magistrados — já aprovado pela Assembléia Legislativa — resultará numa melhor prestação jurisdicional para todo o Estado.

NACIONAL

O quadro nacional de desembargadores chega a 663, que corresponde a 24,55 por unidade federativa. São Paulo, com 132, detém o maior número, seguido pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 70, 52 e 39 na função, respectivamente. Pernambuco, ao lado do Espírito Santo, Ceará e Paraíba, ocupa o 14º lugar, com 15 componentes cada um. Ceará e Rio Grande do Norte também querem aumentar a composição das respectivas Cortes de Justiça para 21 e 15 membros.

Veja, na ordem decrescente, o atual quadro de desembargadores nos 27 Estados brasileiros: São Paulo (132), Rio de Janeiro (70), Rio Grande do Sul (52), Minas Gerais (39), Distrito Federal (31), Bahia, Paraná e Santa Catarina (27), Goiás (22), Mato Grosso do Sul e Pará (21), Mato Grosso (20) e Maranhão (18). Ainda: Pernambuco, Espírito Santo, Ceará e Paraíba (15), Amazonas (14), Piauí (13), Alagoas e Rio Grande do Norte (11), Sergipe (10), Rondônia (09), Acre, Amapá, Roraima e Tocantins (07).

CEJA: sessão de instalação é hoje

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção — CEJA será instalada hoje, às 17 horas, no Juizado de Menores, à rua Fernandes Vieira, 405, bairro da Boa Vista. A Corregedoria Geral da Justiça avisa aos interessados que a secretaria da CEJA começa a funcionar a partir de amanhã, no mesmo local, no horário das 14 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1993 Nº 131

Diário Oficial

Projeto destaca melhoria do Judiciário

As propostas para o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça serão entregues até final de julho, em cumprimento ao prazo determinado pelo chefe da instituição, desembargador Carlos Xavier. A certeza foi dada pelo presidente da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto, juiz Jovaldo Nunes.

Os trabalhos estão adiantados, faltando apenas detalhes que podem ser agilizados com ajuda de servidores de comarcas do 1ª e 2ª entrâncias. De acordo com Jovaldo, algumas informações prestadas pelo pessoal do Interior estão incompletas e, apesar do ofício encaminhado àqueles juízos, ainda faltam dados importantes para conclusão da matéria.

Dividida em três grupos, a comissão vem se reunindo todos os dias, desde sua implantação em maio, através da Portaria 225. Cada um é responsável por tarefas distintas, o que permite agilizar serviços. Às segundas-feiras, em conjunto, fazem avaliação geral da semana anterior e traçam metas para os dias seguintes.

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos trará benefícios ao servidor do quadro permanente do Tribunal de Justiça e das comarcas de 1ª e 2ª entrâncias. O funcionário da comarca da capital — de 3ª entrância — será beneficiado pelo plano da Corregedoria Geral da Justiça, já aprovado, mas dependendo da sanção do Poder Executivo estadual.

Segundo Jovaldo Nunes, o plano não prevê apenas melhoria salarial para o servidor, mas também a redução do excesso burocrático, adequando os serviços à nova realidade do Judiciário, através da reformulação de alguns cargos funcionais.

O percentual de aumento salarial a ser previsto pelo plano, ainda não foi definido porque a comissão do TJ aguarda o posicionamento do Governo pernambucano em relação ao projeto de Cargos, Carreira e Vencimentos da Corregedoria, que servirá de parâmetro para as propostas do Tribunal.

Além do juiz Jovaldo Nunes e da assessora de planejamento Silvana Maria Oriá, o grupo de trabalho do Tribunal de Justiça é formado por Ana Maria Leite, Célia Gomes de Morais, Ângela Maria Alves de Souza, Maria Cristina de Oliveira, Maria do Carmo Oliveira, Maria das Graças Lavor, Gedália Paes Barreto e Gisela Pires.

Depois de entregues ao desembargador-presidente do TJ, Carlos Xavier, as propostas para o Plano de Cargos serão encaminhadas à apreciação do pleno. Se acatadas, passam à discussão e votação pela Assembléia Legislativa, submetendo-se finalmente à sanção governamental.

Comissão reúne-se presidida pelo juiz Jovaldo Nunes

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsino Dias
LI92 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50010 - Fone: 424.3811/R-234 - Telex: 3116.

TJ divulga movimento processual do 1º semestre

Exatamente 1.599 processos foram solucionados pelos diversos órgãos do Tribunal de Justiça de Pernambuco no primeiro semestre deste ano. Só no mês de junho, nos 15 dias úteis para o Poder Judiciário, foram julgados 322 feitos.

Os desembargadores que mais trouxeram processos para julgamento, durante esse período, foram os seguintes: 1º — des. Nildo Nery dos Santos — 179; 2º — desembargadores Arthur Pio dos Santos e Edgar Sobreira de Moura — 137 cada; 3º — des. Otílio Neiva Coelho — 133; 4º — des. Agenor Ferreira Lima — 131; 5º — des. José Napoleão Tavares — 128; 6º — des. Francisco de Sá Sampaio — 123; 7º — des. Waldemir Oliveira Lins — 109; 8º — des. Benildes de Souza Ribeiro — 98; 9º — desembargadores Cláudio Américo de Miranda e Luiz Belém de Alencar — 78 cada.

Apesar disso, a quantidade de julgamento foi inferior ao volume de novos processos iniciados no mesmo período. No decorrer do primeiro semestre de 1993 foram distribuídos para julgamento no Tribunal de Justiça do Estado 1.904 processos (305 a mais que o número de feitos julgados).

Concurso marca prova para o dia 15

A primeira etapa do concurso de oficial de justiça do quadro do Fórum da Capital será realizada no próximo dia 15 de agosto. Os candidatos inscritos devem comparecer ao bloco "J" da Universidade Católica de Pernambuco — Unicap, situada à rua Nunes Machado, s/nº, às 8 horas. O término da prova está previsto para as 12 horas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 1993 Nº

Diário Oficial

Magistratura do Acre quer escola modern

Criada há seis anos e funcionando há apenas um semestre, a Escola da Magistratura do Acre teve de expandir suas atividades a partir do próximo ano. Experiências positivas de unidades nordestinas congêneres serão implantadas pela direção da escola. É com esse objetivo que o coordenador de cursos, juiz Ciro Facundo de Almeida, visita Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, devendo a viagem estender-se até final de julho.

Facundo: melhorias para o Acre

Estados do Nordeste foram escolhidos por apresentarem problemas semelhantes e formação parecida. Ciro Facundo pretende analisar o funcionamento dessas escolas, adaptando algumas experiências à realidade acreana. Por enquanto, a Escola da Magistratura do Acre funciona apenas com a realização de seminários e cursos jurídicos de pequena duração. Em setembro e outubro está programada série de palestras sobre Registro Civil e de Imóveis

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Carlos Xavier, pode ministrar alguns dos novos cursos a serem introduzidos na Escola do Acre. O assunto foi discutido entre os dois, quando o juiz Ciro Facundo veio conhecer o funcionamento da Escola Superior da Magistratura, aqui no Estado. À ocasião, esteve presente o desembargador Nildo Nery, fundador da unidade de ensino pernambucana.

O ESTADO

Relativamente novo — criado há 31 anos — o Acre tem 148 mil km² de superfície, uma população que gira em torno de 600 mil habitantes e uma pecuária caminhando para ser a maior do País, segundo informação do juiz Ciro Facundo de Almeida, da 1ª Vara Cível do Judiciário daquele Estado e também vice-presidente da Associação de Magistrados do Brasil, com sede em Curitiba.

De acordo com o magistrado, o Acre tem chance de desenvolver-se economicamente se for asfaltada a estrada que liga Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco (capital), Brasiléia e Assis Brasil (última cidade brasileira, fronteira com o Peru) podendo-se chegar ao porto de Molena, no Pacífico, "por onde os grãos chegariam muito mais baratos aos países asiáticos".

A Justiça do Acre conta com sete desembargadores e 33 juízes de 1ª e 2ª entrâncias. Os problemas da magistratura são semelhantes aos do rest País, como falta d cursos para equip Judiciário e, co qüentemente, ofer maior celeridade tramitação dos q 60 mil processos. acordo com Ciro cundo, a magistra precisa ser repen para acompanhar a dernidade do mu atual. "É preciso re mulação de leis, plificação dos pro sos e informatizaçã primeira instância".

PODER JUDICIÁRI

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élcio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Mercival Gomes e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celene Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/Fax: 22 - Telex: 3116.

Programadores: Inscrições encerram-se amanhã

A Corregedoria Geral da Justiça prorrogou o prazo de inscrição para o Curso de Formação de Programadores em Computação. Assim, os funcionários do Quadro de Pessoal do Fórum da Capital têm até amanhã, dia 23, para garantir sua participação. Os interessados no curso devem ter conhecimento em linguagem de programação.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1993 Nº 135

Diário Oficial

Cônsul japonês visita TJPE

O Cônsul do Japão em Pernambuco, Michisuk Tateyama, fez uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier. O encontro ainda contou com a presença dos desembargadores José Napoleão Tavares e Agenor Ferreira Lima e do Juiz Mário Melo, assessor da presidência.

"Venho cumprimentar sua administração à frente do Poder Judiciário", disse o representante japonês. O presidente Carlos Xavier agradeceu e relatou ao cônsul Tateyama como funcionam todas as instâncias da Justiça Brasileira. A economia japonesa e as relações daquele país com o Estado de Pernambuco também foram temas do encontro.

Ao final da visita, o desembargador-presidente ofereceu um livro sobre a história e a arquitetura do Palácio da Justiça, dos historiadores José Luiz Mota Menezes e Marcílio Reinaux. Michisuk Tateyama, por sua vez, colocou o consulado de seu país à disposição do Judiciário.

Tateyama veio cumprimentar o presidente Carlos Xavier

TJPE pode abrir novo concurso de juiz

Iniciado em abril, o concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância chega a sua reta final. O resultado da 3ª etapa — Prova de sentença prática, civil e penal — será divulgado, segundo o secretário da Comissão Examinadora, Tertuliano Feitosa, até o final deste mês.

De um total de 1.753 inscritos para a 1ª fase do concurso, apenas 303 participaram da 3ª etapa. Os candidatos que forem classificados na sentença prática terão ainda pela frente o exame psicotécnico, uma entrevista com a Comissão Examinadora e, finalmente, a prova oral, onde o tema é sorteado com 24 horas de antecedência.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, caso o número de candidatos aprovados após a última etapa do concurso não for o necessário para preencher as vagas existentes na magistratura estadual, ele determinará a abertura imediata de outro processo seletivo para juiz de Direito.

A defasagem de magistrados em relação ao volume de processos que tramita nas diversas Comarcas e Varas da Justiça é um dos principais problemas que o Judiciário estadual vem enfrentando. Atualmente, nas três entrâncias do Estado existem mais de 200 cargos de juiz de Direito vagos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, nº - 1º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-234 - Telex: 3116.

Representatividade feminina em Mirandiba

A força feminina lidera no município de Mirandiba. Enquanto cerca de 6.500 mulheres detêm a maioria da população, os homens somam 206 a menos do que elas. A constatação é do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, ao se interessar pela leitura do último censo realizado no Estado. Os dados foram fornecidos pelo magistrado, durante solenidade de reinstalação daquela comarca pernambucana.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1993 Nº 139

Diário Oficial

Vagas da magistratura serão preenchidas

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, aguarda com expectativa a conclusão do concurso para juiz substituto de 1ª entrância, que se encontra em andamento. Com a nomeação de novos magistrados, o chefe do Judiciário pernambucano cumpre parte de meta administrativa, anunciada há um ano atrás, ou seja, a de preencher as vagas existentes na magistratura estadual.

Mais de 400 mil processos encontram-se em tramitação nas três entrâncias contra mais de 200 cargos vagos e apenas 241 juízes na função. O desembargador Carlos Xavier deixa a presidência do Tribunal em janeiro do próximo ano, mas até lá pretende resolver a questão, considerada um dos grandes entraves da máquina judiciária.

Além das várias comarcas já existentes e que se encontram sem juiz, há que se considerar as que foram instaladas este ano e que também estão sem titular. É o caso de Mirandiba, que readquiriu autonomia judicial no dia 12 de julho. A solenidade, presidida pelo desembargador Carlos Xavier, teve apoio do governo do Estado, através do secretário da Justiça Marcos Cabral e do poder executivo municipal, na pessoa do prefeito Nelson Pereira.

Durante a sessão solene, o presidente do Tribunal de Justiça afirmou que, até a conclusão do concurso, o juiz Francisco de Assis Timóteo, de São José do Belmonte, ficará responsável por Mirandiba. Tão logo seja possível, a comarca terá um juiz titular residindo no próprio município. Xavier acredita que o Ministério Público também fará a designação de um promotor, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional àquela população.

Carlos Xavier discursa na reinstalação da Comarca de Mirandiba

AUTONOMIA

Novamente comarca, Mirandiba foi acrescida do Termo Judiciário de Carnaubeira da Penha, antes pertencente ao município de Floresta. Isso quer dizer que todos os processos que se encontram em tramitação em Floresta, relativos a Carnaubeira, serão transferidos para a nova comarca. O presidente Carlos Xavier já determinou o tombamento e posterior encaminhamento de todos eles.

O hasteamento das bandeiras brasileira, pernambucana e de Mirandiba, apresentação da Banda Marcial da Escola de São José do Belmonte, corte de fita simbólica e descerramento da placa alusiva ao evento fizeram parte do programa de instalação, que culminou com discursos de autoridades presentes. O secretário Marcos Cabral afirmou que o plano da Secretaria da Justiça é trabalhar agregada ao Judiciário, com harmonia e igualdade de ações.

A mesa foi composta pelos desembargadores Carlos Xavier e Edgar Sobreira; secretário Marcos Cabral; prefeitos Nelson Pereira, de Mirandiba e Simon Lopes Gonçalves, de Carnaubeira da Penha, acompanhados do ex-prefeito da nova comarca, Antônio Magalhães. Estavam também os juízes João Maurício Alcoforado, Adailton Nunes e Eliane Ferraz, respectivamente de Flores, Serra Talhada e Cabrobó, e o juiz Mário Melo, assessor da presidência do TJPE.

Outros foram o promotor de Cabrobó, José Roberto Moreira, e o major PM Mario, comandante do 8º BPM de Salgueiro, representando o comando-geral da Polícia Militar de Pernambuco. Coube ao juiz Francisco de Assis Timóteo, de São José do Belmonte, abrir os trabalhos de instalação.

Ao reinstalar a comarca de Mirandiba, situada no sertão pernambucano, a 486 km do Recife, o desembargador Carlos Xavier agradeceu a oportunidade que lhe foi dada pela população local de poder estar sempre convivendo com os companheiros do Interior. Na página seguinte, a íntegra do discurso feito pelo magistrado durante a sessão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Bétrio Xisto Gaivão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.193 - DPE/PE

Redação:
Pça. da República nº - SP
Antônio - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 3116.

Fórum Geraldo Valença

O Poder Judiciário de Pernambuco prestou homenagem póstuma ao juiz Geraldo Valença, que durante muitos anos atuou na Vara do Júri. O Fórum de São Bento do Una recebeu o nome do magistrado, durante solenidade que contou com a presença de autoridades estaduais. O ato — sexta-feira (23) —, foi presidido pelo chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 1993 Nº 140

Diário Oficial

Encontro Regional do Ministério Público

Depois da reunião de representantes do Ministério Público no Sertão pernambucano, para discussão de temas relativos à classe, chegou a vez de encontro semelhante no Agreste. Dias 4, 5 e 6, promotores de Justiça debatem questões relativas à criminalidade e ao interesse comum de instituições como Poder Judiciário, Polícia Militar, Ordem dos Advogados e Polícia Civil.

Gustavo e Renato convidam Carlos Xavier para debate em Caruaru

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elpídio Nazaré Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenir Paiva

Editora:
Sônia Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiano Oliveira.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celeste Dias
1.193 - DR/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-214 - Telex: 2118.

O VI Encontro Regional da Associação do Ministério Público será realizado na Faculdade de Direito de Caruaru, contando com a presença de representantes de cada uma das instituições ligadas à segurança estadual. A palestra de abertura sobre "Revisão Constitucional" fica a cargo do professor Luís Pinto Ferreira, às 20 horas.

De acordo com o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Gustavo Augusto R. Lima, o evento tem o objetivo de discutir não apenas temas de interesse comum, mas também as principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades de cada região do Estado. Em outubro, a Associação realiza encontro semelhante na Zona da Mata.

Acompanhado de Renato da Silva Filho, vice-presidente da Associação, Gustavo Lima pediu ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, que o Encontro seja recomendado aos juízes da região agrestina.

Veja a seguir o programa do VI Encontro Regional dos Promotores de Justiça, em Caruaru.

LOCAL: Faculdade de Direito de Caruaru

DIA 04.08 às 20:00 horas
Abertura
— PALESTRA sobre "Revisão Constitucional"
Luiz Pinto Pereira
DIA 05.08 a partir das 09:00 horas
— PAINEL "Atos Infracionais e o ECAD"
Izabel Novaes, Luís Carlos Figueiredo, Romero Andrade, Bernadete Azevedo
— PAINEL "Adoção e o ECAD"
Arabela Porto, Maria Eduarda Ribeiro
— PAINEL "Direito Difuso e Coletivo"
Alderite Ramos, Rosana Grimberg, Brasílio Guerra, Edesron Lira
DIA 06.08 a partir das 09:00 horas
— PAINEL "Aspectos práticos do Processo Penal"
Nildo Nery, Albérico Guerra, cel. Alexandre Nunes
— PAINEL "Execução Penal — Sistema Penitenciário"
Adriana Fontes, Mauro Alencar, Bartolomeu Bueno, cel. Jerobaal Gonzaga, Gustavo Lima
— PAINEL "Aposentadoria do Funrural"
Nelson Reis e representantes do INSS e Fetape.

...TECA

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 31 DE JULHO DE 1993 Nº 142

Diário Oficial

Convênio Fundac/TJPE

Através do Núcleo de Recursos Humanos, a presidência do Tribunal de Justiça providencia convênio junto à Fundac, para seleção de cinco menores, com idade entre 14 e 18 anos. Os adolescentes serão selecionados para desempenhar a função de auxiliar de departamento no TJ, onde já existem dez meninos provenientes daquela Fundação.

Comissão regulamenta adoções no Estado

Casais brasileiros e estrangeiros interessados em adotar crianças pernambucanas devem procurar obrigatoriamente, a partir de agora, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Instalada desde o dia 15 e em pleno funcionamento à rua Fernandes Vieira, 405 — Boa Vista, a Ceja tem finalidade de organizar e melhor estruturar os casos de adoção no Estado.

Vinculada à Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão é composta por cinco membros — três juízes, uma assistente social e uma psicóloga — encarregados de emitir laudo de habilitação aos futuros pais adotivos, após análise de documentos necessários e avaliação do comportamento psicossocial dos interessados.

No caso de estrangeiros, a documentação deve ser acrescida de cópia da lei de adoção em vigor no respectivo país. De posse do laudo, o casal fica habilitado a adotar crianças em todo o Estado. Juízes das diversas comarcas pernambucanas devem encaminhar à Ceja os cadastros dos menores em condições de serem adotados.

EM ANDAMENTO

Em reunião marcada para o dia 8 de agosto, a Comissão vai definir o que fazer com relação aos feitos que já estão em andamento. Os interessados, advogados em sua maioria, ainda estão sem saber como levar as ações adiante. É provável que esses casos sejam concluídos diretamente na comarca onde foram iniciados e que a Ceja apenas atue nos processos a partir de agora.

É grande a procura de interessados. Mas o que a Comissão tem observado é que os estrangeiros demonstram maior reciprocidade em relação aos menores brasileiros. Como o Estatuto da Criança e do Adolescente incentiva a adoção por casais nacionais, a Ceja se propõe a fomentar campanhas de estímulo entre os pretendentes daqui mesmo.

A COMISSÃO

Presidida pelo juiz Luís Carlos de Barros Figueiredo, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção ainda é formada pelos magistrados Bartolomeu Bueno de Freitas (vice) e Marcelo Russel, pela assistente social Ana Elizabeth Lucena e pela psicóloga Kilma Cleide Magalhães Buril.

Sem função remunerada, cada um dos componentes da Ceja tem mandato por dois anos, podendo ser reconduzido, com exceção do presidente, eleito por um ano, a quem é vedada a recondução no período imediatamente subseqüente. Os suplentes têm mandato idêntico ao dos titulares.

Luís Carlos, juiz da 2ª Vara da Infância, é o presidente da Comissão

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hilário Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50010 - Fone: 424.381 ou 8-234 - Telex: 3116.

Ministério Público debate criminalidade

Começa amanhã, na Faculdade de Direito de Caruaru, o VI Encontro Regional da Associação Estadual do Ministério Público, que vai reunir promotores, juízes, advogados e policiais civis e militares do agreste pernambucano para debaterem questões comuns ao Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil e Ordem dos Advogados do Brasil. A palestra de abertura fica por conta do professor Pinto Ferreira. O encontro segue até o dia 6.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - CEJUSC

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 1993 Nº 143

Diário Oficial

Judiciário homenageia Geraldo Valença

No mês pasado, o Tribunal de Justiça do Estado, através do seu presidente, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, prestou homenagem póstuma ao juiz Geraldo de Souza Valença. O Fórum de São Bento do Una, sua cidade natal, recebeu o nome do magistrado.

Geraldo Valença

"Eu não poderia faltar a esta justa homenagem, como colega e amigo que foi de Geraldo Valença", lembrou o desembargador-presidente, Carlos Xavier. Em seu discurso, o chefe do Poder Judiciário estadual recordou que ele e o homenageado fizeram o mesmo concurso para ingressar na magistratura. Xavier ainda agradeceu ao prefeito do município pelo apoio valioso para que a justiça funcione naquela localidade.

Durante a solenidade falaram ainda o prefeito de São Bento do Una, Paulo Pereira, o juiz de Direito da Comarca, Carlos Magno Cysneiro Sampaio, e o representante do Ministério Público, Rubem de Souza Valença, que discursou em nome da família do magistrado.

Ele agradeceu a homenagem e disse que o trabalho de Geraldo Valença sempre foi reconhecido pelo Tribunal de Justiça. Ainda participaram da Aposição da Placa do Fórum a irmã do juiz, Isabel Valença, o promotor da Comarca, José Danda, e o vigário da paróquia, padre Luiz.

A POESIA

Promotor de justiça, juiz de Direito, presidente do Tribunal do Júri, Geraldo Valença ainda enveredou pelos caminhos da literatura, lançando dois livros de poesias: Rosa Jacente e A Rosa Total. "Os menos avisados podem pensar que ele é um poeta bissexto. Não é. É, ao contrário, um poeta constante, de uma fidelidade rara à poesia", disse Edmir Domingues, na ocasião do lançamento do seu segundo livro.

Mauro Mota disse certa vez, em nota literária, que Geraldo Valença "é um dos nossos mais puros e autênticos poetas". Intimista, a poesia de Valença retrata as coisas do sertão e é feita, como ele mesmo dizia, "de fios, os fios do agave". Traços do poeta Geraldo Valença podem ser vistos nos poemas abaixo, parte do seu livro A Rosa Total.

AS VÍBORAS

É deu-se que era noite. E os ululantes
Ventos de quando o filho se demora
Uivavam-se nas pedras como os cães
Que já não são de si, a própria guarda.
E deu-se que crescia a sombra e abutres
Vinham bicar os olhos aos cabritos.
E os nossos servos, bravos, se coçavam
E levantavam contra nós os punhos.
E a água apodrecida na cisterna.
Nem atendia a prece ao nosso sopro.
Nem atendia o filho aos nossos gritos.
E um servo, de entre os servos mais amados,
E todavia sendo, derramava
A oferta, aos nossos pés, das verdes víboras.

DE AGAVE

Se escondeu tão escondido
Que de si mais se escondeu
Seu silêncio era o gemido
Que em seu silêncio morreu
Era assim tão dividido
Que um pedaço se perdeu
E tão uno e repartido
Só o espelho o conheceu
Tinha um jeito ressentido
De abraçar, sem ter querido
O abraço que mereceu

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elório Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Sávio Carvalho, Marconi Clarco e Christiano Medeiros

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Alex Gonçalves e Cidoca Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/81-214 - Telex: 2116.

O BARRETO SOBRINHO

Presidente recebe homenagem de formandos

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco está formando mais uma turma de bacharéis. A formatura dos concluintes de julho de 1993 da escola, Turma "Marcos Maggi", acontece na próxima sexta-feira. Na ocasião, os formandos prestam homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1993 Nº 144

Diário Oficial

Ampliação do TJPE é sancionada

TJPE terá mais 12 desembargadores

O governador Joaquim Francisco sancionou ontem a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça que, a partir de agora, será composto de vinte e sete membros, conforme projeto elaborado pela Presidência do TJPE, com o objetivo de agilizar e melhorar a prestação jurisdicional no atendimento à sociedade pernambucana.

Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a última vez que o Tribunal pernambucano teve elevado o seu número de componentes foi em 30 de junho de 1952 pelo então governador Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, quando passou de onze para quinze membros.

"01 de agosto já é uma data histórica", comemorou o desembargador-presidente. De acordo com Carlos Xavier, um maior número de desembargadores será um passo para resolver o problema do acúmulo de processos. A outra iniciativa que vem sendo tomada pela atual gestão é o preenchimento do quadro da magistratura pernambucana, através de concursos públicos para juiz substituto de 1ª entrância.

MODIFICAÇÕES

Com a sanção, surgem doze cargos de desembargadores que devem ser ocupados por 10 nomes do quadro da magistratura, obedecendo aos critérios de promoção por antigüidade e merecimento, e por outros 2, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Pernambuco.

Outra mudança prevista é a criação de um órgão especial, constituído pelo presidente e vice do Tribunal de Justiça e corregedor geral da Justiça, que devem exercer funções diretoras iguais. Além deles, os desembargadores mais antigos vão fazer parte do órgão especial.

Atribuições administrativas privativas e competências específicas como as de processar e julgar originariamente autoridades como o vice-governador, os secretários de Estado e os prefeitos foram destinadas ao órgão.

O projeto prevê, ainda, uma modificação no quadro de pessoal do TJPE, com a criação de doze cargos de secretários de desembargador e 4 de assessor técnico judiciário. Ambos de provimento em comissão. Por outro lado, os cargos efetivos serão os seguintes: dezoito de taquígrafo-assistente, doze de agente de segurança e 4 de assistente de plenário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Empresas
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Charlianne Abelaira.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsen Dias
LUPE - DETTPE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3810/8-216 - Telex: 3116

Presidente recebe homenagem de formandos

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco está formando mais uma turma de bacharéis. A formatura dos concluintes de julho de 1993 da escola, Turma "Marcos Maggi", acontece na próxima sexta-feira. Na ocasião, os formandos prestam homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1993 Nº 144

Diário Oficial

Ampliação do TJPE é sancionada

TJPE terá mais 12 desembargadores

O governador Joaquim Francisco sancionou ontem a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do quadro de desembargadores do Tribunal de Justiça que, a partir de agora, será composto de vinte e sete membros, conforme projeto elaborado pela Presidência do TJPE, com o objetivo de agilizar e melhorar a prestação jurisdicional ao atendimento à sociedade pernambucana.

Segundo o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a última vez que o Tribunal pernambucano teve elevado o seu número de componentes foi em 30 de junho de 1952 pelo então governador Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, quando passou de onze para quinze membros.

"02 de agosto já é uma data histórica", comemorou o desembargador-presidente. De acordo com Carlos Xavier, um maior número de desembargadores será um passo para resolver o problema de acúmulo de processos. A outra iniciativa que vem sendo tomada pela atual gestão é o preenchimento do quadro da magistratura pernambucana, através de concursos públicos para juiz substituto de 1ª entrância.

MODIFICAÇÕES

Com a sanção, surgem doze cargos de desembargores que devem ser ocupados por 10 nomes do quadro da magistratura, obedecendo aos critérios de promoção por antigüidade e merecimento, e por outros 2, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Pernambuco.

Outra mudança prevista é a criação de um órgão especial, constituído pelo presidente e vice do Tribunal de Justiça e corregedor geral de Justiça, que devem exercer funções diretoras iguais. Além deles, os desembargadores mais antigos vão fazer parte do órgão especial.

Atribuições administrativas privativas e competências específicas como as de processar e julgar originariamente autoridades como o vice-governador, os secretários de Estado e os prefeitos foram destinadas ao órgão.

O projeto prevê, ainda, uma modificação no quadro de pessoal do TJPE, com a criação de doze cargos de secretários de desembargador e 4 de assessor técnico judiciário. Ambos de provimento em comissão. Por outro lado, os cargos efetivos serão os seguintes: dezoito de taquígrafo-assistente, doze de agente de segurança e 4 de assistente de plenário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Mercedi Chaves e Clarissa Alcântara

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cabeta Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3815/8.214 - Telex 3135.

A outra face de um Magistrado (XV)

Revelando que a infância e adolescência do desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos — apóstolo das leis e das serenatas — foram impregnadas de exemplos de vida, em meio a sacrifícios supremos, duras e silenciosas renúncias, reabrimos nesta sexta-feira, o espaço semanal do Jornal do Poder Judiciário, onde focalizamos a outra face dos nossos eminentes magistrados pernambucanos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 1993 Nº 145

Diário Oficial

Presidente discute projeto para o servidor

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gomes e Christiane Andrade.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cláudio Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R.214 - Telex: 3116.

Carlos Xavier prestigia solenidade

Os concluintes do curso de Preparação à Magistratura terão como paraninfo o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, des. Carlos Xavier Paes Barreto. O nome do desembargador foi escolhido por unanimidade, segundo a comissão de formandos, em reconhecimento ao trabalho que ele vem fazendo à frente do Judiciário. A solenidade será amanhã, (06), na Escola da Magistratura a partir das 20 horas.

"Essa é a primeira vez que um presidente do TJ é escolhido para ser paraninfo de uma turma da escola", afirmou um dos integrantes do grupo, José Ernesto Macedo Malta. De acordo com ele, a atuação do desembargador e sua determinação de preencher as vagas existentes na magistratura estadual motivou a homenagem.

O desembargador confirmou presença logo após ter recebido o convite. Na ocasião lembrou a importância e seriedade do trabalho que a Escola vem realizando no sentido de preparar os bacharéis em Direito que pretendem ingressar na carreira de magistrado. "A responsabilidade é muito grande, mas para mim é uma honra ser paraninfo da turma deste ano", ressaltou.

Com duração de um ano e meio o curso de Preparação à Magistratura contou com a participação de 32 alunos. A turma de concluintes, denominada professor Marcos Maggi, presta homenagem a um dos instrutores. Outros professores, também, serão agraciados durante a cerimônia de formatura.

Judiciário tem Plano de Cargos e Salários

Concluído o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça. As propostas, entregues ontem à tarde ao desembargador-presidente Carlos Xavier, beneficia não apenas o servidor do Tribunal, dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e pessoal oficializado das 1ª e 2ª instâncias, mas também o funcionário do Fórum pernambucano.

As propostas devem ser apreciadas pelo Pleno. Em caso de aprovação, o Plano será encaminhado à discussão e votação pela Assembléia Legislativa. Aprovado, o projeto seguirá para sanção governamental, entrando em vigor toda uma nova estrutura organizacional do Poder Judiciário pernambucano.

De acordo com o presidente da comissão encarregada de elaborar as propostas, juiz Jovaldo Nunes, o importante do Plano é que ele prevê a capacitação e qualificação do servidor para melhoria do Judiciário como um todo. "Não haverá nenhum cargo isolado. Todo ele será de carreira, permitindo a promoção funcional através de um processo de avaliação do desempenho de cada um".

A atual estrutura funcional do Judiciário pernambucano, que ainda data de 1973, passa a dispor apenas de três grupos ocupacionais: o de técnico-administrativos, cujos cargos estarão voltados às atividades-meio do Tribunal; o grupo judiciário, que será composto pelos cargos voltados à atividade-fim; e o de direção e assessoramento, que será reservado aos cargos comissionados.

O projeto prevê a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valorização do servidor através de cursos, acompanhamento da vida funcional, reciclagem e avaliação de desempenho. Segundo Jovaldo Nunes, a prioridade do funcionário reflete de forma positiva ao serviço judiciário.

A melhoria salarial do servidor, também prevista no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça, não onera em demasia os cofres públicos. A Comissão teve o cuidado de manter uma coerência entre a necessidade do servente judiciário e a disponibilidade financeira do Estado de Pernambuco, segundo informação do juiz Jovaldo Nunes.

Durante o trabalho de elaboração das propostas, iniciado em maio, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, deixou a comissão à vontade para apresentação de um plano tecnicamente adequado à realidade judiciária.

Comarca de São José realiza 1º júri hoje

O município de São José da Coroa Grande foi Termo Judiciário de Barreiros durante 29 anos. No 1º semestre deste ano a comarca foi reinstalada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier. Hoje, dia 06, realiza seu primeiro júri, com presença confirmada do chefe do Poder Judiciário estadual. Às 8 horas, no Fórum da cidade, o juiz de Direito da comarca, Antônio Carlos dos Santos, dá início aos trabalhos.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XV)

Mauro Jordão de Vasconcelos

Desembargador Mauro Jordão — "apóstolo das leis e das senentas"

Na remota cidade de Novo Exu — onde nasceu em casa rústica e pequena — erguida nas proximidades do sopé da serra do Araripe, teve início a vitoriosa caminhada do desembargador Mauro Jordão, sempre orientada com amor pela dedicação de seus pais.

Confessa que abraçou a bela e nobre carreira da magistratura, certo de que, para exercê-la dignamente, teria de suportar uma vida de árduos trabalhos, de estudos sérios, de lutas intensas e secretas entre o coração e a consciência.

Amante das músicas românticas desde os tempos de estudante no Americano Batista, o ex-presidente do Tribunal de Justiça ainda reúne amigos aos fins de semana, sublimando nas tertúlias todos os seus momentos de pesquisas e reflexões, diante do trabalho ininterrupto que desenvolve cotidianamente no seu gabinete do Palácio da Justiça.

OS ESTUDOS

Descendente de família tradicional na magistratura pernambucana, Mauro Jordão de Vasconcelos, filho do desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho, e de sua esposa Angelina Cerqueira Jordão, passa a fase mais agradável da sua infância e adolescência na cidade de Goiana, onde cursou o primário.

Após ser Exame de Admissão no Recife, começou com brilhantismo os cursos Ginasial e Colegial Clássico no Americano Batista, onde se destacou como membro da junta administrativa e presidente cleito.

Passou a integrar o quadro de funcionários do TRE de Pernambuco, através de concurso onde obteve o 2º lugar na classificação geral. Servindo ao CPOR (biênio 49/50), recebeu a espada das mãos do governador Barbosa Lima Sobrinho, distinguido como 1º colocado em todas as provas e armas.

Aluno da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Mauro Jordão recebeu seu diploma de bacharel, como destacado integrante da turma de 1951.

A MÚSICA

O gosto de Mauro Jordão pela música vem desde os tempos de estudante. Aos anos 40 já fazia parte do coro evangélico da Igreja Batista da Capunga. Dividia com bons da Igreja entre a Sociedade Litero-Recreativa Joaquim Nabuco onde funcionava o Grupo Folclórico do Colégio e a área de esportes onde ativou como zagueiro.

No dizer dos seus companheiros de serenata, Mauro Jordão é um verdadeiro diletante, um exemplo vivo do "amador sacramentado." Possuindo, coerência, realiza e participa de encontros musicais, onde seu repertório e sua voz de tenor figuram sempre em primeiro plano.

Foi o nosso ilustre magistrado quem organizou um sarau de alto nível, contando inclusive com a presença de alguns figurantes da Orquestra Sinfônica do Recife, em homenagem ao desembargador Galileu Rocha — presidente do Tribunal de Relação do Porto — o senhores, quando da sua recente visita à capital pernambucana.

Mauro Jordão é um serenateiro que não se considera boêmio na acepção da palavra. Não bebe e faz da música romântica o seu "hobby", tentando amenizar os dissabores da vida da magistratura, ao embalo das valsinhas, dos fados e canções napolitanas.

Trocando sua infância evangélica pelo espiritismo, assunto não considerou o fato de uma mudança de religião mas uma evolução normal da sua visão religiosa. Sua biblioteca particular conta com um número expressivo de selecionadas obras de conteúdo internacional nos campos do Direito, da Psicologia e da Religião.

A MAGISTRATURA

Aprovado em concurso para o cargo de juiz de Direito, Mauro Jordão assumiu, precisamente na significativa data de 11 de agosto de 1955, dia consagrado aos cursos jurídicos, a sua primeira Comarca de Custódia.

Promovido por merecimento para a Comarca de Boa Jardim, de 2ª entrância, veio a ser removido para Exu em dezembro de 1958. Depois de sua promoção para a 3ª Vara Criminal por Distribuição da Capital, foi removido para a 16ª Vara Cível (hoje, 1ª Vara Cível por Distribuição). Pelo Ato nº 4.170 de 1º de dezembro de 1983, foi, afinal, promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Como juiz de Direito da Capital, convocado, teve assento no Tribunal de Justiça por inúmeras vezes. Integrando o TRE na classe de juiz, foi eleito corregedor geral da Justiça Eleitoral em Pernambuco e delegado responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral nas eleições que se realizaram após a revolução de 1964.

Exerce as funções de professor da cadeira de Direito Processual Civil na UNICAP, desde 1971, tendo sido paraninfo das turmas dos anos 1974, 1977, 1979 e 1982. Em 1986 foi eclamado Patrono da Turma.

Corregedor geral da Justiça no biênio 85 a 87, destacou-se por implantar a Informática no Foro do Recife e promover a instalação das sinco (05) varas da Assistência Judiciária no Fórum I.

Assessor e presidente do TJPE no biênio 88 a 90, dando continuidade a uma série importante de realizações administrativas, onde se inclui a instalação do ambulatório médico-odontológico, que recebeu o nome do seu pai, Desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos, filho. Durante a sua dinâmica administração, foi instalado o 1º Juizado Especial de Pequenas Causas.

Quando do final do seu mandato em 1990, Mauro Jordão fez constar da sua despedida esta significativa oração:

"Retorno à planície, onde sempre vivi, humildemente, com o coração repleto de alegria e a consciência tranqüila, apenas na convicção de ter envidado todos os esforços para lugar no meu Estado, no meu povo e à minha gente, o melhor que podia".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elpídio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Rubena Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Cleotilano Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celma Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Santo - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.5811/R-214 - Telex: 3118.

Homenagem póstuma

Numa proposição do desembargador Napoleão Tavares, o juiz Geraldo Valença é o primeiro magistrado a receber a Medalha Des. Joaquim Nunes Machado, numa homenagem post-mortem prestada pelo Tribunal de Justiça. A comenda será entregue a seus familiares, no dia 13 de agosto, durante aniversário dos 171 anos de instalação do Judiciário estadual. Geraldo Valença, que atuou na Vara do Júri durante muitos anos, foi também poeta dos melhores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - CENEC

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 07 DE AGOSTO DE 1993 Nº 147

Diário Oficial

TJPE comemora 171º aniversário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco comemora este mês 171 anos de tradição e história. Antigo Tribunal da Relação, o TJPE só ganhou sua atual designação através da Constituição de 1946. Ao longo desses anos, o Judiciário estadual vem construindo uma história de luta em defesa dos direitos da população, sempre em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo.

As solenidades comemorativas do 171º aniversário de instalação do Tribunal de Justiça acontecem no próximo dia 13, sexta-feira, sendo iniciadas com uma Missa Gratulatória, celebrada pelo Abade D. Sebastião Héber Vieira Costa, no Mosteiro de São Bento, em Olinda.

À tarde, na Sala das Sessões do Palácio da Justiça, o ministro do Tribunal de Contas da União e imortal da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, faz uma conferência sobre o tema "O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional".

Logo em seguida, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, preside a solenidade de entrega das Medalhas do Mérito Judiciário "Des. Joaquim Nunes Machado". A medalha será entregue a doze personalidades que se destacaram pelos relevantes serviços prestados à Justiça em Pernambuco (ver box).

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Nicomi Chaves e Cleidiane Medeiros

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
L192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 421.3611/R.214 - Telex: 3116.

A sessão solene acontece no Palácio da Justiça, sede do Judiciário em Pernambuco

Medalha do Mérito Judiciário — 1993

Colar de Alta Distinção

Ministro José Néri da Silveira (STF)
Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (STJ)
Ministro Marcos Vinícios Vilaça (TCU)
Polícia Militar de Pernambuco (PMPE)
Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC)
Olímpio Costa Júnior — Procurador Geral da Justiça

Classe Ouro

Deputado Geraldo de Souza Coelho
Jornalista Joezil dos Anjos Barros
Juiz Geraldo Valença ("Post Mortem")
Bel. Luiz Pereira da Rosa Oiticica
Prof. José Xavier Pessoa de Moraes
Empresário Nilson Nogueira Lundgren

Classe Prata

Bela. Judite Alcântara

Aniversário dos cursos jurídicos é amanhã

Amanhã, dia 11, o Judiciário comemora a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, participa das festividades alusivas à data. Hoje, às 17h, na sede da OAB-PE, estará presente à entrega do prêmio "Dom Hélder Câmara" ao sociólogo Herbert de Souza. Amanhã, à noite, comparece ao jantar de confraternização promovido pelo Clube dos Advogados de Pernambuco.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

Tribunal valoriza trabalho do menor

Mais cinco adolescentes foram admitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, através de convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente. Os jovens, com idade de 14 a 17 anos, recebem um salário mínimo e estão atuando nos diversos departamentos do TJ, desempenhando a função de auxiliar de serviços gerais. Atualmente trabalham quinze menores, todos selecionados a partir do contrato com a Fundac.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Laura Argolo, o programa desenvolvido juntamente com a Fundac tem por objetivo profissionalizar os menores, colocando-os em contato com os funcionários, o que contribui para um melhor aprendizado e desempenho da função. "Estamos recebendo no Tribunal jovens carentes e que necessitam do apoio da instituição para desempenhar uma atividade, nossa ação junto aos menores tem se constituído numa oportunidade de crescimento pessoal e profissional" destacou.

Os jovens passaram por um treinamento no Departamento de Recursos Humanos. O desempenho deles é acompanhado pelos técnicos do setor que ao final do período – cada menor é substituído ao completar dezoito anos – fazem uma avaliação para saber o aproveitamento de cada um. Os menores admitidos anteriormente, participaram, durante seis meses, de um curso de datilografia realizado no Senac.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias
1.182 - DETRAN

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/9-214 - Telex: 1116.

TJ implanta Serviço de Identificação

Maria Segunda, nova assessora Policial Civil do TJPE

Dentro de aproximadamente um mês, o Tribunal de Justiça estará implantando um posto de datiloscopia para atendimento a magistrados, servidores e dependentes. A iniciativa é do presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier, junto à assessora a Policial Civil, delegada Maria Segunda Gomes de Lima.

O secretário de Segurança Pública, Augusto Costa, já demonstrou interesse pela idéia e contatos estão sendo mantidos com o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Mattos. A Secretaria de Segurança deve ceder material e pessoas habilitadas à função.

DELEGADA

Recentemente empossada no Tribunal de Justiça, a delegada Maria Segunda tem planos de dinamizar a Assessoria Policial Civil. O posto de identificação é apenas uma das metas propostas, assim como a realização de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário estadual.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. O objetivo é proporcionar àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados, maior desempenho da função.

PERFIL

A nova delegada é a primeira mulher a ocupar o cargo de Assessor Policial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Formada em Letras, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal e também em Direito pela Católica, Maria Segunda tem Curso de Formação à Magistratura, foi escrivã de polícia, delegada-adjunta da Delegacia das Mulheres e ocupava a DP de Homicídios quando aceitou substituir o então delegado Rivadávia Olímpio da Rocha, atualmeate aposentado.

Aniversário dos cursos jurídicos é amanhã

Amanhã, dia 11, o Judiciário comemora a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, participa das festividades alusivas à data. Hoje, às 17h, na sede da OAB-PE, estará presente à entrega do prêmio "Dom Hélder Câmara" ao sociólogo Herbert de Souza. Amanhã, à noite, comparece ao jantar de confraternização promovido pelo Clube dos Advogados de Pernambuco.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1993 Nº 148

Diário Oficial

Tribunal valoriza trabalho do menor

Mais cinco adolescentes foram admitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, através de convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente. Os jovens, com idade de 14 a 17 anos, recebem um salário mínimo e estão atuando nos diversos departamentos do TJ, desempenhando a função de auxiliar de serviços gerais. Atualmente trabalham quinze menores, todos selecionados a partir do contrato com a Fundac.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Laura Argolo, o programa desenvolvido juntamente com a Fundac tem por objetivo profissionalizar os menores, colocando-os em contato com os funcionários, o que contribui para um melhor aprendizado e desempenho da função. "Estamos recebendo no Tribunal jovens carentes e que necessitam do apoio da instituição para desempenhar uma atividade, nossa ação junto aos menores tem se constituído numa oportunidade de crescimento pessoal e profissional" destacou.

Os jovens passaram por um treinamento no Departamento de Recursos Humanos. O desempenho deles é acompanhado pelos técnicos do setor que ao final do período – cada menor é substituído ao completar dezoito anos – fazem uma avaliação para saber o aproveitamento de cada um. Os menores admitidos anteriormente, participaram, durante seis meses, de um curso de datilografia realizado no Senac.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Cláudio Dias
1.192 - DIÁRIO

Redação
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.000 - Fone: 424.3811/0-214 - Telex: 1116.

TJ implanta Serviço de Identificação

Maria Segunda, nova assessora Policial Civil do TJPE

Dentro de aproximadamente um mês, o Tribunal de Justiça estará implantando um posto de datiloscopia para atendimento a magistrados, servidores e dependentes. A iniciativa é do presidente da instituição, desembargador Carlos Xavier, junto à assessora a Policial Civil, delegada Maria Segunda Gomes de Lima.

O secretário de Segurança Pública, Augusto Costa, já demonstrou interesse pela idéia e contatos estão sendo mantidos com o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Mattos. A Secretaria de Segurança deve ceder material e pessoas habilitadas à função.

DELEGADA

Recentemente empossada no Tribunal de Justiça, a delegada Maria Segunda tem planos de dinamizar a Assessoria Policial Civil. O posto de identificação é apenas uma das metas propostas, assim como a realização de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário estadual.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. O objetivo é proporcionar àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados, maior desempenho da função.

PERFIL

A nova delegada é a primeira mulher a ocupar o cargo de Assessor Policial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Formada em Letras, Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal e também em Direito pela Católica, Maria Segunda tem Curso de Formação à Magistratura, foi escrivã de polícia, delegada-adjunta da Delegacia das Mulheres e ocupava a DP de Homicídios quando aceitou substituir o então delegado Rivadávia Olímpio da Rocha, atualmente aposentado.

Voto de aplauso

A juíza de Floresta, Maria Auri Alexandre, recebeu segunda-feira um voto de aplauso da Câmara Municipal do Recife. O autor do requerimento foi o vereador Sérgio Leite, que justificou o pedido, destacando o desempenho da magistrada na condução dos processos referentes à briga de famílias que ocorre em Floresta.

ANO XXX
BIBLIOTECA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1993 Nº 149

Diário Oficial

Novo desembargador toma posse

Mário Melo é escolhido para ocupar vaga de Edgar Sobreira

O juiz Mário Alves de Souza Melo, titular da 3ª Vara de Família e assessor da presidência do Tribunal de Justiça, tomou posse ontem como o mais novo desembargador da Corte pernambucana, depois de ter sido escolhido pelo critério de merecimento para ocupar a vaga deixada pelo desembargador Edgar Sobreira, aposentado no mês passado.

O nome do magistrado obteve 8 dos 14 votos de desembargadores durante a reunião do pleno, contra 5 do juiz da 1ª Vara da Fazenda Estadual, Amaro José de Araújo, e 1 do juiz da 3ª Vara Cível, José Antônio Amorim. "Espero corresponder à confiança que me foi devotada e, com toda a humildade, ingresso na Corte de Justiça com o mesmo ânimo que sempre dediquei à prestação jurisdicional, quando juiz", ressaltou Mário Melo.

CARREIRA

Com 60 anos, 31 desses dedicados à magistratura, ele foi nomeado para o cargo de juiz em março de 1962, tendo atuado como substituto da Comarca de Parnamirim. Entre remoções e promoções, passou ainda pelas cidades de Belém de Maria, Correntes, Altinho e Ribeirão. Em 1978, foi promovido por merecimento para a Comarca do Recife, onde atuava como titular da 3ª Vara de Família.

Mário Melo foi um dos fundadores e hoje integra a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. É também membro da Associação de Magistrados, com atuação marcante em congressos nacionais e publicação de artigos jurídicos. Como magistrado mais antigo do Tribunal Regional Eleitoral, atuou como presidente dos 2 último pleitos realizados no Estado.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o magistrado sempre se destacou em todos os serviços prestados à justiça pernambucana. "Com 31 anos de dedicação ao Poder Judiciário, posso afirmar que o novo desembargador só contribuiu para a melhoria da prestação jurisdicional, sendo por isso escolhido de forma merecida", destacou Carlos Xavier.

Natural de Catende, o desembargador Mário Melo é autor do Código Tributário daquela cidade. Concluinte da turma de 1955, foi professor de francês e latim, trabalhando também como redator-secretário do "Correio de Catende". Casado com Maria Benildes Melo e pai de três filhos, o magistrado afirma que ingressa num momento histórico em que o TJPE passará a ter 27 membros e quando a modernização é utilizada para servir à sociedade da melhor maneira.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Christiane Abrahão.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cristina Dias
CPD - DIJUPE

Redação:
Pça. da República s/nº - Santo Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/GR-214 - Telex: 3115.

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVI)

Da cidade paraibana do Teixeira, encravada na Serra da Borborema, **Adeildo Nunes** saiu aos 12 anos de idade, para estudar e ganhar a vida em Arcoverde, Pernambuco. Descendente de família de cantadores de viola, consagrou-se fazendo versos ao tempo em que, ingressava na magistratura através de concurso de provas e títulos em 1990.

Juiz de Direito de Serra Talhada, **Adeildo Nunes** será focalizado nesta sexta-feira, revelando sua, **outra face**, tão interessante na música e na poesia como na magistratura.

JUDICIÁRIO - BIBLIOTECA - ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1993 Nº 150

Diário Oficial

TJ: 171º aniversário de instalação

Criado em 6 de fevereiro de 1821, de acordo com os termos do Alvará de El-Rei, D. João VI, o Tribunal da Relação só foi instalado em 13 de agosto do ano seguinte. Passou por várias mudanças significativas, através das Constituições de 1934 e 1937, mas a atual designação de Tribunal de Justiça de Pernambuco só veio em 1946, novamente numa modificação da Carta Magna.

Amanhã, o Poder Judiciário estadual comemora 171 anos de instalação do TJPE. As comemorações começam logo cedo, às 9 horas, com uma Missa no Mosteiro de São Bento. À tarde, em sessão solene comemorativa à data, ocorre o ponto alto das festividades, quando o chefe da Corte de Justiça do Estado, desembargador Carlos Xavier, fará a entrega da Medalha do Mérito Judiciário a 12 personalidades (ver box com programação completa).

O 171º aniversário do Tribunal de Justiça acontece num momento novo para o Judiciário. Sancionado pelo Executivo, o projeto de ampliação do quadro de desembargadores cria novas perspectivas na prestação dos serviços jurisdicionais, assim como o processo de modernização do TJ que vem sendo implantado na atual administração.

PROGRAMA

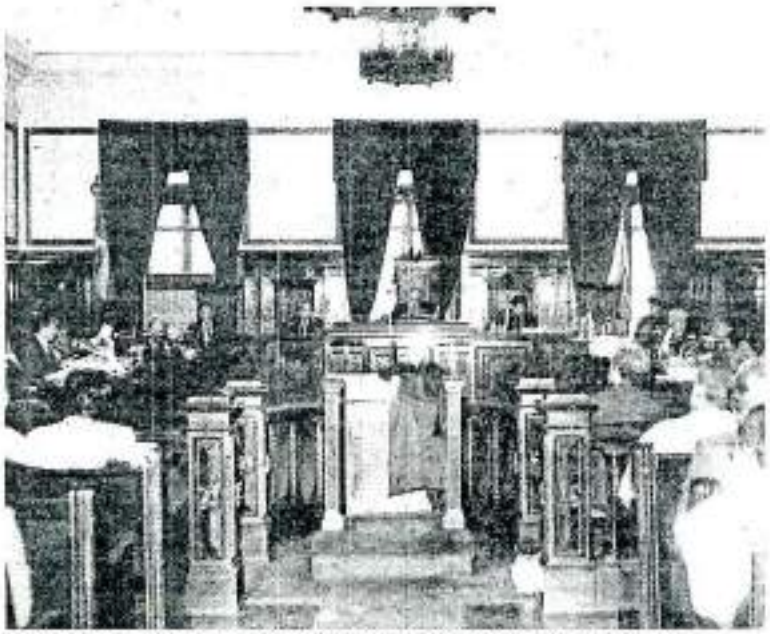
09:00 horas

* Missa Gratulatória, celebrada pelo **Abade Dom Sebastião Hélcer Vieira Costa.**
* Local: Mosteiro de São Bento – Varadouro – Olinda-PE

15:00 horas

* Sessão Solene comemorativa ao evento, em cuja oportunidade o **Ministro Marcos Vinicios Rodrigues** Vilaça proferirá conferência abordando o tema: **"O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional"**
* Entrega da Medalha do Mérito Judiciário **"Des. Joaquim Nunes Machado"** aos agraciados.

Local: Sala de Sessões do Palácio da Justiça — 1º andar.



Tribunal realiza Sessão Solene para entrega da Medalha do Mérito Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa: Aldenor Pilva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Oliveira e Christianne Alcântara.

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Júlio Gonçalves e Cristina Dias

1.192 - DR/TJPE

Redação: Rua da República s/nº - 3º Andar - Boa Vista - PE. - CEP 50.050 - Fone: 421.38 11/R-214 - Telex: 3116.

Simpósio Nacional abre inscrições

Pernambuco será a sede do V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil. O encontro, que ocorrerá entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro, no Centro de Convenções, é uma promoção do Instituto de Estudos Jurídicos e da Escola Superior da Magistratura. Ada Pellegrini, Sylvio Capanema e Nagib Slaibi Filho são alguns dos conferencistas participantes.

A comissão organizadora do evento informa que haverá desconto nas inscrições feitas antecipadamente (ver quadro). Após o dia 24 de setembro, a taxa de inscrição será de CR$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros reais) para profissionais e CR$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros reais) para acadêmicos.

Os interessados devem procurar a Escola Superior da Magistratura, na avenida João de Barros, 1563, bairro do Espinheiro. As inscrições também podem ser feitas pelo correio, mas só até o dia 20 de setembro. Maiores informações através dos telefones 241-7069 e 241.7383.

TAXA DE INSCRIÇÃO

Descontos com pagamento antecipado

	Até 13/09	Até 27/09	Até 10/09	Até 24/09
Profissionais	3.800,00	4.500,00	5.250,00	5.900,00
Acadêmicos	3.200,00	3.800,00	4.500,00	5.200,00

Coral participa do 171º aniversário

O Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco participa das comemorações do 171º aniversário do Judiciário estadual. Composto por 33 servidores (oito homens e 25 mulheres) e sob a regência de Vânia Gonçalves, o grupo de canto faz hoje, às 9 horas, uma apresentação durante a Missa Gratulatória celebrada no Mosteiro de São Bento, em Olinda.

BIBLIOTECA - DOC

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1993 Nº 151

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (XVI)

Adeildo Nunes

O juiz Adeildo autor do código de combate ao homicídio

Da família dos festejados irmãos Batista de Itapetim, Adeildo Nunes também se dedicou na juventude às cantorias de viola. Aficcionado do soneto parnasiano, está concluindo o seu quarto livro de versos, após consecutivas vitórias em concursos promovidos pela Escola Superior da Magistratura.

Casado com a cardiologista Maria das Graças do Rego Barros, tem quatro filhos: Plínio, Ricardo, Joana e Clarissa.

Pós-graduado em Direito do Trabalho, iniciou com brilhantismo o mestrado em Direito Público pela Faculdade de Direito do Recife.

Juiz nas três varas da Comarca de Serra Talhada, criou um fórum permanente contra a violência, ao tempo em que desenvolve a receita de sua autoria para o combate decisivo ao homicídio.

VIDA ESTUDANTIL, ARTÍSTICA & LITERÁRIA

Do alto sertão da Paraíba onde nasceu, Adeildo Nunes se transferiu aos 12 anos de idade para a cidade de Arcoverde em Pernambuco. Ao tempo da jovem guarda se destacava como exímio guitarrista do conjunto musical "Os Lordes". Pairando vencos ao som da viola, concluiu simultaneamente o ginásio no Colégio Industrial, transferindo-se em 1970 para o Recife, onde fez o científico para diplomar-se como técnico em contabilidade e em seguida, formar-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

Exerceu a advocacia até setembro de 1990, quando ingressou na magistratura. Participou com notoriedade em Congressos de Magistrados em Santa Catarina e Minas Gerais, quando apresentou tese sobre o Direito do Consumidor, aprovada em plenário, por unanimidade.

Colaborador do Jornal do Commercio desde 1988, enfoca com muita propriedade os mais interessantes temas ligados à ciência jurídica.

Adeildo possui três irmãos magistrados: Ambrósio — juiz em Custódia-PE; Adeilson — juiz em Brejo do Cruz-PB e Ailton — juiz em Belém de Caiçara-PB. Seu outro irmão, Adnilson, é delegado de polícia na Paraíba, e, Adilson é advogado na cidade do Recife.

VIDA JUDICANTE

Adeildo foi o primeiro juiz de Trindade, que por sinal, foi a sua primeira Comarca. Lá, instituiu o 1º Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Estado. Em março de 1991 foi designado para a Comarca de Saloá, no agreste meridional, onde pelos serviços prestados recebeu o título de cidadão honorário. Em dezembro do mesmo ano, foi removido para Amaraji de onde instalou a Comarca de Primavera.

Em maio do ano em curso foi promovido para a 2ª Entrância. Atualmente, é juiz nas três varas da Comarca de Serra Talhada, onde reside com os seus familiares.

Sua receita para o combate ao homicídio consta do seguinte: proibição do porte de armas e a integração do Judiciário com o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Igreja, a Ordem dos Advogados, a Imprensa e a participação ativa da sociedade, motivo maior de existência da Justiça.

O estudante Adeildo ao violão em família

SONETO DA SAUDADE

(Escrito em Curitiba-PR no ano de 1976)

O sol daqui não nasce vive ausente
Não vi sequer portanto a sua imagem
Quem sabe vive pensativamente
A se esconder por falta de coragem.

As folhas secas, feias da aragem
A escuridão do sol no seu poente
Me faz lembrar do céu da minha gente
sinto saudades daquela paisagem.

Lembro Recife, o sol, aquele encanto
E bem baixinho invoco a Deus meu pranto
Tenho vontade de voltar correndo

Mas, se escolhi viver noutra cidade
Devo deixar pra trás esta saudade
Sem pra ninguém contar que estou sofrendo.

Congratulações

A Câmara Municipal do Recife aprovou Voto de Congratulações com o juiz Mário Alves de Souza Melo, pela eleição do magistrado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mário Melo foi eleito pelo critério de merecimento, para ocupar a vaga deixada por Edgar Sobreira. O Voto de Congratulações foi proposto pelo vereador comunista Paulo Cavalcanti e aprovado por unanimidade em plenário.

JUSTIÇA ... ANO XXX ... BIBLIOTECA

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 14 DE AGOSTO DE 1993 Nº 152

Diário Oficial

Concurso para Promotor de Justiça

Estão abertas as inscrições do concurso público para Promotor de Justiça e Promotor Substituto. O prazo vai até cinco de setembro, mas como se trata de um domingo, a Procuradoria Geral estuda a possibilidade de estender o período até o dia seis. Os cargos vagos ou aqueles que vierem a vagar durante a validade do concurso são todos de 1ª entrância.

Carlos Xavier, presidente do TJ, defende realização de concursos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élcio Rennó Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Cleberson Alfaiates.

Fotógrafo:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celores Dias

Redação
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-224 - Telex: 3146.

As inscrições serão feitas em duas etapas. Na fase preliminar será encaminhado requerimento ao procurador geral da Justiça, em formulário próprio, acompanhado de cópia da identidade, diploma de bacharel em Direito ou declaração de conclusão de curso, duas fotos 3x4, comprovante de pagamento da taxa de fiscalização e serviços públicos no valor de 0,5401 UFEPE e comprovante de depósito de taxa de inscrição no valor de CR$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros reais) recolhida na conta 0002301300-3, agência 1 do Bandepe.

Os pedidos devem ser feitos na Procuradoria Geral da Justiça, no Edf. do Ipsep, à rua do Sol, 143 — 5º andar, no período da tarde, de segunda a sexta. Encerrado o período preliminar, a relação nominal dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado, seção do Poder Judiciário, junto a Comissão Examinadora do concurso.

PROVAS

Os candidatos serão submetidos a provas escritas de natureza preliminar, expositiva e prática, com duração máxima de quatro horas cada uma, sendo facultada a consulta à legislação não comentada ou anotada, exceto na prova preliminar, que versa sobre matéria de todo programa.

Toda cautela é pouca: serão anuladas as provas ilegíveis e também não será permitida qualquer comunicação entre candidatos, ou tentativa de uso de meios fraudulentos. O programa inclui Direito Constitucional, Administrativo, Civil e Penal, Tributário e do Menor, Processo Civil e Penal, Infortunística e Medicina Legal.

DEFINITIVA

A fase de inscrições definitivas só terá início após a divulgação dos resultados da prova prática. Os aprovados terão prazo de 10 dias para apresentar requerimento junto ao Diploma de Bacharel em Direito (caso o mesmo não o tenha feito anteriormente), prova de estar em dia com as obrigações militares e com a Justiça eleitoral e atestado de idoneidade moral e civil fornecido por duas pessoas, de preferência do Ministério Público, do Poder Judiciário ou professores universitários.

Também serão exigidas certidões de inexistência de antecedentes criminais fornecidas pelo Tribunal de Justiça, Auditoria da 7ª Circunscrição Militar e Justiças Militar, Federal e Eleitoral. Candidatos de outros Estados devem apresentar folhas corridas dos locais de origem. Além disso, certidões negativas dos cartórios de protesto e certidões do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil da inexistência de punições durante o exercício da advocacia.

É bom lembrar que os candidatos, mesmo aprovados nos exames, podem ser desclassificados pelo Conselho Superior do Ministério Público que levará em consideração a vida social e pregressa de cada um, bem como os aspectos de ordem pessoal que tornem suas qualidades e características incompatíveis com a função a ser exercida no Ministério Público.

Carlos Xavier recebe prefeito de Ipubi

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, recebeu a visita do prefeito de Ipubi, Valdemar Vicente Souza. Acompanhado do deputado Valdeir Batista, o chefe do executivo daquela cidade disse que aproveitou a viagem à capital pernambucana para conversar com o desembargador-presidente e cumprimentá-lo pelo trabalho que vem realizando à frente do Judiciário estadual. Valdemar Vicente falou, também, dos problemas enfrentados por sua administração e destacou a seca como o principal deles.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1993 Nº 153

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - BIBLIOTECA -

Diário Oficial

TJ define metas para 94

Atividades judiciárias, implementação institucional, desenvolvimento e organização da política de recursos humanos e dos serviços de informática são os objetivos do planejamento do Tribunal de Justiça para o próximo ano, que acompanha uma proposta de orçamento, já elaborado pela assessora da Presidência, Silvana Maria Oriá.

Silvana Oriá diz que o planejamento para 94 dá continuidade às ações em andamento

"Tudo que foi incluído são prioridades estabelecidas pelo TJPE, observando as disposições fixadas na lei de Diretrizes Orçamentárias para 1994", afirma a assessora. Segundo ela, o que consta no planejamento repercute no nosso orçamento e os gastos previstos estão avaliados em mais de CR$ 2 bilhões.

A maior parte do que está programado para 1994 é uma implementação do que vem sendo realizado durante a gestão do atual presidente, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, como o aperfeiçoamento da dinâmica processual e administrativa do TJPE, voltada para área de recursos humanos, e a continuidade ao pleito de construção do Fórum da Capital.

Entretanto, de acordo com Silvana Oriá, uma novidade que deve ser ressaltada dentro do planejamento é a manutenção de fóruns e residências oficiais para juízes no interior do Estado. "De uma maneira geral, o programa de trabalho dá continuidade aos serviços de implementação institucional já iniciados", destaca a assessora.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Abilmar Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão Chistianno Alcântara.

Fotografia:
Isaías Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cabeto Dias
I.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/R-214 - Telex: 3116.

Infância e Juventude têm Manual de Normas e Procedimentos

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, que determina o funcionamento básico das Varas da Infância e Juventude, foi concluído e entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, pela comissão que executou o projeto.

Elaborado pela Arconsult, o Manual é respaldado na Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. O objetivo principal é facilitar as atividades dos juízes das Varas da Criança e da Juventude. A tramitação de processos nas Varas são procedimento e atribuições dos escrivães, bem como o trabalho, nas escrivanias, será realizado a partir de agora com base no Manual. Coordenado pela advogada, Clara Calado, o projeto de execução do Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, contou com a participação dos juízes das Varas da Infância, Luis Carlos Figueiredo e Osael Veloso. "O Manual determina as normas básicas de funcionamento das Varas, como também, os procedimentos dos magistrados para evitar versões divergentes sobre um mesmo processo" afirmou a advogada.

Dentro de poucos dias o Manual será distribuído para as duas Varas da Infância, da capital e das cidades de Caruaru e Petrolina e todas as ações passarão a ser desenvolvidas conforme o regulamento.

Ágape presta homenagem a Carlos Xavier

O Caxangá Ágape homenageia hoje o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, durante o almoço no Restaurante Spettus. A homenagem é decorrente do desempenho do desembargador-presidente à frente do Poder Judiciária estadual e da passagem do 171º aniversário da instalação do TJPE, comemorado na última sexta-feira. O chefe da Corte de Justiça será saudado pelo poeta-magistrado Manoel Rafael Neto.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1993 Nº 154

TJPE - FEL/DTECA - PERNAMBUCO

Diário Oficial

Editorial

Há exatamente um ano a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco iniciava sua participação no Diário Oficial do Estado, trazendo a todos que fazem o Judiciário, além dos atos administrativos e judiciais, informações jornalísticas específicas deste Poder.

Tudo começou em junho de 1992 num acordo firmado entre o TJPE e Companhia Editora de Pernambuco — CEPE. Nesse sentido, o desembargador João David de Souza Filho, na época presidente do TJ, e Antônio Alves de Araújo Neto, então presidente da CEPE, formalizaram um protocolo no qual o Poder Judiciário ganharia um espaço próprio no Diário Oficial, semelhante ao do Executivo e com o objetivo de divulgar notícias da magistratura pernambucana.

Quando assumiu a presidência do Tribunal de Justiça, em 06 de julho do ano passado, o desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho deu total apoio à iniciativa do seu antecessor, viabilizando o trabalho da Assessoria de Imprensa.

Hoje, 18 de agosto, estamos comemorando o 1º aniversário do lançamento da página no Diário Oficial, com a certeza de que, sendo a informação um preceito da democracia, o nosso trabalho tem sido mais uma prestação de serviço da Justiça ao cidadão, informando-o dos atos e providências do Judiciário no cumprimento da Lei.

Assessoria de Imprensa do TJ funciona no 2º andar do Palácio da Justiça

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Maxwell Oliveira e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Gustavo Dias

Impressão: DIOTIPE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 4243811(R-216 - Telex: 3116.

Esmape promove semana de criminologia

Estão abertas as inscrições para a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, que será realizada de 30 de agosto a 03 de setembro, no auditório GII da Universidade Católica de Pernambuco — UNICAP. O evento tem o patrocínio da Escola Superior da Magistratura do Estado — ESMAPE, Escola Nacional da Magistratura, Departamento de Ciências Jurídicas e Diretório Acadêmico da UNICAP.

Os interessados devem procurar o D.A. do curso de Direito da referida universidade, que fica no Bloco G ou então devem se dirigir à Secretaria da Escola da Magistratura, na avenida João de Barros. A taxa de inscrição é de CR$ 500,00 (quinhentos cruzeiros reais) para estudantes e de CR$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros reais) para profissionais.

Reforma Penal, Criminalidade Hoje, Revisão da Lei de Execução Penal e a Questão dos Meninos de Rua serão alguns dos temas da XIV Semana de Criminologia. A abertura do encontro ficará a cargo do diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, des. Elério Ramos Galvão.

Além dele, participam da solenidade de abertura da XIV Semana o coordenador da ESMAPE, Marco Antonio Cabral Maggi, o diretor adjunto da Escola Nacional da Magistratura, des. Nildo Nery dos Santos, e a professora Miriam de Sá Pereira, da UNICAP.

A outra face de um magistrado (XVII)

Capixaba de Vitória (ES), Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho credita suas origens ao município de Rio Formoso (PE), onde passou a viver desde os três meses de idade. Sua militância na Justiça, iniciada em 1957 na Comarca de Bodocó, despertou carinhoso interesse pelas peculiaridades da vida interiorana, recolhidas em suas pesquisas para o folclore do Judiciário.

A outra face do magistrado Carlos Xavier será focalizada nesta sexta-feira, 20, no Jornal do Poder Judiciário, ao ensejo dos seus 67 anos de admirável saber jurídico, influenciando suas acertadas decisões como Presidente do Poder da Justiça em Pernambuco.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1993 Nº 155

Diário Oficial

Estrangeiros fazem relatórios de adoção

A exigência de um relatório anual, acompanhado de fotos, foi uma alternativa encontrada pelo juiz Ricardo Paes Barreto, quando atuou na Comarca de Pesqueira e realizou adoções de crianças brasileiras por estrangeiros, para acompanhar o desenvolvimento do adotando até os dezoito anos de idade.

Juiz destaca a vocação pela causa da criança e do adolescente

Agora, exatamente um ano depois das adoções realizadas, o Fóram Sérgio Higino Dias dos Santos, localizado em Pesqueira, já está recebendo cartas dos pais estrangeiros, além das fotografias combinadas. Segundo Paes Barreto, os relatórios serão anexados aos autos dos respectivos processos de adoção. "O compromisso não é uma obrigação legal, mas foi firmado perante a Justiça, na presença de promotor e advogado, e vem sendo cumprido", ressalta o magistrado.

Atualmente como juiz auxiliar da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital e 1ª da Fazenda, Paes Barreto afirma ser plenamente a favor da adoção de brasileiros por pais estrangeiros. De acordo com sua experiência nesses casos, os adotantes nacionais são exigentes, só aceitam crianças de cor branca e sadias. Já quem vem de fora adota independentemente de qualquer coisa.

Exemplo dessa constatação são os recentes relatórios enviados pelos casais Fabio e Manuela Guarneri, da Suíça, e Richard e Nadine Van Mierlo-Jans, da Bélgica. Os primeiros adotaram um menino com sífilis que foi devidamente tratado e já se encontra totalmente curado; o outro casal adotou uma criança negra.

VOCAÇÃO PELA CAUSA

Paes Barreto destacou que o problema da criança e do adolescente só será resolvido através da dedicação de pessoas realmente vocacionadas, interessadas no bem-estar dessas crianças, e de vontade política.

Ele diz, ainda, que apenas a existência de Conselhos Municipais e Tutelares nas cidades, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, não é suficiente. "É necessário que esses órgãos tenham condições de funcionar, recebendo a destinação orçamentária que as Leis Municipais prevêem e que nem sempre é repassada pelas prefeituras", denuncia o juiz.

Uma proposta de Paes Barreto quando participou da Reunião de Conselhos Municipais do Estado, como presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira, foi a implantação de pequenas indústrias de reciclagem de vidro, papel, lata e plástico, que poderiam empregar as crianças e adolescentes que vivem em situação irregular.

Segundo o projeto, o material reciclado seria vendido, o que traria uma fonte de renda para as crianças, além de capacitá-las a um determinado ofício e integrá-las à sociedade. "É um projeto simples e barato, mas falta vontade política para realizá-lo", conclui o magistrado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ditério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alderson Paiva

Editora:
Rebeca Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Andrade.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.392 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/10-214 - Telex 2116.

Recursal tem pauta de julgamento

O Colégio Recursal do Juizado Especial de Pequenas Causas de Petrolina reúne-se no próximo dia 27, às 15 horas, na Sala da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (1º andar do Palácio da Justiça). No comando da Segunda Sessão de Julgamento estará o juiz Jovaldo Nunes, presidente do Colégio, que solicita o comparecimento de todos os interessados.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1993 Nº 156

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO · BIBLIOTECA ·

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVII)

Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Carlos Xavier viveu toda a sua infância em Rio Formoso, município dos seus ancestrais pelo lado paterno, aonde chegou trazido de Vitória do Espírito Santo por sua mãe, Gedália Almeida Barreto Gouveia, dois meses depois do seu nascimento em 18 de agosto de 1926.

Alfabetizado pelo próprio pai, Nilo Barreto de Gouveia, cursou o primário na escolinha particular do Engenho Duas Bocas, de onde partiu para completar seus estudos nas cidades do Recife e Maceió.

Antes da sua experiência política, como vereador à Câmara Municipal de Rio Formoso, por dois períodos consecutivos (1947-1955) e do seu ingresso na magistratura (1957), foi fiscal de rendas auxiliar por concurso público, no Município de Passo de Camaragibe em Alagoas.

Na sua convivência com a vida interiorana, soube consolidar sua admiração e respeito pela cultura popular da nossa gente, pesquisando e recolhendo os fatos mais pitorescos e antológicos do folclore do judiciário.

Carlos Xavier — desembargador-presidente do TJPE

Carlos Xavier com Luiz Gonzaga (1985) de quem era admirador e amigo

O CIDADÃO

Agraciado com títulos honoríficos de cidadania dos Municípios de Rio Formoso, Nazaré da Mata, Santarém, Petrolândia, Carnaíba e Petrolina, Carlos Xavier, através de convites oficiais, tem agendadas, para este final de ano, idênticas homenagens promovidas pelas edilidades de Pesqueira, São José da Coroa Grande, Barreiros, Conceição de São Felix, Bodocó, Pedra e Venturosa. O Diploma de Mérito, instituído pelo Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Carnaíba, por um dever de gratidão, tem o seu nome.

Casado em segundas núpcias com Ana Maria de Almeida Leite, tem os seguintes filhos, do seu primeiro casamento com Olivanete de Oliveira Paes Barreto, falecida: Diógenes de Oliveira Paes Barreto, Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Élida Paes Barreto de Almeida, Gedália Paes Barreto Avelino e José Lourenço de Oliveira Neto. Da escolinha martirizada pelos seus extremosos pais, na zona rural de Rio Formoso, Carlos Xavier se transferiu para o Ginásio de Madalena, do inesquecível educador Adelbal Jurema, capacitando-se a ingressar no Colégio Osvaldo Cruz, do professor Aluísio Passos de Araújo. Em 08 de dezembro de 1951, com brilhantismo e reconhecida vocação para a advocacia, colou grau na Faculdade de Direito da Universidade de Alagoas.

Inscrito na Ordem dos Advogados de Pernambuco, instalou seu escritório na cidade de Rio Formoso, onde exerceu condignamente suas atividades profissionais de 1952 a 1957.

O MAGISTRADO

Da Comarca de Bodocó — onde iniciou o exercício da magistratura em outubro de 1957 — foi removido em agosto de 1960, a pedido, para a Comarca de Petrolândia e desta, também a pedido, para a Comarca de São José da Coroa Grande em maio de 1961. Em novembro de 1964, passou para a 2ª entrância, por merecimento, assumindo a Comarca de Quipapá, de onde, a pedido, passou em janeiro de 1965 para a Comarca de Água Preta. Em fevereiro de 1966, a pedido, chegava à Comarca de Nazaré da Mata, de onde, por merecimento em janeiro de 1969, foi promovido a titular da 2ª Vara de Carnaíba. Em 03 de dezembro de 1969, Carlos Xavier ganhou uma remoção para o cargo de juiz substituto da Comarca do Recife, atuando nas Varas Privativas de Família e Registro Civil, Cíveis por Distribuição, Júri, Delito de Trânsito e Contravenções Penais, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Falências, Concordata e Acidentes do Trabalho, passando à titularidade da 2ª Vara Privativa de Feitos da Fazenda Estadual em agosto de 1978. Substituto de desembargador durante o ano de 1979, tomou assento no Tribunal ao longo do período de 10 de julho a 09 de outubro.

De juiz corregedor auxiliar da 2ª entrância (1978-1984), foi escolhido desembargador, por merecimento (1984), passando a integrar a 2ª Câmara Cível. De corregedor geral da Justiça (1988), após um mandato de dois anos, assumiu a presidência do Tribunal, complementando o biênio 92-94. Carlos Xavier leciona Prática Forense e Organização Judiciária, desde 1974, na Universidade Católica de Pernambuco. São inúmeras e prestigiosas as funções associativas que tem desenvolvido como integrante do Conselho Deliberativo, diretor e presidente da Associação Pernambucana dos Magistrados.

MÉRITO & PESQUISA

Medalhas de Mérito, Diplomas, Láureas especiais e Condecorações diversas enriquecem o escrínio do atual desembargador-presidente do Poder da Justiça em Pernambuco. São documentos do mais alto valor honorífico, dignificando uma militância sempre ascensional, inteiramente devotada ao apostolado da Justiça em Pernambuco.

Dos seus relatos alusivos às atividades forenses no interior de Pernambuco, pinçamos um fato verídico, além de pitoresco e inusitado, ocorrido na Comarca de Água Preta, nos idos de 1965, envolvendo o advogado Milos do Coro Real, o oficial de justiça José Luiz e um pobre coitado trabalhador rural da Mata Sul do Estado.

Como a ação de despejo, julgada procedente, notificava o inquilino para desocupar o imóvel, fazendo a entrega das chaves em cartório, no prazo estabelecido, aquele homem nada fez bater no Fórum, entregando ao escrivão Toledo, um pacientíssimo feito com papel de cinzento e amarrado de embira. Como a casa que estava ocupando não tinha chave na porta, não desobedecendo às ordens da Justiça, arrancou a tramela e a mostrou para o juiz.

Diante daquela situação, o meretíssimo juiz, Carlos Xavier, determinou que a tramela fosse entregue ao advogado que patrocinava o feito, com a seguinte mensagem:

— "Para que o dr. Milos conserve em seu arquivo e não se esqueça nunca da seriedade do homem do interior!!

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 21 DE AGOSTO DE 1993 Nº 157

Cargos, carreira e vencimentos

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça será apreciado no dia seis de setembro pelos 15 desembargadores que compõem o Poder Judiciário pernambucano. Após análise, será enviado à Assembléia. Em caso de aprovação pelo Legislativo, o projeto será encaminhado ao Executivo estadual.

JUSTIÇA PERNAMBUCO ANO XXX

Diário Oficial

Pequenas Causas tem aceitação pública

Com dois anos de funcionamento, o Juizado Especial de Pequenas Causas de Olinda — único naquela comarca — apresenta índice real de conciliação em torno de 82%. O percentual é referente aos processos conciliados em geral ao total de feitos encerrados, excetuando-se os que foram extintos e as desistências. Os dados indicam a aceitação pública pelos serviços jurisdicionais rápidos, que podem ser resolvidos à base de acordo entre as partes.

Isso justifica também a necessidade de criação de novos núcleos e, como existe projeto de criação de seis JEPCs, três na Capital e três no Interior, a população pernambucana seria beneficiada com um total de 16 Juizados. As Pequenas Causas, como sugere a denominação, só recebe ações de até 20 salários mínimos.

Alimentos, cobranças de dívidas, indenizações referentes a colisão de automóveis e até problemas surgidos nas relações de vizinhança estão entre as queixas mais comuns. No período de março de 91, quando foi instalado, até final de julho deste ano, o Juizado de Olinda registrou um total de 4.411 processos, contra 387 em aberto.

Xavier: projeto de novos Juizados

Jurema participa da campanha de combate à fome

Quando designou três réus da penitenciária local para prestação de serviços gratuitos à campanha contra a fome, o juiz de Jurema, Abelardo Tadeu da Silva, estava apenas colocando em prática o que faculta o Código Penal Brasileiro. Ou seja, substituir pena privativa de liberdade inferior a um ano por serviços prestados à comunidade.

Os réus em questão — dois motoristas e um pequeno comerciante — cometeram delitos leves e são perfeitamente integrados à sociedade, segundo informou o juiz Abelardo Tadeu, o que lhes permitiu o benefício de transformação da pena. Os três ficam à disposição do Comitê de Combate à Fome de Jurema durante seis meses, uma jornada de oito horas por semana, sem prejuízo de suas atividades profissionais.

Não é a primeira vez que o juiz aplica punição dessa natureza. Por lesão corporal leve, uma menor residente naquela comarca também teve que prestar serviços à comunidade. Nesse caso, ela ficou à disposição da escola estadual de Jurema, durante quatro horas semanais. A pena foi aplicada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Localizado acerca de 200 km de distância do Recife e a 70 km de Caruaru, o município tem um tranqüilo movimento forense. Apenas 200 processos tramitam na comarca, onde o juiz Abelardo Tadeu se encontra desde fevereiro em regime de tempo integral.

Um dado interessante, segundo o magistrado, é que a maioria dos litígios que ocorre em Jurema são resolvidos extra-judicialmente. É comum, por exemplo, as partes entrarem em acordo, bastando para isso apenas a presença do juiz como mediador da situação.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldecir Pinto

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Marcos Gusmão e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Fábio Gonçalves e Cristina Dias
I.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 6º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424 3611/8.214 - Telex: 3116.

Presidente do TJ participa de congresso

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participará, no próximo mês, do XIII Congresso Brasileiro de Magistrados. Será nos dias 9, 10 e 11, na cidade de Vitória no Espírito Santo. "A Justiça é a Solução" será o tema central do encontro que vai reunir magistrados de todo o país, além de autoridades, ministros, parlamentares e conferencistas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1993 Nº 158

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO BIBLIOTECA

Diário Oficial

Tribunal vai oficializar escrivanias

O Plano de Oficialização das escrivanias de 1ª e 2ª Entrâncias está sendo concluído e deverá ser entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, dentro de poucos dias. O objetivo é acabar com o atual sistema de pagamento de custas judiciais. A proposta do Plano, a exemplo da Comarca da capital, é fazer com que o recolhimento das taxas seja realizado em agência bancária.

Na 1ª Entrância cerca de 65% das escrivanias não são oficializadas e na 2ª em torno de 70%. A oficialização das Comarcas do interior é uma determinação das Constituições Federal e Estadual. De acordo com o desembargador Carlos Xavier "a elaboração do Plano está seguindo o que regulamenta a Lei. O Tribunal de Justiça está cumprindo a sua função", afirmou.

Com a modificação do processo de recolhimento de taxas muda também o pagamento de cerca de 700 serventuários que atuam nas escrivanias, que passarão a receber seus vencimentos através do governo do Estado e não a partir do pagamento das custas como ocorre atualmente.

De acordo com o assessor de planejamento do Tribunal, Jovaldo Nunes, essa mudança não trará prejuízos ao governo. "Os valores das custas serão creditados em banco a favor do Estado, em contrapartida os servidores serão vinculados à folha de pagamento estadual", concluiu.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Junqueira

Corregedor-Geral:
Des. Silvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Rafaela Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Silio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DOE/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Santo - PE - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-214 - Telex: 5116.

Tribunal tem novo sistema de computação

O novo sistema de computação do Tribunal de Justiça de Pernambuco já está instalado e deverá entrar em funcionamento em breve. O computador, que tem maior potência que o equipamento anterior, vai trazer diversos benefícios para o desenvolvimento das atividades administrativas, ampliando e adequando, à nova realidade, o Centro de Processamento de Dados.

Antes de proceder a conversão da nova máquina, a direção do Núcleo de Organização e Sistemas iniciou cursos de treinamento, para os oito técnicos do departamento, com objetivo de capacitá-los para o trabalho de operação do computador. O curso de Linguagem de Programação Mumps, Open M/SQL, ministrado pelo técnico da MPS Informática de Curitiba, Fábio Dias de Araújo, foi o primeiro.

Treinamento vai auxiliar na utilização do novo computador

Segundo Fábio, o treinamento teve como objetivo passar conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento e administração do sistema. "O novo equipamento, que está sendo adquirido pelo Tribunal de Justiça, é um dos mais modernos e de maior capacidade de expansão. O curso vai permitir que o pessoal do C.P.D administre o novo ambiente".

Para implantação do sistema computacional, o presidente do Tribunal de Justiça emprestou todo apoio necessário, segundo afirmou a diretora do Núcleo de Operação e Sistema, Joseane Sedícias". Através da Assessoria de Planejamento, a presidência viabilizou as soluções investindo no núcleo e em toda a equipe funcional" completou.

Carlos Xavier prestigia solenidade militar

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai participar hoje da solenidade do Dia do Soldado e do Aniversário do Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha. O evento será realizado no Quartel da rua Dom Bosco, Boa Vista.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1993 Nº 159

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PERNAMBUCO - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Produtividade de juízes aumenta

A produtividade dos juízes da Comarca da Capital, referente ao segundo trimestre deste ano, foi considerada melhor do que a do trimestre anterior, já que foram julgados 3.281 feitos a mais. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, esse número é significativo.

Durante o trimestre, foram iniciados 15.673 feitos na Capital, tendo sido julgados 13.615, o que deixa um déficit de 2.058 processos. Para o terceiro trimestre, passaram 263.315 feitos, o que representa uma redução de 10.375 processos no acervo em andamento na Comarca do Recife.

Por outro lado, foram realizadas apenas 3.819 audiências, sendo 1983 cíveis e 1836 criminais. O presidente Carlos Xavier analisa esse total como uma quantidade irrisória, uma vez que corresponde a proximadamente trinta e cinco audiências realizadas por juiz num período de 3 meses.

O desembargador-presidente ressalta, ainda, que 36 Varas da Comarca do Recife contam com mais de mil processos em andamento, sendo que, nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal, existem 75.853 e 67.954 processos respectivamente.

Os juízes que mais julgaram no segundo trimestre de 1993 foram os seguintes:

1. Sebastião Romildo Vale de Oliveira (8ª Vara Cível) — 1.688 feitos;
2. Ricardo Paes Barreto (juiz auxiliar da 3ª Vara Cível) — 1.041;
3. José Maria Florentino (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 470;
4. José Fernandes de Lemos (2ª Vara da Fazenda Municipal) — 449;
5. Eurico de Barros Correia Filho (2ª Vara de Sucessões e Registro Público) — 418;
6. José Alexandre de Vasconcelos Aquino (1ª Vara da Família e Registro Civil) — 351;
7. Wellington Gadelha de Freitas (3ª Vara da Família e Registro Civil) — 337;
8. João Bosco Correia de Melo (1ª Vara Cível) — 317;
9. Ricardo Paes Barreto (exercício cumulativo da 1ª Vara da Fazenda Municipal) — 293;
10. José Machado de Azevedo (auxiliar da 10ª Vara Cível) — 292.

Sebastião Romildo julgou 1.688 processos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Andrade.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.000 - Fone: 424.3811/91-188 - Telex: 3118.

Encontro reúne juízes do interior

Começa amanhã, na cidade de Triunfo, sertão de Pernambuco, o I Encontro de Juízes de 1ª e 2ª Entrâncias do Estado. Até amanhã, quando se encerram os trabalhos, cerca de 25 magistrados estarão discutindo temas relacionados com a prestação dos serviços jurisdicionais no Estado. O evento conta com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, do vice-presidente, des. Francisco de Sá Sampaio, do corregedor-geral de Justiça, des. Etério Ramos Galvão, e dos desembargadores Belém de Alencar e Waldemir Lins.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1993 Nº 160

Diário Oficial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - BIBLIOTECA - CENTRO

Embaixador de Israel visita TJ

O embaixador de Israel, Shlomo Bino, esteve no Tribunal de Justiça em visita de cortesia ao Poder Judiciário estadual. O diplomata foi recebido no Salão Nobre do Palácio da Justiça pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, que ressaltou a importância daquele país no contexto mundial.

Bino disse que Israel, apesar de ser um país pequeno (menor do que o Estado de Sergipe), conseguiu atingir um estágio de desenvolvimento que o deixa em condições de auxiliar outros países em algumas áreas específicas. Neste sentido, ele defendeu um maior intercâmbio com o Brasil, notadamente com a região Nordeste.

"Podemos ajudar na questão da seca, por exemplo, já que Israel possui muitas semelhanças com o Nordeste brasileiro e tem uma tecnologia avançada neste setor", revelou. O presidente do TJ disse que seria muito importante para Pernambuco um maior contato com o trabalho feito naquele país.

JUDICIÁRIO

As diferenças institucionais entre os dois países (Israel adota o parlamentarismo como forma de governo) também fizeram parte da conversa. Carlos Xavier demonstrou como funciona a Justiça brasileira e, particularmente, explicou os problemas enfrentados pelo Judiciário. Quanto ao TJPE, o presidente enumerou as diversas etapas seguidas pelos juízes desde o ingresso na magistratura.

Ao final do encontro, o embaixador de Israel, que estava acompanhado do presidente do Centro Israelita de Pernambuco, Salomão Jaroslavsky, ofereceu ao chefe da Corte de Justiça um livro sobre seu país. O desembargador Carlos Xavier retribuiu a gentileza com um livro sobre a história do Palácio da Justiça.

Shlomo Bino e Carlos Xavier: intercâmbio de Israel com Pernambuco

Comissão identifica candidatos aprovados

A identificação das provas práticas de sentença civil e prática do Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância, realizadas no dia 27 de julho, na Escola de Aprendizes Marinheiros, será feita nesta segunda-feira, dia 30, às 16h30, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça.

Através de uma etiqueta assinada pelo candidato e colada à prova, na hora do exame, a Comissão Examinadora do concurso identificará, na presença do público interessado, os concorrentes aprovados para a próxima fase da seleção. A relação com os nomes dos aprovados deve ser publicada no Diário Oficial de quinta ou sexta-feira da próxima semana.

Neste mesmo edital, a Comissão, presidida pelo vice-presidente do TJPE, desembargador Francisco de Sá Sampaio, definirá o início e o fim do prazo da inscrição definitiva de cada candidato classificado na 3ª etapa, que terá 10 dias para apresentar o restante da documentação exigida.

Prova de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, folha de antecedentes criminais, certidão negativa de cartórios de protesto e certidão negativa civil e criminal fornecida pelo Fórum da Capital fazem parte dos documentos necessários para a inscrição definitiva.

Por fim, o Pleno apreciará a documentação apresentada por cada candidato.

Passada esta etapa, os bacharéis serão submetidos a exames de saúde, psicotécnico, entrevista, prova oral e de títulos, além de terem suas vidas pregressas investigadas pela Corregedoria Geral de Justiça. O secretário da Comissão responsável pelo concurso, Tenuliano Feitosa, acredita que os novos juízes serão nomeados no mês de novembro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Celestrone Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
L.102 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8.269 - Telex: 3156.

Desembargador paraibano visita TJPE

Em visita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, o desembargador Almir Carneiro da Fonseca, presidente do Tribunal Regional Eleitoral paraibano, acompanhado da esposa, Maria do Socorro Xavier Fonseca, ele foi recebido pelo presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier. Presentes ao encontro, os desembargadores Francisco de Sá Sampaio, Mário Melo e Edgar Sobreira e o juiz José Carlos Patriota.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1993 Nº 161

Diário Oficial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - BIBLIOTECA

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XVIII)

Petrúcio Roberto Tobias Granja

Agradecendo homenagem em Nazaré da Mata (1988)

Pelas lições de fé, recebidas de sua querida genitora — dona Maria Bernadete — e do seu velho mestre do Seminário Salesiano — padre Guido Tonelotto — Petrúcio Granja conquistou uma sólida formação religiosa, moral e cultural, que tanto o projetou ao longo das suas atividades profissionais através do comércio, do Banco do Brasil, da Sudene e da Magistratura.

Natural de Palmeira dos Índios — terra adorada de Graciliano Ramos em Alagoas — trocou desde cedo seu convívio com a aristocracia rural pelas bancas escolares de Jaboatão e Recife. Em Pernambuco se formou em Direito pela Universidade Federal, diplomando-se também em Letras Neolatinas nos cursos de Bacharelado e Licenciatura através da Unicap.

Como magistrado, a única e lamentada frustração de Petrúcio Granja é a de não ter tido oportunidade de exercitar sua vocação humanitária, trabalhando numa Vara de Menores, tamanha é a sua paixão pela problemática dos pequeninos desafortunados. Aposentado, volta sua atenção para o social, vinculando-se ao trabalho pastoral de promoção humana na paróquia da sua freqüência em Casa Forte.

ESTUDANTE & JORNALISTA

Dos Colégios Salesianos de Jaboatão, Recife e Campina, Petrúcio Granja (1953-1957) recebeu para o Ginásio Pernambucano as lições dos professores Albérico Magalhães Porto, Mossôr de Albuquerque, Amaro Quintas, Manoel Correia de Andrade, Lauro de Oliveira, Lefebvre Euclides e Lucilo Varejão Filho. Além dos cursos superiores na UFPE e UNICAP, obteve outros diplomas de extensão universitária, tais como Teoria e Prática do Júri, Iniciação aos Estudos Linguísticos, Realidade Brasileira, Sociologia Jurídica, Psicologia do Amor Humano, Fundamentos Parapsicológicos do Conhecimento e Psicologia Aplicada às Relações Públicas e Humanas. Ao lado dos Desembargadores Bérzio Galvão, Agnaldo Ferreira Lima e José Napoleão de Oliveira como seus colegas, foi considerado o melhor aluno do Curso de Letras, ministrado pelo saudoso mestre José Lourenço de Lima. Amante da literatura, é autor de duas monografias, "Breve História da Faculdade de Direito do Recife" e "Tobias Barreto, um brasileiro além da imaginação."

Jornalista amador, pertence aos quadros da Associação da Imprensa de Pernambuco e já se destacou como correspondente do interior do Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Gazeta de Alagoas. Como Presidente da Associação dos Alunos do Colégio Estadual de Pernambuco (1958-1960), editou o "Voz do Colégio Estadual" cuja circulação alcançou o número de 3.000 exemplares. Produziu o programa "Boletim Ecológico" para a Difusora de Limoeiro, além de dirigir o "Voz da Parnaíba" e editar o mensário "O Leão do Capibaribe," órgão oficial da Lions Clube daquele próspero município. Exercendo a advocacia de 1958 a 1975, trabalhou como advogado do Banco do Brasil, sendo eleito Diretor Social da AABB na cidade de Limoeiro. Petrúcio Granja foi agraciado com os títulos de cidadania dos municípios de Limoeiro, João Alfredo e Passira, onde exerceu o magistério como professor de português fundou o seu Ginásio Municipal.

MAGISTRADO & RADIO-AMADOR

Sôbre ostentar em concurso para Juiz de Direito, Petrúcio Granja iniciou sua carreira de Magistrado na Comarca de Salgueiro, em 1975. Transferido para Custódia, passou em seguida para Ingazeira, Camutanga, João Alfredo, Passira, Violeta, Pesqueira, Poção, São Bento do Una e Nazaré da Mata, acumulando respectivamente as funções de Juiz Eleitoral, até ser promovido para a Capital em 1987. No município do Recife exerceu os exercício das 1ª e 2ª Varas de Trânsito e Contravenções Penais, 3ª Vara Criminal e Privativa de Delitos contra a Economia Popular, 3ª Cível e 3ª Vara dos Delitos contra o Patrimônio. Ainda como Juiz de Capital, atuou com amplas competências como Juiz Eleitoral da 9ª Zona durante os anos de 88, 90 e 91. Em agosto de 1992, após 17 anos de Judicatura com brilhantismo em Pernambuco, Petrúcio Granja requereu aposentadoria, para, mediante seus valiosos experiências na área do Judiciário, dedicar-se declaradamente ao estudo de Direito do Trabalho, considerado sua grande meta para o futuro.

Com o Gov. Moura Cavalcanti e o Prefeito José dos Santos (Itapetim 78)

Sua paixão pelo social, fez com que se integrasse às comunidades pastorais em favor das necessidades carentes, encontrada pelo Padre Edvaldo, da Paróquia do Casa Forte. Através do seu equipamento "Badgert, linha curta B," se comunica permanentemente com os companheiros radio amadores, sempre em ação, dentro e fora do Brasil, pelas mais nobres causas de solidariedade humana. Ao seu tempo de Juiz em João Alfredo, comandou uma "mutirão," sob os auspícios do Lions e prefeitura Municipal, costurando e diplomando 328 noivos dos mais distantes sítios brasileiros, através do seu famoso prefixo PY7-AFR.

Como Juiz em Pesqueira (1983), Petrúcio Granja, atendendo Pôrto, a uma audiência corriqueira, que lhe fez a seguinte indagação:

— O sr. por acaso é Juiz?

— Não meu caro amigo. Não sou Juiz por acaso. Sou por concurso!

Nery integra comissão nacional

O desembargador Nildo Nery foi designado pelo Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para fazer parte da comissão nacional encarregada de elaborar o anteprojeto da futura Lei de Execuções Penais. Integrante da Corte de Justiça pernambucana desde 1990, Nildo Nery vai estar ao lado de outras importantes figuras do mundo jurídico brasileiro, como Ada Pellegrino e Fontes Alencar.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 28 DE AGOSTO DE 1993 Nº 162

BIBLIOTECA · ORDEM DOS ADVOGADOS

Diário Oficial

XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins

Com variedade de temas, que vão desde Reforma Penal até a Questão dos Meninos de Rua, começa segunda-feira, no auditório da Universidade Católica de Pernambuco, a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins. O Encontro vai reunir juristas, magistrados, advogados e estudantes de Direito, sempre às 19 horas. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, preside os trabalhos da sessão de abertura.

Des. Nildo Nery, um dos coordenadores do Encontro

O evento, que se estende até o dia 3 de setembro e tem objetivo maior de colher subsídios à reforma do Código Penal Brasileiro, é patrocinado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, da Escola Nacional da Magistratura, Departamento de Ciências Jurídicas e Diretório Acadêmico da Universidade Católica. É oferecido um total de 300 vagas.

As inscrições podem ser feitas até o dia 30, data do início da XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, na Escola da Magistratura estadual, na Avenida João de Barros, 1563 — Espinheiro — telefone 241.7069 e, ainda, na Universidade Católica.

Os trabalhos de abertura contam com a palavra dos desembargadores Nildo Nery e Etério Ramos Galvão, respectivamente diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura e diretor da congênere pernambucana. Além deles, o juiz Marco Antônio Cabral Maggi, coordenador da Esmape e Miriam de Sá Pereira, professora da Unicap.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cícero Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/0-268 - Telex: 5116.

PROGRAMAÇÃO

XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins
Período: 30 de agosto a 03 de setembro de 1993
Local: auditório GIII da Unicap
Horário: 19 horas

DIA 30/08 — Abertura
Des. Nildo Nery dos Santos — diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura
Des. Etério R. Galvão — diretor da Escola da Magistratura de Pernambuco
Juiz Marco Antônio Cabral Maggi — Coordenador da Esmape
Profª. Miriam de Sá Pereira — docente da Unicap
Tema apresentado: Reforma Penal
Reinaldo Marques — advogado
Eleonora Lima — professora da Unicap
Antônio Pedro Barreto Campelo — professor da Universidade Federal
DIA 31/08 — Tema apresentado: Reforma Processual Penal
Nilzardo Carneiro Leão — advogado
Ana Maria Torres — promotora
Angela Simões — promotora
Bárea Trindade — advogado
Lúcio Jatobá — advogado
DIA 01/09 — Tema apresentado: Menores de Rua. Qual a solução?
Prof. Giuseppe Benvenuti — professor da Universidade de Génova
Osael Rodrigues Veloso — Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude
Luiz Carlos de Barros Figueiredo — juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude
Celsílio Guerra — juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude
Djalma Raposo — advogado
Geralda Farias — presidenta da Legião Assistencial do Recife
Maria Helena Barreto Campelo — advogada
Ana Vasconcelos — diretora da Casa de Passagem
DIA 02/09 — Tema apresentado: Criminalidade Hoje
Roque de Brito Alves — advogado
Albérico Gomes Guerra — advogado
João Olympio Mendonça — advogado
Cel. Alexandre Nunes — Policial Militar
Celsílio Guerra — juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude
DIA 03/09 — Tema apresentado: Revisão da Lei de Execução Penal
Marcos Cabral — Secretário de Justiça do Estado de Pernambuco
Manoel Rafael Neto — juiz da 1ª Vara de Execuções Penais
Mauro Alencar — juiz da 1ª Vara de Execuções Penais
Bartolomeu Bueno — juiz da 2ª Vara de Infância e Juventude
Adriana Fontes — professora da Universidade Católica de Pernambuco
Cel. Jerônimo Gonzaga — Policial Militar

Estudantes visitam Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, recebe, hoje, a visita dos estudantes do último período do curso de Direito da Universidade Católica. Os universitários, acompanhados do professor Fernando Lapa, irão conversar com o desembargador-presidente sobre o funcionamento do Judiciário. Na ocasião irão conhecer as instalações do Palácio da Justiça.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1993 Nº 163

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - BIBLIOTECA - C.J.

Diário Oficial

Tribunal e SSP definem ação conjunta

Dando início à nova fase de integração entre Poder Judiciário e Secretaria da Segurança Pública, estiveram juntos o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, e o delegado Ricardo José Varjal de Melo, presidente das Associações dos Delegados do Brasil e de Pernambuco.

Delegado Ricardo Varjal discute com os desembargadores Carlos Xavier (presidente) e Francisco de Sá Sampaio (vice) a criação do posto de identificação

O encontro, no salão nobre da nova sede da associação pernambucana, à Rua da Aurora, serviu para definição dos últimos detalhes do Posto de Identificação Civil que será instalado pela Secretaria da Segurança Pública no Tribunal de Justiça, possivelmente nos próximos 15 dias.

O posto vai funcionar no térreo do Palácio, com atendimento a magistrados, servidores e dependentes. A delegada Maria Segunda, assessora Policial Civil do Tribunal de Justiça, está providenciando as instalações e aquisição de técnico proveniente da Secretaria da Segurança Pública, especializado em datiloscopia.

Na sede da Associação dos Delegados de Pernambuco — Adepe — o desembargador Carlos Xavier foi recepcionado com almoço, também pelos delegados José Belém de Oliveira, Roberto Bruto, Geraldo de Farias, Ademar Cândido, Maria Segunda, Nivaldo Queiroz e José de Souza Neto. O magistrado esteve acompanhado do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio e do cel. PM Francklin Bezerra.

Congresso reúne magistrados

O XIII Congresso Brasileiro de Magistrados será realizado de 9 a 11 de setembro, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Carlos Xavier, estará presente ao evento. O encontro vai reunir ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal, presidentes de Tribunais, desembargadores, juízes e promotores de todo o País.

No dia 9 haverá às 19h30 a sessão solene de abertura, no auditório do Hotel Alice Vitória. O ministro Luiz Octávio Pires e Albuquerque Galloti, presidente do STF, é o convidado de honra do evento. A Mesa de trabalhos será composta ainda, pelo dirigente da Associação de Magistrados Brasileiros, Francisco de Paula Xavier Neto, e pelo presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo, Des. Arions Vasconcelos Ribeiro.

O Congresso de Magistrados terá como conferencistas, também, parlamentares, religiosos, diplomatas e personalidades de destaque na sociedade brasileira. No dia 10, os trabalhos serão abertos com a palestra do arcebispo, D. Luciano Mendes de Almeida, que vai falar sobre "Fundamentos Éticos da Sociedade". A partir das 10 horas haverá o painel "O Controle Externo da Magistratura". Participarão como expositores o senador Josaphat Marinho e os ministros Carlos Mário Velloso e Hélio Mosimann.

Ainda no dia 10, à tarde, será realizada conferência sobre "Direito Ambiental" e vários painéis. No último dia de congresso serão debatidos os temas: Direitos Fundamentais da Pessoa Humana e o Iluminismo – Uma Questão Atual; O Poder Judiciário e a Revisão Constitucional. Em seguida haverá um painel sobre Informática. À tarde, em sessão plenária, serão votadas as conclusões do congresso.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lêda Carvalho, Maucori Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 1º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/0.268 - Telex: 3116

Prossegue Semana de Criminologia

"Meninos de Rua: qual a solução?" é o tema a ser apresentado, hoje, durante a XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, promovida pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Além do jurista italiano Giuseppe Benvenuti, participam do debate os juízes Luiz Carlos Figueiredo, Ozael Veloso e Celmiro Guimão, da Infância e Juventude, os advogados Djalma Raposo e Maria Helena Barreto Campelo, além de Geralda Farias e Ana Vasconcelos, respectivamente presidenta da Legião Assistencial do Recife e diretora da Casa de Passagem.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 164

Diário Oficial

Encontro discute revisão constitucional

O chefe da Corte de Justiça pernambucana, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, estará participando, a partir de sexta-feira, do encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, que será realizado no Rio de Janeiro, no centro de convenções do Hotel Copa D'Or. O objetivo do evento é discutir a revisão constitucional.

Carlos Xavier analisa deliberações do colégio

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gouveia

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Manoel Chaves e Christianne Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DIÁRIO

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8.268 - Telex 3135.

Na última reunião do Colégio, no mês de junho, em São Paulo, foram adotadas algumas deliberações como a de manter o juiz de paz como auxiliar da Justiça, nomeado pelo presidente do TJ, por indicação do juiz da Comarca e a de aprovar o entendimento segundo o qual o candidato a ingressar na magistratura não seja aposentado por qualquer órgão público.

Sobre a revisão constitucional, discutiu-se que, além dos princípios enumerados no artigo 60, parágrafo 4º da Constituição federal, os princípios fundamentais a que se referem os artigos 1º a 4º da Carta Magna não devem ser incluídos na reforma.

Para este encontro, já estão confirmadas as presenças de presidentes de tribunais de todo o país. Entre eles, os do Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso. Dessa reunião, sairá a proposta da magistratura para a reforma constitucional. Nos dias 8 e 9 de outubro, essa proposta será entregue em Brasília.

Grupo de canto participa de festival

O Coral do Tribunal de Justiça vai se apresentar amanhã, no Teatro de Santa Isabel, quando se inicia o V Festival Nacional de Corais, que será realizado em Pernambuco, entre 02 e 05 deste mês. Nos dias 02 e 03, o público poderá assistir às apresentações no Teatro de Santa Isabel. Nos dias seguintes, os grupos estarão no Teatro Guararapes do Centro de Convenções.

Corais dos estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina participam do festival, que será realizado sempre a partir das 19h30. A entrada é franca e tem o apoio da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Sesc, Confederação Brasileira de Corais, entre outros órgãos.

CORAL DO TJPE

Com uma média de trinta participantes, o Coral do TJPE é regido pela bacharela em música sacra pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Vilma Gonçalves, e era mais completo à época de existência.

O repertório eclético do grupo permite que agrade a gregos e troianos. Do popular ao erudito, o coral é presença freqüente nas comemorações do Tribunal pernambucano. Por outro lado, os integrantes do grupo (todos funcionários do TJ) têm expandido suas apresentações para outros estados.

A Outra Face de um Magistrado (XIX)

Transmitindo alegria para ganhar felicidade, Dorgival Soares de Souza, antes de ingressar na magistratura em setembro de 1990, foi palhaço de circo, boxeador, jogador de futebol, garçom, professor e advogado militante. Titular e Diretor do Fórum da 1ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão, Dorgival vai revelar amanhã, neste Jornal do Poder Judiciário, todos os lances pitorescos da sua vida, que constituem de forma significante a "outra face de um magistrado".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 1

Diário Oficial

Semana de Criminologia debate "Meninos de Rua"

Essa, pelo menos, é a opinião do jurista italiano Giuseppe Bauvenutti, da Universidade de Gênova. Ele debateu o tema ontem, no XIV Semana de Criminologia e Ciências Afins, realizado na Universidade Católica, pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Presente ao evento, a Cônsul da Itália no Recife, Marcia Pia Verona.

De acordo com o magistrado aposentado e advogado civil militante, o lado negativo do Estatuto é que, enquanto existir a grande distância entre a realidade econômica e jurídica do País, a lei não será efetivamente aplicada e o menor estará sempre desamparado. A consequência mais grave, disse ele, é que isso gera a convicção de que uma lei pode ser desrespeitada.

A Lei 1089 — Estatuto da Criança e do Adolescente — é por demais avançada e digna de estar no mesmo nível da legislação de outros países mais desenvolvidos. Mas precisa de ajustamentos para se adaptar ao momento histórico-social do Brasil. Não se pode falar em liberdade e em princípios éticos quando se vive na extrema pobreza e se morre de fome.

Estatuto gera controvérsia, admite Luís Carlos

Giuseppe reconhece avanços do Estatuto da Criança

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Zimbaldo

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élcio Rezende Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Christianne Aleixo.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.393 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3811/98-288 - Telex: 1116.

Na sua opinião, o Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje, é apenas um álibi para permitir a atividade criminosa do menor delinqüente. "Aliás, o menino delinqüente brasileiro é menor somente na pouca idade e não pode ser comparado ao conceito geral de menino de um país civilizado".

O magistrado, contudo, entende que o menor de rua brasileiro se faz delinqüente por causa das condições em que vive: "com uma família violenta, com fome e sem cultura, ele só pode mesmo entender a linguagem da violência".

Soluções, para Giuseppe Benvenutti, só a longo prazo e que sejam respeitados os mandamentos constitucionais da educação, alimentação, saúde, emprego, segurança e moradia. "De imediato, que seja fortalecido o dever de todos de respeitar a lei".

PROTEÇÃO INTEGRAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente vai completar três anos em outubro. Foi resultado da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, realizada em 1990, com a participação de 93 países. O Encontro preconizava a Doutrina da Proteção Integral da ONU e o Brasil foi o primeiro dos países signatários a criar uma legislação específica, em substituição ao Código de Menor.

Hoje, apesar da controvérsia, proporcionando debates entre opositores e defensores, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido copiado por países do mundo inteiro, que apesar de terem participado da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças ainda estão em fase de elaboração de uma nova doutrina para o jovem.

De acordo com o presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, Luís Carlos de Barros Figueirêdo, juiz da 2ª Vara da Infância e Adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente não pode ser visto como uma lei de consumidor, que apenas proporciona direitos mas também deveres. Pelo contrário, disse ele, a 8069 é muito mais rígida do que o ultrapassado Código de Menor.

A grande crítica em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente é de que a lei é sofisticada para a realidade brasileira, onde se adequando aos países de primeiro mundo. Luís Carlos, no entanto, contesta, mesmo que nações adiantadas precisam de mecanismos de tipo. "Lá, os direitos são respeitados, principalmente os mais desprovidos. O Estatuto realmente veio até para países terceiro mundo, como o Brasil.

ESTATÍSTICA

Na opinião do magistrado o Estatuto da Criança e Adolescente trouxe um conceito respeito aos direitos do cidadão. "Ao não permitir o recolhimento indiscriminado da criança, a 8069 não só beneficia o menor que não é preso sem motivo, como também beneficia a sociedade a médio prazo, que se vê livre de mais um marginal, formado dentro dos sistemas de internação".

A falha do Estatuto está na sua doutrina. O que falta é vontade política, na opinião de Luís Carlos, para que haja efetivo cumprimento da lei de forma que os aplicadores da leis dentro dos critérios legais as fugas sejam evitadas e a internação seja educadora. "Para que isso aconteça, o sistema funcione".

Dados fornecidos pela Vara da Infância e Adolescência comprovam que 70 a 75% dos menores que se encontram nas ruas recifenses fazem uso de drogas: 20% praticam eventuais pequenas infrações que podem ser resolvidas em regime de liberdade assistida; somente 5 a 10% restantes são infratores graves.

A lei brasileira que versa sobre a criança e o adolescente tem sido copiada por países do mundo inteiro, sinônimo de uma melhor legislação sobre o assunto. Apesar disso, controvérsias, debates entre opositores e defensores.

Encontro Nacional de Presidentes

O presidente do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Carlos Xavier, viajou ontem para o Rio de Janeiro, onde participa hoje e amanhã do Encontro Nacional de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. Como chefe da Corte de Justiça estadual, o magistrado tem participado de vários eventos dessa natureza. Recentemente, esteve na cidade de Triunfo, durante o I Encontro de Juízes de 1ª e 2ª entrâncias do Estado. Na segunda página, a íntegra do discurso pronunciado pelo juiz da comarca, Marcos Antônio Nery de Azevedo, na oportunidade.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 03 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 165

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XIX)

Dorgival Soares de Souza

"O palhaço o que é?" — Pelo velho e popularíssimo refrão circense, o palhaço é conhecido pandegamente como "ladrão de mulé." Porém, no caso de Dorgival Soares de Souza, o jovem artista de pernas de pau não passava de um modesto estudante do Colégio Técnico Agamenon Magalhães, na Encruzilhada, sempre empenhado em ganhar um dinheirinho extra para ajudar nas dificuldades financeiras do pai desempregado.

Depois de tentar a vida profissional como ajudante de carpintaria, mocinho, entalador, servente de pedreiro, carregador de feira e tirador de carruagem, ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros com 17 anos de idade, para deixar o serviço ativo da Marinha de Guerra, onze anos depois, no posto de Cabo Eletricista. Era Maceió, servindo na Capitania dos Portos e, casado com Dive Ferreira de Souza, defendeu as cores do São Domingos Futebol Clube como zagueiro central, enquanto estudava para o vestibular de Direito.

Orgulha-se de ter sido o primeiro aluno da Escola Superior da Magistratura em Pernambuco; seu grande sonho realizado para respaldo de conhecimento jurídico na sua carreira de magistrado, brilhantemente iniciada através de concurso público, em setembro de 1990.

Na Marinha & Nos Esportes

Natural do Recife, Dorgival Soares nasceu aos anos 50 em Nova Descoberta, Casa Amarela. Seu pai, Severino Ramos de Souza, era tenrão de Oiton Bezerra de Melo e casado com Dorsilce Soares de Souza. Depois de fazer as primeiras letras com o professor Martins e dona Hosana, cursou o primário no Ateneu Humberto de Campos e o ginásio no Colégio Técnico da Encruzilhada. Em função das dificuldades financeiras da família, envolveu-se em uma série de pequenas ocupações, numa preocupação obstinada de levar dinheiro para casa. Em maio de 1968, foi promovido a marinheiro e se apresentou ao Cruzador Barroso, embarcando para viagens internacionais de instrução, num total de 6.857 milhas, tocando em Cadiz, Lisboa, Cabo Verde, Tenerife, Santa Cruz e Dakar. Em 1970 se apresentou no Centro de Instrução Almirante Wandelkolk, na Ilha das Cobras, para se especializar em eletricidade. Transferido para a Corveta Ipiranga em 1971, retornou ao Recife para prestar serviço na Estação Rádio Pina e Prefeitura Naval. Como motorista do III Distrito Naval — à disposição do capitão-de-Mar-e-Guerra Hélio Barreto — submeteu-se aos exames do Seletivo do Primeiro Grau.

Em 1979, justamente com a sua querida esposa, concluiu seu curso na Faculdade de Direito do Recife. Complementando sua renda familiar, ao final dos estudos, trabalhava aos sábados e domingos como garçon em Olinda, nos restaurantes Sambeá e Rainha do Mar.

Como atleta amador e profissional, jogou no São Domingos e Guarani em Alagoas. No Rio de Janeiro foi boxeador, obtendo expressivas vitórias e algumas inesquecíveis derrotas. A mais histórica que já levou no ringue, aconteceu diante do lutador baiano, famoso fuzileiro naval chamado Wilson. Em Cabo Verde conquistou o título de campeão em sua categoria. Pratica vôlei, ciclismo, automobilismo e tenis pelo Esport Club do Recife, mantendo uma tradição que vem dos seus avós.

Dorgival na Escola de Aprendizes Marinheiros-PE

Na Magistratura

Advogado militante por mais de dez anos, inclusive de Sindicatos de Trabalhadores, dos Arrumadores do Porto e dos Estivadores em Pernambuco e Alagoas, Dorgival Soares atendeu aos Trabalhadores Rurais em São Miguel dos Campos (AL) e aos Trabalhadores em Tecelagem de Paulista (PE), Sindicato de Bebidas e Cervejas, da Saúde e dos Policiais Civis em Pernambuco. É professor licenciado da cadeira de Processo do Trabalho da Faculdade de Direito de Olinda e ingressou na magistratura como juiz, nas Comarcas de Petrolândia, Rio Formoso e Barreiros, por duas vezes.

Foi juiz instalador da Comarca de São José da Coroa Grande e da Vara Criminal de Vitória de Santo Antão, acumulando Gravatá e Moreno. Atualmente é titular e diretor do Fórum da 1ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão.

Diva e Dorgival têm três filhos: Dorgivan, Dorcert e Dorgival Júnior, que já se destacam como seguidores do talento e das aptidões dos pais, tanto no estudo como na arte e no esporte.

Detentor de títulos de cidadania de Vitória de Santo Antão, Pombos, Rio Formoso e Barreiros, confessa ter vivido durante a outorga dessas homenagens, os mais emocionantes momentos de sua vida na magistratura. Como fuzileiro naval, jamais esquecerá o trifke que entrou no estuário do rio Tejo em Lisboa, quando o sinal do poder de Deus apareceu diante de todos com a chegada da bonança.

Dorgival com a Medalha do Mérito Judiciário Militar

Colaborador Emérito

O Juiz Enéas Bezerra Barros recebeu a Medalha e Diploma de "Colaborador Emérito do Exército". O magistrado atua como Juiz de Direito no Juizado Especial de Pequenas Causas do Rosarinho e é Corregedor Regional Eleitoral.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 04 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 167

Diário Oficial

Pleno aprecia projeto de servidor

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça é apreciado segunda-feira pela manhã, em reunião plenária. O projeto inclui o servidor do TJ, dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e das Comarcas de 1ª e 2ª entrâncias.

A matéria sofreu modificação à última hora, excluindo da proposta o funcionário do Fórum da Capital, beneficiado através de projeto específico da categoria, cujo veto governamental foi derrubado quarta-feira, pela Assembléia Legislativa.

A modificação, contudo, não afeta o objetivo principal do projeto que é trazer, não apenas melhoria salarial, mas progressão funcional. Durante toda carreira, o servidor passa por um processo de avaliação de desempenho, sendo classificado em níveis de zero a cinco anos de serviço, de cinco a dez e acima de dez anos de atividade no Poder Judiciário.

Pelo projeto, a atual estrutura funcional do Tribunal de Justiça, que data de 1973, passa a dispor de apenas três grupos: o de técnico-administrativo, o grupo judiciário e o de assessoramento e direção. O plano não prevê nenhum cargo isolado. A comissão encarregada de elaboração dos trabalhos foi presidida pelo juiz Jovaldo Nunes.

Assessores do TJ participaram da elaboração do plano

RESULTADO POSITIVO

De acordo com o magistrado, a priorização do funcionário reflete de forma positiva no serviço prestado pela Justiça à população pernambucana. Ele disse que o projeto prevê a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valorização do servidor através de cursos e acompanhamento da vida funcional.

O trabalho de elaboração do plano começou em maio e foi executado por uma comissão especializada, integrada por servidores do Judiciário e Executivo. O grupo teve o cuidado de manter uma coerência entre a necessidade do serventuário e a disponibilidade financeira do Estado, evitando oferecer proposta que venha onerar os cofres públicos em demasia.

Inicialmente, o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal não contemplava o servidor do Fórum da Capital, cujo projeto específico já tinha sido aprovado pela Assembléia. Posteriormente, com o veto governamental à proposta da Corregedoria, o TJ concordou com a inclusão do pessoal. Finalmente, retirado da proposta quando o Poder Legislativo rejeitou o veto.

A comissão que elaborou o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça esteve formada pelo juiz Jovaldo Nunes (presidente), pela assessora de planejamento Silvana Maria Oriá, Ana Maria Leite, Célia Gomes de Morais, Ângela Maria Alves de Souza, Maria Cristina de Oliveira, Maria das Graças Lavor, Gedália Paes Barreto e Gisela Pires.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Silvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Glauco e Christiane Alcântara

Fotógrafo:
Josué Barbosa

Diagramação:
Hélio Gonçalves e Celsos Dias
L.192 - DET/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 421.3811/8.288 - Telex 5136.

Presidente vai a seminário em Blumenau

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, participa, de 13 a 17 deste mês, do XX Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil. A reunião, promovida pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-IRIB, será realizada na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, e contará com a presença de magistrados de todo o País.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 09 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 168

Diário Oficial

Estudantes de Direito visitam TJ

O intercâmbio entre os estudantes do curso de Direito da Universidade Católica e a presidência do Tribunal de Justiça tem contribuído para aproximar os universitários da realidade vivenciada no dia-a-dia por aqueles que integram o Poder Judiciário. Essa opinião é do presidente do TJ, Carlos Xavier, que na semana passada recebeu a visita de 15 alunos do último período do curso.

Carlos Xavier fala aos universitários no Salão Nobre do Palácio da Justiça

Durante a conversa com o presidente, em seu gabinete, os estudantes ouviram do magistrado ensinamentos sobre a carreira que escolheram. "Vocês devem ter em mente, em primeiro lugar, a defesa do Direito, a Justiça tem que emergar bem e estar a serviço do cidadão de bem", disse o desembargador. Ao fazer essas observações, Carlos Xavier lembrou que cabe aos novos profissionais manter esses princípios de forma entrosada com os avanços tecnológicos.

Ana Paula Albuquerque de Melo, uma das integrantes da equipe, afirmou que esse tipo de relacionamento deveria ocorrer com mais freqüência. "Eu nunca tinha conversado com um desembargador antes, e agora estou ouvindo o presidente do Tribunal falar sobre sua experiência como magistrado". Outros estudantes concordaram com a estudante e destacaram que a conversa foi esclarecedora e importante para suas atividades futuras.

Os estudantes estavam acompanhados do professor Fernando Lapa. Segundo informou, todos os anos ele repete essa visita com os alunos do último período do curso. Na ocasião, eles visitaram também o Salão Nobre do Palácio.

Concurso de juiz: 172 aprovados na 3ª fase

Os cento e setenta e dois candidatos classificados na prova prática do concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância poderão fazer suas Inscrições Definitivas a partir da próxima segunda-feira, dia 13. Os concorrentes a uma das cerca de 240 vagas para cargo de juiz devem se dirigir ao Departamento de Jurisprudência e Publicações, das 13h às 16 horas, no 3º andar do Palácio da Justiça.

Fizeram a prova prática — uma sentença civil e outra criminal — 303 candidatos, tendo sido aprovados 172. No ato da Inscrição Definitiva os classificados devem apresentar comprovante de que estão em dia com o serviço militar (no caso dos candidatos do sexo masculino), título de eleitor, certidão que comprove prática forense de no mínimo dois anos como advogado, membro do Ministério Público, comprovante da inexistência de antecedentes criminais e atestado de idoneidade moral e civil.

As próximas etapas incluem o exame psicotécnico, uma entrevista com a Comissão Examinadora e, finalmente, a prova oral, cujo tema será sorteado com 24 horas de antecedência. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, se o número de aprovados na fase final não for suficiente para preencher as mais de 200 vagas, novo concurso será realizado.

A falta de juízes tem sido um dos principais problemas enfrentados pelo Judiciário estadual. Essa defasagem fica clara quando se observa o volume de processos em tramitação nas Comarcas e Varas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Élbio Ramos Gabrio

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Manoel Blanco e Christiane Andrade

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DIÁRIO

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424 3611/0-268 - Telex: 3136.

Presidente prestigia encontros de magistrados do Brasil

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, viajou ontem para Vitória, no Espírito Santo, onde vai participar do seminário que reúne Magistrados de todo País para discutir a revisão constitucional. Em seguida, o desembargador-presidente embarca para Blumenau, em Santa Catarina, onde acontecerá o XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, de 13 a 17 deste mês. Promovido pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-IRIB, o evento reunirá magistrados e serventuários de Justiça de diversas cidades brasileiras.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 169

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XX)

Enéas Bezerra Barros

Ao receber o Diploma de Colaborador Emérito do Exército

Enéas Barros, eleito por unanimidade para exercer o cargo de Corregedor Regional Eleitoral do TRE, e mais recentemente, designado para as funções de Corregedor Geral dos Presídios — 2ª Vara de Execuções Penais — através de ato da Presidência do Poder Judiciário, responde atualmente pelo I Juizado Especial de Pequenas Causas do Recife.

Alagoano de Maceió, transferiu-se ainda estudante para a cidade de João Pessoa, onde em 1962 se diplomou em Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

Não obstante as mais altas e relevantes funções desempenhadas na magistratura, Enéas Barros, em nenhum instante sentiu arrefecer sua vocação pela prática do radioamadorismo, onde alcançou com brilhantismo o posto de Presidente Nacional na Faixa de Cidadão, através do seu vitorioso prefixo PY7-CBS. Sensível à música, estudou violino durante nove anos, e ainda hoje não se faz de rogado, interpretando canções românticas, especialmente nas serenatas promovidas pelo desembargador Mauro Jordão.

ESCOLARIDADE & ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Filho de Enéas Barros Filho (bancário) e Henorina Bezerra Barros (prendas domésticas), Enéas Barros é natural de Maceió, iniciando seus estudos de primeiro grau no Colégio Diocesano dos Irmãos Maristas e Colégio "Guido de Font Gallant" do padre Teófanes de Barros, Rio João Pessoa. Ingressou na Escola Técnica de Comércio Epitácio Pessoa, diplomando-se em Contabilidade. Antes de concluir o curso superior, desempenhou as funções de auxiliar de escritório, contabilista e escriturário do Banco da Lavoura de Minas Gerais nas agências das capitais do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Barros atividades comerciais como sócio de Souza & Barros e Bezerra & Barros, assumindo em 1960 a Diretoria Geral do Departamento dos Presídios Padrão "T" e Delegacia Especial de Investigações e Capturas (DIC) e de Ordem Política, Social e Econômica de João Pessoa-PB. Exerceu a advocacia nos Foros de João Pessoa, Maceió e Recife. No Estado do Poder Judiciário em Pernambuco, como Juiz de Direito de 1ª Entrância, foi titular da Comarca de Sarrita e dos Termos Judiciários Sítio dos Moraes e Cedro. Atuou na Comarca de Salgueiro com exercício cumulativo nas de Sarrita, Verdejante e Carnaubá. Depois de Marial, acumulando a Comarca de Quipapá (68-70); passou a Juiz Eleitoral no Termo Judiciário da cidade de Jurema, pertencente a Lajedo (1962). Ainda como Juiz de 1ª Entrância ganhou a titularidade da Comarca de Parnamirim, acumulando Sarrita, Salgueiro e os Termos Judiciários de Terra Nova, Sítio dos Moraes e Cedro.

Como Juiz de Direito de 2ª Entrância, Enéas Barros assumiu a Comarca de Caruaru com exercício cumulativo em Parnamirim, Sarrita, Salgueiro, Araripina e nos Termos Judiciários de Ipubi, Terra Nova, Sítio dos Moraes, Cedro e Trindade (1974-1976). Em 1976, titularizou-se como Juiz de 2ª Vara Cível da Comarca de Olinda. Como Juiz de Direito Eleitoral, teve elogiosa atuação como Plenarista nas Comarcas e Zonas Eleitorais de Paulista, Igarassu e Goiana, sendo casa com Terceiro Judiciários de Abreu e Lima e Itamaracá, no longo de 1981 a 1982. Nas eleições para a Presidência da República em 1989, desenvolveu um trabalho memória como Juiz Coordenador da Propaganda Eleitoral na área do Poder Judiciário Federal.

Enéas Barros em suas atividades docentes, se destacou como Professor de Portugués, Direito Usual, Moral e Cívica, lecionando na Universidade Católica de Pernambuco, as cadeiras de Direito Processual, Civil, Penal, Direito Penal e Direito Processual Penal. Ainda na UNICAP lecionou em 1979 a cadeira de Noções de Direito no Curso de Jornalismo.

ESPORTE & ARTE

Enéas Barros guarda uma frustração de não ter sido aproveitado como locutor da Rádio Difusora de Alagoas, onde se submeteu a um teste nos idos de 1950. Aluno de violino, colaborou em Maceió com as novidades teatrais dirigidas por Linda Mascarenhas, da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino. Não se atreve confessar aos íntimos, mas as doces harmonias que tirava do seu instrumento, segundo ele, "serviam muito bem para cafuzinar os corações femininos".

Tem dois filhos, Eduardo Rodrigues Barros (30) e Frederico Rodrigues Barros (23), sabendo se Fred — ex-campeão brasileiro de surf — realizar um seu antigo sonho esportivo da mocidade, que era ser atleta olímpico como campeão de remo.

Como colaborador, interferiu num SOS de um sargento italiano, com problema de audição nos equipamentos de transmissão, fora de conta transferir. Contactou a Capitania dos Portos e o barco foi salvo.

Entendendo a aposentadoria como uma ato dos deuses - segundo um irmão Euclides — gostaria dedicar-se de arte chaves, a receita de uma feijoada completa, que ele próprio administra. Felizes os que são convidados para o almoço do magistrado.

Enéas Barros como Delegado do DOPSE na Paraíba em 1962

Inscrição definitiva

Começa segunda-feira o prazo de inscrição definitiva do Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, em fase de realização no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Os 172 aprovados na etapa anterior têm 10 dias para apresentar título de eleitor, certidão de dois anos de prática forense, atestado de idoneidade moral e civil e comprovantes de inexistência de antecedentes criminais, de estar em dia com o serviço militar (candidatos masculinos) e de ser membro do Ministério Público.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 11 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 170

Diário Oficial

Projeto tem redação final

Encontra-se na Comissão de Organização Judiciária o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça. Apreciado segunda-feira passada pelo pleno, o projeto recebeu diversas emendas para aprimoramento, algumas delas oferecidas pelos desembargadores Etério Ramos Galvão, Benildes Ribeiro e Belém de Alencar.

O Plano recebe agora redação final dos integrantes da Comissão de Organização Judiciária, Itamar Pereira, Artur Pio e Agenor Ferreira, sendo levado novamente a plenário para votação. Caso obtenha maioria de votos favoráveis dos desembargadores presentes, o projeto segue para a Assembléia Legislativa.

Se for aprovado pelos deputados, passa ainda pela apreciação do governador Joaquim Francisco. Se não sofrer nenhum entrave na tramitação, o projeto pode ser implantado até outubro, segundo expectativa do juiz Jovaldo Nunes, que presidiu a comissão encarregada de elaborar a proposta inicial.

OFICIALIZAÇÃO

Enquanto o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça beneficia também o pessoal oficializado das comarcas de 1ª e 2ª entrâncias, o da Corregedoria Geral — já transformado em lei — contempla o funcionário do Fórum da Capital, englobando assim quase todos os servidores do Poder Judiciário pernambucano, que passam a ter melhorias funcional e salarial.

Mesmo assim, ainda ficam de fora cerca de 700 serventuários da Justiça, que trabalham em 179 escrivanias não oficializadas do interior do Estado. Apesar de concursados e contribuintes da previdência social, eles são remunerados pela escrivania local, através das custas processuais e não pelo governo pernambucano, como acontece no serviço oficializado.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, pretende corrigir a diferença até final de sua gestão, em fevereiro do próximo ano, cumprindo determinação constitucional. Os cartórios não oficializados são anteriores à Carta Magna de 88.

A Corregedoria Geral da Justiça elaborou projeto de oficialização das escrivanias, já entregue à Comissão de Organização Judiciária para apreciação. A presidência do Tribunal também dispõe de sugestões nesse sentido, propostas por comissão especial, que podem ser aproveitadas como emendas ou substitutivo, conforme ressalta o juiz Jovaldo Nunes.

O projeto vai seguir o mesmo trâmite do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos: apreciação e votação pelo pleno, apreciação e votação pela Assembléia Legislativa e aprovação ou veto governamental. Entrando em vigor, as custas judiciais passam a ser depositadas em conta bancária do Estado e os serventuários pagos diretamente pelo governo pernambucano.

Des. Itamar Pereira, presidente da Comissão de Organização Judiciária

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Chateaubriand Medeiros.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Mila Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/0-268 - Telex: 3116.

Presidente do TJ participa de encontro

O XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis iniciado ontem, em Blumenau, Santa Catarina, será encerrado na próxima sexta-feira. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Carlos Xavier, se encontra naquela cidade participando do evento. Promovido pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-Irib, o seminário reúne magistrados de diversas cidades brasileiras. Durante esse período o desembargador Francisco de Sá Sampaio, vice-presidente está respondendo pela presidência.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 171

Diário Oficial

As inscrições para o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil continuam abertas até o dia 30 deste mês. Os coordenadores do evento instalaram mais um posto de inscrição, desde a semana passada, na sobreloja do Fórum Paula Batista. Os interessados podem procurar, também, a Escola Superior da Magistratura ou ainda as agências dos Correios e se inscreverem mediante o pagamento de taxa, no valor de CR$ 5.900 para os profissionais e CR$ 5.200 os estudantes.

Simpósio de Direito Civil começa dia 30

No Fórum Paula Batista as inscrições podem ser feitas durante todo o dia

O Simpósio será realizado no Centro de Convenções, de 30 deste mês a 2 de outubro. Segundo o juiz Geraldo Og Fernandes, o número de estudantes, advogados e magistrados que vai participar do encontro é grande. "Tem pessoas de outros Estados inscritas, o que comprova o grande interesse pelo evento" destacou.

A abertura, no dia 30, será às 17 horas, com o lançamento do 7º volume do livro de Estudos Jurídicos. Em seguida acontecem duas conferências, com os doutores Silvio Rodrigues e Ada Pellegrini Grinover. À noite a programação será encerrada com a apresentação do Balé Popular do Recife.

As conferências do dia primeiro serão iniciadas às 8h30. Os debates irão enfocar "O Dano como Elemento da Responsabilidade Civil"; "Dano Patrimonial, Moral, Ecológico e Atômico"; "Nexo de Causalidade Adequada"; "Rompimento do Nexo Causal"; "Responsabilidades Especiais". À tarde o tema central será "Lei do Inquilinato" e em seguida "Processo Cautelar".

JPCs mantêm conciliação acima de 80%

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas instalados há pouco mais de um ano no interior do Estado, nas cidades de Petrolina e Caruaru, e exemplo dos núcleos da capital, e da Região Metropolitana, vêm mantendo índice de conciliação acima de 80%. Esse número foi enviado ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, pelos juízes coordenadores dos respectivos JPCs.

A rápida tramitação dos processos, encaminhados aos juizados, tem contribuído para que a população aprove esse serviço oferecido pelo Judiciário. No JPC de Petrolina foram registradas, desde a inauguração em janeiro do ano passado, 2.281 reclamações, sendo que em 1.097 houve conciliação (acordo amigável entre as partes). A maioria dos casos diz respeito a pagamento de pensão alimentícia.

Em Caruaru, as queixas registradas no Juizado de Pequenas Causas desde que foi inaugurado há cerca de um ano e meio, chegam a 1.678. Desse total 923 chegaram a um acordo satisfatório. A cobrança de dívidas atinge o maior índice de casos registrados, chegando a 65%. Dos 702 processos, em 327 houve conciliação e apenas 122 continuam em aberto.

Os Juizados, com exceção de Petrolina, atendem nos três turnos. Neles são registradas causas que não ultrapassam 20 salários mínimos. Atualmente estão funcionando, em todo o Estado, dez juizados. Caso o projeto enviado pelo Tribunal para apreciação na Assembléia Legislativa seja aprovado, serão criados mais seis, sendo três no interior e três no Recife.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Rubens Ramos Galvão

Assessor de Imprensa: Aldemar Paiva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Milo Gonçalves e Celeste Dias

Redação: Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.000 - Fone: 424.3811/98/288 - Telex 3116.

Juiz incentiva leitura

O juiz de Maraial, Elio Braz Mendes, pretende incentivar o hábito da leitura na cidade. Ele afirma que tem entrado em contato com a Prefeitura para que sejam instaladas bibliotecas nas escolas municipais. O juiz promete, ainda, que irá doar uma coleção de trinta livros infanto-juvenis às bibliotecas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 172

Diário Oficial

Plano incrementa trabalho do NRH

LINHAS DE FRENTE

O Recursos Humanos desenvolve atualmente 2 linhas de frente: área de benefício, coordenada por Laura Argolo, e área de capacitação e treinamento, sob a coordenação de Gisela Santos. Em relação aos benefícios, o núcleo oferece vale-transporte, Pró-Lazer, assistência médica, vale-refeição e serviços do ambulatório.

Além disso, realiza o programa dos estagiários da FUNDAC que, durante a gestão do presidente Carlos Xavier, aumentou de 10 para 15 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos. O estímulo ao Coral do TJPE, que tem se apresentado em diversas solenidades do Tribunal e participado de concursos, é outro trabalho desenvolvido pelo NRH.

De acordo com a diretora, ainda na área de benefícios sociais, o núcleo tem propostas que devem ser apreciadas, como o auxílio-creche, o programa de pré-aposentadoria, e a implantação de um projeto de estagiários de Direito dentro do Tribunal de Justiça.

AMBIENTAÇÃO

Na área de capacitação e treinamento, Gisela Santos explica que está sendo desenvolvido um programa de Ambientação e Integração, que prepara o novo funcionário para que esteja apto a desenvolver sua função e estabelecer boas relações dentro do seu ambiente de trabalho.

"No último concurso realizado pelo TJ, todas as pessoas nomeadas participaram de um treinamento, entretanto, o aspecto negativo é que não podemos oferecer um acompanhamento ao funcionário", afirma a coordenadora.

O Plano do Tribunal de Justiça prevê a criação de uma coordenação de treinamento e capacitação de pessoal do Poder Judiciário, o que oferece perspectivas de incrementação do trabalho que já vem sendo desenvolvido, de acordo com Gisela Santos.

A coordenação, segundo o projeto, inclui programas de formação inicial, de integração à administração do Poder e capacitação relativa à transmissão de conhecimentos e habilidades profissionais. Embora, de uma forma geral, o Plano implemente o trabalho desenvolvido pelo núcleo, existe também uma proposta de avaliação de desempenho, que será uma novidade dentro da progressão funcional realizada pelo Tribunal.

Essa avaliação refere-se especificamente à promoção por merecimento. Assim, para que o funcionário seja promovido por esse critério é necessário que apresente 70% do desempenho para desenvolver bem sua função. "Essa avaliação não será realizada apenas pelo diretor do departamento, por exemplo, mas também, pelos colegas de trabalho", informa a coordenadora de treinamento.

Atualmente, a área de capacitação e treinamento oferece também cursos permanentes de inglês, francês e informática, além de assessorar a Secretaria do Tribunal quanto à lotação e transferência de pessoal.

Laura Argolo e Gisela Santos realizam trabalho nas áreas de benefícios e treinamento

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça de autoria da atual Presidência, que vem sendo apreciado pela Comissão de Organização Judiciária, prevê, além de melhorias funcional e salarial para o funcionário, a incrementação do trabalho de alguns departamentos. Entre eles, o Núcleo de Recursos Humanos.

Criado durante a gestão do desembargador Mauro Jordão, o núcleo não existe de direito, o que, segundo a diretora Laura Argolo e a coordenadora de capacitação e treinamento Gisela Santos, dificulta o trabalho que vem sendo realizado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Délio Barros Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gusmão e Christiano Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Milo Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50010 - Fone: 424.3811/R-268 - Telex: 1116.

Juiz incentiva leitura

O juiz de Maraial, Elio Braz Mendes, pretende incentivar o hábito da leitura na cidade. Ele afirma que tem entrado em contato com a Prefeitura para que sejam instaladas bibliotecas nas escolas municipais. O juiz promete, ainda, que irá doar uma coleção de trinta livros infanto-juvenis às bibliotecas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 172

Diário Oficial

Plano incrementa trabalho do NRH

LINHAS DE FRENTE

O Recursos Humanos desenvolve atualmente 2 linhas de frente: área de benefício, coordenada por Laura Argolo, e área de capacitação e treinamento, sob a coordenação de Gisela Santos. Em relação aos benefícios, o núcleo oferece vale-transporte, Pró-Lazer, assistência médica, vale-refeição e serviços do ambulatório.

Além disso, realiza o programa dos estagiários da FUNDAC que, durante a gestão do presidente Carlos Xavier, aumentou de 10 para 15 adolescentes, com idade entre 14 e 18 anos. O estímulo ao Coral do TJPE, que tem se apresentado em diversas solenidades do Tribunal e participado de concursos, é outro trabalho desenvolvido pelo NRH.

De acordo com a diretora, ainda na área de benefícios sociais, o núcleo tem propostas que devem ser apreciadas, como o auxílio-creche, o programa de pré-aposentadoria, e a implantação de um projeto de estagiários de Direito dentro do Tribunal de Justiça.

AMBIENTAÇÃO

Na área de capacitação e treinamento, Gisela Santos explica que está sendo desenvolvido um programa de Ambientação e Integração, que prepara o novo funcionário para que esteja apto a desenvolver sua função e estabelecer boas relações dentro do seu ambiente de trabalho.

"No último concurso realizado pelo TJ, todas as pessoas nomeadas participaram de um treinamento, entretanto, o aspecto negativo é que não podemos oferecer um acompanhamento ao funcionário", afirma a coordenadora.

O Plano do Tribunal de Justiça prevê a criação de uma coordenação de treinamento e capacitação de pessoal do Poder Judiciário, o que oferece perspectivas de incrementação do trabalho que já vem sendo desenvolvido, de acordo com Gisela Santos.

A coordenação, segundo o projeto, inclui programas de formação inicial, de integração à administração do Poder e capacitação relativa à transmissão de conhecimentos e habilidades profissionais. Embora, de uma forma geral, o Plano implemente o trabalho desenvolvido pelo núcleo, existe também uma proposta de avaliação de desempenho, que será uma novidade dentro da progressão funcional realizada pelo Tribunal.

Essa avaliação refere-se especificamente à promoção por merecimento. Assim, para que o funcionário seja promovido por esse critério é necessário que apresente 70% do desempenho para desenvolver bem sua função. "Essa avaliação não será realizada apenas pelo diretor do departamento, por exemplo, mas também, pelos colegas de trabalho", informa a coordenadora de treinamento.

Atualmente, a área de capacitação e treinamento oferece também cursos permanentes de inglês, francês e informática, além de assessorar a Secretaria do Tribunal quanto à lotação e transferência de pessoal.

Laura Argolo e Gisela Santos realizam trabalho nas áreas de benefícios e treinamento

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça de autoria da atual Presidência, que vem sendo apreciado pela Comissão de Organização Judiciária, prevê, além de melhorias funcional e salarial para o funcionário, a incrementação do trabalho de alguns departamentos. Entre eles, o Núcleo de Recursos Humanos.

Criado durante a gestão do desembargador Mauro Jordão, o núcleo não existe de direito, o que, segundo a diretora Laura Argolo e a coordenadora de capacitação e treinamento Gisela Santos, dificulta o trabalho que vem sendo realizado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ênio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Albuquerque

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mila Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-3811/R-368 - Telex: 1116.

A outra face de um magistrado (XXI)

Identificado com a natureza humana, Élio Braz Mendes, trocou a Psicologia pelo Direito, certo de que seu compromisso com o social dentro da magistratura, poderá levá-lo a um trabalho de maior amplitude com a comunidade. Intimamente ligado às artes e ciências, depois de interpretar "Hamlet" com o Grupo "Alquimia por Enquanto," prosseguiu com outras experiências teatrais, até consolidar sua vocação para o judiciário, assumindo em janeiro de 1993 a Comarca de Marsial, que, segundo sua avaliação sincera, é a "sua primeira experiência e sua primeira comunidade." O juiz Élio Braz Mendes é o homenageado do Jornal do Judiciário, com especial enfoque na edição desta sexta-feira 18, em "A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO."

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 173

Diário Oficial

Aumenta nº de atendimentos no ambulatório

Em agosto, a equipe atendeu 325 pacientes

ANO	ATENDIMENTOS		TOTAL
	MÉDICOS	ODONTOLÓGICOS	
1990	1.412	3.063	4.745
1991	2.797	3.550	6.347
1992	4.656	5.763	10.419

A cada ano que passa, o Ambulatório Médico-odontológico do Tribunal de Justiça de Pernambuco é mais procurado pelos servidores da Justiça. Só no mês de agosto deste ano, por exemplo, foram 325 atendimentos médicos e 1.039 trabalhos odontológicos realizados.

Inaugurado em 1990, o Ambulatório "Desembargador Ângelo Jordão de Vasconcelos Filho" registrou mais de 20 mil atendimentos médico-odontológicos nos três primeiros anos de funcionamento. Observando os números, constata-se que a procura pelos serviços do Ambulatório tem crescido numa média de 50% a cada ano (Ver quadro demonstrativo).Segundo o Coordenador Geral dos serviços de saúde do TJPE, Ângelo Jordão de Vasconcelos Sobrinho, o crescimento da demanda é devido à qualidade dos trabalhos realizados no Ambulatório. "Sem contar que os serviços médicos, desde o ano passado, foram ampliados para os funcionários do Fórum", acrescentou.

Ângelo Jordão disse ainda que o ambulatório também tem sido responsável pelos exames médicos dos candidatos aprovados aos concursos realizados pelo TJ para juiz de Direito. "Neste momento, estamos realizando os exames dos 172 bacharéis classificados no atual concurso público", afirmou o Coordenador.

O Ambulatório atende no horário das 7:30 às 18 horas, com especialidades nas áreas de clínica médica, pediatria, cirurgia geral, cardiologia, ginecologia/obstetrícia, cirurgia vascular, otorrinolaringologia e todo tipo de atendimento odontológico, além dos serviços de urgência.

O crescimento dos serviços do Ambulatório fez com que a Coordenação elaborasse um projeto de informatização do setor. A idéia é que o sistema fosse integrado ao Tribunal de Justiça. "Assim, o funcionário poderia marcar sua consulta no próprio Tribunal", afirma Ângelo Jordão.

Encontro reúne Juízes, Promotores e Técnicos

Amanhã, das 8 às 18h, no Mar Olinda Hotel, em Boa Viagem, acontece o I Encontro de Juízes de Direito e Representantes do Ministério Público, com atuação na área da infância e juventude, e de Técnicos da Fundação da Criança e do Adolescente — FUNDAC. O evento vai discutir, entre outros temas, a integração entre os sistemas de Prestação Jurisdicional e de Ação Social.

Outro assunto que será abordado pelos participantes do encontro é a atual ampliação do entendimento sobre a aplicação de medidas sócio-educativas na questão do menor. Durante os debates, a FUNDAC irá divulgar as ações que vem desenvolvendo no atendimento às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social.

A Corregedoria Geral de Justiça está convocando todos os juízes de Direito da Infância e da Juventude, titulares ou em exercício, das Comarcas de Recife, Abreu e Lima, Arcoverde, Cabo, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Petrolina e São Lourenço da Mata para participarem do encontro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Belo Júnior

Vice-Presidente:
Des. Fernando de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élio Braz Mendes Galvão

Assessor de Imprensa
Alfredo Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Manoel Blanco e Cleidiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R.268 - Telex 3116.

Depois de participar do XIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Vitória, Espírito Santo, e do XX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, em Blumenau, Santa Catarina, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, retoma ao Recife no próximo domingo. Xavier também esteve presente ao Encontro Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça, no Rio de Janeiro, onde foram definidas as propostas do Judiciário para a Revisão Constitucional.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 174

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXI)

Élio Braz Mendes

Considerando que as funções burocrática e tecnológica complicam a vida moderna, Élio Braz Mendes — sertanejo de Araripina — trocou o teatro pela advocacia, onde a partir de 1988, exercitou seus primeiros passos na área cível, principalmente no Direito Família. Antes porém, aos 15 anos de idade, transferido para o Recife com a fiel intenção de estudar psicologia ou seguir a carreira diplomática, deixou-se seduzir pelo feitiço do teatro. Elegendo-se presidente do grupo "Alquimia por enquanto", sem fins lucrativos, comungou com os seus músicos e atores da poética de Brecht na busca revolucionária do pensamento do espectador.

Depois de fechar seu consultório de psicologia, sente-se realizado como juiz de 1ª entrância, atuando desde janeiro de 1993 em Maraial, que, segundo seu depoimento é a "primeira comarca, primeira experiência e primeira comunidade".

ÉLIO BRAZ MENDES — psicólogo, ator & magistrado

ÉLIO BRAZ — O ATOR & PSICOTERAPEUTA

Dizem seus extremosos pais — Hermelina e Miguel Braz Sobrinho — que desde criança ao sertão, "Élio perseguia o teatro. Na escola, ainda com 9 anos de idade, interpretou "Hamlet", numa adaptação infantil do consagrado drama de Shakespeare. No Recife, seis anos depois, pôde consolidar sua vocação artística, representando e dirigindo o Grupo "Alquimia por Enquanto", onde duas dezenas de músicos e atores, sem interesse comercial, realizavam um promissor laboratório da arte cênica. Para cultivar a poética revolucionária de Bertold Brecht, abriram auspiciosa temporada com a peça de Gianfrancesco Guarnieri, "Um Grito Parado no Ar". Mesmo não oferecendo um retorno favorável ao espetáculo, a crítica foi unânime em reconhecer o talento histriônico do elenco. De qualquer forma, o sucesso do "Alquimia" através do texto de Guarnieri, reservou um lugar importante para a 1ª Mostra de Teatro Amador da Fetespe.

Depois que os seus músicos e atores seguiram seus destinos, abraçando profissões diversas, o Grupo se dissolveu nos idos de 1988. Élio Braz acredita que, individualmente, é possível que retomem os lugares antigos no teatro, mesmo convicto do envolvimento atual de quase todos eles, com a nova e definitiva atividade que abraçaram. "Fatalmente, a gente vai perdendo o exercício da beleza estética da arte".

Leitor de Fernando Pessoa em "A voz do silêncio — Preceitos áureos de Helena Petrovina Blavatski" — Élio Braz achou que ao seu tempo, a psicologia era o caminho certo. Aconteceu, porém, que só depois de formado, no dia-a-dia do seu consultório como psicoterapeuta, começou a perceber as limitações do mercado. "Meu compromisso com o social me conduziu a seguir minha carreira de fé no Direito".

FRUSTRAÇÃO & MAGISTRATURA

Professor de inglês e estudioso de idioma da França, Élio Braz supunha ao deixar o teatro, que a sua vocação poderia desaguar naturalmente na diplomacia. No entanto, seu entusiasmo foi arrefecendo à medida em que, como advogado, mergulhava apaixonadamente na área cível e no Direito Família. Rapidamente identificado com a magistratura, percebeu que o compromisso com o social tinha melhores condições de desenvolvimento com a comunidade. Encontrou-se enfim pelo Direito, com a capacidade de perceber o aspecto circunstancial de cada ser humano, ao aplicar o conhecimento objetivo da ciência. "Não se pune um réu dentro de uma concepção absoluta de punição. Mesmo rompendo em determinada circunstância um contrato social, ainda assim ele é plenamente recuperável. Sou contrário à pena de morte. Acredito na recuperação do ser humano".

Élio Braz, atualmente como juiz de 1ª entrância em Maraial, acha que tem oportunidade de aplicar os fundamentos básicos da psicologia e do Direito. "Sinto-me satisfeito na minha Comarca, onde realizo um trabalho de atendimento geral à comunidade. As partes procuram constantemente o juiz, pelos mais diversos motivos"

Entusiasta do Direito Internacional, Élio fundou o Centro de Estudos Internacionais da Faculdade de Direito do Recife em 1987. Atuando nas principais áreas da política externa, presidiu o Centro no biênio 1988 — 1989.

Acalentando o sonho de fazer mestrado e assumir no futuro um prestigioso diploma de docente, busca sua especialização em Direito de Família e do Menor. Casado com Maria Gontti Soares Mendes, tem dois filhos: Miguel de dois anos e Clarice de três. "Clarice constitui a minha homenagem a Clarice Lispector, evocando minha eterna paixão pela literatura, responsável pela identificação com a natureza humana".

Imprensa faz palestra

O assessor de imprensa do Tribunal de Justiça, Aldemar Paiva, proferiu palestra sobre "História do Folclore" para magistrados aposentados. O evento aconteceu no Convivium, sala criada há cerca de um ano, pelo então presidente do TJ, des. João David, com o objetivo de se tornar um ponto de reunião entre aqueles que integraram a magistratura pernambucana. O presidente do Tribunal em exercício, des. Francisco de Sá Sampaio, abriu o encontro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 18 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 175

Diário Oficial

Estatuto passado a limpo

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos, que contém regras básicas de funcionamento das Varas da Infância e Juventude, será acrescido de trechos do "Estatuto Passado a Limpo". A autorização para inclusão dos anexos foi dada pelo juiz gaúcho Marcel Esquivel Hoppe. O documento foi elaborado pela equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, sob a supervisão do magistrado.

"Estatuto Passado a Limpo" comenta dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei 8069 — de forma simplificada. É de fácil assimilação por quem trabalha com a questão do menor, principalmente por aqueles que começam agora a se dedicar a este campo do Direito.

A inclusão dos anexos vai complementar o Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que será distribuído com juízes, promotores e servidores do Judiciário que trabalham direta e indiretamente com a questão do menor. A distribuição começa em novembro.

O Manual contém formulários e modelos de atos da competência das Varas da Infância e Juventude, elaborados por juízes e promotores que atuam na área e catalogados pela Arconsult, empresa consultora contratada que sistematizou os documentos disponíveis.

As matérias foram revisadas pelo juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e Juventude, recebendo ajustes nos capítulos referentes à Colocação em Família Substituta, Medidas de Proteção, Equipe Interdisciplinar e Apuração do Ato Infracional Praticado pelo Adolescente.

CRIANÇA

A questão da criança e do adolescente vem merecendo especial atenção do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A criação de Varas específicas, informatização dos Juizados e treinamento dos juízes e serventuários que trabalham com o menor em todo Estado têm ocupado parte da atual administração.

"Infância e Adolescência" prioridade na administração Carlos Xavier

O Manual de Normas, Rotinas e Procedimentos representa mais uma contribuição do desembargador Carlos Xavier, no sentido de facilitar a prestação jurisdicional no campo específico. A publicação contém modelos padronizados sobre casos mais freqüentes nessa Justiça especializada, com formulários para sentenças, despachos, petições iniciais, pareceres do órgão, atos cartorários e da equipe técnica.

A primeira edição do documento tem o apoio da Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência e participação dos juízes Ozael Veloso, Bartolomeu Bueno e Luiz Carlos de Barros Figueiredo; dos promotores Romero de Oliveira, Arabela Porto, Isabel Cristina Novaes, Paulo Carneiro, Maria Eduarda Ribeiro, Maria Bernadete Martins de Azevedo; da assessora de Planejamento do TJ, Silvana Oriá e do técnico da 2ª Vara da Infância e Juventude, Luiz Gonzaga de Oliveira Filho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Gabrio

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Bobone

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celmir Dias
1.192 - DRT/PE

Redação

Pça. da República sln° - 5° Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811 - R-268 - Telex: 1116 - Fax 424.682

Comissão analisa Plano para servidores

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça está na Comissão de Organização Judiciária, recebendo os últimos ajustes. Em seguida será encaminhado para apreciação pelo Pleno do Tribunal. Em caso de aprôvação, será remetido para à Assembléia Legislativa para votação. O projeto beneficia servidores do Tribunal, das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e Juizados Especiais de Pequenas Causas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 176

Diário Oficial

General visita Tribunal de Justiça

O general Armando Âncora Filho deixou o Comando Militar do Nordeste na última sexta-feira, em solenidade bastante prestigiada. No início da semana ele esteve no Tribunal de Justiça para uma rápida conversa com os desembargadores que formam a Corte judiciária estadual. O general foi recebido pelo vice-presidente do TJ, Francisco de Sá Sampaio, no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Estiveram presentes ao encontro os desembargadores Cláudio Américo de Miranda, Luis Belém de Alencar, Artur Pio dos Santos, Agenor Ferreira de Lima, Otílio Neiva Coelho e Napoleão Tavares. O vice-presidente, que na ocasião estava respondendo pela presidência do Tribunal, fez elogios ao trabalho realizado pelo general, durante sua permanência como dirigente do Exército nordestino.

Armando Âncora destacou que nos dois anos em que permaneceu no Comando Militar conheceu todos os estados da região Nordeste. Falando da atuação daqueles que fazem o Tribunal de Justiça, o general destacou: "sempre acompanhei de perto o trabalho dos homens que fazem a Corte de Justiça. A minha visita pode ser traduzida como uma oportunidade de abraçar amigos e autoridades que merecem todo o meu respeito", finalizou.

O general Âncora passou o Comando Militar para o general Luís Gonzaga, ex-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército. Antes de se afastar do Comando, Armando Âncora visitou instituições públicas.

Armando Âncora fala da experiência vivida no Comando Militar do NE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Diretor Geral

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcioni Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiana Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cláudio Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50039 - Fone: 424-3811/R-268 - Telex: 5116 - Fax 424.882 - CGC 10010-040

TJ tem posto de identificação

O Posto de Identificação do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai ser instalado hoje, às 16 horas, pelo Presidente Des. Carlos Xavier. O Secretário de Segurança Pública, Augusto Costa e o secretário de Justiça, Marcos Cabral, irão prestigiar o evento. Participam, também, o diretor Geral da SSP Antônio Feitosa, o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Matos, além de magistrados e servidores e a assessora Policial Civil do TJ, delegada Maria Segunda.

O serviço de datiloscopia será chefiado pelo datiloscopista, Antônio Paulo do Nascimento Feitosa Neto e irá funcionar no térreo do Tribunal. O atendimento será direcionado aos magistrados, servidores e dependentes. A Secretaria de Segurança Pública, além do técnico especializado, colocou à disposição do TJ, um auxiliar. Os equipamentos e materiais necessários à realização das atividades foram adquiridos pelo Tribunal de Justiça.

A delegada Maria Segunda assumiu a assessoria Policial Civil há pouco mais de um mês. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de assessor policial do TJ. O posto de identificação é a primeira iniciativa da delegada, que pretende realizar outras ações. Está entre seus planos, por exemplo, a implementação de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. A medida tem por finalidade proporcionar maior desempenho àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados.

Carlos Xavier recebe prefeito de Lagoa do Ouro

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai receber hoje, às 14 horas, a visita do prefeito de Lagoa do Ouro, Marquidoves Vieira Marques, acompanhado do secretário da Justiça, Marcos Cabral. O presidente Carlos Xavier tem se colocado à disposição dos prefeitos do interior, procurando atendê-los no tocante à melhoria da prestação jurisdicional no Estado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 177

Diário Oficial

Encontro apresenta conclusões

O chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, esteve participando do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no início do mês, no Centro de Convenções do Hotel Copa D'Or, no Rio de Janeiro.

Durante a reunião, os representantes de Tribunais de Justiça de vários Estados aprovaram, entre outras, as seguintes conclusões para a revisão constitucional, que devem ser apresentadas nos dias 8 e 9 de outubro, em Brasília:

* Reafirmação de que um órgão de controle externo do Poder Judiciário é incompatível com o princípio de independência entre os Poderes de Estado;

* Repúdio a toda forma de constrangimento à magistratura nacional, principalmente quando for praticada com a intenção de intimidar e comprometer a independência dos juízes;

* Civis, policiais, militares e bombeiros militares devem ser julgados pela Justiça comum, de maneira uniforme, nas infrações penais cometidas, inclusive quanto à imposição de penas;

* Aprovação do acréscimo ao inciso IV do art. 60 da Constituição federal, onde deverá ser atribuído ao Supremo Tribunal Federal competência para apresentar ao Poder Legislativo projeto de emenda constitucional, relativo à matéria de interesse institucional e referente às funções do Judiciário.

* Confirmação de uma Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça para representação perante o Congresso Nacional, com poderes, inclusive, para convocar juízes para assessorar e atuar nas diversas regiões do País.

Segundo Carlos Xavier, o encontro foi bastante importante, na medida em que revela interesse do Poder Judiciário em participar da reforma da Carta Magna, oferecendo a sua contribuição.

Judiciário contribui para reforma constitucional

Tribunal implanta folha de pagamento

O Núcleo de Informática está se preparando para implantar a folha de pagamento dos cerca de 4 mil funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, até agora, vem sendo levantada pela Secretaria de Administração e Pessoal, a partir de planilhas, enviadas mensalmente pelo Departamento Financeiro do TJPE, segundo informou a assessora de Planejamento, Silvana Maria Oriá.

Para tanto, está sendo adquirido equipamento mais potente para confecção da folha que trará algumas modificações para os funcionários, uma vez que o pagamento passará a ser feito por meio de contracheque, e o dinheiro será depositado diretamente no Bandepe.

Entretanto, para que o depósito direto ocorra, a assessora Silvana Oriá vem mantendo reuniões com a diretoria do banco para abertura de conta dos funcionários. Já no interior, onde não houver agência do Bandepe, o pagamento será realizado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

A expectativa, de acordo com Silvana Oriá, é de que em novembro o TJPE já implante sua folha de pagamento própria, independente do Poder Executivo. Este mês, a folha está sendo implantada concomitantemente com a Secretaria de Administração, segundo o processo paralelo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celson Dias
1.193 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.283 (10 ramais) - Telex: 3118 - Fax 424.6883 - CGC 50.010.040

Comissão analisa Plano para servidores

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça está na Comissão de Organização Judiciária, recebendo os últimos ajustes. Em seguida será encaminhado para apreciação pelo Pleno do Tribunal. Em caso de aprôvação, será remetido para à Assembléia Legislativa para votação. O projeto beneficia servidores do Tribunal, das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e Juizados Especiais de Pequenas Causas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 176

Diário Oficial

General visita Tribunal de Justiça

O general Armando Âncora Filho deixou o Comando Militar do Nordeste na última sexta-feira, em solenidade bastante prestigiada. No início da semana ele esteve no Tribunal de Justiça para uma rápida conversa com os desembargadores que formam a Corte judiciária estadual. O general foi recebido pelo vice-presidente do TJ, Francisco de Sá Sampaio, no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Estiveram presentes ao encontro os desembargadores Cláudio Américo de Miranda, Luis Belém de Alencar, Artur Pio dos Santos, Agenor Ferreira de Lima, Otílio Neiva Coelho e Napoleão Tavares. O vice-presidente, que na ocasião estava respondendo pela presidência do Tribunal, fez elogios ao trabalho realizado pelo general, durante sua permanência como dirigente do Exército nordestino.

Armando Âncora destacou que nos dois anos em que permaneceu no Comando Militar conheceu todos os estados da região Nordeste. Falando da atuação daqueles que fazem o Tribunal de Justiça, o general destacou: "sempre acompanhei de perto o trabalho dos homens que fazem a Corte de Justiça. A minha visita pode ser traduzida como uma oportunidade de abraçar amigos e autoridades que merecem todo o meu respeito", finalizou.

O general Âncora passou o Comando Militar para o general Luís Gonzaga, ex-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército. Antes de se afastar do Comando, Armando Âncora visitou instituições públicas.

Armando Âncora fala da experiência vivida no Comando Militar do NE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Diretor Substituto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Alencar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Clotildenia Andrade.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Rita Gregório e Celeste Dias
1192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50010 - Fone: 424-3611/8-268 - Telex: 3118 - Fax 424/8882 - CEP 50010-040

TJ tem posto de identificação

O Posto de Identificação do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai ser instalado hoje, às 16 horas, pelo Presidente Des. Carlos Xavier. O Secretário de Segurança Pública, Augusto Costa e o secretário de Justiça, Marcos Cabral, irão prestigiar o evento. Participam, também, o diretor Geral da SSP Antônio Feitosa, o diretor do Instituto de Identificação, Marcos Matos, além de magistrados e servidores e a assessora Policial Civil do TJ, delegada Maria Segunda.

O serviço de datiloscopia será chefiado pelo datiloscopista, Antônio Paulo do Nascimento Feitosa Neto e irá funcionar no térreo do Tribunal. O atendimento será direcionado aos magistrados, servidores e dependentes. A Secretaria de Segurança Pública, além do técnico especializado, colocou à disposição do TJ, um auxiliar. Os equipamentos e materiais necessários à realização das atividades foram adquiridos pelo Tribunal de Justiça.

A delegada Maria Segunda assumiu a assessoria Policial Civil há pouco mais de um mês. Ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de assessor policial do TJ. O posto de identificação é a primeira iniciativa da delegada, que pretende realizar outras ações. Está entre seus planos, por exemplo, a implementação de curso básico ou profissionalizante para os agentes de segurança do Poder Judiciário.

O curso deve ser realizado na Academia de Polícia Civil e inclui aulas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, educação física e informações sobre segurança. A medida tem por finalidade proporcionar maior desempenho àqueles que trabalham diretamente ligados à proteção dos magistrados.

A outra face de um magistrado (XXII)

Pela televisão, o carioca Carlos Alberto Berriel Pessanha — natural de São Fidelis e professor de Direito Usual e Legislação Aplicada em Belford Roxo — tomou conhecimento, através de entrevista em rede nacional, pelo então presidente do TJPE, desembargador Benildes Ribeiro, de um concurso público para juiz em Pernambuco. Estimulado pela tentadora oportunidade, deixou seu emprego de escrevente em Nova Iguaçu, para, dentre 700 candidatos se classificar em honroso terceiro lugar. Em "A outra face de um magistrado", nesta sexta-feira, 24, os mais interessantes lances biográficos do atual juiz da Comarca de Camaragibe.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 178

Diário Oficial

NOS e NRH formam mais duas turmas

A política de modernização do Judiciário tem seguido o caminho comum dos dias de hoje: a informatização dos serviços. Neste sentido, o Núcleo de Organização de Sistemas (NOS) e o Núcleo de Recursos Humanos (NRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vêm desenvolvendo um programa de treinamento de servidores na área de computação já há algum tempo. Até o final do mês, por exemplo, mais duas turmas de servidores estarão concluindo o curso básico de iniciação à informática.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Ourém

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gouveia e Cleonisma Alcântara.

Fotografia:
Ismal Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cabeato Dias
I.PPJ - DOE/TPE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8-268 - Telex: 3199 - Fax 424/982 - CEP 50010-040

Adelaide Carício (blusa escura) prepara mais uma turma em informática

"À medida que os departamentos do TJ vão sendo informatizados, existe a necessidade de preparar o funcionário para o manuseio adequado do equipamento", afirma Gisela Santos, Coordenadora de Treinamento do NRH, que é responsável pela inscrição, seleção e entrega dos certificados dos participantes.

Os cursos são ministrados por técnicos do NOS, que também elaboram os manuais para todas as aulas. Segundo Maria Adelaide Fernandes Carício, operadora de micro do Núcleo e orientadora do curso, as aulas foram divididas em dois blocos.

"Na primeira parte, damos uma panorâmica do Sistema Operacional DOS 5.0, para que o aluno entenda um pouco o que é o computador e como ele funciona. Depois, no segundo módulo, estudamos o programa Wordstar 5.0 (WS), que é o processador de texto utilizado aqui no TJ, define Carício.

Neste curso, estão participando funcionários de vários departamentos do Tribunal de Justiça, Gabinete da Presidência, Assessoria de Planejamento, Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Licitação são alguns deles. As aulas acontecem pela manhã, de segunda a quinta-feira, na sala da INFOJUS.

Simpósio: descontos só até amanhã

Os descontos nas inscrições para o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil, a se realizar entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro, no Centro de Convenções de Pernambuco, vão até amanhã. O Encontro é uma promoção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e do Instituto de Estudos Jurídicos, com sede no Rio de Janeiro.

5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros reais) para acadêmicos e 5.900,00 (cinco mil e novecentos cruzeiros reais) para profissionais são os preços estipulados para o pagamento antecipado. Depois de amanhã, o preço muda para 5.900,00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros reais) e 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros reais) para estudantes e bacharéis, respectivamente.

As inscrições podem ser feitas nos seguintes locais: Escola Superior da Magistratura, na Avenida João de Barros, 1563, bairro do Espinheiro, e no Fórum Paula Batista, na Rua do Imperador, centro do Recife. O Simpósio contará com a presença de juristas renomados de todo o País.

Judiciário publica legislação atualizada

Leis, decretos e emendas constitucionais têm sido publicadas com freqüência na página 02 do Diário Oficial do Poder Judiciário estadual. Esta é uma forma encontrada pela Secretaria do Tribunal de Justiça para uma melhor divulgação das alterações que ocorrem na legislação federal. A pesquisa é feita pela Biblioteca do TJ, através do Diário Oficial da União. Esta semana, por exemplo, foi publicada a Lei 8.699, que altera o Código de Processo Penal, a Medida Provisória 349 e a Emenda Constitucional nº 4/93.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 179

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXII)

Carlos Alberto Berriel Pessanha

Filho do metalúrgico João Nicolau Pessanha Filho e de sua mulher, a professora Edite Berriel Pessanha, Carlos Alberto — "carioca da gema" — viveu toda a sua infância em Nilópolis (RJ), onde fez os cursos primário, secundário e de técnico em contabilidade.

Pretendendo formar-se em Direito, procurou desde cedo exercer atividades comerciais — inclusive como feirante — levado pela preocupação de financiar seus estudos. Ao conseguir relativo sucesso no ramo do transporte rodoviário, como proprietário de dois caminhões e detentor de 50% das cotas da empresa, foi alcançado pelo impacto do famigerado "plano cruzado", desvanecendo-se de repente todas as suas esperanças.

Assistindo pela televisão, em cadeia nacional, ao pronunciamento do desembargador Benildes Ribeiro, então presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tomou conhecimento da realização de um concurso público para juiz. Formado há quatro anos, decidiu deixar sua cadeira de docente em Belford Roxo, para concorrer com mais de 700 candidatos, a um cargo de magistrado no Recife.

Carlos Alberto Berriel Pessanha — Juiz de Camaragibe

SONHOS & LUTAS

Natural de São Fidelis (RJ), Carlos Alberto Berriel Pessanha chegou a acumular, ao tempo de estudante, suas atividades no comércio com outras obrigações de funcionário público, atuando como escrevente na 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, onde depois foi escrivão substituto.

Após a formatura no Rio de Janeiro, passou a lecionar Direito Usual e Legislação Aplicada no Centro Educacional Plínio Bastos, em Belford Roxo. Guarda excelentes lembranças da sua fase sonhadora de professor, certo de que, num futuro bem próximo, voltará a viver essa profissão de fé. "Sempre utilizei o magistério na intenção de me aperfeiçoar na matéria que lecionava. Enquanto ensinava aprendia tudo que podia ser aplicado no concurso que pretendia fazer".

Classificado em terceiro lugar, teve uma posição destacada em relação ao reduzidíssimo número dos aprovados: apenas treze. Aos 34 anos de idade (1987), foi destacado para assumir a Comarca de Jurema, onde começou com invejável competência o exercício da magistratura. Removido para Condado, onde esteve durante três anos, ganhou por merecimento sua promoção para Camaragibe, onde se encontra desde 1991.

Não obstante as saudades do seu Rio de Janeiro, onde residem seus queridos pais e o único irmão Cássio José Berriel Pessanha, químico industrial, sente-se adaptado ao clima e aos costumes de Pernambuco.

"Aqui, a natureza me inspira, e nas horas de lazer e meditação, escrevo os meus poemas. Só que a minha maior inspiradora tem o nome de Michelle e é minha filha mais velha com 16 encantadoras primaveras".

CRAQUE & ECOLOGISTA

Divorciado, Carlos Alberto tem mais dois filhos, Fabiano Costa Pessanha com 15 anos e Carlos Rodrigo Costa Pessanha com 10. Sente-se posta bissexto e até certo ponto egoísta. Não costuma divulgar os versos que escreve, nem coloca sentenças poéticas nas ações processuais que apresenta. Suas sentenças, segundo ele próprio, "são simples, claras e objetivas".

Sem levantar bandeira ecológica, acredita que, se o homem desse atenção ao seu meio ambiente, estaríamos vivendo bem melhor. Apaixonado pelo futebol, já conquistou, amadoristicamente, alguns troféus, tanto em Pernambuco quanto no Rio de Janeiro, defendendo as cores do Nova Cidade e Aliados Futebol Clube. Meio-campista, por ser destro joga sempre na ala direita. Pertence com muito orgulho ao esquadrão titular da Associação dos Magistrados de Pernambuco.

Formado em 1992 pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, Carlos Alberto Berriel Pessanha, vivendo e atuando na Área Metropolitana do Grande Recife, empresta com indiscutível competência e abnegação, a colaboração valiosa do seu esforço e do seu talento em favor do reconhecimento, prestígio e dignidade da magistratura pernambucana.

O meio-campista Carlos Alberto

Servidores em treinamento

Vai até o dia 20 de outubro, o treinamento que o Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está promovendo para novos servidores. Iniciado no dia 23 de setembro, com uma exposição feita pelo juiz Jovaldo Nunes e pelas coordenadoras Laura Argolo e Gisela Santos, o curso é destinado a um conciliador de juizado de Pequenas Causas e a 13 taquígrafas e um datilógrafo aprovados em concurso público.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 25 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 180

Diário Oficial

Malta: necessidade de regulamentação da lei

Juizados têm nova competência

Por força da Lei Federal, as execuções judiciais de pequenas causas são, hoje, processadas no âmbito do próprio Juizado. Antes, quando a parte vencida não cumpria a sentença, a execução era processada somente nas Varas Cíveis. São Paulo era o único Estado a resolver esse tipo de pendência diretamente no JEPC. A decisão, portanto agiliza o atendimento jurisdicional em todo País.

Em Pernambuco, onde existem dez Juizados de Pequenas Causas, as execuções são processadas dessa forma há cerca de três meses. Mas, como reconhece o juiz Antônio Macedo Malta, assessor da presidência do Tribunal de Justiça, os casos ainda são resolvidos de forma improvisada. A Lei Federal, segundo ele, não especifica procedimentos.

Assim, a presidência do Judiciário deve apresentar Anteprojeto de Resolução definindo condutas para os diversos casos relativos às execuções praticadas pelos Juizados de Pequenas Causas. Posteriormente, o TJ apresenta Projeto de Lei Estadual, regulamentando o que a Lei Federal dispõe sobre o assunto.

O projeto deve prever, inclusive, a criação de cargos de Oficial de Justiça, função imprescindível à nova competência do Juizado. Cada JEPC no Estado tem, atualmente, apenas um Oficial de Justiça. A previsão de Macedo Malta é de que o concurso seja realizado ainda este ano, para preenchimento das vagas, algumas até previstas no Plano de Cargos. Os demais servidores, já existentes, serão treinados para processar os embargos no âmbito dos JPCs.

Judiciário e Segurança: Ação integrada

Xavier e Augusto durante instalação do posto

O secretário de Segurança, Augusto Costa, analisou a nova fase de integração da secretaria com o Poder Judiciário estadual. Para ele, o resultado satisfatório pode ser constatado na credibilidade demonstrada pelo povo no trabalho realizado pelas instituições e no esforço da equipe da SSP-PE no combate à violência.

Na oportunidade em que assumiu o cargo há cerca de quatro meses, Augusto Costa visitou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, quando propôs intensificar a cooperação entre a SSP e o Judiciário, de forma a produzir uma relação de confiança cada vez maior.

O entrosamento resultou não apenas no aumento da credibilidade institucional, como atesta o secretário, mas também em ações administrativas, como o Posto de Identificação Civil que a secretaria instalou no térreo do palácio da Justiça, com o apoio do desembargador Carlos Xavier, através da delegada Maria Segunda, assessora Policial Civil.

O posto já está em funcionamento desde a semana passada, das 10 às 18 horas, sob a responsabilidade dos técnicos em datiloscopia Antônio Paulo Nascimento Feitosa Neto e Moacyr do Passo Filho. As pessoas interessadas na carteira de identidade devem apresentar duas fotos 3x4 e certidão de casamento ou registro de nascimento.

A emissão da 1ª via é gratuita, mas deve-se pagar uma taxa de 2,71 UFEPE no Bandepe, através de guia emitida no próprio posto, quando se tratar de 2ª via. Depois de tirada a impressão digital, o documento segue para o Instituto de Identificação Tavares Buril, onde é confeccionado e plastificado. Depois de pronto, é devolvido à unidade do TJ e entregue à pessoa no prazo

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Rennó Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenise Paiva

Editora:
Roberta Tenorio

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Chaves e Cristiana Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mike Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611(R-205 - Telex: 3138 - Fax 424.982 - CNPJ 30016.001

Presidente recebe diretor regional dos Correios

O chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe hoje, às 15 horas, no gabinete da Presidência, a visita do diretor regional dos Correios e Telégrafos, Raimundo José Reis de Castro. Desde sua posse como presidente do TJPE, o desembargador vem recebendo autoridades nacionais e estrangeiras, tentando estreitar o relacionamento do Poder Judiciário com os mais diversos órgãos e instituições.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 181

Diário Oficial

Novo comandante visita TJPE

O novo comandante disse que as portas continuam abertas para o Judiciário

Com o propósito de manter o bom entrosamento entre o Judiciário estadual e o Comando Militar do Nordeste, o novo comandante Luiz Gonzaga de Oliveira visitou na última quarta-feira o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na ocasião foi recebido pelo presidente Carlos Xavier e demais desembargadores que integram a Corte de Justiça. "Essa é uma visita protocolar, por uma feliz coincidência o Tribunal é dos primeiros órgãos que visito".

O desembargador-presidente conversou durante algum tempo com o general expondo para ele os projetos que vem desenvolvendo à frente do TJ e os problemas enfrentados, sendo a carência de juízes um dos principais, conforme revelou. "O Tribunal de Justiça sempre manteve um elevado relacionamento com as autoridades que passaram pelo Comando Militar do Nordeste e temos certeza de que com o general Luiz Gonzaga de Oliveira o bom entrosamento irá permanecer," afirmou o des. Carlos Xavier.

Natural do Piauí, o novo comandante ressaltou que aceitou o convite para o cargo "em função do grande amor que sente pela terra nordestina e pelo seu povo". Seu trabalho terá como objetivo a operacionalização das ações que vinham sendo realizadas. Durante os primeiros dias de sua administração Luiz Gonzaga pretende continuar fazendo as visitas protocolares para dessa forma passar a conhecer os órgãos oficiais da região.

Participaram do encontro com o general os desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice-presidente), Mauro Jordão, Luiz Belém de Alencar, Mário Alves de Souza Melo, Claúdio Américo, Benildes de Souza Ribeiro e Nildo Nery.

Simpósio de Direito Civil começa na quinta

Quinta-feira, dia 30, às 17 horas, no Centro de Convenções de Pernambuco, começa o V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil, numa promoção conjunta da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e do Instituto de Estudos Jurídicos, com sede no Rio de Janeiro. Cerca de duas mil pessoas de todo o país já se inscreveram para o encontro, que é inédito aqui no Estado.

Na abertura do Simpósio, será feito o lançamento do 7º volume do Livro de Estudos Jurídicos. Logo em seguida, acontece a primeira conferência: "Reforma e Modernização do Direito Civil", dada por Silvio Rodrigues. Além desse, vários juristas brasileiros estarão presentes aos debates do encontro, que se estendem até o próximo sábado.

Ada Pellegrini, Luiz Fux, Sylvio Capanema, Nagib Slaibi Filho, Galeno Lacerda, J. J. Calmon de Passos e Cândido Dinamarco são alguns dos conferencistas que discutirão com os participantes temas como "A Lei do Inquilinato", "Aspectos Relevantes da Prova", "O Dano como Elemento de Responsabilidade Civil", "Casamento e Regime de Bens", "Propriedade e Posse", "A independência do Juiz em face da Lei", e outros mais.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tenório

Redatores: Lúcio Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Abdalem

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias
I.192 - DIÁRIO

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3511/ R-268 - Telex: 3135 - Fax 424382

Carlos Xavier recebe homenagem

Hoje, às 19 horas, no auditório da Prefeitura de Camaragibe, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, recebe o título de Cidadão de Camaragibe, outorgado pela Câmara Municipal. Ao longo de sua administração, o chefe da Corte de Justiça tem sido homenageado pelo seu trabalho à frente do Poder Judiciário estadual.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1993 Nº 182

Diário Oficial

Servidores participam de treinamento

A partir de hoje, às 12 horas, treze taquígrafas, um conciliador de Juizado de Pequenas Causas e um datilógrafo, aprovados em concurso público e já devidamente nomeados, estarão passando por uma adaptação funcional, na seção de taquigrafia. A atividade faz parte do treinamento, promovido pelo Núcleo de Recursos Humanos, que inclui ainda palestras, trabalho de relações humanas e reciclagem de português.

Treinamento é bem aceito pelos concursados

Após terem participado de exposições sobre a organização do Poder Judiciário, os direitos e deveres do servidor e o sistema de RH, os novos funcionários estiveram realizando atividades de relações humanas no trabalho com a diretora do NRH, Laura Argolo, a coordenadora de capacitação e treinamento, Gisela Santos, e a psicóloga Ângela Figueira.

O próximo passo do treinamento será o curso de reciclagem da Língua Portuguesa, ministrado pelo professor José Guilherme Nascimento, que começa nesta segunda-feira e vai até o dia 18, na Escola Superior da Magistratura.

Embora a avaliação final só deva acontecer no dia 20, as taquígrafas já fazem sua análise pessoal do treinamento proposto. Segundo Luzinete de Barros, essa iniciativa serve para integrar o grupo ao novo ambiente de trabalho. Já Ana Maria Correia e Elida Alves afirmam que o treinamento é imprescindível para um melhor desenvolvimento funcional.

Presidente investe em sistema computacional

Uma das metas do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, tem sido implementar melhorias na área de informática dentro do Tribunal pernambucano. Para tanto, tem investido na compra de equipamentos e no treinamento de pessoal do Núcleo de Organização e Sistemas.

Recentemente, foi adquirido o equipamento Supernint HP PA-RISC, modelo G30, que trará melhorias à prestação jurisdicional. Entre elas, a modernização da plataforma de Hardware e Software do TJPE, a viabilidade ao acesso à base de dados de tribunais de outros estados, que possuam sistemas compatíveis, maior rapidez aos usuários, além da disponibilidade da base de dados para consulta de advogados.

Segundo Josiane Sedícias, a implementação do sistema computacional só tem sido possível devido ao apoio oferecido pela Presidência do TJPE, que tem se desdobrado em informatizar os vários departamentos do Tribunal, com o objetivo de oferecer uma maior agilização dos serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade pernambucana.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Otacio e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Cidarta Dias
T.352 - DRT/PE

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8-288 - Telex: 3116 - Fax 424.8682 - CEP 50010-040

Confirmada reunião no Recife

A Comissão de Reforma da Lei de Execução Penal reúne-se no Recife, dias 18 e 19 de novembro. A informação foi confirmada pelo desembargador Nildo Nery dos Santos, um dos integrantes do grupo encarregado de elaborar o esboço da nova legislação. O encontro tem o patrocínio da Secretaria de Justiça de Pernambuco. A primeira reunião foi realizada em Brasília, nos dias 2 e 3 de setembro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 02 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 185

Diário Oficial

Nildo Nery: representante pernambucano

Uma nova Lei de Execução Penal

Embora disponham de apenas 51.638 vagas, os estabelecimentos penais do país abrigam 126.152 presos, ocasionando um déficit de 74.514 lugares. O quadro fica ainda mais difícil quando se observa que 345 mil mandados de prisão expedidos não foram cumpridos e que o índice de reincidência de delitos chega a 85%. Além disso, o custo médio de manutenção de cada preso atinge 3,5 salários mínimos por mês.

Os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária comprovam a crise existente no sistema prisional brasileiro e a conseqüente necessidade de reforma da Lei de Execução Penal. Uma comissão nacional, especialmente instituída pelo Ministério da Justiça, já cuida do esboço do anteprojeto da nova lei. Sujeita a emendas, a matéria segue posteriormente para apreciação e votação pelo Congresso Nacional.

Único pernambucano a compor a comissão, o desembargador Nildo Nery dos Santos, acredita que ao próximo ano o Brasil já disponha de uma legislação atualizada e adaptada à realidade sócio-político-econômica do país. A nova Lei de Execução Penal deve conter medidas apropriadas à revitalização do sistema penitenciário. Defasada, a lei em vigor, data de 1984.

De acordo com o desembargador Nildo Nery, a reforma vai possibilitar a "adequada preparação e boa formação, não só do funcionário das penitenciárias, mas também e principalmente dos ocupantes de cargos administrativos". O trabalho da comissão da Lei de Execução Penal vai complementar a ampla reforma que o Ministério da Justiça vem elaborando, sobretudo através da Escola Nacional da Magistratura, sobre todo ordenamento jurídico brasileiro.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A reforma deve propiciar a criação de uma prisão-escola em cada Estado, destinada a sentenciados de faixa etária entre 18 e 21 anos de idade, estabelecendo convênios com o Senai, Sesi, Senac e instituições similares. A comissão estuda, também, a criação de um órgão especializado na execução de penas privativas de direitos, especialmente as de prestação de serviços à comunidade, bem como na coordenação de presos em atividades laborativas.

Na opinião do desembargador Nildo Nery, contudo, uma das maiores polêmicas deve girar em torno da questão da privatização do sistema penitenciário. "A maioria da comissão é contrária a qualquer tipo de privatização, mas alguns de seus componentes defendem a proposta do professor Edmundo Oliveira, que prevê uma gestão mista, envolvendo a administração pública e a administração privada representada por empresa particular instalada no país".

Integrantes da Comissão

Instituída pela Portaria do Ministério da Justiça, nº 312 e publicada no Diário Oficial da União no dia 17 de agosto de 1993, a Comissão encarregada de propor soluções à reformulação da Lei de Execução Penal é formada por 14 juristas.

É composta por três Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira (Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura), Luiz Carlos Fontes de Alencar e Luiz Vicente Cernicchiaro. Pelo Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, e pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Edmundo Oliveira.

Também fazem parte os professores da Universidade de São Paulo, Alberto Silva Franco, Ada Pellegrini, Júlio Fabrini Mirabeti e Marcos Antônio Marques Silva. Representando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, está o desembargador Lúcio Urbano da Silva Maria. Da Bahia, tem o professor Edson Freire O'Dwyer.

Além desses, a comissão é composta ainda por Rogério Schietti Machado, do Ministério Público do Distrito Federal, do professor René Ariel Dotti, do Paraná e do desembargador Nildo Nery dos Santos, único representante do Estado de Pernambuco.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edécio Ramos Uchôa

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celeste Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3411/68-268 - Telex: 3138 - Fax 424/1922 - CEP 50010-040

Encontro de presidentes será em Brasília

O próximo encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça deve ocorrer no TJ do Distrito Federal e dos Territórios, entre os dia 8 e 9 deste mês. O chefe da Corte de Justiça pernambucana desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, já recebeu a programação do evento. O desembargador-presidente vem participando de vários desses encontros. Atualmente, o Colégio Permanente tem se preocupado em discutir a revisão constitucional, buscando elaborar propostas que serão analisadas durante a reforma da Carta Magna.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 186

Diário Oficial

Carlos Xavier é Cidadão de Camaragibe

O presidente Carlos Xavier, ao lado do dos. Mário Melo e do prefeito da cidade, agradece a homenagem

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, foi homenageado pela Câmara Municipal de Camaragibe com o título de Cidadão Camaragibense, durante solenidade realizada na última quarta-feira, naquela cidade, com a presença de desembargadores, juízes, políticos e serventuários. Esta é a 5ª vez que o Chefe da Corte de Justiça é agraciado pelas Comarcas do interior do Estado.

O prefeito de Camaragibe, João Ribeiro de Lemos, presidiu os trabalhos. A comenda foi em reconhecimento às ações e ao trabalho que o desembargador vem empreendendo à frente do judiciário pernambucano. O juiz diretor do Fórum, Nilson Guerra Nery, também discursou em homenagem ao presidente Carlos Xavier e destacou o apoio que tem recebido no sentido de melhorar a prestação jurisdicional.

Carlos Xavier declarou que se sentia honrado em receber mais um título destacando-o como cidadão pernambucano. Na verdade, segundo o desembargador, o que ele tem feito é apenas cumprir o dever, conforme determina a Carta Magna do País. "Realizo o meu papel de magistrado e cumpro minha função como cidadão. Em todas as cidades onde chego sou recebido com muito carinho, principalmente naquelas onde atuei e, isso me deixa feliz e recompensado".

À frente do Tribunal de Justiça há pouco mais de um ano, Carlos Xavier recebeu homenagens e títulos em cidades como: Gravatá, Petrolina, Nazaré da Mata e agora Camaragibe. Além disso foi agraciado com a Medalha José Mariano pela Câmara Municipal do Recife e Medalha João Alfredo, pelo TRT.

Advogados concorrem ao cargo de desembargador

O Pleno do Tribunal de Justiça deverá votar, nos próximos quinze dias em três dos seis nomes indicados na 1ª relação da OAB, para o cargo de desembargador. Segundo afirmou o presidente do TJ, Carlos Xavier, essa escolha depende apenas da aprovação do Regimento Interno do Tribunal. A lista tríplice será enviada ao governador Joaquim Francisco que fará a indicação de apenas um advogado. O eleito vai ocupar a 20ª vaga.

Após a nomeação do novo desembargador, serão definidos, em outra sessão plenária, os três nomes que fazem parte da segunda relação e disputam a 25ª cadeira da Corte de Justiça. As duas listagens foram entregues ao presidente Carlos Xavier pelo dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil secção-PE, Jorge Neves. Na ocasião o desembargador afirmou que o processo de votação será realizado conforme determina a Constituição Federal. "A escolha vai obedecer as normas. Se a definição dos nomes ocorrer, durante a sessão, no mesmo dia serão encaminhados para o Governador".

A lista sêxtupla a ser votada na segunda-feira é composta pelos advogados: Fausto Valença de Freitas, José Carlos Cavalcanti de Araújo, Antônio Mário de Abreu Pinto, Renato Santos Pinheiro, Valter Augusto de Andrade e Moacir Martins Veloso. A segunda relação com os candidatos a 25ª vaga de desembargador é formada por Jerson Maciel Netto, Miriam de Sá Pereira Maia, Francisco Dário Mendes da Rocha, Romualdo Marques Costa, Francisca Tereza Tenório e José Marcos Carvalho Filho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélvio Bezerra Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cássio Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - Sto Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/81-268 - Telex: 3116 - Fax 424/1933 - CEP 50010-060

Posto tem boa repercussão

Desde a instalação do posto de Identificação Civil, no térreo do Tribunal de Justiça, no último dia 21, o departamento tem recebido uma grande demanda de pedidos de carteiras de identidade. Até agora, já foram emitidos cem documentos, numa média de 10 a 15 por dia. Os beneficiados com esta prestação de serviços são os funcionários do Poder Judiciário, parentes e pessoas indicadas.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 187

Diário Oficial

Carlos Xavier analisa produtividade da 2ª entrância

O movimento forense das comarcas de 2ª entrância referente ao segundo trimestre foi publicado em Diário Oficial, apresentando 7.233 processos julgados, 12.405 feitos iniciados, 5.575 audiências cíveis e criminais realizadas e 39 inquéritos arquivados.

Nos 123 juízos da 2ª entrância, passaram para o terceiro trimestre 124.807 processos. Segundo avaliação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a quantidade de feitos julgados foi bastante inferior à de processos iniciados.

Carlos Xavier ressalta também que, somados os processos das comarcas e varas das 2ª e 3ª entrâncias, o acúmulo será elevado no terceiro trimestre do ano, correspondendo a um movimento de 388.122 feitos. "Sem incluirmos o movimento da 1ª entrância em relação a esse período, que ainda não foi publicado, já percebemos que a produtividade dos magistrados precisa ser aumentada", afirma o desembargador-presidente.

A estatística apresentada em Diário Oficial aponta os magistrados que mais julgaram no decorrer do trimestre:

1º — Maria Aparecida Dias Costa — 2ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda — 396 processos;

2º — Marcelo Russel Wanderley — 1ª Vara Cível de Paulista — 218;

3º — José Barroso Filho — 2ª Vara de Belo Jardim — 184;

4º — Gabriel Cavalcanti Filho — 1ª Vara de Pesqueira — 150;

5º — Humberto Costa Vasconcelos Filho — 2ª Vara de Carpina — 148;

5º — Maria Aparecida Dias Costa — 1ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda — 148;

6º — Enrico Lopes Andrade — 2ª Vara de Arcoverde — 137;

7º — Paulo Roberto Alves de Silva — 2ª Vara de Vitória de Santo Antão — 132;

8º — Emanuel Santos Júnior — Vara da Assistência Judiciária de Caruaru — 131;88 — Frederico Guilherme R. Lima — 2ª Vara de Limoeiro — 131;

9º — Djalma Andrelino Nogueira Júnior — Vara da Fazenda Pública e Acidente de Trabalho de Jaboatão — 129;

10º — Valéria Bezerra Pereira Wanderley — 1ª Vara Cível de Olinda — 123.

Por sua vez, os magistrados que realizaram maior quantidade de audiências por juízo foram:

1º — Djalma Andrelino Nogueira Júnior — Vara Privativa da Assistência Judiciária de Jaboatão — 172;

2º — Ailton Soares Pereira Lira — Caruaru — 161;

3º — Maria Aparecida Dias Costa — 2ª Vara Criminal de Olinda - 151.

Juíza Maria Aparecida foi quem mais julgou no 2º trimestre

O presidente Carlos Xavier ressalta a atuação da juíza Maria Aparecida, então designada para exercer seu cargo na 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, com exercício cumulativo nas 1ª e 2ª Varas da Assistência Judiciária de Olinda e ainda na 1ª Vara da Comarca de Igarassu.

"Além de ter sido a magistrada que mais processos julgou durante o 2º trimestre, ainda mostrou seu desempenho com 148 feitos julgados na 1ª Vara de Assistência Judiciária, 39 processos na 2ª Vara Criminal e 28, na 1ª Vara da Comarca de Igarassu, tendo sido também das que mais audiências de instrução realizou", destacou o chefe do Poder Judiciário.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Carlos Xavier, por outro lado, considera negativa a produção dos magistrados da Comarca de Garanhuns, atualmente com 7 varas, sendo 3 com juízes titulares e 4 com juízes em exercício cumulativo, os quais, juntos, apresentaram apenas 203 processos julgados e 166 audiências. O presidente do TJPE registra, também, que 5.149 processos se encontram em andamento na referida comarca e já foram iniciados 311 novos feitos no segundo trimestre.

O chefe da Corte de Justiça lamentou, ainda, o fato de em um dos juízos criminais do Estado, 64 processos concluídos corresponderem a uma demonstração comprometedora para o Judiciário pernambucano, onde se decreta a "proteção ao fora-da-lei", uma vez que, em 62 processos, a sentença foi extintiva do feito por prescrição e os restantes foram de arquivamento.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderon Paiva

Editora:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsão Dias
1.592 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/05-368 - Telex: 3118 - Fax 424/1822 - CEP 50010-040

A outra face de um magistrado (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho, revelou-se para o futebol aos 14 anos de idade no Recife. Contratado pela empresa Rique Mármore, vestiu a camisa 10 para defender airosamente as suas cores, pelo Campeonato das Indústrias em 1978. Agora, 15 anos depois, à frente da 11ª Vara Cível do TJPE, conta nesta sexta-feira, aos leitores do Jornal do Judiciário, porque também se tornou um verdadeiro craque na magistratura.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 188

Diário Oficial

Coral empossa primeira Diretoria

Coral do TJ durante participação no V Festival Nacional de Corais

O Coral do Tribunal de Justiça completou seu 4º aniversário em maio deste ano. Já estruturado, o grupo de canto tenta agora adquirir maior independência. Hoje, às 14 horas, na sala do Convivium, 2º andar do Palácio da Justiça, toma posse a primeira diretoria do Coral, eleita por seus próprios componentes.

Criado em 12 de maio de 1989, a partir de uma idéia do desembargador Mauro Jordão e do Juiz Milton Neves, o Coral do TJ cresceu, adquiriu maturidade e hoje já participa de eventos de porte nacional, como o V Festival de Corais de todo o País, ocorrido no mês passado.

"O nosso grupo foi considerado pelo público presente como um dos mais bonitos da noite", acrescenta Laura Argolo, Diretora do Núcleo de Recursos Humanos do TJ e integrante do Coral. Outra participação importante do grupo foi no "Projeto Canta Coral", promovido pelo SESC, no mês de maio deste ano.

DIRETORIA

Além de maior autonomia, a posse da primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça tem o significado da tentativa de expansão do Grupo. Quem garante é Maria Suzana de Abreu, eleita presidenta do Coral. Para isso, ela e a diretoria já têm uma pauta mínima de trabalho: elaboração de um estatuto, incremento do intercâmbio com outros grupos e aquisição de uma sala para sede do Coral.

A busca de maior autonomia não significa que a diretoria do Coral esteja abandonando o apoio que todos os presidentes do Tribunal de Justiça têm dado até hoje. "Muito pelo contrário, mais do que nunca vamos continuar precisando desta ajuda", acrescenta Suzana Abreu.

A vice-presidência do Coral ficou com Edinaldo Santana. Ronaldo Souza, Maria Adelaide Abreu, Iara Pessoa e Maria Rita Batista ocupam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º secretário e 1º e 2º tesoureiro. O mandato vai até maio de 94, quando será feita uma avaliação do trabalho realizado.

Congresso discute Estatuto da Criança

Passados três anos de sua instalação, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua provocando discussões. Tido por muitos como irreal e por outros tantos como ideal, o Estatuto será o tema central do XV Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

O encontro acontece entre os dias 9 e 12 de outubro, na cidade de Curitiba, no Paraná. A organização do evento está a cargo da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do promotor de Justiça Romero de Oliveira Andrade.

Participam do Congresso os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, Advogados e demais interessados. As discussões abordarão a difícil relação entre "O Estatuto e a Realidade Social". Maiores informações através do fone (041) 225-2510 e do fax (041) 223-7416.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Nildo Nunes Galvão

Assessor de Imprensa
Alcimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/8.268 - Telex: 3116 - Fax 424/1022 - CEP 50010-040

A outra face de um magistrado (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho, revelou-se para o futebol aos 14 anos de idade no Recife. Contratado pela empresa Rique Mármore, vestiu a camisa 10 para defender airosamente as suas cores, pelo Campeonato das Indústrias em 1978. Agora, 15 anos depois, à frente da 11ª Vara Cível do TJPE, conta nesta sexta-feira, aos leitores do Jornal do Judiciário, porque também se tornou um verdadeiro craque na magistratura.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 188

Diário Oficial

Coral empossa primeira Diretoria

Coral do TJ durante participação no V Festival Nacional de Corais

O Coral do Tribunal de Justiça completou seu 4º aniversário em maio deste ano. Já estruturado, o grupo de canto tenta agora adquirir maior independência. Hoje, às 14 horas, na sala do Convivium, 2º andar do Palácio da Justiça, toma posse a primeira diretoria do Coral, eleita por seus próprios componentes.

Criado em 12 de maio de 1989, a partir de uma idéia do desembargador Mauro Jordão e do Juiz Milton Neves, o Coral do TJ cresceu, adquiriu maturidade e hoje já participa de eventos de porte nacional, como o V Festival de Corais de todo o País, ocorrido no mês passado.

"O nosso grupo foi considerado pelo público presente como um dos mais bonitos da noite", acrescenta Laura Argolo, Diretora do Núcleo de Recursos Humanos do TJ e integrante do Coral. Outra participação importante do grupo foi no "Projeto Canta Coral", promovido pelo SESC, no mês de maio deste ano.

DIRETORIA

Além de maior autonomia, a posse da primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça tem o significado da tentativa de expansão do Grupo. Quem garante é Maria Suzana de Abreu, eleita presidenta do Coral. Para isso, ela e a diretoria já têm uma pauta mínima de trabalho: elaboração de um estatuto, incremento do intercâmbio com outros grupos e aquisição de uma sala para sede do Coral.

A busca de maior autonomia não significa que a diretoria do Coral esteja abandonando o apoio que todos os presidentes do Tribunal de Justiça têm dado até hoje. "Muito pelo contrário, mais do que nunca vamos continuar precisando desta ajuda", acrescenta Suzana Abreu.

A vice-presidência do Coral ficou com Edinaldo Santana. Ronaldo Souza, Maria Adelaide Abreu, Iara Pessoa e Maria Rita Batista ocupam, respectivamente, os cargos de 1º e 2º secretário e 1º e 2º tesoureiro. O mandato vai até maio de 94, quando será feita uma avaliação do trabalho realizado.

Congresso discute Estatuto da Criança

Passados três anos de sua instalação, o Estatuto da Criança e do Adolescente continua provocando discussões. Tido por muitos como irreal e por outros tantos como ideal, o Estatuto será o tema central do XV Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

O encontro acontece entre os dias 9 e 12 de outubro, na cidade de Curitiba, no Paraná. A organização do evento está a cargo da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na pessoa do promotor de Justiça Romero de Oliveira Andrade.

Participam do Congresso os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, Advogados e demais interessados. As discussões abordarão a difícil relação entre "O Estatuto e a Realidade Social". Maiores informações através do fone (041) 225-2510 e do fax (041) 223-7416.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Manoel Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alcimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Rubens

Diagramação
Mário Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424-2811/8-268 - Telex: 9116 - Fax 424-1022 - CEP 50010-040

Presidentes concluem proposta à revisão constitucional

Os presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil estarão reunidos por todo dia de hoje em Brasília. O encontro, que segue até amanhã, tem o objetivo de finalizar o documento que vem sendo elaborado com as principais idéias do Poder Judiciário em relação à revisão constitucional. "Agora vamos concluir todas as propostas", afirmou o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, um dos participantes do encontro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 189

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXIV)

Agenor Ferreira de Lima Filho

Influenciado por seu pai — desembargador Agenor Ferreira Lima — o jovem atleta do Clube Olímpico da Imbiribeira, decidiu trocar o futebol pela magistratura. Assim, Agenor Ferreira Filho "pendurou as chuteiras" aos 18 anos de idade, recusando honrosos convites do Sport, Náutico e Santa Cruz para integrar as suas equipes juvenis.

O elevado propósito de seguir o exemplo paterno, fez com que, logo aos primeiros meses como estudante de direito, estagiasse no escritório do seu tio, Djalma de Albuquerque, a quem devota uma especial gratidão pelos ensinamentos que recebeu: — "Depois dos livros, foi meu tio Djalma quem mais me ensinou. A magistratura era o meu sonho desde criança. Concretizá-lo significou minha maior realização, tomando meu pai como modelo".

Agenor começou como escrevente

AGENOR — O ATLETA

Como o futebol era o esporte preferencial da família, Agenor desde cedo, seguindo os irmãos dos seus irmãos, passou a demonstrar muita habilidade com a bola. Revelado pelo Clube Olímpico da Imbiribeira durante a presidência de Genivaldo Sales Coimbra, pouco tempo depois vestia a camisa 10 do time da empresa Rigas Mármore, onde, contratado por dois anos, disputou o movimentado Campeonato das Indústrias, promovido com muito sucesso em 1978.

Exímio driblador, procurou acompanhar o sucesso do seu irmão Robinson, que jogava profissionalmente pelo Santa Cruz, sagrando-se também bicampeão pelo Campeonato da Paraíba.

Na iminência de profissionalizar-se pelo Santos da Paraíba, Agenor atendeu ao apelo dos pais para se dedicar com total entusiasmo e vocação aos estudos. O futebol, tido como fantasia ou simples entretenimento da adolescência, é sublimado atualmente pelos seus agradáveis momentos de lazer, defendendo amadoristicamente as cores do "timão" de Associação dos Magistrados.

A FAMÍLIA

Filho de Agenor Ferreira Lima e de sua mulher Djana Correia de Albuquerque Lima, pertence a uma prole muito harmoniosa e feliz constituída de Romero (estudante de Direito), Robinson (advogado e concursado para juiz), Eleonora (estudante de Relações Públicas), Eneida (conclusão de Odontologia) e Marília (estudante de 2º grau), além dele próprio.

Casado com Sonita Gomes Ferreira Lima, possui três filhos: Agenor Ferreira Lima Neto (06), André Gomes Ferreira Lima (04) e Karina Gomes Ferreira Lima de apenas 5 meses. Não obstante o livre arbítrio para que escolham suas profissões, ficaria muitíssimo feliz se optassem pela carreira do pai e do avô.

Sua mulher, dedicada ao magistério, possuía o Colégio Santo Antônio com mais de 300 alunos no Recife. "Sonita sempre me acompanhou desde o dia da minha posse, residindo solidariamente nas cidades do interior por onde passei. Ao concluir o ano letivo do seu educandário, decidiu seguir ao meu lado para Inajá, minha primeira Comarca. Não trabalhou mais. Reconheço e sou muito grato ao seu estoicismo. Agora já estamos de volta e breve será tempo de compensação".

A MAGISTRATURA

Quando estudante de Direito e estagiário, no escritório do seu tio Djalma Correia de Albuquerque (1981), Agenor fez concurso para escrevente criminal. Aprovado, ficou três anos na 4ª Vara de Delitos Contra o Patrimônio, sendo removido em seguida para a 8ª Vara Cível, onde permaneceu por mais dois. Concluindo o curso de Direito foi transferido para a Corregedoria, atuando na administração do Fórum. "Enquanto estudava e trabalhava, respirava direito quase 24 horas por dia: pela manhã e à tarde no trabalho, à noite na Faculdade e quando chegava em casa, ainda aprendia ouvindo meu pai pontificar sobre o mesmo assunto, por mais duas ou três horas no mínimo".

O meia-esquerda do Olímpico da Imbiribeira

Agenor quando concluía o curso, participou de dois concursos — um para o Ministério Público e outro para a Magistratura. Aprovado nos dois, soube pelo telefone que o Tribunal de Justiça estava promovendo as nomeações. Interrompeu um seminário para novos promotores no município de Moreno e se apresentou no Palácio da Justiça.

Empossado pelo então presidente do Judiciário, Demócrito Ramos Reinaldo, hoje ministro, iniciou-se na magistratura em 06 de setembro de 1989, assumindo a Comarca de Inajá e acumulando Ibimirim, durante um ano. Em Barreiros, passou mais um ano e três meses em função cumulativa com Rio Formoso. Promovido por merecimento — como das vezes anteriores — chegou ao Recife, permanecendo na 11ª Vara Cível como juiz auxiliar."

Com meu pai, aprendi a me exercitar com serenidade na magistratura, fazendo da imparcialidade o instrumento da maior importância nas minhas decisões. Não entrei "cego" na profissão. Morei com minha família no interior, acompanhando ainda jovem, suas brilhantes atuações nas comarcas de São Joaquim do Monte, Palmeirina e Buíque, entre outras. Acho que o interior é imprescindível à formação do magistrado. O difícil não é julgar, mas ter um comportamento ético e enfrentar os problemas extraprocessuais. Para julgar basta estudar e aplicar a lei".

Efetivo de segurança faz reciclagem mensal

Enfoque sobre revisão constitucional. Esse, um dos temas abordados pelo cel. Francklin Bezerra Santos, durante reunião com todo o efetivo da Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça, na sala do júri. O encontro faz parte da programação mensal daquela assessoria, quando são discutidos assuntos da atualidade nacional e local e instruções de trabalho. A Assistência Policial Militar está funcionando em sala própria, no térreo do Palácio da Justiça.

BIBLIOTECA

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO 09 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 190

Diário Oficial

Justiça recebe mais de 800 inquéritos

Aumentou o número de inquéritos enviados ao Poder Judiciário pelas delegacias de polícia do Estado. Segundo a assessora policial civil do TJ, delegada Maria Segunda, esse é o resultado da ação integrada que vem sendo colocada em prática pela Justiça e Secretaria de Segurança Pública.

De acordo com os dados estatísticos divulgados pelo Diretor Geral da SSP, Antônio Araújo Feitosa, houve um total de 896 inquéritos concluídos pelas delegacias regionais e remetidos à Justiça no mês de agosto, contra 816 e 730 nos meses de julho e junho, respectivamente. O total geral desde janeiro é de 5.018 inquéritos.

As delegacias especializadas, localizadas na capital, remeteram 183 inquéritos referentes ao mês de setembro, enquanto as 15 distritais foram responsáveis por 178 inquéritos, perfazendo um total geral de 364, incluídos os especiais e os de Fernando de Noronha, relativos ao mesmo período.

A assessora policial civil, delegada Maria Segunda, acredita que a integração Justiça/SSP diminui a impunidade, combate o crime e proporciona maior segurança à população em todo Estado. Na sua opinião, o município de Floresta, apesar de área de risco, pode figurar como exemplo de que o trabalho vem dando resultado. "Em agosto, a Justiça recebeu 40 inquéritos policiais daquela delegacia regional".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Clarindo Christiano
Auxiliares

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 51º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R.268 - Telex: 3116 - Fax 424.1822 - CEP 50010-040

Francklin informa adoção de medidas

TJ faz prevenção de acidentes

Campanha de prevenção contra acidentes de âmbito interno vai ser lançada no Tribunal de Justiça, até final do mês. A idéia do cel. Francklin Bezerra Santos, assistente policial militar do TJ, é colocar cartazes nos elevadores e corredores para difundir princípios de segurança entre funcionários e público externo e afixar placas de sinalização indicando todas as saídas do prédio, em caso de urgência.

As peças estão prontas e foram elaboradas sob a orientação do Corpo de Bombeiros. Destinam-se não apenas à prevenção, mas também a informar a cerca dos procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente, especialmente de incêndio. A medida se estende a todos os andares do Palácio da Justiça.

Em complementação à iniciativa, o cel. Francklin determinou estudos visando à implantação de sistema de rádio entre a Assistência Policial Militar e a garagem do Tribunal de Justiça, agora instalada no bairro de Santo Amaro. A aquisição de duas centrais, segundo ele, vai permitir a expansão do sistema de comunicação, agilizando o serviço de transporte do Poder Judiciário.

A longo prazo, existe a possibilidade de instalar detetor de metais na sala do júri. O objetivo, segundo o coronel, é impedir que alguém entre armado numa sessão de julgamento e, ao mesmo tempo, evitar o constrangimento de ser revistado. A medida deve beneficiar, sobretudo, mulheres, já que o Tribunal de Justiça não dispõe de efetivo militar feminino.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 191

Diário Oficial

TCE comemora Jubileu de Prata

O presidente Carlos Xavier vai participar da solenidade de comemoração do Jubileu de Prata do Tribunal de Contas do Estado. A Missa Gratulatória será realizada no dia 15 e a sessão solene no dia 18, às 10:00h da manhã. À tarde haverá o descerramento da Placa do Jubileu e em seguida palestra sobre "Os Tribunais de Contas e a Revisão Constitucional".

Revisão constitucional é tema de encontro

O desembargador Carlos Xavier disse que o documento assegura as propostas do Judiciário

O Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil esteve reunido mais uma vez no último final de semana. O encontro foi no TJ do Distrito Federal e teve como tema principal a revisão constitucional. O chefe da Corte de Justiça pernambucana participou do evento, que vem ocorrendo periodicamente em diversas cidades brasileiras.

Os magistrados discutiram a redação das auditorias militares e reafirmaram sua posição contrária à criação de um órgão de controle externo do Judiciário. De acordo com o presidente Carlos Xavier, "a fiscalização da instituição já existe, temos o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil integrando os Tribunais e ainda o Conselho da Magistratura".

Em agosto passado quando estiveram reunidos, no Rio de Janeiro, os presidentes elaboraram um documento preliminar com as idéias do grupo para a revisão. As propostas foram anexadas e o dossiê concluído no encontro de Brasília. Os chefes das Cortes de Justiça de todo o País, também, estudaram medidas que podem ser tomadas para melhorar a atuação do Judiciário.

Com o início da revisão constitucional, os magistrados, agora, estão mobilizados para que o documento chegue à Assembléia Revisora. De acordo com Carlos Xavier, os presidentes consideram que as auditorias militares devem cuidar apenas dos processos envolvendo crimes militares. "Os assaltos e assassinatos praticados por policiais militares, mesmo em serviço, passarão a ser julgados pela Justiça estadual", afirmou.

Correios implantam novo sistema

O diretor regional dos Correios e Telégrafos, Raimundo José Reis de Castro, quer implantar o sistema de franquia no posto que funciona no Tribunal de Justiça. A proposta foi apresentada ao presidente Carlos Xavier. O novo modelo de atendimento já foi instalado em 40 agências da região e, segundo afirmou, vem dando bons resultados.

O desembargador-presidente pediu ao diretor do órgão que elabore o projeto para que seja analisado pelo Pleno. "Qualquer decisão tem que ser tomada pelo colegiado. Quando receber o projeto discriminando como será essa mudança, quais as vantagens e como vai ser o funcionamento, ele será incluído na pauta da sessão plenária para ser apreciado pelos desembargadores", afirmou o presidente.

Raimundo José Reis destacou que através do novo modelo a ECT autoriza uma empresa a prestar o serviço à comunidade. O franqueado fica responsável pelo recebimento e cobrança de correspondência e os Correios pelo transporte e distribuição. "Todo o processo é controlado pelos Correios e Telégrafos. O sistema de franquia, nos locais onde foi implantado, melhorou sensivelmente o atendimento à população", ressaltou.

De acordo com o diretor, é importante que aquelas pessoas que têm algum tipo de reclamação sobre o serviço procurem as agências e façam as denúncias. "As informações são importantes para que possamos realizar um trabalho de melhor qualidade e, conseqüentemente, servir bem aos moradores da região".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Leite Filho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Silvio Renan Odelio

Assessor de Imprensa:
Aldemar Brito

Editoria:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Ismael Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celmir Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 20º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/9-268 - Telex: 3116 - Fax 424/1823 -

Coral: Posse da nova diretoria é hoje

Agora é pra valer. Hoje, às 15h45, no Tribunal do Júri, toma posse a primeira diretoria do Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O grupo já tem quatro anos de existência, com participação, inclusive, em festivais nacionais de canto. Em comemoração à data, que representa uma nova fase para o grupo, o Coro resolveu homenagear os diretores com uma pequena participação. A solenidade contará com a participação do presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 192

Diário Oficial

Novo Fórum começa a funcionar até o final do mês

O novo Fórum melhora o atendimento da justiça à população

A transferência das Varas será feita por partes. Inicialmente irão as Varas de Família. Depois, a Escola Superior da Magistratura, as Varas Cíveis e assim por diante, até a ocupação completa do prédio. A Corregedoria espera que toda a mudança seja feita dentro de um mês.

Dessa forma, em novembro, o Fórum Tomás de Aquino já estará em pleno funcionamento. Porém, segundo o planejamento da Corregedoria, a inauguração oficial só acontecerá no final do ano. "Estamos estudando a data de 17 de dezembro para a solenidade", acrescentou o desembargador Etério Galvão.

NOVAS VARAS

Além da instalação das 17 Varas Cíveis e das 4 de família, que já funcionam no Fórum Paula Batista, o novo Fórum da Capital abre a possibilidade da implantação de 10 novas varas e do 2º Tribunal do Júri do Recife, que ainda não entraram em funcionamento por falta de espaço físico no Judiciário.

O funcionamento do Tomás de Aquino também permitirá que o Poder Judiciário acomode os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que serão escolhidos ainda este mês. Acontece que o TJ não dispõe de espaço para criação dos novos gabinetes.

Com a mudança da Corregedoria — que ocupa o 4º andar do Palácio da Justiça — para o Grande Hotel haverá uma reforma no prédio e um redimensionamento para a instalação dos gabinetes. Por enquanto, os novos integrantes do quadro de desembargadores do TJPE irão trabalhar num anexo da Sala de Sessões.

"No momento, a nossa preocupação maior é com o aumento da prestação de serviço à população. A nomeação imediata dos novos desembargadores agilizará os processos que aguardam julgamento", argumentou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

Juristas debatem Direito Penal

Depois do sucesso do V Simpósio de Direito Civil, ocorrido no início deste mês, aqui no Recife, o Instituto de Estudos Jurídicos do Rio de Janeiro promove o VI Simpósio Nacional de Direito Penal e Processual Penal, que será iniciado hoje e vai até o próximo sábado, no Rio de Janeiro.

A exemplo do simpósio sobre Direito Civil, os debates sobre Direito Penal contarão com juristas ilustres de todo o País. Afrânio Silva Jardim, João Mestieri, Juarez Tavares, Maria Lúcia Karam e Paulo Ramalho são alguns deles.

Durante os três dias, o Hotel Glória abrigará discussões em torno da Reforma do Processo Penal Brasileiro, da criação dos Juizados Criminais Especiais, da Lei de Execuções Penais, da Privatização dos Presídios e sobre os crimes chamados hediondos. O encontro conta com o apoio da Ordem dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

Um problema no transporte do mobiliário, equipamentos e milhares de processos dos cartórios das Varas de Família adiou o início dos trabalhos no novo Fórum do Recife (antigo Grande Hotel). Apesar disso, o Corregedor Geral de Justiça, desembargador Etério Ramos Galvão, garante que até o final do mês a população já poderá contar com alguns serviços no local.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Blanco e Cristiano Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010. - Fone: 424.2811/8-268 - Telex: 3116 - Fax 424/1822. -

Cirilo Vanderley

Reunidos em plenário, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovaram por unanimidade proposta do Conselho da Magistratura, denominando "Des. Thomaz Cirilo Vanderley" o anexo do Fórum da Capital, que vai funcionar no prédio do antigo Grande Hotel. Thomaz Cirilo Vanderley nasceu no Engenho Santa Rosa, município de Ipojuca, no dia 7 de março de 1894. Ingressou na magistratura no ano de 1931 e faleceu a 28 de fevereiro de 1968.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 193

Diário Oficial

A outra face de um Magistrado (XXV)

Alexandre Freire Pimentel

O jovem juiz da Comarca de Rio Formoso, nasceu à rua José de Alencar na capital pernambucana, e ao seu tempo de estudante teve atuação destacada aos esportes náuticos, sagrando-se campeão de remo pelo Sport Clube do Recife.

Sua opção pela magistratura foi meramente pessoal. Seus pais — Luciano Vieira Pimentel e Maria Fernanda Freire Pimentel — não influíram em nenhum momento para que se inclinasse pelas profissões que escolheu, vinculadas ao Direito.

Atualmente, mercê da sua dedicação ao curso de mestrado, é professor substituto na cadeira de Ética da turma do 8º período da Faculdade de Direito do Recife, por indicação da jurista Bernadete Pedrosa.

Alexandre Freire Pimentel estudou na Universidade Católica de Pernambuco, a partir do segundo período de 1984. Daí por diante, estagiou no escritório de Francisco Aldo, renomado advogado com especialização em Direito Comercial e Cível. "Foi uma excelente experiência, principalmente na prática de audiências trabalhistas, quando, ainda aluno da Faculdade, eu me exercitava na perspectiva de participar de futuros concursos".

Antes de ingressar na magistratura, chegou à Promotoria Pública em 1991, atuando em Cupira por 10 longos meses. Aprovado e nomeado em concurso para juiz (92), assumiu a Comarca de Belém do São Francisco, onde permaneceu de dois de dezembro de 92 a 31 de agosto de 1993.

Como promotor em Cupira, destaca o trabalho de fiel humanitarismo que desenvolveu juntamente com a juíza Janine Sodré, propondo aos candidatos à prefeitura, naquela época, a destinação de 2% da receita líquida do município para as crianças abandonadas. Diz Alexandre: "O acordo foi firmado. Quanto ao cumprimento da promessa, não me confirmaram. Com a vitória do candidato José Maria do PFL, logo após as eleições tive de sair de lá, aguardando minha nomeação para juiz de 1ª Entrância".

Em Belém do São Francisco — uma das cidades mais violentas de Pernambuco pelas rixas constantes entre famílias — Alexandre Pimentel, marcou sua presença, presidindo uma sessão do Tribunal do Júri, precisamente depois de 10 anos em que não se condenava ninguém naquela Comarca. "Lembro-me perfeitamente. O júri realizado em maio foi muito concorrido e se tornou inesquecível, porque, um dia após o julgamento assassinaram um dos jurados".

Removido para Rio Formoso — também de 1ª Entrância — já considera enriquecedora sua experiência atual como magistrado. Recentemente, concorreu entre 10 candidatos selecionados para o mestrado de Direito, classificando-se em terceiro lugar. "Estou vivendo uma experiência muito fascinante ao me dedicar à parte acadêmica no Ministério Público. Convivendo com figuras da maior expressão na jurisprudência, como Lourival Vilanova, Ivo Dantas e Bernadete Pedrosa, tenho muito que aprender nestes dois anos de seminários e monografias. Já estou esboçando minha tese para o final do período letivo. Pretendo defender a ampliação do poder do juiz na investigação dos fatos, no sentido de que seja proferida uma decisão mais justa".

Alexandre Pimentel, no curso de mestrado, paga as cadeiras de Teoria da Constituição, Direito Constitucional Comparado e Teoria Geral do Direito. Sua abnegação ao estudo, valeu a indicação para o corpo docente da Faculdade de Direito, como professor substituto. Aliás, função exclusiva para os alunos do mestrado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral
Des. Élbio Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira e Cristiane Adelmann.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3811/R-258 - Telex: 3116 - Fax 424/1822 -

Medalha do Jubileu

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe segunda-feira a Medalha Ministro Seabra Fagundes, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A homenagem acontece às 10h, na Sala Conselheiro Oliveira Neto, durante sessão solene em comemoração ao Jubileu de Prata de instalação do TCE.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 16 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 194

Diário Oficial

Cerimonial recicla atividades

Realiza-se de 27 a 29, em São Luís do Maranhão, o I Encontro Nacional do Cerimonial Público, destinado a Chefes de Cerimonial dos Governos de Estados, Assembléias Legislativas, Tribunais de Justiça, Prefeituras e Câmaras Municipais. O assessor Cláudio Mendes Júnior é o representante do Poder Judiciário de Pernambuco, indicado pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier.

Mendes Júnior participa do Encontro de Chefes de Cerimonial

A ida do assessor tem o objetivo de trazer inovações na área, implantadas especialmente pelo Poder Executivo e de fazer um comparativo entre as ações desenvolvidas pelo Cerimonial do Judiciário pernambucano e de outros estados. Além do resumo das atividades da assessoria, Mendes Júnior leva exemplares do livro "História do Palácio da Justiça" para distribuição entre os participantes.

Durante o período, são discutidos os problemas específicos do planejamento e organização do Cerimonial em todos os seus níveis. Estão programadas conferências sobre o "Cerimonial Público e o Estado Moderno", "Cerimonial Público: particularidades dos Poderes Judiciário e Legislativo", "Ordem de Precedência", "O Cerimonial Público nos Estados" e "Inter-Relação do Cerimonial Público e o Cerimonial Privado".

São conferencistas os ministros Jório Salgado da Gama Filho e Valter Pecly Moreira, do Cerimonial da República e do Itamaraty; Ijoanilde Américo, da Câmara dos Deputados; ministro Odilon Camargo Penteado, do governo paulista; ministro Manoel Innocêncio de Lacerda, professor do Instituto Rio Branco e a embaixatriz Elizabeth Gallotti, do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Judiciário debate Infância e Adolescência

Juízes da Infância e Juventude, promotores de Justiça e deputados federais aprofundam, segunda-feira (18), discussão sobre o tema "Redução da Idade e Imputabilidade Penal". Na ocasião — a partir das 8h:30 no auditório do Juizado da Infância e Juventude — serão estudadas as conseqüências da medida no processo de ressocialização dos adolescentes autores de atos infracionais e no sistema penitenciário.

Do encontro, que dá continuidade ao Ciclo de Estudos sobre a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, deve sair documento a ser encaminhado à revisão constitucional. A discussão, segundo os organizadores do debate, é essencial às entidades que atuam na defesa dos jovens envolvidos na prática de atos infracionais.

Os expositores são os deputados federais Roberto Franca e Maurílio Ferreira Lima; os juízes Bartolomeu Bueno e Luiz Carlos Figueiredo, titulares das 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude e os promotores de Justiça Romero de Oliveira Andrade e José Avelar Coelho Caribé.

Cada convidado tem 10 minutos para defender sua opinião a respeito do tema, com direito à réplica por mais cinco minutos. Não é permitido aparte durante as exposições. Os debates começam depois do intervalo, às 10h, com encerramento previsto para o meio-dia.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira

Corregedor-Geral:
Des. Edvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cícero Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Santo Antônio - CEP 50.010 - Fone: 424.3411/98-264 - Telex: 5110 - Fax 424.1403

Semana da Asa

Durante a Semana da Asa, iniciada ontem, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, vai participar das festividades organizadas pelo II Comando Aéreo. Entre as atividades, está incluída a visita ao Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 195

Diário Oficial

Condado tem maior produtividade

A primeira Entrância, atualmente formada por setenta e oito Comarcas, apresentou números satisfatórios de produtividade no segundo trimestre do ano, segundo avalia o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

Durante o período, foram julgados 2.407 feitos cíveis e 1.001 criminais, perfazendo um total de 3.408 processos. Ainda nesse trimestre, foram iniciados 3.758 feitos e realizadas 4.092 audiências, das quais 1.624 cíveis e 2.468 criminais.

De acordo com o desembargador-presidente, o movimento forense apresentado é significante para a prestação jurisdicional uma vez que vários juízes substitutos com exercício na primeira Entrância estão acumulando também a segunda.

Carlos Xavier afirma ainda que a diferença quantitativa entre os feitos julgados e iniciados foi de apenas 350, o que demonstra o empenho da magistratura em oferecer melhores serviços à sociedade pernambucana.

Segundo estatística publicada em Diário Oficial, os juízes que apresentaram maior produtividade foram:

1º - Fábio Eugênio O. Lima (Condado) - 140 processos;

2º - Basílio Antônio Guerra (S. C. do Capibaribe) - 123;

3º - Carlos Magno Cysneiros Sampaio (S. B. do Una) - 95;

3º - Severino Coutinho da Silva (Buíque) - 95;

4º - Ivanildo Coelho A. Filho (Petrolândia) - 92;

5º - Carlos Antônio A. da Silva (Aliança) - 90;

5º - Alexandre Freire Pimentel (Belém do S. Francisco) - 90;

6º - José Nunes Siqueira (Ipojuca) - 84;

6º - Rinaldo Adilson de Souza (Lajedo) - 84;

7º - Saulo Sebastião A. Freire (Pedra) - 79;

7º - Adjair Francisco Assis Junior (Quipapá) - 79;

8º - Eduardo Guilliord Maranhão (Feira Nova) - 74.

Os juízes que realizaram maior quantidade de audiências foram os seguintes:

1º Carlos Antônio Alves da Silva (Aliança) - 175;

2º Basílio Antônio Guerra (S. C. do Capibaribe) - 131;

3º Maria Rosa Vieira Santos (Trindade) - 119;

4º Severino Coutinho da Silva (Buíque) - 114.

Um balanço do movimento forense em todo o Estado de Pernambuco mostra que passaram para o terceiro trimestre do ano 421.818 processos, sendo 33.696 na primeira Entrância, 124.807 na segunda e 263.315 na terceira.

Por outro lado, as Comarcas que apresentam maior número de processos em andamento são:

1º Floresta - 1.310 processos;

2º Santa Cruz do Capibaribe - 1.298;

3º Condado - 1.158;

4º Buíque - 1.133;

5º Itamaracá - 1.132;

6º Cabrobó - 1.092.

O magistrado Fábio Eugênio julgou 140 processos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ítalo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Chaves e Christiano Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.100 - DIÁRIO

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3614/48-368 - Telex: 3516 - Fax 424/1822 - CEP 50010-040

Mérito Aeronaútico

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier será agraciado com a Medalha do Mérito Aeronáutico, no Grau de Comendador, na próxima sexta-feira(22), em solenidade a ser realizada no 2º Comando Aéreo Regional. A proposta foi do Ministério da Aeronáutica em reconhecimento aos notáveis serviços prestados pelo magistrado à Força Aérea Brasileira. A condecoração faz parte das festividades do Dia do Aviador.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 196

Diário Oficial

Tribunal tem novo regimento

Com a mudança no Regimento Interno, o Pleno passa a ter 27 desembargadores

A ampliação do número de desembargadores, que deverá ocorrer nos próximos quinze dias, em sessão secreta, está incluída entre as modificações do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. O judiciário estadual composto por quinze membros passa a ter vinte e sete. As mudanças determinam também, a criação da Corte Especial, da qual apenas fazem parte os atuais integrantes do Pleno.

Com a aprovação do Regimento Interno, a Seção Cível, composta anteriormente por oito desembargadores, passa a ser integrada por quinze e a Criminal, com apenas cinco componentes, passa a contar com nove magistrados. O Tribunal tem agora um total de cinco Câmaras Cíveis e três Criminais, além de duas Câmaras de Férias, sendo uma cível e outra criminal.

As novas Câmaras e Seções passarão a funcionar logo que estejam definidos os nomes dos novos desembargadores. Após a posse dos 12 membros as reuniões irão ocorrer durante toda a semana, nos dois horários. O Pleno continuará a ser realizado às segundas-feiras, só que pela manhã. À tarde haverá sessão da Corte Especial.

Alterado pela resolução nº 070, o Regimento Interno sofrea modificações nos artigos 1º, 3º, 6º, 8º, 12º, 19º, 20º, 28º e 34º. O Artigo 3º trata da eleição do presidente, vice-presidente e corregedor geral da Justiça que serão escolhidos para um mandato de dois anos, devendo ser indicados entre os membros mais antigos da Corte Especial. A Mesa Diretora e os integrantes do Conselho da Magistratura serão eleitos em sessão extraordinária da Corte Especial a ser realizada no último dia útil que anteceder os feriados forenses do Natal.

As atribuições e competências do Tribunal Pleno e da Corte Especial estão definidas no Artigo 12, do Regimento. O artigo 28 estabelece que as sessões do Tribunal Pleno serão realizadas na atual sala do Tribunal do Júri, no primeiro andar. As reuniões da Corte Especial e das Seção e Câmara Cíveis, no salão principal do Tribunal e as das seção e Câmaras Criminais, no salão do segundo andar.

Plano de Cargos entra em votação

Está prevista para a próxima semana a votação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos que contempla os funcionários do Tribunal de Justiça, Juizados de Pequenas Causas e pessoal oficializado do Interior. A matéria se encontra em fase de conclusão de Redação Final.

O projeto objetiva trazer melhoria salarial e progressão funcional. Estabelece ainda que, durante toda a carreira o servidor passa por um processo de avaliação de desempenho, sendo classificado em diferentes níveis. Com a proposta, a estrutura funcional do Tribunal, que data de 1973, passa a dispor de apenas três grupos: o de técnico-administrativo, o grupo judiciário e o de assessoramento e direção.

Mobilizados no sentido de conseguir a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, os servidores estiveram conversando com o presidente Carlos Xavier. Acompanhados dos deputados estaduais, Humberto Costa, José Siqueira e Israel Guerra eles pediram que fosse agilizada a votação do projeto. Na oportunidade o desembargador-presidente ressaltou que a decisão será tomada por todo o colegiado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gonçalo

Corregedor-Geral:
Des. Ednio Xavier Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alchieri.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celsos Dias
L.392 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8-268 - Telex: 2216 - Fax 424/1822 - CGC 50193-040

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXVI)

Edgard Sobreira, desembargador aposentado, revela sua outra face repleta de muitas emoções, desde o tempo em que serviu ao exército (arma de artilharia aos anos 40) e ganhou certa notoriedade na caserna como o "Sargento Pé de Pato" Preso como juiz (1964 no Recife), evoca interessantes momentos da sua vida, amanhã, neste Jornal do Poder Judiciário.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 197

Diário Oficial

Comarcas do Interior realizam concursos

A Corregedoria Geral de Justiça divulgou no sábado passado, dia 16, através do Diário Oficial, data horário e local das provas dos concursos públicos de diversas Comarcas do interior do Estado. A seleção será feita no dia 31 deste mês, às 9 horas, nas cidades de Garanhuns, Palmares e Nazaré da Mata (Ver box).

A realização dos concursos vem preencher uma lacuna no Judiciário estadual, pois já é conhecida a escassez de funcionários da Justiça nos municípios de várias regiões do Estado. Uma difícil realidade enfrentada pelos magistrados no dia-a-dia de suas Comarcas.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, a saída para a melhoria da prestação jurisdicional destas comunidades é mesmo o concurso público. Para isso, ele pede aos juízes que solicitem autorização do Conselho da Magistratura para a feitura do processo seletivo.

Com relação à defasagem de juízes na magistratura pernambucana — outro problema enfrentado pelo Judiciário —, o presidente do TJ espera que todas as vagas ainda existentes sejam preenchidas até o final de sua gestão.

De acordo com o Código de Organização Judiciária, a fiscalização desses concursos fica a cargo da Corregedoria Geral de Justiça. Segundo o Corregedor, desembargador Etério Galvão, a regulamentação desta matéria só foi feita no ano passado, pelo Conselho da Magistratura. Agora, além do cumprimento da Lei, ele acredita que haverá um maior controle sobre os critérios seletivos.

Xavier é favorável aos concursos

EXEMPLO

Um exemplo típico dos problemas enfrentados pelos juízes no Interior é a Comarca de Marial. As deficiências encontradas pelo juiz Élio Braz Mendes, que assumiu a jurisdição plena do município no primeiro semestre deste ano, vão desde a falta de uma cadeia pública até a inexistência de uma sede própria para o Fórum.

No início de seus trabalhos na Comarca, o juiz comunicou ao presidente do Tribunal de Justiça as condições do Judiciário no município e aproveitou a ocasião para dar entrada no pedido de autorização do Conselho da Magistratura para a realização de um concurso público (que acontece agora).

Segundo ele, o Poder Judiciário local precisa que sejam preenchidos os cargos de Escrivão, Oficial de Justiça e Escrevente. Atualmente, o juiz Élio Braz trabalha com funcionários cedidos pela prefeitura, que foram treinados pelo próprio magistrado.

Local das provas

Todas as provas acontecerão no dia 31 de outubro, às 9 horas (o candidato deve chegar com uma hora de antecedência). Veja abaixo os locais de realização das provas.

* GARANHUNS (Faculdade de Formação de Professores-FAFIGA) candidatos inscritos nas Comarcas de Alagoinha, Alticão, Angelim, Canhotinho, Capoeiras, Iratiba, Saloá, São Bento do Una, São Caetano, São João, Pedra e Sanharó;

* PALMARES (Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul-FAMASUL) candidatos das Comarcas do Cabo, Catende, Escada, Marial, Palmares, Ribeirão e Rio Formoso.

* NAZARÉ DA MATA (Colégio Municipal Dom Mota) — candidatos às vagas das Comarcas de Itambé, Ferreiros, Condado, Nazaré da Mata e São Vicente Ferrer.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Cleidiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeide Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50010 - Fone: 424.3611/8-269 - Telex: 3116 - Fax 424.0323 - CEP 50010-040

Esmape promove conferência

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promove, na próxima segunda-feira, duas conferências com a Dra. Lieda Letícia Olguin Suarez, assessora para formação de Juízes da Corte de Justiça de Costa Rica. O tema abordado será "Derechos Humanos en la Formación Judicial". Às 9 horas, a conferência é destinada aos magistrados. Já às 19 horas, Lieda Suarez fala para os alunos da Esmape.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 198

Diário Oficial

A outra face de um magistrado (XVI)

Edgar Sobreira de Moura

Des. Edgar Sobreira ao se aposentar em julho de 93

Ao som de "Maria Joana", popularíssimo baião do pernambucano Luís Bandeira, Edgar Sobreira se encheu de coragem e pediu a mão de Maria das Graças, com quem convive há precisamente 44 anos (seis de namoro/noivado e trinta e oito de casamento).

Sua inclinação pela magistratura se concentrava, desde estudante, na figura do juiz de Direito, merecedora de sua admiração pela respeitável transcendentalidade.

Convocado em 43 para servir ao Exército, já estava com o passaporte carimbado com destino à Itália, quando a guerra acabou. Com o apelido de "Sargento Pé de Pato," conquistado na caserna e conferido na Faculdade por Benildes Ribeiro, seu companheiro de turma, concluiu brilhantemente seu curso de Direito em 1953.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Filho de Francisco Sobreira de Moura e Alexandrina D'Oliveira de Moura, Edgar nasceu em São José do Belmonte — Sertão Central de Pernambuco — em 1923. Incentivado por sua mãe, que segundo ele próprio "ocupou amargava muito além dos seus limites," tornou-se um estudante interessado vivamente nos livros e na religião católica. Frequentando a igreja e a escola, fez com distinção todo o seu curso ginasial em Pesqueira.

Edgar — filho de agricultor e comerciante — no seu tempo de jovem estudante, levado por dona Alexandrina, tinha uma pequena roça sob sua responsabilidade. Nos intervalos das aulas se exercitava no cabo da enxada ou ajudava no atendimento de pequeno comércio de secos e molhados.

"Minha querida mãe dizia sempre que era necessário aprender de tudo um pouco. Ninguém sabe o dia de amanhã. Ainda hoje, tenho a mão direita marcada com um calo. É uma lembrança viva da minha mocidade cultivando a terra. Em São José do Belmonte, minha "rocinha" de 60 hectares, enfeitada de cabeças de gado, laranjas, pitangas e sapotis, constitui o recanto sentimental das minhas mais doces evocações."

VIDA MILITAR

Nas fileiras do Exército (43) fez os cursos de cabo e sargento, graduando na caserna pela pequena deformação dos pés — para dentro — o divertido epíteto de "Sargento Pé de Pato." A popularidade desse apelido chegou à Casa do Estudante, onde festeava alegremente na turma dos "sapatos" e à própria Faculdade de Direito onde, segundo ele, o "Consultor Jurídico de Bebedouro" que era o desembargador Benildes Ribeiro, não dispensava esse tratamento.

Salvo do embarque para o teatro da guerra na Europa pela rendição do "Eixo", Edgar permaneceu durante 11 anos na vida militar de onde saiu como 2º Tenente R/2.

"Foi uma experiência válida e marcante. Todo jovem deveria passar pelo menos um ano no Exército. Lá — sem tortura psicológica ou física — preparam-me disciplinarmente para as vicissitudes da vida. Um dia, sofri uma repreensão porque os borzeguins não estavam polidos."

MAGISTRATURA

Formado em 1953, Edgar passou dois anos como promotor interino. Concursado para juiz, foi nomeado em 56, chegando a Exu, para um ano e seis meses depois ser removido para Salgueiro (5 anos). Em Parnaíba, onde não havia transporte, estrada e iluminação, ficou um mês apenas. Chegando a Tauá — por ironia do destino — permaneceu dois anos, mas só atuou como juiz durante quatro meses. Lá, encontrou um processo em que oito senhores de engenho estavam envolvidos no assassinato de um líder rural. Convidado pelo então Secretário de Segurança Pública, Cel. Ivan Rui, para uma entrevista sobre o caso (9 de abril de 1964), tomou conhecimento que estava sendo considerado suspeito para presidir o julgamento, mediante a denúncia de que era primo de um suposto comunista, Romeu Sobreira, chefe da Casa Militar do governo Arraes.

O resultado desse episódio valeu 54 dias de prisão, sendo 14 na masmorra subterrânea, destituído temporariamente do cargo. Um outro magistrado do interior (já falecido), aceitou a incumbência de substituí-lo para julgar o processo. A "via-crucis" de Edgar correspondeu na Casa de Detenção (18 dias), Secretaria de Segurança (18) e Quartel do Derby (18). Quando o processo foi concluído e os senhores de engenho inocentados, Edgar Sobreira ganhou a liberdade. "Foi um período de experiência marcante. Na cadeia, convivi com marginais condenados por mim. Só gozavam de muito mais regalias. Nesse fase aprendi o quanto vale a liberdade e a importância de julgar com correção para não cometer injustiça. Como aconteceu comigo."

Depois de atuar em Vertentes, Edgar foi promovido por antiguidade para o Recife. Após três anos como juiz substituto, assumiu a 1ª Vara de Família onde permaneceu durante 20 anos, até ser eleito desembargador por merecimento. Em julho de 93 se aposentou compulsoriamente.

Dona Maria das Graças — sua maior advogada na luta pela libertação — teve cinco filhos: José Romero (Fundação Joaquim Nabuco), Alexandrina (cientista política), Célia Maria (Tribunal de Justiça), Edgar Filho (Administração) e Vânia (pedagoga).

Atualmente, Edgar se refugia no encantamento dos seus nove netinhos: Lucas, Edgar Neto, Danilo, Tomás, Aline, Rodrigo, Natália, Gabriela e Frederico. Intimamente ligado às suas origens telúricas e à formação religiosa e militar que traz da juventude, confessa aos verdadeiros amigos e familiares: "Tenho duas promessas na vida: ser dócil e humilde de coração e fazer unicamente o bem." Dona Maria das Graças Saldanha Sobreira, assina embaixo.

Visita

A operacionalização de contas, nas Comarcas do interior, onde não têm agência do Bandepe, e a abertura de conta do Tribunal de Justiça, no Banco do Brasil foram os principais assuntos discutidos entre o presidente Carlos Xavier e o diretor de atendimento do BB, Esmeraldo Veloso Marinho. O desembargador falou do processo de implantação da folha de funcionários e a necessidade da centralização do pagamento. Participou da reunião, a assessora de planejamento do TJ, Silvana Maria Orsi.

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XXX

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 200

Diário Oficial

Carlos Xavier é agraciado

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, foi homenageado com a Medalha do Mérito Aeronáutico, na última sexta-feira. A solenidade, realizada no 2º Comando Aéreo Regional, foi aberta pelo comandante, Major Brigadeiro do Ar, Carlos Sérgio de Sant'Ana César, que fez a leitura da ordem do dia do Ministério da Aeronáutica.

A Medalha foi entregue a personalidades que se destacaram pelos serviços prestados à Aeronáutica e integrou as comemorações da Semana da Asa. Foram condecorados o vice-governador, Roberto Freire, o presidente do TRF, juiz José de Castro Meira, o chefe do Estado Maior, coronel aviador, Antônio Carlos Figueiredo de Almeida, entre outros.

O desembargador Carlos Xavier compareceu, durante a semana, aos eventos que integraram as comemorações do aniversário da Força Aérea. Ele foi ao Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo - Cindacta III. Na ocasião, segundo afirmou, conheceu modernos equipamentos e instrumentos de comunicação utilizados pela Aeronáutica brasileira.

Carlos Xavier recebe Medalha do Mérito Aeronáutico

A festividade contou com a presença de políticos, militares e outras autoridades, além dos funcionários do Comar. Logo após a leitura da Ordem do Dia, houve desfile de tropas e em seguida a entrega das comendas aos agraciados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Guedes

Assessor de Imprensa
Alcimar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.150 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/8-214 - Telex: 3136.

Juizado completa três anos de atuação

O Juizado de Pequenas Causas de Jaboatão, que funciona na rua Júlio Maranhão, em Prazeres, está completando este mês, três anos de existência. Instalado em 31 de outubro de 1991, o JPC tem se destacado como importante órgão de prestação de serviço à população de Prazeres e áreas vizinhas. Isso pode ser comprovado pelo índice de conciliação, que no período alcançou a marca de 81,66%.

Incluído entre os seis Juizados que funcionam no Recife e Região Metropolitana, é o único na cidade. Atende aos moradores de Candeias, Piedade e Barra de Jangada. Desde a sua inauguração foram registradas 3.267 queixas e a conciliação (acordo entre as partes) foi alcançada em 1.866 casos. O coordenador, juiz Aury de Barros Lima Filho destacou que o maior número de causas diz respeito a cobrança de dívidas.

As reclamações sobre pensões alimentícias, que não são pagas, também são frequentes. Nos três anos foram abertos 683 processos dessa natureza. A atuação dos conciliadores possibilitou que se chegasse a um acordo em 378 do total de queixas apresentadas. As causas registradas no Juizado, como nos demais, são resolvidas em pouco tempo e envolvem valores até 20 salários mínimos.

Em todo o Estado foram criados dez Juizados de Pequenas Causas. No Recife funcionam três, nos bairros de Afogados, Rosarinho e Cordeiro. Na RMR, além do citado, existem nas cidades de Camaragibe, Cabo, Paulista e Olinda. Os outros dois estão no interior, nas Comarcas de Petrolina e Caruaru.

PROJETO

O número atual pode ser ampliado, caso o projeto enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, seja aprovado na Assembléia Legislativa e sancionado pelo governador Joaquim Francisco. A proposta trata da criação e instalação de seis novos juizados, sendo três na Capital e três no Interior. A matéria está em tramitação nas comissões de Justiça, Finanças e Administração Pública.

Constituído por oito artigos, o projeto trata também, da criação de 36 cargos de conciliador, 21 de secretário e 21 de secretário-adjunto, todos para provimento em comissão. Estão previstos ainda, 45 cargos efetivos de digitador, 30 de datilógrafo, 45 de atendente de recepção, 15 de auxiliar de serviços gerais e três de oficial de justiça.

Segundo o presidente Carlos Xavier os cargos destinam-se à instalação e funcionamento dos JPCs. Antes de ser enviado à Assembléia, o projeto foi apreciado e aprovado pelo Tribunal Pleno. A proposta tem como justificativa o elevado índice de prestação jurisdicional à população, que esses núcleos têm alcançado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 23 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 199

Diário Oficial

Associação vai se reunir em Natal

Natal, capital do Rio Grande do Norte, vai sediar o próximo Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude. O encontro, que se realiza a cada dois anos, está marcado para outubro de 1995. A escolha aconteceu no dia 18, durante encerramento do XV Congresso da entidade, em Curitiba.

Magistrados discutem Estatuto

Luiz Carlos: o Brasil é o único a pensar na redução da idade penal

Há três anos em vigor — completados no dia 14 de outubro — o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda causa polêmica. As correntes contra e a favor alegam, de um lado, que a lei é ambiciosa para um país como o Brasil e, de outro, que ela traduz um crescente respeito aos direitos do cidadão. Todos esses pontos foram mais uma vez discutidos, agora em Curitiba, durante o XV Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, no período de 9 a 12 do mês.

Mas se o Congresso mostrou que o Estatuto ainda gera controvérsia, mostrou também que existe pelo menos um consenso: a redução da idade penal de 18 para 16 anos foi reprovada por unanimidade entre os participantes. De acordo com o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, enquanto o Brasil pensa em baixar esse limite, a maioria mundial defende a manutenção dos 18 anos com tendência a elevar para 21.

Dados estatísticos da 2ª Vara especializada indicam que entre 100 menores infratores, 76 deles jamais voltam a ter problemas com a Justiça, sendo a maioria do restante responsável apenas por pequenas infrações patrimoniais. Luiz Carlos entende que reduzir a idade pode ser uma medida cômoda, mas não a mais acertada. "Se a idade penal passar para 16 anos, todos esses menores estariam hoje no Anfbal Bruno, muito mais distanciados de uma recuperação social".

Luiz Carlos afirma que é ilusão esperar a construção de presídios especiais para os presos que estão na faixa dos 16 aos 18 anos, porque a lei já determina isso desde 1985 e nunca foi nenhum construído. Adiantou que o Centro de Atendimento Provisório e o Centro de Recuperação de Menores da Fundac já funcionam como prisões especiais, bastando apenas que lhes seja proporcionada maior segurança externa.

Juiz defende reforma da Lei 8069

O juiz Celmilo Gusmão, da 1ª Vara da Infância e da Juventude, defende a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entende que a Lei 8069, que há três anos se encontra em vigor, contém inconstitucionalidades e inúmeros equívocos que a tornam de difícil aplicação na sociedade brasileira.

Ex-menino "trabalhador de rua", quando vendia doce, banana e laranja, o magistrado é autor do Projeto de Reforma do Estatuto, que se encontra no Senado, propondo a retirada de pontos que considera inconstitucionais e a revogação de 83 artigos. Com a retirada desses artigos, Celmilo oferece sugestão para elaboração de um novo Código do Menor.

De acordo com o magistrado, haveria assim duas leis em vigência. "O próprio Estatuto, que modificado conteria apenas normas sociais e o novo Código do menor que traria de volta a responsabilidade imediata do juiz sobre a criança, como antes".

Atualmente, disse o titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, o Estatuto determina que o menor infrator, depois de apreendido pela delegacia especializada, passe por uma triagem feita pelo promotor, pelos serviços social e de psicologia, devendo ainda aguardar audiência no Centro de Atendimento provisório, localizado no Juizado, quando somente então será conhecida a decisão judicial sobre o caso.

Associação elege nova presidência

O pernambucano Luiz Carlos de Barros Figueiredo foi eleito 1º vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. O juiz é titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e foi escolhido por aclamação, durante o XV Congresso da entidade, realizado em Curitiba. O jurista e membro do Ministério paulista, Paulo Afonso Garrido de Paula, foi eleito presidente, por um período de dois anos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celsin Dias
1.392 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010 - Fone: 424.3611/0-224 - Telex: 3136.

Circulação do Diário Oficial

Devido ao feriado do dia 2 (finados) e ao ponto facultativo decretado pelo Governo do Estado para o dia primeiro de novembro, a circulação do Diário Oficial do Poder Judiciário fica alterada. Depois da edição de amanhã, as matérias jornalísticas deste Poder só voltam a ser veiculadas normalmente a partir da próxima quinta-feira, dia 04.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 202

Diário Oficial

Tribunal tem Câmaras de Férias

Processos urgentes não mais sofrerão atrasos durante as férias coletivas dos desembargadores do Tribunal de Justiça, nos meses de janeiro e julho. O novo Regimento Interno da Casa criou as Câmaras Especiais de Férias que, possivelmente, entram em funcionamento a partir do próximo ano. Tudo só depende da escolha e nomeação dos 12 magistrados que passam a compor a Corte Judiciária pernambucana.

Itamar Pereira, presidente da Comissão de Organização Judiciária

As Câmaras de Férias — uma cível e outra criminal — têm a função de julgar ações de maior premência, que antes eram encaminhadas ao presidente do Tribunal de Justiça, nos períodos de recesso coletivo. Cada uma será composta por três desembargadores que se habilitem voluntariamente, 30 dias antes do início das férias, sendo respeitada a preferência pela ordem de antiguidade.

Se nenhum magistrado manifestar essa vontade, a designação será feita pelo presidente do Tribunal, entre os componentes das Sessões Cível e Criminal. O desembargador só pode atuar na Câmara de Férias pela segunda vez, se não houver interesse de outro magistrado que dela ainda não tenha participado.

REUNIÕES

A Câmara Cível de Férias vai se reunir sempre às terças, à tarde, para decidir sobre liminar em mandado de segurança, processar e julgar ações cautelares e habeas datas e julgar apelações e agravos em que, não havendo revisor, o relator venha a compor a referida Câmara.

A tarde das quintas fica reservada à Câmara Criminal de Férias que por sua vez, vai processar e julgar recursos de denegação de habeas-corpus e os recursos em sentido restrito, nos casos em que o paciente imputado esteja preso. O desembargador que fizer parte de uma dessas Câmaras pode gozar férias individuais em qualquer outro mês do ano.

COMISSÃO

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça foi alterado pela Resolução nº 070, sofrendo modificações nos artigos 1º, 3º, 6º, 8º, 12º, 19º, 20º, 28º e 34º, que dizem respeito à nova composição do Poder Judiciário estadual.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária foi responsável por essas alterações, recebendo subsídios da assessoria de planejamento da presidência do Tribunal de Justiça. A comissão é composta pelos desembargadores Itamar Pereira (presidente), Artur Pio (relator do Regimento) e Agenor Ferreira Lima.

De acordo com o juiz Jovaldo Nunes, assessor de planejamento, as Câmaras Especiais de Férias são novidade no Judiciário pernambucano, embora já existam em Tribunais maiores, como o de São Paulo, onde a excessiva tramitação de processos exige medidas dessa natureza, para evitar acúmulo de feitos distribuídos durante o recesso coletivo.

O magistrado informou, ainda, que as férias coletivas foram criadas em 1979, através da Lei Orgânica da Magistratura Nacional — Loman — complementar à Constituição Federal. Com a revisão constitucional, a Loman também passará por modificações.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Salzedas

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ênio Barros Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Cristiano Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celsão Dias
L192 - DRT/PE

Redação
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424-3811/8-214 - Telex: 3116.

Inscrições abertas para novo curso da ESMAPE

A Escola da Magistratura de Pernambuco está com inscrições abertas para o Curso de Preparação à Magistratura. O curso será iniciado em fevereiro do próximo ano e os interessados têm até o dia 30 deste mês para se inscreverem. Na próxima quinta-feira, dia 4, a edição do Diário Oficial do Poder Judiciário trará matéria especial sobre o assunto.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 30 DE OUTUBRO DE 1993 Nº 203

Diário Oficial

Escola da Magistratura entre as melhores do País

A ESMAPE também tem preparado novos juízes para a Magistratura

Com apenas seis anos de criação, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco já alcança destaque entre as Escolas Judiciais do Brasil. Órgão da Associação dos Magistrados do Estado, a ESMAPE está, segundo a avaliação do presidente da Escola Superior da Magistratura Nacional, ministro Sálvio Figueiredo, entre as 10 melhores do país.

O objetivo da Escola é o aperfeiçoamento da magistratura no Estado. Para isso, ela atua de duas formas: primeiro, com a preparação dos bacharéis para o ingresso na carreira (ver matéria na próxima semana); depois, com a reciclagem dos próprios juízes.

Para os novos magistrados, a Escola também oferece um curso de iniciação à função judicante, com duração de um mês, em horário integral. Nele, os juízes substitutos de 1ª Entrância passam pelo processo prático da aplicação de seus conhecimentos, observando o andamento dos processos nas diversas Varas da Justiça, participando do Tribunal do Júri e analisando sentenças, além de uma carga teórica mínima.

O curso (que foi criado para suprir a não exigência da prática forense para o exercício do cargo de juiz de Direito) tem apresentado, segundo a avaliação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, bons resultados para a magistratura de Pernambuco.

RECICLAGEM

Para os juízes em atuação no Estado, a ESMAPE tem procurado — através de encontros, seminários, simpósios e conferências — reciclar e atualizar os seus conhecimentos do Direito. De acordo com o diretor da Escola, desembargador Etério Ramos Galvão, somente este ano já foram feitos três encontros de magistrados. "Até o final do ano, pretendemos fazer mais três", completa.

Nesses encontros, os juízes não só abordam as questões do Direito, mas adquirem, através de uma equipe especializada, noções básicas de administração, gerenciamento, relações humanas e liderança. "Isso é muito importante para o magistrado, que além de juiz é também chefe de uma repartição pública", afirma Etério Galvão.

PRESTÍGIO

O V Simpósio de Direito Civil e Processual Civil, realizado no início deste mês, aqui no Recife, serviu, segundo o desembargador Etério Galvão, para fixar o nome da ESMAPE (que foi co-patrocinadora do evento) no cenário nacional e, principalmente, nordestino.

De acordo com dados do Centro de Convenções, o encontro registrou o maior público inscrito em eventos realizados no Teatro Guararapes. Além do sucesso, o simpósio deixou um saldo financeiro positivo para a Escola, que será destinado à aquisição de um acervo bibliográfico.

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco também tem obtido novos associados. A AMATRA, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, já faz parte do Conselho administrativo da Escola. Segundo a direção da ESMAPE, o convite para integrar o Conselho também foi feito à Justiça Federal.

A mudança do atual endereço (Av. João de Barros) para o novo Fórum do Recife (Antigo Grande Hotel) também trará benefícios para a Escola. Além de salas maiores e em melhores condições de uso, a ESMAPE poderá utilizar o auditório do Fórum Tomás Cirilo Vanderley para palestras e conferências.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Bibiano Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Oliveira e Clotilde Alvarez

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cláudio Dias

Tiragem: 1.192 - DIÁRIO

Redação:
Pça. da República s/nº - Sto Antônio - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3911/91-208 - Telex: 3116 - Fax: 424/1822

Floresta: concurso é no domingo

A Corregedoria Geral de Justiça avisa aos candidatos inscritos no Concurso Público da Comarca de Floresta que as provas serão realizadas no próximo domingo, dia 07, às 9 horas, no Colégio Diocesano, localizado na Avenida Deputado Audomar Ferraz, s/n, centro de Floresta. Os interessados devem comparecer com uma hora de antecedência ao local.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 204

Diário Oficial

Esmape abre inscrições para novo curso

Estão abertas, desde o dia 25 do mês passado, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Os bacharéis em Direito interessados devem passar por um processo seletivo em janeiro do próximo ano. São 100 vagas para duas turmas, que iniciarão as aulas em fevereiro de 1994.

Os candidatos interessados devem se dirigir ao Bandepe (agência 001, Posto do Tribunal de Justiça) e pagar a taxa de inscrição em nome da Esmape (conta corrente nº 0525252-2). O valor varia de acordo com o dia do pagamento: CR$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros reais) até o dia 15 ou CR$ 2.300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros reais) até o dia 31 deste mês, último prazo para a inscrição.

Será exigido ainda dos candidatos uma xerox autenticada da carteira de identidade e do diploma de bacharel em Direito (ou da declaração de colação de grau do curso), o "curriculum vitae" e duas fotografias 3x4. A matrícula definitiva ficará condicionada à aprovação no exame seletivo, em janeiro (ver box com programa da prova).

SEMESTRES

O curso de preparação à magistratura terá 720 horas/aula, dividido em três semestres. No primeiro, os professores da Esmape abordarão a Sociologia Jurídica, os direitos Penal, Civil, Administrativo, Comercial e Eleitoral, além dos Processos Civil e Penal e da Linguagem Vernacular Jurídica.

No segundo semestre, o curso dará continuidade a algumas disciplinas do primeiro período, acrescida de um estudo sobre a Hermenêutica Jurídica, a Filosofia do Direito e a Lógica da Controvérsia, num total de 180 horas/aula.

Passadas estas etapas, os bacharéis farão, no último semestre, a opção pelo curso de preparação à magistratura do Trabalho ou da Justiça Comum. Aqui, cada aluno fará uma especialização na área do Direito em que deseja seguir.

NOVA SEDE

A Escola da Magistratura de Pernambuco, que hoje se encontra entre as melhores Escolas Judiciais do País, está mudando de endereço. De acordo com sua direção, ainda este mês a Esmape passa a funcionar no Fórum Tômas Cirão Vanderley, antigo Grande Hotel, no centro do Recife.

Atualmente, a Escola funciona na Avenida João de Barros, no bairro do Espinheiro. Com a mudança, os novos alunos terão salas de aula mais amplas e com melhores equipamentos. Para maiores informações, o telefone da Esmape é 241-7069.

A escola da Magistratura vai funcionar no antigo Grande Hotel

Programa para o Exame Seletivo

a) DIREITO CIVIL — Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Fato Jurídico. Negócio Jurídico. Ato Ilícito. Casamento. Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal. Adoção. Pátrio Poder. Alimentos. Tutela. Posse. Propriedades. Sucessão. Locação Predial. Registros Públicos.

b) DIREITO PENAL — Do Crime. Classificação. Relação de Causalidade. Crime Consumado e Crime Tentado. Crime Impossível. Crime Doloso e Crime Culposo. Tentativa. O Erro no Direito Penal.

c) DIREITO PROCESSUAL CIVIL — Das Partes e dos Procuradores. Intervenção de Terceiros. Litisconsórcio. Competência e Jurisdição. Atos Processuais. Tempo. Prazos. Nulidades. Formação, Suspensão, e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Procedimento Ordinário. Julgamento Antecipado da Lide. Saneamento do Processo. Audiência de Instrução e Julgamento. Procedimento Sumaríssimo. Julgamento da Causa.

d) DIREITO PROCESSUAL PENAL — Ação Penal Pública e Ação Penal Privada. Das Citações e Intimações. Da Prova. Processos em Espécie. Processo Comum. Processo Sumário. Contravenções. Nulidades. Da Prisão e da Liberdade Provisória. Da Sentença. Recursos. Habeas-corpus.

e) DIREITO DO TRABALHO — Princípios. Fontes. Interpretação das Normas Trabalhistas. Contrato Individual do Trabalho: sujeitos. Alteração. Interrupção. Suspensão. Rescisão. Estabilidade e Garantia no Emprego. Direito Coletivo do Trabalho: Acordo Coletivo. Convenção Coletiva e Dissídio Coletivo.

f) DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO — Petição Inicial. Defesa. Competência: em razão da matéria e territorial. Sentença. Recurso.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Délio Bandeira Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Oliveira e Cristiano Ancheta.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3511/85-268 - Telex: 3116 - Fax: 424-9821

"Outra Face do Magistrado" é adiada

Em face da necessidade de informar sobre as recentes modificações no Judiciário Estadual, com a nomeação dos 12 novos desembargadores, "A Outra Face de um Magistrado", veiculada às sextas-feiras, foi adiada, excepcionalmente para o Diário Oficial de amanhã (sábado), apresentando a biografia do Juiz Sandoval José de Assis e Silva, titular da Vara da Infância e da Juventude de São Lourenço da Mata.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 205

Diário Oficial

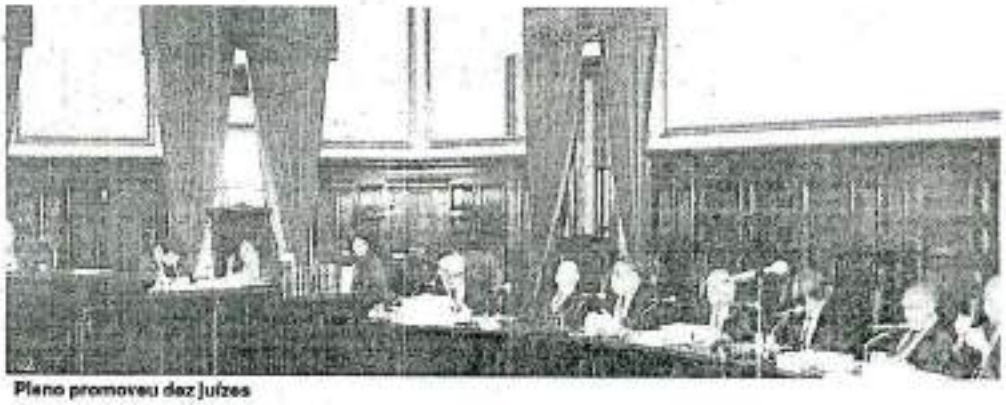
Novos desembargadores tomam posse

Movimentação forense é elevada

O desembargador Nildo Nery dos Santos foi quem mais processos julgou, perfazendo 275 feitos, entre 1 de janeiro e 31 de outubro. Segundo estatística fornecida pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de um total de 3.366 feitos distribuídos entre os desembargadores do TJPE, foram julgados 2.436 processos.

De acordo com o presidente Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a movimentação forense foi representativa, considerando ainda que entre janeiro e outubro, os desembargadores tiveram dois meses de férias coletivas. "Há muito tempo não se vê quantidade tão elevada de novos feitos distribuídos e julgados", afirmou Carlos Xavier.

Depois de Nildo Nery, que apresentou 275 processos julgados, os desembargadores que se destacaram foram: Arthur Pio dos Santos (242 feitos), Otílio Neiva Coelho (233), José Napoleão Tavares (205), Agenor Ferreira (183), Francisco de Sá Sampaio (170), Waldemir Lins (154), Cláudio Américo (143), Benildes de Souza Ribeiro (141) e Edgar Sobreira (138).



Pleno promoveu dez juízes

Os 12 novos desembargadores nomeados tomam posse administrativa hoje, às 11 horas, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, quando devem prestar juramento, assinar o termo de posse e apresentar toda a documentação necessária para o investimento no cargo. Na próxima sexta-feira, às 15 horas, haverá uma posse solene, em sessão extraordinária, na Sala do Júri, na presença de diversas autoridades.

A sessão extraordinária do Pleno, quarta-feira, definiu os dez nomes dos juízes promovidos, sendo cinco pelo critério de antiguidade e os demais por merecimento. Gilberto Gondim, Manoel Rafael Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino são os mais antigos na função. Os promovidos por merecimento foram Ozael Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti.

Ontem, o governador Joaquim Francisco completou a lista de doze desembargadores, necessária para preenchimento do quadro do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nomeando os advogados Fausto Freitas e Dário Rocha, que concorriam em duas listas tríplices às vagas postas à disposição da Ordem dos Advogados do Brasil. Numa das listas, concorriam Fausto Freitas, Renato Santos Pinheiro e José Carlos Cavalcanti de Araújo. Na outra, Dário Rocha, Romualdo Marques Costa e Jerson Maciel Neto.

Segundo o presidente do TJPE, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o aumento de componentes na Corte de Justiça pernambucana faz parte do projeto da Presidência, aprovado pelo Governo do Estado, que pretende agilizar a prestação jurisdicional, além de favorecer a uma maior descentralização. O desembargador-presidente informou, ainda, que até a virada do século mais nove vagas devem surgir na Corte de Justiça já que, a partir de 1996, alguns desembargadores devem se aposentar compulsoriamente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Dário Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alfredo Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Edson Carvalho, Manoel Glauco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811(8. 288 - Telex 3116. - Fax: 424/1922

Tribunal empossa novos desembargadores

Ontem pela manhã, no Palácio da Justiça, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, empossou os novos integrantes da Corte de Justiça do Estado. Os 12 desembargadores, conforme manda a Lei, fizeram o juramento e apresentaram suas respectivas declarações de bens. A sessão solene de posse acontece na próxima sexta-feira, dia 12.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 06 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 206

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXVIII)

Sandoval José de Assis e Silva

Sandoval de Assis e Silva — defensor da Infância e Juventude

Dirigindo táxi durante dez anos para ganhar a vida, Sandoval José de Assis e Silva, chegou ao vestibular de Direito na Universidade Católica de Pernambuco, onde, ajudado pelo Crédito Educativo, conquistou brilhantemente - como orador da turma - seu tão ambicionado diploma de Bacharel.

A vida escolar do atual juiz da 3ª Vara de São Lourenço da Mata, humildemente se iniciou na Escola Frei Cassimiro, no bairro de Santo Amaro, Recife, onde nasceu em 1944. Transferido para a Escola Técnica Agamenon Magalhães - antiga Escola Industrial - distinguiu-se como melhor aluno, laureado em mecânica de máquinas e fresagem.

Recruta Sandoval no Forte do Brum

Ao tempo da sua diplomação em Contabilidade pela Escola Técnica do Recife, conheceu e se apaixonou por Rosalva, com quem casou festiva e precisamente no dia em que o Brasil se sagrava tricampeão do mundo em 1970.

Ao concluir as "primeiras letras" na Escola Frei Cassimiro, Sandoval ingressou no curso profissionalizante da Escola Industrial Professor Agamenon Magalhães, de onde se transferiu em 1961 para o Colégio Estadual de Beberibe. Após sua diplomação no 2º grau, foi levado por um grupo de amigos para a Escola Técnica do Recife, recebendo com louvor sua aprovação em Contabilidade.

Trabalhando e estudando, entre as cifras do taxímetro e as apostilas da Universidade Católica, concluiu vitoriosamente o seu curso de Direito. Portador do honroso título de Bacharel, foi convidado pelo atual desembargador José Antônio Macedo Malta, à época juiz de Direito de Escada, para um estágio de Prática Forense naquela Comarca. "Foi uma aprendizagem maravilhosa. Com o querido amigo e mestre Macedo Malta, adquiri a base fundamental para o exercício da minha carreira na função judiciária. Como Assessor Jurídico e Assistente, ganhei dez proveitosos anos de experiência na minha vida".

Orientado pelo dedicado professor Macedo Malta, inscreveu-se na Escola da Magistratura. Em 1989 submeteu-se a concurso para juiz, sendo aprovado em 16º lugar. Nomeado como titular para a Comarca de Jurema, acumulando Panelas, realizou inúmeros benefícios comunitários ao longo de dois anos e oito meses de verdadeiro apostolado. Criou uma Delegacia de Polícia ao tempo em que ampliava o efetivo militar do Município. Instalou um Posto de Policiamento no distrito de Queimados. Obteve a doação de área urbana para construção de um mini-quartel, além de dotar a polícia local de uma viatura equipada com sistema de comunicação. Quando promovido por merecimento para assumir a Comarca de São Lourenço da Mata, foi agraciado pela Câmara Municipal, por unanimidade, com o título de Cidadão Juremense.

Sandoval José de Assis e Silva exercitou sua profissão de advogado militante no cível e no crime, com atuação no Recife, em Jaboatão, Caruaru, Olinda e Escada, onde ajuizou mais de 120 ações, atuando como Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, por mais de dois anos.

Convocado para o Exército, em virtude da sua condição de rapaz pobre e pretendo para o CPOR, serviu como soldado nas fileiras da 2ª CR no Forte do Brum.

Torce pelo Náutico, gosta de teatro e cultiva o hábito da leitura. Incentivado por sua irmã Zuleide — exímia quituteira — aprecia receber os amigos mais íntimos, para deliciá-los com algumas surpresas da cozinha italiana, manipuladas por ele próprio ao fogão & fogão.

Com sua querida **Rosalva**, presenteou seus pais **Camilo e Eugênia Laura** com um casal de encantadores netos: **Cleber Cezar (17) e Carla Adriana (21)** já concluindo este ano seu curso de Direito na UFPE para seguir a Magistratura e trilhar o mesmo caminho do pai, simples e digno no emocionante ofício da lei e da justiça.

Titular da Vara da Infância e da Juventude, atualmente em São Lourenço da Mata, acumula a 2ª Vara e Diretoria do Fórum há onze meses. Seu meritório trabalho em favor da criança o credencia para receber no próximo mês do Natal, o título de Cidadão Honorário da sua Comarca.

"A humildade é a maior virtude do homem e a conquista do verdadeiro ideal só é atingida através da perseverança e da constante fé no futuro. O exemplo que se deixa para os filhos e a confiança que se conquista nos amigos, são a herança mais rica do homem que se engrandece pelos atos e nunca pelos cargos".

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 207

Diário Oficial

Folha de pagamento

Com a implantação da folha própria de pagamento dos servidores, o Tribunal de Justiça está orientando a todos para que procurem, a partir do dia 12, uma das agências do Bandepe, cujos nomes encontram-se afixados nos locais de trabalho. Os funcionários deverão assinar os cartões de autógrafo e receber seus cartões magnéticos. O pagamento dos funcionários será efetuado este mês através de contracheques emitidos pelo Tribunal.

Campanha Pró-Criança recebe doação

Empresa Atlantic participa da Campanha Pró-Criança Carente

A Campanha Pró-Criança, que vem sendo desenvolvida pela 1ª Vara da Infância e Juventude, recebeu apoio de mais uma empresa privada. A mais recente integrante do movimento foi a empresa Atlantic, que entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, um cheque no valor de CR$ 393.822,90. Essa quantia será aplicada na confecção de adesivos, que serão distribuídos na sede da 1ª Vara, na rua Fernandes Vieira e nos postos Atlantic existentes na cidade.

Os adesivos serão criados pela Ampla Propaganda e terão como mensagem o apoio à criança carente. A empresa de publicidade está integrada à Campanha Pró-Criança desde a sua criação em abril do ano passado. "À época a agência produziu, em parceria com o Clube de Diretores Lojistas, 40 "outdoors" do Programa. O Sindicato dos Bancos de Pernambuco doou três mil cartazes. "A Rede Globo Nordeste, também colaborou com a produção e veiculação de um filme comercial", destacou o diretor de atendimento da Ampla, Doryan Bessa.

Idealizada pelo juiz de menores, Ozeal Veloso, a Campanha Pró-Criança tem continuidade com a doação da Atlantic. Atualmente está sob a coordenação do juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Bartolomeu Bueno de Freitas Morais. Segundo ele, as pessoas têm procurado a 1ª Vara e se engajado no Programa. O objetivo desse trabalho é fazer com que cada cidadão se interesse por uma criança carente e se torne responsável por ela.

A Campanha pretende evitar a mendicância infantil. A principal orientação do coordenador é que não seja dado dinheiro aos meninos e meninas de rua. A doação pode ser feita em brinquedos, alimentos e roupas, que devem ser entregues diretamente à criança. A intenção é que se estabeleça uma relação de afinidade com o menor. A partir daí o voluntário passa a acompanhar, à distância, a criança por ele escolhida.

PAPEL DO JUIZADO

Essa aproximação com as crianças e adolescentes de rua se dá com o apoio da Vara da Infância e Juventude. De acordo com a proposta do juiz, Ozael Veloso, cabe ao Juízo despertar as pessoas para a importância desse tipo de Programa, fazendo com que cada uma assuma a responsabilidade pela educação de apenas uma criança desamparada. Desde o início da ação, o Juizado tem orientado os voluntários, por telefone ou pessoalmente, sobre as formas de participação. Todas essas pessoas, como também as crianças, são cadastradas na 1ª Vara.

Desde que o Pró-Criança foi lançado, a Vara da Infância e Juventude vem buscando apoio dos diversos setores da sociedade, através da assinatura de convênios com o objetivo de divulgá-lo. Além da Atlantic, que doou a verba para produção dos adesivos, com a mensagem da Campanha, e da Ampla que está responsável pela produção, outras empresas estão se integrando ao Programa. Foram mantidos contatos, também, com associações de moradores, clubes de serviços, órgãos de imprensa e entidades religiosas e públicas.

De acordo com o gerente de mercado da Atlantic, Paulo Adilson Matheus Dutra, a empresa tem um Plano de Participação Social, através do qual já concretizou várias formas de apoio à comunidade. A integração à Campanha Pró-Criança é uma dessas iniciativas. O objetivo dessa atuação é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população onde a Atlantic está presente, acrescentou Paulo Matheus. Em cada região, o Plano é gerenciado por um grupo de funcionários que decidem, sem a interferência da direção, como aplicar os recursos disponíveis.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Xavier

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Cleuco e Chatarlanes Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mile Gonçalves e Celeste Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3818/8-368 - Telex: 3116 - Fax: 424.1152

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 208

Comissão

Presidida pelo juiz Jovaldo Nunes, assessor de Planejamento da presidência do Tribunal de Justiça, a comissão especial encarregada de elaborar as propostas do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do TJ, era composta por servidores do Judiciário e Executivo. Trabalhando desde maio no projeto, o grupo esteve integrado por Ana Leite, Célia Gomes, Ângela Alves, Maria das Graças Lavor, Gisela Santos e Silvana Oriá.

Diário Oficial

Projeto do servidor vai ao Legislativo

Não apenas proporcionar melhoria salarial, mas também promover o desenvolvimento do servidor na carreira jurisdicional como um todo. Essa é a filosofia do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça, que foi encaminhado à Assembléia Legislativa, para discussão e votação pelos deputados estaduais. O projeto votado pelos desembargadores, foi aprovado com emendas.

Desde que entre em vigor (se for aprovado na Assembléia, a matéria ainda será submetida à apreciação do governador Joaquim Francisco), algumas mudanças serão processadas na estrutura funcional e administrativa do Judiciário pernambucano. Uma delas é o desmembramento da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça.

Prevê também a criação da diretoria do Núcleo de Recursos Humanos e do Centro Integrado de Saúde que, atualmente, existem apenas de fato e não de direito. Cria, além disso, um cargo de consultor judiciário para assessoramento não só à presidência, mas também ao Conselho da Magistratura e dois cargos de auditor interno para inspeções preventivas e corretivas nas áreas de finanças, contabilidade, pessoal e programação de dados.

De importância também é a criação de uma Coordenadoria de Capacitação e Treinamento de Pessoal, visando à valorização do servidor, através de cursos e acompanhamento da vida funcional. De acordo com o juiz Jovaldo Nunes, que presidiu a comissão encarregada das propostas, a priorização do funcionário reflete de forma positiva na prestação do serviço jurisdicional à população pernambucana.

Os trabalhos da comissão foram iniciados em maio

SERVIDOR

O trabalho de elaboração do plano começou em maio e foi executado por comissão integrada por servidores do Judiciário e Executivo. A idéia básica de oferecer melhoria salarial sem onerar os cofres do Estado foi mantida até o fim, procurando-se uma coerência entre a necessidade do serventuário e a disponibilidade financeira do governo.

Pelo projeto, o servidor passa a ser classificado em três grupos ocupacionais: o de técnico-administrativo, voltado às atividades-meio do Tribunal; o grupo judiciário, composto pelos cargos voltados às atividades-fim e o de direção e assessoramento, relativo aos cargos comissionados. A proposta modifica a atual estrutura funcional do Poder Judiciário, que ainda data de 1973.

Durante toda vida funcional, o servidor tem seu dezempenho avaliado. Enquadrado em níveis de zero a dez anos de atividade judiciária, de dez a 15 anos e de 15 em diante, ele é alvo de promoções por antiguidade e merecimento. O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Tribunal de Justiça é voltado também aos Juizados Especiais de Pequenas Causas e cargos oficializados das Comarcas do Interior.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Assis Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ênio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Christianne Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsos Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3511/8-168 - Telex: 3115. - Fax: 424-1922

A Outra Face de um Magistrado (XXIX)

Depois de "alisar os bancos" das Escolas Reunidas Professora Carlota Breckenfeld e Ginásios Pajeú e Cenecista Eduardo Coelho, em Tabira, Hantocenes Bueno de Freitas Morais, por volta de 1968 – ainda em plena ditadura militar – arvorou-se em defensor da democracia e foi advertido e expulso da escola. Fatos marcantes da vida do atual juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, estaremos revelando amanhã, neste jornal do Poder Judiciário, em "A outra face de um magistrado".

ESTADO DE PERNAMBUCO

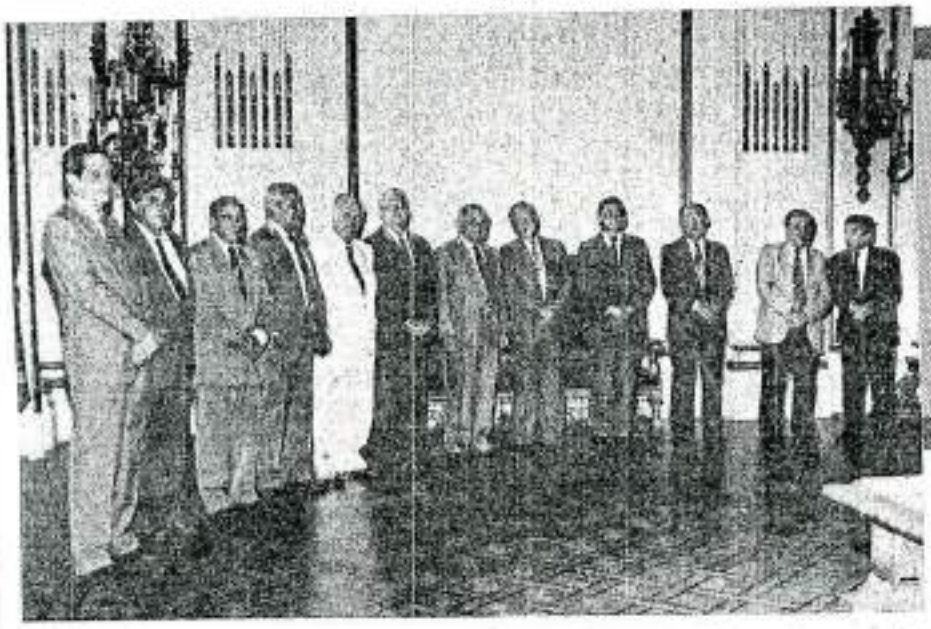
PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 209

Diário Oficial

Novos desembargadores tomam posse no Stª Isabel



Estes são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco: (da direita p/ esquerda) Célio de Castro Montenegro, José Antônio Macedo Malta, José Maria Florentino, Antônio de Pádua Camarotti Filho, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, Hélio Barros de Siqueira Campos, Gilberto Corrêa Gondim, Manoel Rafael Neto, Ozael Rodrigues Veloso, Fausto Valença de Freitas e Francisco Dário da Rocha.

Sexta-feira, 12 de novembro de 1993. Uma data histórica para a Justiça pernambucana. Em sessão solene, às 15h, no Teatro Santa Isabel, tomam posse os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. Depois de 41 anos funcionando com 15 magistrados, a Corte de Justiça é ampliada para 27 componentes.

A cerimônia será aberta pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, e contará com a presença do governador Joaquim Francisco, do prefeito da Cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio Figueiredo, e de outras autoridades municipais e estaduais.

Os novos integrantes da Corte de Justiça serão recebidos por uma comissão de desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça. Após a abertura, haverá um discurso do desembargador Mário Melo, representando o TJPE, em seguida, falará, em nome da Associação dos Magistrados, o desembargador Francisco de Sá Sampaio.

O procurador geral da Justiça, Olímpio Costa Júnior, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, Jorge Neves, também farão discurso de saudação aos novos desembargadores. Por sua vez, os 12 magistrados serão representados pela palavra do desembargador José Maria Florentino.

Para a solenidade, o cerimonial do Tribunal de Justiça fará a arrumação do palco do Teatro Santa Isabel de forma semelhante ao plenário do TJ, onde os desembargadores se reúnem para deliberar assuntos judiciais e administrativos: uma grande mesa ao centro e cadeiras em dois semi-círculos.

A solenidade também contará com a participação do Coral do Tribunal de Justiça, que fará homenagem aos novos desembargadores cantando os hinos do Brasil e de Pernambuco. Ao final do evento, haverá uma recepção para os convidados.

AMPLIAÇÃO

A última vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco teve seu número de integrantes elevado foi em 30 de junho de 1952, portanto há mais de 40 anos. No dia 02 de agosto deste ano, o governador Joaquim Francisco sancionou a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do TJ para 27 desembargadores.

"Estamos vivendo um momento histórico da maior importância para a Justiça do nosso Estado", disse o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Segundo ele, a nova composição da Corte de Justiça significa um passo importante para a solução do acúmulo de processos na justiça estadual.

Os 12 desembargadores, foram escolhidos de acordo com os critérios de antigüidade (05) e merecimento (05), os outros dois foram indicados em duas listas sêxtuplas da Ordem dos Advogados do Brasil (seção-PE) e escolhidos pelo Governador, após uma seleção do próprio Tribunal.

Gilberto Gondim, Manoel Rafael Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino eram os juízes mais antigos na Capital. Já Ozael Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti foram promovidos por merecimento; Dário Rocha e Fausto Freitas completam a lista como representantes da OAB-PE.

Embora a sessão solene de posse só aconteça amanhã, os novos desembargadores já haviam sido empossados administrativamente na sexta-feira passado, dia 05. Na ocasião, todos eles fizeram o juramento e apresentaram, conforme manda a lei, suas declarações de bens.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Mário Ramos Melo

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 224.3811/3258 - Telex: 3146. - Fax: 424/1922

A Outra Face de um Magistrado (XXIX)

Depois de "alisar os bancos" das Escolas Reunidas Professora Carlota Breckenfeld e Ginásios Pajeú e Cenecista Eduardo Coelho, em Tabira, Bartolomeu Bueno de Freitas Morais, por volta de 1968 – ainda em plena ditadura militar – arvorou-se em defensor da democracia e foi advertido e expulso da escola. Fatos marcantes da vida do atual juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, estaremos revelando amanhã, neste jornal do Poder Judiciário, em "A outra face de um magistrado".

ESTADO DE PERNAMBUCO

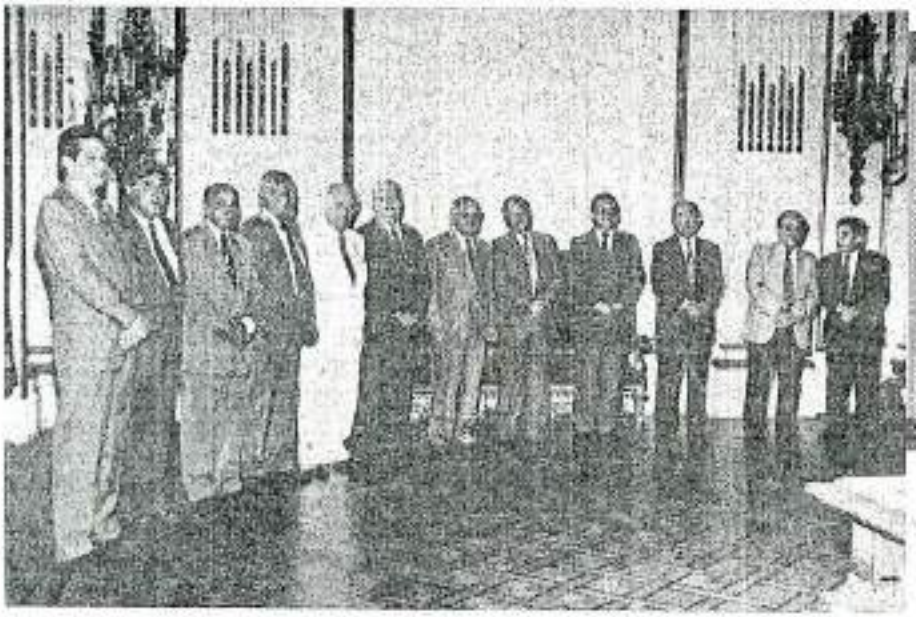
PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 209

Diário Oficial

Novos desembargadores tomam posse no Stª Isabel



Estes são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco: (da direita p/ esquerda) Célio de Castro Montenegro, José Antônio Macedo Malta, José Maria Florentino, Antônio de Pádua Camarotti Filho, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, Hélio Barros de Siqueira Campos, Gilberto Corrêa Gondim, Manoel Rafael Neto, Ozael Rodrigues Veloso, Fausto Valença de Freitas e Francisco Dário da Rocha.

Sexta-feira, 12 de novembro de 1993. Uma data histórica para a Justiça pernambucana. Em sessão solene, às 15h, no Teatro Santa Isabel, tomam posse os 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado. Depois de 41 anos funcionando com 15 magistrados, a Corte de Justiça é ampliada para 27 componentes.

A cerimônia será aberta pelo presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, e contará com a presença do governador Joaquim Francisco, do prefeito da Cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio Figueiredo, e de outras autoridades municipais e estaduais.

Os novos integrantes da Corte de Justiça serão recebidos por uma comissão de desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça. Após a abertura, haverá um discurso do desembargador Mário Melo, representando o TJPE, em seguida, falará, em nome da Associação dos Magistrados, o desembargador Francisco de Sá Sampaio.

O procurador geral da Justiça, Olímpio Costa Júnior, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, Jorge Neves, também farão discurso de saudação aos novos desembargadores. Por sua vez, os 12 magistrados serão representados pela palavra do desembargador José Maria Florentino.

Para a solenidade, o cerimonial do Tribunal de Justiça fará a arrumação do palco do Teatro Santa Isabel de forma semelhante ao plenário do TJ, onde os desembargadores se reúnem para deliberar assuntos judiciais e administrativos: uma grande mesa no centro e cadeiras em dois semicírculos.

A solenidade também contará com a participação do Coral do Tribunal de Justiça, que fará homenagem aos novos desembargadores cantando os hinos do Brasil e de Pernambuco. Ao final do evento, haverá uma recepção para os convidados.

AMPLIAÇÃO

A última vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco teve seu número de integrantes elevado foi em 30 de junho de 1952, portanto há mais de 40 anos. No dia 02 de agosto deste ano, o governador Joaquim Francisco sancionou a lei complementar nº 09, que prevê a ampliação do TJ para 27 desembargadores.

"Estamos vivendo um momento histórico da maior importância para a Justiça do nosso Estado", diz o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier. Segundo ele, a nova composição da Corte de Justiça significa um passo importante para a solução do acúmulo de processos na justiça estadual.

Os 12 desembargadores, foram escolhidos de acordo com os critérios de antigüidade (05) e merecimento (05), os outros dois foram indicados em duas listas sêxtuplas da Ordem dos Advogados do Brasil (seção-PE) e escolhidos pelo Governador, após uma seleção do próprio Tribunal.

Gilberto Gondim, Manoel Rafael Neto, Célio Montenegro, Hélio de Siqueira Campos e José Maria Florentino eram os juízes mais antigos na Capital. Já Ozael Veloso, José Antônio Amorim, Amaro José de Araújo, José Antônio Macedo Malta e Antônio de Pádua Camarotti foram promovidos por merecimento; Dário Rocha e Fausto Freitas completam a lista como representantes da OAB-PE.

Embora a sessão solene de posse só aconteça amanhã, os novos desembargadores já haviam sido empossados administrativamente na sexta-feira passada, dia 05. Na ocasião, todos eles fizeram o juramento e apresentaram, conforme manda a lei, suas declarações de bens.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Divaldo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Robson Tavares

Redatores: Lêda Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cássio Dias L.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº, 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.8811/8. 258 - Telex: 3116. - Fax 424/7822

Posse solene dos novos desembargadores é hoje

Hoje, às 15h, no Teatro Santa Isabel, acontece a posse solene dos 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Trata-se de uma data histórica, pois a última mudança na Corte de Justiça ocorreu há 40 anos. O presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, fará a abertura da solenidade, que contará com a presença de várias autoridades estaduais e municipais. O evento terá ainda a participação do coral formado por servidores do Judiciário.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 210

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXIX)

Bartolomeu Bueno de Freitas Morais

Pernambucano do Sertão do Pajeú, filho do agente arrecadador do Estado, **José Pereira de Morais** e de **Maria Freitas Pedrosa**, oficial do registro civil, **Bartolomeu** veio ao mundo em janeiro de 1954 na antiga Vila de Ingazeira, distrito do município de Tabira. Lá mesmo iniciou seus estudos nas Escolas Reunidas Professora Carlota Brekenfeld. Transferido para os ginásios Pajeú e Cenecista Eduardo Coelho (1965 a 1968), deixou se influenciar pelas prédicas de Organização Social e Política, e, ainda em plena ditadura militar, passou a defender publicamente a democracia no País.

Desagradando à diretoria, foi repreendido e expulso após violenta discussão. Como nenhum educandário pernambucano aceitava sua transferência, conseguiu a duras penas matricular-se no Ginásio Dr. José Nominando, em Água Branca, Paraíba, onde concluiu seu curso.

Bartolomeu no seu púlpito da Infância & Juventude

BARTOLOMEU NO RECIFE

Atendendo ao apelo dos pais e em face das dificuldades financeiras da família, **Bartolomeu** se transferiu para a Capital, onde já se encontravam seus irmãos mais velhos, **Ledo** e **Roberto**. Durante três longos anos trabalhou como "office boy" em escritório de advocacia. Desse fato de sacrifício foi surgindo sua tendência para desistir da medicina, profissão já delineada pela vontade de seus genitores. Em 1972, abandonou seus estudos no Colégio Estadual de Pernambuco, diante da necessidade imperiosa de apoiar seu pai, tristemente derrotado em recente campanha eleitoral no Interior.

Concluinte do Colégio Boa Vista em 1973, foi aprovado no vestibular de Direito do ano seguinte. Destacando-se em Direito Penal e Processual Penal, obtendo notas 10 durante todo o curso, colou grau em julho de 1978 com média geral 7, bacharelando-se pela Faculdade de Direito da UFPE.

Aprovado em 1979, integrou-se à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, partindo com êxito para atender a empresas, sindicatos e entidades populares, sempre em favor da cidadania e dos direitos humanos.

BARTOLOMEU NA MAGISTRATURA

Submetendo-se a concurso público para juiz de Direito em 1982, foi aprovado com média de 6,93 pontos em 15º lugar. Em 28 de outubro do mesmo ano, foi nomeado para a Comarca de Exu onde permaneceu até abril de 1983, com exercício cumulativo em Araripina.

Ainda na 1ª entrância, esteve respectivamente em Palmeirina (07.04.83 a 07.12.84) e Lagoa dos Gatos (08.12.84 a 16.10.85). Promovido para a 2ª entrância — por antigüidade — exerceu a judicatura como juiz substituto nas comarcas de Olinda, Garanhuns, Petrolina e titular na 2ª Vara Criminal de Olinda.

Novamente promovido por antigüidade para a 3ª entrância, como juiz substituto, atuou nas Varas de Menores, 6ª Vara Cível, 5ª Vara Criminal por Distribuição, 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos e 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital. Aos 18 de novembro de 1992 foi titularizado na 1ª Vara de Família e Registro Civil da Capital.

Destacou-se nas funções de juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (05.11.92 a 22.07.93) com exercício na 2ª Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios do Estado, de onde se afastou a pedido, dedicando-se exclusivamente à Vara da Infância e da Juventude da Capital.

HOBBY & APOSTOLADO

Bartolomeu se confessa um amador inveterado do futebol. Desde os Jogos Universitários tem se destacado como atleta (100 metros rasos), além da participação efetiva nas equipes solonistas dos Comerciários e da própria Faculdade de Direito. Na trajetória brilhante da sua passagem pelas comarcas pernambucanas, integrou-se às comunidades através do esporte, implantando clubes de futebol e, vibrantemente, participando deles.

Casado com a médica pediatra **Glória Maria Barbosa Bittencourt**, possui três filhos: **Rosana Maria** (07), **Raíssa Maria** (05) e **Bartolomeu Bueno** (04), para quem almeja uma profissão de fé idêntica à sua, de magistrado. Voltado pelo coração para o canto da criança e do adolescente, carentes e abandonados, conta com os desígnios de Deus para não se afastar do seu sagrado mister de seguir na Vara da Infância e da Juventude, até o derradeiro instante da sua vida.

"Confesso-me um constante e ardoroso lutador pelas atividades classistas. Meu trabalho faz parte do meu sonho pela valorização de magistrado e melhores condições de trabalho no judiciário de Pernambuco. Minha dedicação pela infância e pela juventude, faz parte do meu ideal de passar pelo futuro do Brasil".

Bartolomeu na Seleção de Veteranos de Angelim-PE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier será homenageado com o título de cidadão de Tacaratu, na segunda-feira, dia em que se comemora em todo o país a Proclamação da República. A solenidade será no Fórum da cidade na presença do prefeito e demais autoridades convidadas. Desde que assumiu a Corte de Justiça estadual o desembargador tem sido condecorado nas Comarcas do Interior.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 13 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 211

Diário Oficial

Tribunal realiza júri simulado

Julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri vêm ocorrendo, há um mês, na presença de muitos jovens. Não que eles sejam amigos da vítima ou do réu e que, de alguma maneira, estejam ali com a intenção de torcer pela condenação ou absolvição do acusado. São apenas estudantes dos Colégios Santa Maria e Marista ou alunos-oficiais da Polícia Militar de Pernambuco.

Alunos da Polícia Militar atuaram como partes do processo

A participação dessa turma é iniciativa da 2ª Vara do Júri, podendo ser estendida a qualquer entidade pública ou privada pernambucana. O objetivo é mostrar a transparência dos trabalhos daquela Vara especializada e, ao mesmo tempo, orientar jovens vestibulandos ou estudantes de Direito.

No início da sessão, a equipe da 2ª Vara do Júri — integrada pelos juízes Roberto Ferreira Lins e Antônio Carlos Alves da Silva e pelos promotores Ângela Farias e Gilson Moraes — dá explicações sobre o funcionamento dos trabalhos e sobre o julgamento a que será assistido naquela ocasião.

A instituição interessada pode também solicitar a realização de júri simulado, no qual os jovens funcionam como réu, corpo de jurados, promotoria e defesa. Os figurantes têm acesso a um caso real que já tenha sido julgado. O resultado fictício é depois comparado à sentença verdadeira.

POLÍCIA MILITAR

O primeiro júri simulado, realizado nos termos do acordo proposto pela 2ª Vara, ocorreu quinta-feira (4) e funcionou como aula para as quatro turmas de alunos do 2º ano da Academia de Polícia Militar de Pernambuco. A representação foi solicitada pelo coronel Ronal Bezerra e pelo capitão Oswaldo Almeida, instrutores da Cadeira de Processo Penal, naquela instituição.

Foi a julgamento uma pessoa acusada de homicídio praticado dentro de um bar, há três anos, no Recife. Sem conhecer o resultado verdadeiro do processo, os alunos-oficiais deram a mesma sentença: absolvição. A sessão fictícia teve orientação do juiz Roberto Ferreira Lins e da promotora Ângela Farias.

Os alunos sorteados para integrar o corpo de jurados foram Dinamérico Barbosa, Emílio Jorge Vieira, José Ribamar, Roberto Soares, Domingos Lisboa, Carlos José Viana e Francinildo Alves. O réu foi o aluno Lécio Flávio. A defesa foi representada por Eduardo da Costa e Wellington Araújo e a promotoria por Paulo Garcia e Alexandre Mafra, todos da Academia de Polícia Militar, localizada em Paudalho.

A turma de Aspirantes 94, que já havia assistido antes a dois júris reais, considerou a experiência válida. O capitão Oswaldo disse que, dessa forma, os alunos-oficiais passam a entender melhor e mais rápido todo funcionamento de um Tribunal do Júri.

PRÁTICA VOCACIONAL

Se de um lado a medida mostra a transparência dos trabalhos realizados na 2ª Vara do Júri, de outro funciona como uma espécie de "orientação vocacional na prática" para alunos em fase de definição profissional. A opinião é da promotora Ângela Farias, uma das idealizadoras do acordo.

Esse trabalho de transparência, segundo ela, trouxe também iniciativas pioneiras no que diz respeito à atuação do Ministério Público em Pernambuco. Uma delas foi a colocação de agentes da promotoria, cuja função ainda é embrionária aqui no Estado, embora similar ao modelo americano.

Os agentes da promotoria são estagiários indicados pelas faculdades de Direito. Eles recebem orientação individual do Ministério Público na 2ª Vara do Júri. Realizam trabalho paralelo à Polícia Civil na busca de provas, de acordo com o artigo 129, inciso 8º da Constituição Federal.

A atuação dos agentes da promotoria inclui contatos diretos com a família da vítima, visando suprir eventuais dificuldades durante o processo. Segundo Ângela, o Ministério Público, hoje, não funciona mais como peça isolada. "O objetivo maior do trabalho feito pelo promotor é o esclarecimento dos fatos como um todo".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Barreto Salvador

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Belfort Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Alderson Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Bueno e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Milo Gonçalves e Celsus Dias
1.102 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3611/8358 - Telex: 3116. - Fax: 4247855

Centenário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovou, por unanimidade, a proposta do desembargador Benildes Ribeiro de registrar na ata dos trabalhos do Pleno a passagem do centenário de nascimento de Agamenon Magalhães. Interventor federal, governador de Pernambuco e ministro do Trabalho e da Justiça, Agamenon Magalhães foi um dos nomes de maior destaque no Estado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

AND XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 212

Diário Oficial

Posse consolida mudanças no TJPE

A posse solene dos 12 novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco concretizou um ideal manifestado pelo magistrado Francisco Muniz Arraes, em 1985, quando afirmou ser urgente o aumento do número de componentes do TJPE no sentido de oferecer uma melhor prestação jurisdicional à sociedade pernambucana. Esse ideal também mobilizou um movimento que faz parte da história dos magistrados do Estado.

As alterações aprovadas fizeram com que o TJPE passasse, em relação à quantidade de desembargadores, da classificação de 14º lugar, junto com os tribunais do Espírito Santo, Ceará e Paraíba, para o 6º lugar, acompanhando a posição hoje ocupada pelà Bahia, Paraná e Santa Catarina, hoje com 27 desembargadores.

Com o intuito de dar início à agilização dos trabalhos, os magistrados recém-integrados, antes mesmo da posse solene, foram lotados nas Câmaras Cíveis e Criminais. Nas cíveis, estão os desembargadores Célio Montenegro, José Antônio Amorim, Ozael Veloso, Hélio Siqueira Campos, José Antônio Macedo Malta, Antônio de Pádua Camarotti Filho, José Maria Florentino e Amaro José de Araújo. Já nas Câmaras Cíveis, foram lotados os desembargadores Gilberto Gondim, Dário Rocha, Manoel Rafael Neto e Fausto Freitas.

Na segunda página, poderá ser encontrado na íntegra o discurso do presidente Carlos Xavier durante a posse, proferido em nome do Tribunal pernambucano.

Justiça aprova correição em Floresta

O Conselho da Magistratura aprovou uma correição geral na Comarca de Floresta. A proposta, de autoria da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi aceita por unanimidade. Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier, essa proposição foi realizada após a constatação de um grande número de processos parados.

Com cerca de 1.300 feitos acumulados na Comarca, o desembargador-presidente afirma que muitos dos processos foram iniciados na década de 70. Exemplo disso é uma ação alimentícia requerida em 1978 que só foi julgada em 5 de novembro último pelo juiz auxiliar Celmilo Gusmão.

De acordo com o presidente Carlos Xavier, existem outros casos de morosidade como uma interdição que data de 1984 e só foi despachada este mês. E ainda uma carta precatória distribuída em 1980, oriunda da Comarca de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, a qual foi também despachada em novembro.

"A estrutura legal facilita a prescrição. O caso da precatória é um exemplo: foi distribuída há 13 anos. É necessário um Judiciário que tenha condições de desenvolver seu trabalho e isso é possível com o preenchimento dos cargos de juízes e dos serviços auxiliares", ressalta o desembargador.

Atualmente existe um déficit de cerca de 230 magistrados em Pernambuco. Segundo Carlos Xavier, a questão se torna ainda mais grave quando se verifica que os 300 juízes do Judiciário estão acumulando, em geral, duas Comarcas ou mais.

Presidente Carlos Xavier propõe correição

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Dário Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderon Pedro

Editora:
Rosário Tavares

Redatores: Lucas Carvalho, Marconi Oliveira e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.102 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-398 - Telex: 3116. - Fax. 424/1822

Encontro de juízes da Capital começa hoje

Começa hoje, no Mar Hotel, em Boa Viagem, o II Encontro de Juízes da 3ª Entrância de Pernambuco. O evento, que segue até amanhã, contará com a presença de magistrados, promotores, políticos e professores universitários, além do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luís Carlos Fontes de Alencar. As "Alterações do Processo Penal", "A Reforma Constitucional" e o "Controle Externo do Poder Judiciário" são alguns dos temas que constam da programação do encontro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 213

Diário Oficial

Desembargadores recebem comenda do Exército

Os desembargadores Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Benildes de Souza Ribeiro e Luiz Belém de Alencar recebem amanhã, às 11h30, no Quartel General do Commando Militar do Nordeste, no Curado, a Medalha do Pacificador, condecoração outorgada pelo Ministério do Exército.

A Comenda será entregue aos magistrados pelo Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, General-de-Exército Luiz Gonzaga de Oliveira. A cerimônia faz parte das comemorações alusivas ao dia da Bandeira.

No mês passado, o presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier, também foi homenageado por outro Ministério Militar. Durante as comemorações da Semana da Asa, ele recebeu a Medalha do Mérito Aeronáutico, concedida às personalidades que se destacaram pelos serviços prestados à Aeronáutica.

A homenagem ao presideate da Corte de Justiça de Pernambuco, na qual foram também agraciadas outras autoridades estaduais, foi feita pelo Chefe do 2º Comando Aéreo Regional, Major Brigadeiro Carlos Sérgio de Sant'Ana César.

Des. Carlos Xavier: Medalha do Pacificador

Prefeitura tenta convênio com o Judiciário

Ontem, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, recebeu a visita do prefeito de Lagoa dos Gatos, Reinaldo Santos Barros. O chefe do Executivo municipal veio analisar a possibilidade da celebração de um convênio entre os dois poderes para a manutenção e cooperação do Fórum da cidade.

O prefeito disse que deseja ajudar o Poder Judiciário local, mas tem encontrado barreiras legais para isso. "O Fórum do município precisa de reformas. Não queremos mexer lá, pois a população precisa deste serviço, mas a legislação dificulta o trabalho", afirmou o prefeito.

A necessidade de reparos na sede do Judiciário local foi confirmada pelo juiz da Comarca, Lúcio Grassi de Gouveia, que também participou do encontro. "O teto do prédio, por exemplo, precisa ser refeito, pois quando chove as salas ficam alagadas", completou.

O desembargador Carlos Xavier agradeceu o empenho e o interesse da prefeitura de Lagoa dos Gatos em auxiliar o Poder Judiciário, mas salientou ao prefeito que o convênio precisa ter o aval do Tribunal de Contas do Estado. Por conta disso, recomendou que o mesmo fosse até o TCE para uma consulta sobre o assunto.

Por sua vez, o juiz da Comarca afirmou que tentaria um encontro com o secretário de Justiça, Marcos Cabral, para analisar a situação. O município de Lagoa dos Gatos fica no Agreste Meridional do Estado e conta com uma população de aproximadamente 17 mil habitantes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Gildo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldomar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcio Carvalho, Marconi Gusmão e Clarissa Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celcon Dias
1.169 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República, sn° - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50010-040 - Fone: (081) 231-3588 - Telex: 3116. - Fax: 424-0322

Novos desembargadores recebem congratulações

O vereador Augusto Coutinho propôs a consignação em ata de um Voto de Congratulações com os desembargadores Fausto Freitas, Dário Rocha e Manuel Rafael Neto. Os novos integrantes da Corte de Justiça estadual tomaram posse sexta-feira (12), em solenidade comandada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, realizada no Teatro Santa Isabel.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 214

Diário Oficial

A OUTRA FACE DE UM MAGISTRADO (XXX)

Agenor Ferreira de Lima

Pernambucano de Sirinhaém, já aos 13 anos de idade, Agenor decorava o código Morse, devidamente autorizado por dona Maria Petronila Gouveia de Albuquerque — agente dos Correios e Telégrafos do município — e esposa do dr. Emanuel Dorneles de Albuquerque, Promotor de Justiça da Comarca.

Convivendo afetivamente com o casal ao longo da sua adolescência no Interior, orientado por dona Nila, exercitava-se durante o dia como telegrafista na repartição, e à noite, disciplinadamente, aprendia inglês com o dr. Emanuel.

De tão salutar e proveitoso, esse novo diário teve especial importância na sua formação profissional, tanto que, depois de formado, ainda permaneceu por dois anos nos Correios e Telégrafos, de onde saiu para assumir o cargo de Juiz de Direito, conquistado merecidamente pela primeira classificação obtida em concurso.

Desembargador Agenor Ferreira de Lima

DIÁRIO DE UM JOVEM TELEGRAFISTA

"Estávamos em plena efervescência da 2ª Guerra Mundial, com o Brasil integrado às forças aliadas, havia uma guarnição do Exército patrulhando a nossa orla marítima e sediada na Barra de Sirinhaém. Certa noite, a patrulha avistou luzes estranhas nas imediações da Ilha de Santo Aleixo, à época inteiramente desabitada. Indícios de que um submarino alemão rondava a ilha, levaram o comandante da guarnição a entrar em comunicação urgente — através do telégrafo — com a 7ª Região Militar.

A chamado de dona Nila, fui acordado altas horas para transmitir em linguagem cifrada, a importante mensagem do Exército. Naquele instante, surpreso e orgulhoso pela missão que me era confiada, cercado de militares apreensivos, pude sentir que estava prestando relevante serviço à segurança da minha pátria.

Uma hora depois, a população adormecida de Sirinhaém, acordava com os ruídos dos vôos rasantes de uma esquadrilha da FAB em direção à Ilha de Santo Aleixo. Só que as luzes estranhas não esperaram pelos aviões inimigos. Mergulhando no fundo do mar, desapareceram no silêncio e na escuridão da noite".

Antiga Prefeitura e Correios de Sirinhaém em 1940

RESUMO DE CURRÍCULO

Filho de Joaquim Sérgio de Lima (Adjunto de Promotor de Justiça de Sirinhaém) e de Francisca Ferreira de Lima, ambos comerciantes, **Agenor Ferreira de Lima** fez o seu curso de humanidades nos colégios Salesiano e Osvaldo Cruz, onde ensinou Francês e Português em 1948. Integrando a turma de 1953, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, partindo para advogar nos auditórios da Comarca da capital pernambucana e no foro de Sirinhaém, sua cidade natal. Um ano depois (1954), foi nomeado, interinamente, para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Alagoinha (PE).

Aprovado em 1º lugar em concurso de Juiz de Direito do Estado de Pernambuco, foi nomeado para a Comarca de Buíque em 10 de agosto de 1955. Em setembro de 1962 foi promovido por merecimento para a Comarca de Paranãs, para em 1963, ser promovido para São Joaquim do Monte. Em 25 de agosto de 1969, assumiu a 30ª Vara da Comarca da Capital, onde permaneceu até ser distinguido com sua promoção para Desembargador, por critério de antiguidade.

Suplente de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, ex-Assessor da Presidência do TIPE e ex-Assessor da Corregedoria Geral da Justiça, é Professor Titular da cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Camaru. Agraciado com o título de Cidadão de Palmeirina, tem curso universitário de Polícia Científica e formação jornalística, sendo colaborador, com artigos jurídicos e literários de jornais e revistas do Recife.

Casado com **Djane Correia de Albuquerque Lima**, nesse se realizado pela inteligência e dedicação dos filhos: Robinson (advogado), **Agenor Ferreira de Lima Filho** (Juiz da 3ª Vara Cível), **Eleonora Rose** (cursando Relações Públicas), **Romero Carlos** (cursando Direito), **Eneida** (concluindo odontologia) e **Marília Duse** (15 anos fazendo 2º grau no Santa Maria). A "outra face do magistrado "está voltada com especial carinho para **Rodrigo, Rafael, Agenor, André e Marcelo** que são os seus netos queridos.

Da convivência de seu pai (Adjunto de Promotor por mais de 30 anos) com seus diletos amigos que eram homens ligados à Justiça e frequentavam sua casa comercial, diariamente, nasceu sua vocação para a magistratura.

"Integrante de uma Câmara Criminal não nega, como Desembargador, minha predileção pelo Direito Penal; um ramo da ciência jurídica mais rente à vida e que mais se envolve com os sentimentos das pessoas na busca do equilíbrio entre a liberdade individual e a ordem pública."

Xavier prestigia solenidade estudantil

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, participa, na segunda-feira, dia 22, às 20h, da solenidade de posse da nova Diretoria Executiva do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. A cerimônia acontece no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 215

Diário Oficial

Servidores fazem brigada contra incêndio

A partir do próximo ano, o Tribunal de Justiça vai funcionar com apoio de uma brigada contra incêndios. Formado por servidores a serem treinados pelo Corpo de Bombeiros, o grupo estará apto a manejar extintores adequadamente, a evacuar o prédio e a tomar iniciativas em caso de necessidade.

Roberto Melo considera reciclagem necessária

O projeto está pronto e faz parte da programação da Assistência Policial Militar do TJ, sob a responsabilidade do coronel Francklin Bezerra Santos. A idéia básica é que exista pessoal habilitado à tarefa, em cada andar e por turno de trabalho. O interesse pela criação da brigada é do próprio servidor.

De acordo com o capitão Roberto Melo, assistente policial militar adjunto, o grupo vai ser selecionado pelo grau de interesse demonstrado em participar da brigada, por idade e senso de responsabilidade e de iniciativa. O pessoal será submetido a reciclagens periódicas.

CICLO DE PALESTRAS

O efetivo Policial Militar do Tribunal de Justiça vai colaborar com a brigada contra incêndio. No dia 15 de dezembro, todo pessoal fará uma reciclagem teórica, recebendo noções de procedimentos adequados em caso de focos de pequena e média intensidade.

A aula vai ser ministrada por integrante do Corpo de Bombeiros e, embora tenha objetivo de dar início à criação da brigada contra incêndio, faz parte também do Ciclo de Palestras promovido mensalmente pela assistência militar do Judiciário estadual. As palestras são sempre realizadas na Sala do Júri, pela manhã e têm o objetivo de atualizar o efetivo militar do TJ quanto a questões de interesse geral, seja de âmbito local ou federal.

"Explosivos" foi o último tema abordado. O capitão Wilton de Andrade, do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que tem curso de especialização no assunto, foi o instrutor na ocasião, repassando noções de providências a serem tomadas em caso de suspeita de bomba.

Evacuação do prédio, desligamento da rede elétrica e orientação a públicos externo e interno foram alguns dos itens abordados. A aula teórica foi ilustrada com material de instrução pertencente ao Batalhão de Choque.

A Assistência Policial Militar do Tribunal de Justiça já está elaborando o Ciclo de Palestras do próximo ano. Está prevista a abordagem de temas como Relações Públicas e Primeiros Socorros. A coordenação dos encontros está a cargo do coronel Francklin e do capitão Roberto Melo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente
Des. Francisco de Sá Ataíde

Corregedor-Geral
Des. Sérgio Ramos Coutinho

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Eleuzo Chaves Alvarenga

Fotografia
José Barbosa

Diagramação
Júlio Gonçalves e Celeste Dias

Redação
Pça. da República 449 - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811 (R-168 - Telex: 3116. - Fax: 424-1931

Projeto

Três Juizados Regionais da Infância e Juventude poderão ser criados na Região Metropolitana do Recife. Projeto neste sentido foi enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier à Assembléia Legislativa. A proposta determina ainda, a criação da Vara da Infância e Juventude e da Família da Comarca de Caruaru, com competência privativa para os procedimentos de que trata a Lei Federal nº 8.069.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 216

Diário Oficial

Associação faz bazar de natal

O tradicional bazar de natal, promovido pela Associação de Esposas de Magistrados, será realizado na quinta e sexta-feiras, dias 25 e 26, na sede da Associação de Magistrados, no térreo do Fórum Paula Batista. Durante dois dias serão comercializados artesanatos em couro e madeira, confecções de mesa e cozinha, bordados, licores, doces e outros produtos. Toda a renda será revertida para a compra de cestas básicas.

Presidente da AEMEPE, Zélia Lins (centro), organiza bazar beneficente

Essas cestas serão distribuídas, durante o período natalino, com os funcionários que recebem salário mínimo. As associadas esperam entregar em torno de 200 cestas de natal com a pessoa carente. Segundo a presidenta da Associação das Esposas de Magistrados, Zélia Maria Pinheiro D'Almeida Lins, os objetos poderão ser adquiridos por preços acessíveis. A maioria é resultado de doações das sócias. Os participantes do bazar, que não são vinculados à AEMEPE, irão repassar à entidade 10% do lucro obtido.

A Associação vai promover também um almoço beneficente, no Clube dos Magistrados, em Candeias, no próximo dia 27, a partir das 10h. Toda a arrecadação será revertida em benefício dos servidores pobres e pessoas carentes, que costumeiramente são assistidas pela entidade. Com a renda do almoço, que terá distribuição de brindes e sorteios, as integrantes da Associação vão adquirir outras cestas básicas para serem entregues nas festas natalinas.

O bazar de natal da Associação de Esposas dos Magistrados vem sendo organizado há mais de dez anos, afirmou Zélia. "Durante o período em que a atual diretoria permaneceu à frente da entidade sempre trabalhou para ajudar os mais necessitados, além disso a Associação conta com o apoio das sócias e não recebe auxílio de entidade pública ou privada, "destacou.

CAMPANHAS

Este mês, a AEMEPE está promovendo a Campanha do Lençol para o Manicômio Judiciário do Estado. Cada associada repassa dois ou três lençóis. Outras pessoas que conhecem o trabalho do órgão também está fazendo doações. Em maio passado a entidade realizou um chá-desfile e no mês de junho foram sorteados dois balões juninos. "O bazar já faz parte do calendário de promoções da Associação e conta com o apoio das sócias que trabalham em todas as campanhas", ressaltou a presidenta.

A Associação funciona no térreo do Paula Batista e tem por objetivo prestar assistência a pessoas carentes, principalmente funcionários do Poder Judiciário. Este ano foram distribuídas oito cadeiras de roda, uma bicicleta para fisioterapia, um aparelho auditivo, três óculos de grau e dois auxílios-funeral. Cerca de 26 recém-nascidos foram presenteados com enxovais. O atendimento é feito no Tribunal, através do Núcleo de Recursos Humanos. A diretora Laura Argolo é responsável pela seleção.

Os pedidos chegam à Associação e são atendidos na medida do possível, destaca Zélia. Como não se tem condições de atender todas as solicitações é feita uma triagem e os casos onde se verifica maior urgência são atendidos prioritariamente. O trabalho assistencial é realizado a partir da mensalidade paga pelas sócias. Atualmente esse valor corresponde a CR$ 50 e com o dinheiro arrecadado em ações como o bazar, concluiu Zélia.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Ditério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderesa Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celso Dias

Redação:
Pça. da República 197 - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 224.3611/8268 - Telex: 5116. - Fax 424/1822

Carlos Xavier recebe título

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, e a promotora de Justiça Virgínia Bivar receberam o título "Cidadão de Tacaratu". O chefe do Poder Judiciário foi juiz da Comarca há cerca de 30 anos. Com o título, Tacaratu demonstrou seu reconhecimento à ação judicial praticada no município durante o período em que Carlos Xavier permaneceu na Comarca. Esteve presente à solenidade de entrega do título uma representação dos indígenas Pancarus e um representante local da Funai.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 217

Diário Oficial

TJPE aprova plano de oficialização

O Projeto de Lei que regulamenta a oficialização das Serventias do Foro Judicial do Estado foi aprovado em sessão do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco e enviado à 1ª Comissão da Assembléia Legislativa, onde será apreciado.

Projeto de Lei é de autoria do presidente Carlos Xavier

De autoria da Presidência do TJPE, o Plano prevê a estatização das Serventias, o que deve acarretar algumas modificações no sistema de pagamento de custas judiciais e transformação dos cargos existentes nas escrivanias.

Caso a Lei seja sancionada, como espera o Poder Judiciário, as custas passam a ser recolhidas através de agência bancária, e os 700 serventuários das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias começam a receber seus vencimentos pelos cofres do Estado.

Atualmente, o pagamento dos serventuários do Interior é realizado a partir das custas judiciais. Com o Projeto, as taxas deverão ser revertidas em benefício do Estado e, por outro lado, os servidores terão seus vencimentos vinculados à folha de pagamento.

O Plano se destina à oficialização dos cartórios onde tramitam processos cíveis ou criminais, enquanto os serviços notariais e de registro devem continuar funcionando em caráter privado. A maioria das escrivanias do Interior não são estatizadas. Na 1ª Entrância, o percentual é de 65% já na 2ª, o número é de cerca de 70%.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier, através da aprovação do Projeto de Lei, o Tribunal procura cumprir uma regulamentação legal, uma vez que a Constituição de 1988 determinou a oficialização dos cartórios. Por outro lado, as escrivanias criadas a partir da Constituição já estão oficializadas e não foram incluídas no Plano.

O Projeto de Lei não cria novos cargos, mas transforma os de escrivão, escreventes, distribuidor, avaliador, contador, porteiro de auditórios, partidor e depositário público da 1ª e 2ª Entrâncias em técnico judiciário, que deverão ter o nível médio escolar, embora os que já ocupem os referidos cargos tenham seus direitos assegurados. Ainda de acordo com o Plano, as Serventias ficam transformadas em Secretarias e o cargo de oficial de Justiça continua a existir.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderese Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Glauco e Christianne Abdanur.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias
1.302 - 24/11/93.

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-208 - Telex: 2136. - Fax 424.1822

2ª Vara julga caso Evandro Cavalcanti

Hoje, a partir das 8h, a 2ª Vara do Júri do Recife julga um dos acusados da morte do advogado Evandro Cavalcanti, Domingos Gonçalves Pereira. Ele é apontado como um dos autores materiais do crime, que ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1987, em Surubim-PE. O juiz Antônio Carlos da Silva preside o julgamento, atuando na acusação a promotora Ângela Simões e os assistentes Gilberto Marques e Ademar Rigueira Neto e na defesa o advogado Eurípedes Tavares Filho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 218

Diário Oficial

Fórum Tomás Cirilo será informatizado

Todas as Varas do Fórum Tomás Cirilo Wanderley — antigo Grande Hotel — serão informatizadas. Segundo o administrador do Fórum, Dirceu Cadena, todo o material de computação já foi adquirido, só faltando resolver um problema na rede de energia elétrica do prédio. A informatização dos serviços também deve se estender ao Fórum Paula Batista.

"A intenção é terminar o ano com tudo informatizado", disse Cadena. Quanto ao Paula Batista, ele acrescentou que ainda não existe previsão, pois antes da instalação dos computadores o prédio — da mesma forma como ocorreu com o Tomás Cirilo — passará por uma reforma, que deve ser concluída somente no final do ano.

O novo Fórum do Recife, cedido pelo governo do Estado ao Poder Judiciário em regime de comodato por 30 anos, já está funcionando. Além de todas as Varas de Família e Registro Civil, encontram-se instaladas algumas Varas Cíveis (12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª) e da Fazenda Municipal, além da Escola Superior da Magistratura (ver box).

A transferência de todas as Varas que ficarão no Fórum Tomás Cirilo deve acontecer, segundo a administração do prédio, até o final deste mês. Com a utilização do Grande Hotel, o Poder Judiciário deixa de funcionar nos três anexos do Paula Batista, localizado na Rua da Aurora e na avenida João de Barros.

SERVIÇOS

A ocupação do antigo Grande Hotel está sendo feita diariamente. No térreo já estão todas as Varas de família e os cartórios, além da Escola da Magistratura. A Corregedoria Geral de Justiça será transferida do Palácio da Justiça para os dois últimos andares do prédio.

Na sobreloja, o Tomás Cirilo Wanderley vai oferecer uma série de serviços para o público em geral. Posto do Bandepe, agência dos Correios, auditório e uma sala destinada aos advogados da OAB-PE; para os funcionários, haverá um refeitório. "Toda estrutura está sendo montada paralelamente às instalações dos equipamentos", acrescentou Cadena.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Mário Ramos Oliveira

Assessor de Imprensa
Ademar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Cleto Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celeste Dias
I.393 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-288 - Telex: 3106. - Fax: 424/1821

Escola já funciona no novo Fórum

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco já se instalou em suas novas dependências no Fórum Tomás Cirilo Wanderley. A Esmape está funcionando no térreo do antigo Grande Hotel, ocupando todo um lado do prédio. São quatro salas de aula, uma sala para os professores, recepção e secretaria.

Além de salas mais amplas e mais confortáveis, a Escola ganhou uma infra-estrutura com espaço suficiente para montar sua biblioteca e uma cantina, além de dispor de sanitário privado — antiga reivindicação dos alunos. A Esmape ainda tem a sua disposição um auditório para a realização de palestras e conferências.

Inclusive, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela escola, já estão sendo feitas no local. A taxa de inscrição é de CR$ 2,3 mil e o prazo se encerra no dia 30 deste mês. São 100 vagas para duas turmas, com início das aulas em fevereiro do próximo ano. Os bacharéis interessados ainda serão submetidos a um teste seletivo em janeiro.

Novo Fórum fica no antigo Grande Hotel

2ª Vara julga caso Evandro Cavalcanti

Hoje, a partir das 8h, a 2ª Vara do Júri do Recife julga um dos acusados da morte do advogado Evandro Cavalcanti, Domingos Gonçalves Pereira. Ele é apontado como um dos autores materiais do crime, que ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1987, em Surubim-PE. O juiz Antônio Carlos da Silva preside o julgamento, atuando na acusação a promotora Ângela Simões e os assistentes Gilberto Marques e Ademar Rigueira Neto e na defesa o advogado Eurípedes Tavares Filho.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 218

Diário Oficial

Fórum Tomás Cirilo será informatizado

Todas as Varas do Fórum Tomás Cirilo Wanderley — antigo Grande Hotel — serão informatizadas. Segundo o administrador do Fórum, Dirceu Cadena, todo o material de computação já foi adquirido, só faltando resolver um problema na rede de energia elétrica do prédio. A informatização dos serviços também deve se estender ao Fórum Paula Batista.

"A intenção é terminar o ano com tudo informatizado", disse Cadena.

Quanto ao Paula Batista, ele acrescentou que ainda não existe previsão, pois antes da instalação dos computadores o prédio — da mesma forma como ocorreu com o Tomás Cirilo — passará por uma reforma, que deve ser concluída somente no final do ano.

O novo Fórum do Recife, cedido pelo governo do Estado ao Poder Judiciário em regime de comodato por 30 anos, já está funcionando. Além de todas as Varas de Família e Registro Civil, encontram-se instaladas algumas Varas Cíveis (12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª) e da Fazenda Municipal, além da Escola Superior da Magistratura (ver box).

A transferência de todas as Varas que ficarão no Fórum Tomás Cirilo deve acontecer, segundo a administração do prédio, até o final deste mês. Com a utilização do Grande Hotel, o Poder Judiciário deixa de funcionar aos três anexos do Paula Batista, localizado na Rua da Aurora e na avenida João de Barros.

SERVIÇOS

A ocupação do antigo Grande Hotel está sendo feita diariamente. No térreo já estão todas as Varas de família e os cartórios, além da Escola da Magistratura. A Corregedoria Geral de Justiça será transferida do Palácio da Justiça para os dois últimos andares do prédio.

Na sobreloja, o Tomás Cirilo Wanderley vai oferecer uma série de serviços para o público em geral. Posto do Bandepe, agência dos Correios, auditório e uma sala destinada aos advogados da OAB-PE; para os funcionários, haverá um refeitório. "Toda estrutura está sendo montada paralelamente às instalações dos equipamentos", acrescentou Cadena.

Escola já funciona no novo Fórum

A Escola Superior da Magistratura do Pernambuco já se instalou em suas novas dependências no Fórum Tomás Cirilo Wanderley. A Esmape está funcionando no térreo do antigo Grande Hotel, ocupando todo um lado do prédio. São quatro salas de aula, uma sala para os professores, recepção e secretaria.

Além de salas mais amplas e mais confortáveis, a Escola ganhou uma infra-estrutura com espaço suficiente para montar sua biblioteca e uma cantina, além de dispor de sanitário privado — antiga reivindicação dos alunos. A Esmape ainda tem a sua disposição um auditório para a realização de palestras e conferências.

Inclusive, as inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, promovido pela escola, já estão sendo feitas no local. A taxa de inscrição é de CR$ 2,3 mil e o prazo se encerra no dia 30 deste mês. São 100 vagas para duas turmas, com início das aulas em fevereiro do próximo ano. Os bacharéis interessados ainda serão submetidos a um teste seletivo em julho.

Novo Fórum fica no antigo Grande Hotel

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Elpídio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa: Alderon Paiva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Nárcori Glauco e Cristiano Alcântara.

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Nilo Gonçalves e Celeste Dias

Endereço: Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fones: 424-3811/81-261 - Telex: 3116. - Fax: 424/1921

Conciliação e Julgamento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, vai estar hoje à tarde em Barreiros. Naquela Comarca, a 102 km da capital pernambucana, ele assiste à solenidade de inauguração da Junta de Conciliação e Julgamento, localizada à Avenida Santos Pinheiro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 219

Diário Oficial

Criança e adolescente são preocupações do TJPE

Presidente recebeu apoio do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente

Um projeto de Lei que prevê a criação de três Juizados Regionais da Infância e da Juventude e de uma Vara da Infância e Juventude e da Família da Comarca de Caruaru foi enviado à Assembléia Legislativa pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

De acordo com o projeto, o 1º Juizado Regional deve exercer jurisdição nos feitos das Comarcas de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá, o 2º Juizado irá se restringir exclusivamente a Moreno, Camaragibe e São Lourenço, já o 3º Juizado, terá jurisdição nas Comarcas de Jaboatão dos Guararapes e Cabo.

O presidente Carlos Xavier justificou a iniciativa baseado em dados estatísticos apresentados pela imprensa, segundo os quais, Pernambuco ocupa o terceiro lugar no Brasil em extermínio de crianças. Só no primeiro semestre deste ano, 56 crianças e adolescentes foram mortos violentamente.

A iniciativa da Presidência do TJPE tem repercutido bem nas diversas organizações que têm a criança e o adolescente como prioridades. Um exemplo foi a manifestação de total apoio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à proposição. Segundo a presidente do órgão, Olga Câmara, o Tribunal de Justiça está de parabéns pelo relevante projeto.

A outra face de um magistrado

No dia 5 de março deste ano, a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça iniciava a publicação de uma série de reportagens intitulada "A outra face de um magistrado". Sempre às sextas-feiras, a primeira página do Diário Oficial do Poder Judiciário era destinada ao juiz ou desembargador que tivesse uma outra atividade além da missão de julgar.

O objetivo era mostrar um lado mais humano e quebrar a idéia de que o magistrado é, necessariamente, uma pessoa de atributos rígidos. Foram descobertos valores poéticos, musicais e esportistas. Apareceram professores, ex-militantes políticos e profissionais diversos que, apesar de bem-sucedidos, trocaram antigas profissões pela magistratura.

Manoel Rafael Neto, na época juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, hoje desembargador, poeta e admirador dos repentistas, foi o primeiro da série. Com o desembargador Agenor Ferreira de Lima, o trigésimo da lista, destacado sexta-feira passada, a Assessoria de Imprensa faz uma pausa na "A outra face de um magistrado".

E aproveita a proximidade do recesso de final de ano, quando há uma diminuição do ritmo de matérias jornalísticas, para idealizar uma nova série de reportagens especiais, sempre às sextas. Por enquanto, o espaço será ocupado com a divulgação de ações administrativas do Poder Judiciário, como acontece no restante dos dias.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gonçalo

Corregedor-Geral:
Des. Ubiratan Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Silva

Editora:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marcos Gomes e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Fábio Guedes e Celeste Dias
T.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/08-368 - Telex: 3116. - Fax: 424/1022

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 27 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 220

Diário Oficial

Ipojuca

O Juizado Especial de Pequenas Causas do Cabo, funcionando desde junho do ano passado, pode ter sua abrangência estendida à Comarca de Ipojuca. Projeto nesse sentido já se encontra em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado. O JEPC do Cabo tem índice de conciliação superior a 80% do total de ações.

Recadastramento para vale-transporte

Diretora do NRH, Laura Argolo, atualiza cadastro de servidor

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está atualizando o cadastro dos servidores lotados no Fórum da Avenida João de Barros, na Encruzilhada, que estão sendo transferidos para o Paula Batista e Tomás Cirilo Wanderley, no centro da cidade.

Com a transferência desses funcionários, é preciso reavaliar o percurso feito diariamente entre residência e novo local de trabalho, para que os servidores possam receber o vale-transporte na quantidade correta. O atendimento é feito à tarde, das 12 às 18h.

Segundo informação de Ana Flávia de Andrade Lima Miranda, responsável pelo recadastramento, quem estiver lotado nos Fóruns Paula Batista e Tomás Cirilo, deve procurar o Núcleo de Recursos Humanos o mais rápido possível, a fim de evitar atraso no recebimento do benefício.

O Núcleo de Recursos Humanos é responsável pelo fornecimento de vale-transporte aos funcionários do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça. Qualquer servidor tem direito ao bônus, mediante desconto de 6% do salário base.

Quem estiver interessado pode procurar o NRH até o dia 10 de cada mês. O cadastramento é simples, bastando fornecer e comprovar endereço e local de trabalho. O vale-transporte é distribuído em quantidade suficiente para cobrir o percurso mensal de ida e volta.

Treinamento de Segurança

Agentes de Segurança do Tribunal de Justiça, que trabalham diretamente com magistrados, vão se submeter a curso de formação profissional. O treinamento, solicitado pela delegada Maria Segunda, assessora policial civil do TJ, foi autorizado pelo chefe da Corte Judiciária estadual, desembargador Carlos Xavier.

O curso vai se realizar no período de férias forenses, na Academia de Polícia Civil (Rua Tabira, Boa Vista), dirigida pelo delegado Geraldo Faria. O objetivo é proporcionar conhecimentos básicos e oferecer aos agentes condições de melhor desempenho da função.

Com duração de 110 horas/aula, o treinamento está dividido em noções de segurança física e de patrimônio, técnica de vigilância, armamento, munição e tiro, defesa pessoal, primeiros socorros, relações humanas no trabalho, noções elementares de Direito Penal e integração ao Poder Judiciário.

Os agentes terão aulas teóricas e práticas, com possibilidade de visita a instituições. Durante o período, ficam todos à disposição da Academia. O treinamento faz parte do programa de trabalho da Assessoria Policial Civil do TJ, implantado pela delegada Maria Segunda.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edésio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatoras: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Christiane Aleixeira.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Cláudio Dias
1.191 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 8º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.1611/1612 - Telex: 3135 - Fax: 424/1822

Curso

A Escola Superior da Magistratura encerra hoje as inscrições para o curso de Preparação à Magistratura. Os bacharéis inscritos devem passar por um processo seletivo em janeiro do próximo ano. O curso terá 720horas/aula, dividido em três semestres e será iniciado em fevereiro. São oferecidas 100 vagas para duas turmas. A Esmape já está funcionando no Fórum Tomás Cirilo Wanderley desde o início do mês.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 221

Diário Oficial

TJ realiza novo concurso para juiz

Mais um concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância foi aberto pelo Tribunal de Justiça. As inscrições estão sendo feitas, desde a última sexta-feira, na Secretaria do TJ, das 12 às 18h. Os interessados em participar têm até o próximo dia 25 para fazer suas inscrições preliminares e devem apresentar certificado de conclusão do curso de Direito, certidão de nascimento, carteira de identidade e comprovante de pagamento de taxa no valor de CR$ 1,5 mil. Em todo o Estado existem cerca de 200 vagas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Schiabel

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Élvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alberes Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gracco e Cristiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Gilmário Dias
1.192 - DRT/PE

Redação
Pça. da República nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50010-040 - Fone: 424.3811/8-208 - Telex: 3116. - Fax: 424/1021

Atualmente o salário de um juiz de 1ª Entrância chega a CR$ 381 mil. De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier este é o terceiro concurso que o Tribunal realiza em curto espaço de tempo. Ele ressaltou que o número de aprovados, no concurso que está em andamento, não será suficiente para preenchimento das vagas existentes. "Cento e setenta e três candidatos estão aguardando o resultado da Inscrição Definitiva. Aqueles que obtiverem confirmação serão, ainda, submetidos à prova oral. Dessa forma já se sabe que os cargos irão permanecer vagos".

No formulário de inscrição, o candidato deverá relacionar os períodos de atuação como juiz, membro do Ministério Público, advogado ou titular de função técnico-jurídica. Na ocasião, o concorrente deverá assumir o compromisso de que irá residir na Comarca, para a qual venha a ser indicado, conforme determina a Constituição Federal. A taxa deve ser recolhida na conta nº 527.840-8, agência 00-posto do TJPE, do Bandepe.

Carlos Xavier quer diminuir as vagas existentes para o cargo de juiz

PROVAS

Terminado o prazo de inscrição preliminar, o Tribunal de Justiça divulgará a relação dos candidatos que obtiverem deferimento e os nomes dos membros da Comissão Examinadora. Essa Comissão convocará os inscritos a realizarem as provas em dia, local e horário a serem publicados no Diário Oficial, com antecedência de dez dias. Os participantes se submeterão a provas escritas e práticas, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de saúde, exame psicotécnico, entrevista, prova oral e de títulos.O programa das provas escritas (objetiva e dissertação) e prática incluirá as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Penal, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Judiciário (Processual Civil e Processual Penal) e Medicina Legal.

Alfabetização

Os detentos da cidade de Jataúba, localizada na região Agreste do Estado , estão vivendo uma experiência diferente desde o mês passado. Eles estão participando do curso de alfabetização oferecido pelo Judiciário local. As aulas acontecem na cadeia pública da cidade, duas vezes por semana, no horário das 15 às 16h.

De acordo com o juiz da Comarca, Fernando Menezes Silva, o trabalho sócio-educativo está sendo realizado pela professora aposentada, Luiza Ziza Siqueira, que decidiu prestar essa colaboração àqueles que necessitam de ajuda. Desde que as aulas começaram a ser ministradas, o número de presidiários interessados em ser alfabetizados aumenta a cada dia, destacou o titular do Foro da cidade.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 222

Diário Oficial

Visita

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebe hoje às 10h30 no Salão Nobre do Palácio da Justiça a visita dos cientistas alemães da Deutsche Stiftung fur International Entwicklung, acompanhados de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Os alemães participam do Seminário Internacional de Administração Pública, sobre o tema Objetivos e Tarefas do Município no Âmbito do Meio Ambiente.

Desembargadores desobstruem trabalhos no TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, apelou aos desembargadores por maior agilização dentro do Judiciário pernambucano no que diz respeito à lavratura e publicação de acórdãos, em resposta à indicação realizada na Assembléia Legislativa pelo deputado José de Siqueira.

Carlos Xavier agiliza Justiça

Siqueira afirmou que a lavratura e publicação de acórdãos tem sido lenta devido ao acúmulo de trabalhos do Tribunal de Justiça, fazendo com que meses e, às vezes, anos sejam necessários para formalização dos julgamentos.

O Mandado de Segurança impetrado por policiais militares, segundo o deputado, é um exemplo. De nº 0006914-3, o Mandado foi impetrado a 22 de junho de 1990, julgado em 19 de outubro de 1992, sendo o acórdão apenas publicado em 2 de setembro de 1993.

José de Siqueira informou também que existe o caso de Pedro Gomes da Silva que entrou com uma ação para ser reincluído à Polícia Militar. O Tribunal decidiu pela reinclusão, os autos foram conclusos em 24 de março de 1993, mas ainda hoje se espera pela lavratura do acórdão.

De acordo com o presidente, providências já vêm sendo tomadas dentro do Judiciário pernambucano no sentido de mudar essa situação. Uma delas foi a ampliação do número de membros do Tribunal de Justiça. Com os 12 novos desembargadores, Carlos Xavier espera desobstruir o andamento das ações no TJ.

Encontros discutem Criança e Adolescente

O papel das equipes técnicas, a adoção internacional e a liberdade assistida são alguns dos assuntos que serão discutidos durante o III Encontro de Juízes e o II Encontro de técnicos e serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude, entre os dias 13 e 14.

Os encontros dão continuidade a iniciativas anteriores da Presidência do Tribunal de Justiça, que pretende aprofundar os conhecimentos de magistrados, equipes técnicas e servenuários das principais Comarcas de Pernambuco, onde existem Varas da Infância e da Juventude.

Segundo a assessora de Planejamento e uma das organizadoras dos eventos, Silvana Oriá, o TJ está bancando as despesas envolvidas na programação e conta também com uma liberação de verba da UNICEF.

Além de incluir no programa debatedores pernambucanos envolvidos com a causa da criança e do adolescente, como a presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Olga Câmara, a organização dos encontros trará o juiz da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Marcel Esquivel Hope, para falar da experiência na capital gaúcha.

Os últimos encontros envolvendo essa temática aconteceram em novembro do ano passado, em Moreno. De acordo com Silvana Oriá, a continuidade desse tipo de trabalho é conseqüência de uma preocupação da Presidência com o aprimoramento da técnica e com a aplicabilidade da Lei nas questões da criança e do adolescente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Carlos Xavier Paes Barreto Soldado

Vice-Presidente: Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral: Des. Sílvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa: Aldemar Silva

Editora: Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Clarindo Cavalcanti Alcântara.

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: João Gonçalves e Celeste Dias

Redação: Pça. da República nº - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-268 - Telex: 3116. - Fax: 424-1833

Juízes participam de encontro em Caruaru

O III Encontro de Juízes de 1ª e 2ª Entrâncias de Pernambuco será realizado amanhã e sábado, no Hotel do Sol, em Caruaru. O evento abrange os magistrados das 6ª, 7ª e 8ª Circunscrições, ou seja, os juízes de Direito de Altinho, Bezerros, Caruaru, Panelas, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Jataúba, Taquaritinga, Toritama, Água Preta, Palmares, Quipapá, Maraial, Barreiros, Cabo, Escada, Ribeirão, Ipojuca, Sirinhaém e São José da Coroa Grande.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 223

Diário Oficial

Comarcas realizam prova de datilografia

Os concursos públicos realizados por várias Comarcas do interior do Estado estão chegando a sua etapa final. Neste domingo, dia 5, às 9h, será realizada a prova de datilografia para os candidatos classificados na 1ª fase da seleção. As provas acontecem nas cidades de Surubim, Nazaré da Mata, Garanhuns e Palmares.

Os candidatos aprovados nas Comarcas de Brejo da Madre de Deus, João Alfredo, Santa Cruz do Capibaribe e Santa Maria do Cambucá farão a prova no Fórum Bel. Dídimo G. Guerra, em Surubim. Já os que se classificaram para Condado, Ferreiros, Nazaré da Mata e São Vicente Férrer realizam a prova no Fórum de Nazaré da Mata.

No Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, em Garanhuns, a prova é para os candidatos aprovados nas Comarcas de Alagoinha, Altinho, Angelim, Canhotinho, Capoeiras, Itaíba, Sanharó, São João e Pedra. Por fim, os classificados para os municípios do Cabo, Escada, Maraial, Palmares, Ribeirão e Rio Formoso fazem a prova no Fórum de Palmares.

Servidores do Judiciário: bom aproveitamento nos cursos de Inglês

NRH conclui mais um curso de Inglês

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está finalizando mais um curso de Inglês dirigido para os servidores do Poder Judiciário. Desde o mês de abril, duas turmas — uma para iniciantes e outra para alunos intermediários — estão estudando a Língua Inglesa. Agora em dezembro, o NHR entrega os certificados aos alunos aprovados.

Esta é a segunda vez que o Núcleo de Recursos Humanos promove o curso de aprendizagem da Língua Inglesa. Neste ano, entretanto, o curso foi mais completo, sendo realizado durante os dois semestres. No ano passado, as aulas só aconteceram no período entre agosto e dezembro.

Segundo o professor José Guilherme Nascimento, que ministra o curso, o conhecimento da Língua Inglesa é imprescindível em qualquer profissão. "Para os servidores do Judiciário existe também a questão dos que trabalham com a informática. Para estes, o curso tem uma importância ainda maior", avalia.

O aproveitamento dos participantes, de acordo com José Guilherme, tem sido muito bom. "Adotamos o método da conversação direta, onde os alunos entendem e falam o Inglês com facilidade", afirma. Essa metodologia utiliza-se também de fitas didáticas ou em vídeo.

AVANÇADOS

A idéia do Núcleo de Recursos Humanos do TJPE é dar seqüência ao curso de Inglês no próximo ano. Além da abertura de novas turmas para os módulos 1 e 2 (iniciantes e intermediários), existe a idéia de criar uma turma de "avançados", para os servidores que já possuem um grande conhecimento da língua.

Mas, segundo Gisela Santos, Coordenadora de Treinamento do NRH, o Núcleo ainda fará uma avaliação dos cursos dados este ano. "Só assim poderemos fazer uma programação para o próximo ano", acrescentou. A idéia da turma para "avançados", entretanto, não foi descartada.

De acordo com a Coordenadora, além da avaliação que será feita pela equipe, o Núcleo de Recursos Humanos precisa também saber qual o posicionamento do novo presidente do TJPE — que toma posse em fevereiro de 94 — sobre a programação de treinamentos que está sendo elaborada para o próximo ano. "Só depois disso é que poderemos definir as nossas metas", completou.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Alderson Pires

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-388 - Telex: 3155. - Fax: 424.1822

Cônsul inglês visita Tribunal

Uma visita protocolar do Cônsul da Inglaterra, Anthony A. Joy, acompanhado de sua esposa, Lena Joy, será recebida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, hoje, às 16 horas, no Salão Nobre do Palácio da Justiça

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 224

Diário Oficial

Carlos Xavier avalia movimento forense

A estatística do movimento forense referente ao terceiro trimestre da Comarca do Recife foi publicada pela Corregedoria Geral da Justiça, apresentando 8.877 processos julgados e 107 arquivados, sendo realizadas 2.071 audiências, 1.143 cíveis e 928 criminais. No mesmo período, foram iniciados 10.688 feitos, 9.518 correspondentes a cartas precatórias e 1.170 de ações cíveis e criminais.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, calcula-se que passam 265.916 processos para o quarto trimestre, número que, se for analisado em relação ao trimestre anterior, apresenta 2.601 feitos a mais, o que agrava a situação dos julgamentos na Comarca do Recife.

Carlos Xavier afirma ainda que, dos 516 julgamentos de processos criminais, 100 foram de prescrição, inclusive quatro da Vara Privativa do Júri. De acordo com o presidente, houve Vara em que mais de 50% dos julgamentos referem-se à prescrição.

O presidente do TJPE lamenta o que está ocorrendo com a produção do trabalho judicial na 3ª Entrância que, no terceiro trimestre, tinha cerca de 100 magistrados no seu quadro. Carlos Xavier destaca também o número de processos que passaram para o quarto trimestre nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal, 76.402 e 69.103, respectivamente. Por último, o chefe do Poder Judiciário informou também que existem Varas com mais de 8 mil processos.

Os dez magistrados que mais julgaram foram os seguintes:

1º — Sebastião Romildo do Vale Oliveira (8ª Vara Cível) — 866 processos;

2º — Antônio Jesus Chaves da Costa (auxiliar da 8ª Vara Cível) — 634;

3º — Ricardo de Oliveira Paes Barreto (auxiliar da 3ª Vara Cível) — 348.

4º — Clóris Guimarães Ribeiro (auxiliar da 7ª Vara Cível) — 316;

5º — Luiz Carlos Barros Figueiredo (2ª Vara da Infância e Juventude) — 316;

6º — Nivaldo Medeiros Correia Filho (1ª Vara da Família e Registro Civil) — 282;

7º — Sérgio Marinho Falcão (auxiliar da 2ª Vara da Família e Registro Civil) — 251;

8º — José Maria Florentino de Lima (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 234;

9º — José Fernandes de Lemos (1ª Vara da Fazenda Municipal) — 216;

10º — Délio Lustosa Cantareli (auxiliar da 4ª Vara da Assistência Judiciária) — 212.

Segundo o presidente, passaram 265.916 processos para o quarto trimestre

Os juízes que mais audiências realizaram:

1º — Adalberto de Oliveira Melo (Vara de Acidente de Trabalho, Falência e Concordatas) — 137;

2º — Roberto Ferreira Lins (2ª Vara Privativa do Júri) — 92;

3º — Délio Lustosa Cantareli (2ª Vara da Assistência Judiciária) — 83;

4º — Márcio Fernando Aguiar Silva (5ª Vara da Assistência Judiciária) — 81;

5º — Hélio Vidal Campos (3ª Vara Criminal) — 79;

6º — Luiz Gustavo Mendonça de Araújo (2ª Vara da Família) — 74.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 04 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 225

Diário Oficial

Título de Cidadão

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier vai receber o Título de Cidadão de Pedra e Venturosa. A comenda foi concedida pelas Câmaras Municipais das respectivas cidades sertanejas. A solenidade de entrega está marcada para o dia 14 de janeiro, em reconhecimento aos serviços prestados pelo desembargador à magistratura estadual.

Justiça

Melhor atendimento para o Interior

As modificações fazem parte do projeto de lei que a presidência do Tribunal de Justiça encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado. Em tramitação nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões, a matéria recebeu o nº 958, devendo ir a plenário para apreciação e votação pelos deputados.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, é quase um imperativo legal que se faça a transferência de Dormentes para a Comarca sertaneja de Afrânio, a 887 km da capital do Estado.

Além do fato de existir uma menor distância, há que se considerar também o movimento processual da Comarca de Afrânio que, por ser muito inferior ao de Petrolina, proporcionaria um melhor atendimento à população de Dormentes.

No que diz respeito a São Bento do Una, o desembargador Carlos Xavier informa que a Comarca já atende a todos os requisitos definidos no Código de Organização Judiciária, sendo uma providência necessária.

A movimentação processual de São Bento do Una está em torno de mil ações. Além disso, a cidade apresenta grande desenvolvimento comercial e bancário e seu eleitorado, segundo o censo de 1991, já é bastante elevado. São Bento dispõe de uma população superior a 42 mil habitantes.

Xavier: projeto em tramitação

Atual Termo Judiciário de Petrolina, o distrito de Dormentes pode passar a pertencer à Comarca de Afrânio. São Bento do Una, por sua vez, município localizado no Agreste pernambucano, a 217 km do Recife, pode ser elevado à 2ª Entrância.

Infância e Juventude

Nos últimos cinco anos, 783 crianças morreram em Pemambuco vítimas de homicídios. Os dados, colhidos através da imprensa, constam da justificativa de projeto de lei de autoria do Judiciário estadual, propondo a criação de três Juizados Regionais da Infância e da Juventude. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, o objetivo é estabelecer uma estrutura judicial capaz de enfrentar o problema do menor na forma recomendada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Fausto Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Gláucio e Christianne Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celsom Dias
I.J.92 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8288 - Telex: 1135 - Fax: 424/1822

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA 07 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 226

Diário Oficial

TJ recebe diplomata

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier recebeu a visita do cônsul geral da Inglaterra, Anthony Joy. O diplomata, que assumiu o consulado há dois meses, está fazendo visitações às capitais brasileiras. Numa rápida conversa o presidente falou sobre a situação econômica do Estado, que apesar da crise no setor canavieiro, segundo afirmou, vem apresentando crescimento na área turística onde o governo de Pernambuco está investindo. O cônsul ressaltou as novas oportunidades de intercâmbio comercial que surgem e que contribuem para estreitar os laços entre os dois países.

Tribunal aguarda votação de projetos

O presidente Carlos Xavier, durante a conversa com os servidores, disse que está acompanhando os projetos

Assessores do Tribunal de Justiça do Estado vêm se reunindo permanentemente com secretários do governo e lideranças partidárias na Assembléia Legislativa com o objetivo de agilizar a aprovação dos projetos, encaminhados pelo TJ e que se encontram em tramitação naquela casa. No último encontro, realizado na semana passada, eles estiveram, com o secretário da Fazenda, Admaldo Matos e do Governo, Heraldo Borborema, acompanhados do deputado Osvaldo Rabelo Filho.

As reuniões foram intensificadas depois que uma comissão, formada por cerca de cinqüenta servidores do Judiciário, lotados em Comarcas do Interior, esteve no TJPE. O grupo veio pedir apoio do presidente Carlos Xavier para que ele continue a manter contatos com a Assembléia no sentido de agilizar a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e do Projeto de Oficialização das escrivanias do Interior.

Os funcionários conversaram com o desembargador-presidente que afirmou estar aguardando o resultado da apreciação dos projetos, pelos deputados. "O Plano foi elaborado pelo Tribunal, aprovado em sessão plenária e em seguida enviado à Assembléia. Nossa missão já foi cumprida. Estamos esperando agora o posicionamento dos parlamentares". Segundo Carlos Xavier o TJ vai continuar acompanhando o processo.

Para os servidores, o Plano que contempla os funcionários do Fórum Paula Batista e, que já foi aprovado, discrimina os demais. "Estamos aqui para protestar contra o que está sendo cometido com o pessoal que trabalha no Interior. O Plano de Cargos e Vencimentos, que está sendo avaliado pelos deputados, precisa ser aprovado", reivindicaram em documento entregue aos parlamentares. Os funcionários justificam seu pedido destacando que não entendem como pessoas que exercem a mesma função podem ser remunerados de formas diferentes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Mildred Glauco e Chistiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Celene Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República 449 - 3º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811 (R-268 - Telex: 3136. - Fax: 424.1023

Presidente recebe CPI dos salários

Nesta quinta-feira, dia 9, às 10h, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, tem audiência marcada com o deputado estadual Mendonça Filho. A visita faz parte dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os salários do funcionalismo do Estado. O deputado, que preside a CPI, virá acompanhado de alguns integrantes da Comissão.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA 08 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 227

Diário Oficial

Presidente devolve diferença aos cofres públicos

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, devolveu a diferença de CR$ 428,2 mil paga pelo Governo do Estado de Pernambuco aos magistrados, conforme guia série a de nº 0236, no código 0.700-5. A quantia é referente ao cheque-salário do mês de novembro e diz respeito a uma correção de parcelas atrasadas da remuneração dos magistrados.

Xavier: devolução de CR$ 428,2 mil ao Estado

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Júlio Rocha Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Aldemar

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Tânia Gonçalves e Celeste Dias
1.151 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/08-268 - Telex: 3116. - Fax: 424.0822

Carlos Xavier explicou que, desde 6 de julho de 1992, quando assumiu a Presidência do TJPE, procurou entrar em diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo no sentido de estabelecer um consenso quanto à política salarial adotada para a magistratura. "Procuramos um entendimento dentro das condições de situação de crise que o Estado vem atravessando", afirmou o presidente.

Seguindo um entendimento da Corte Superior de Justiça do País, as vantagens dos magistrados pernambucanos foram fixadas por meio de resoluções. De acordo com Carlos Xavier, posteriormente, definiu-se que a aplicação dos índices para melhoria salarial da classe dependia de Lei Estadual.

O Poder Executivo propôs à Presidência do TJPE que o valor de remuneração da categoria passasse a corresponder a dos deputados estaduais, entre subsídios e verbas de representação. Entretanto, a magistratura teria que esperar pelos vencimentos dos deputados para então fixar as suas vantagens, o que provocava um atraso no reajuste dos magistrados.

Segundo o desembargador-presidente, o Tribunal levou em conta as dificuldades financeiras do Estado e aceitou que a diferença referente ao mês atrasado fosse dividida em três parcelas. "Mas esse acordo foi desaprovado por um grupo de magistrados que fez um movimento para realização de um pedido de correção nas parcelas atrasadas. Por não concordar, afastei-me de qualquer assunto relativo à política salarial da magistratura pernambucana", afirma Carlos Xavier.

Todos os requerimentos foram encaminhados ao vice-presidente do TJPE, desembargador Francisco de Sá Sampaio, que deferiu os pedidos em despacho, tendo renunciado ao mesmo tempo às vantagens que podesse vir a receber.

Carlos Xavier afirma que não poderia concordar com essa iniciativa, o que motivou a devolução da diferença, mesmo porque, segundo ele, ficou surpreso com a inclusão no seu cheque-salário da quantia corrigida, quando determinou imediatamente ao departamento financeiro do TJPE que o valor fosse devolvido aos cofres do Estado.

"Em julho de 1992, um juiz em início de carreira recebia entre vencimentos e representação CR$ 7,5 mil. Já referente a dezembro deste ano, irá receber CR$ 466,3 mil, devido à implantação da política salarial dialogada entre a Presidência do TJPE e o Poder Executivo", informou ainda o desembargador.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 228

Presidente participa de entrega de móveis

Hoje, a partir das 9h, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, participa da entrega de móveis para as Varas da Infância e da Juventude das Comarcas de Camaragibe, São Lourenço da Mata e Limoeiro. A compra do mobiliário faz parte de um convênio entre o Centro Brasileiro Para a Infância e Adolescência-CBIA, Secretaria de Justiça e Tribunal de Justiça. Em Limoeiro, haverá uma homenagem ao presidente do TJPE.

Diário Oficial

Tribunal facilita trabalhos da CPI

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, disse que o TJPE está aberto e à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os salários do funcionalismo estadual. "Vejo na CPI um trabalho de seriedade, que procura contribuir para com o Estado", afirmou o chefe do Poder Judiciário.

A Comissão, presidida pelo deputado Mendonça Filho, veio ao TJ para, segundo o parlamentar, expor os objetivos da investigação e solicitar todos os dados relativos à folha de pagamento do Judiciário estadual. "Faremos o mesmo com os outros poderes — Legislativo e Executivo. Estamos assim buscando as facilidades necessárias para o nosso trabalho", adiantou o deputado.

Acompanhando o presidente da CPI, estiveram presentes ao encontro os deputados Anibal Caribé, João Paulo, Walmir Soares e Tereza Duere, que também integram a Comissão. Ao final, todos elogiaram a postura do presidente do Tribunal de Justiça.

O detector está sendo usado nos julgamentos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Bivaldo Ramos Ferreira

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Milo Gonçalves e Celeste Dias
1.195 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Santo-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8-268 - Telex: 3136 - Fax: 424/1822

Tribunal do Júri utiliza detector de metais

O Tribunal do Júri do Recife já está utilizando, desde o mês passado, um detector de metais em seus julgamentos. A medida, segundo o assistente policial militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco, cel. Francklin Bezerra Santos, é de caráter preventivo e será também usada em audiências nas Varas dos Fóruns Paula Batista e Tomás Cirilo.

De acordo com o cel. Francklin, o uso do equipamento evita os constrangimentos provocados na hora de revistar as pessoas, além de trazer maior segurança aos julgamentos. "A prevenção é a nossa filosofia de trabalho. Neste caso, o detector se adapta muito bem", afirmou.

Ele esclareceu que a necessidade de utilização do detector de metais ficará a cargo da Assistência policial militar. "Analisaremos a periculosidade do réu ou da pessoa a ser ouvida ou ainda a importância do caso", completou.

O detector de metais é do tipo "Mineoro — 89SM" e tem como base uma unidade sensora ajustável, que aciona um alarme eletrônico na presença de metais de todos os tipos. O equipamento foi adquirido pela Corregedoria Geral de Justiça, através de uma solicitação da Assistência policial militar do TJ.

SINALIZAÇÃO

A intenção do cel. Francklin é implantar, no próximo ano, um detector de metais semelhante na segurança do próprio Tribunal de Justiça. Essa idéia faz parte de uma série de medidas que estão sendo aplicadas na prevenção de sinistros no Palácio da Justiça.

Nesse sentido, já foi feita toda a sinalização do prédio, para os casos de sinistros de qualquer tipo. Além dos sinais — chamados de "Rota de Fuga", que indicam todas saídas do prédio —, foram também afixadas recomendações ao público externo e aos funcionários sobre como proceder em casos de incêndio, problemas com elevadores etc.

Inclusive, na próxima quarta-feira, às 9h, haverá uma palestra — com a utilização de vídeos — com o major Ricardo Santana sobre Combate e Prevenção de Sinistros, para o efetivo da Assistência policial militar e um representante de cada departamento do Tribunal de Justiça.

Prevenção

Quarta-feira (15) tem palestra no Tribunal do Júri. Às 8h30, o Major Bombeiro Militar, Ricardo Antônio Alves de Santana, fala sobre "Prevenção e Combate a Incêndios". Todo efetivo da Assistência Policial Militar do TJ participa do encontro, junto a servidores de departamentos e dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. O objetivo é dar início à implantação da brigada contra incêndio do Tribunal de Justiça, que entra em funcionamento a partir do próximo ano.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 11 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 229

Diário Oficial

Infância e Adolescência em debate

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, abre segunda-feira (13) o III Encontro de Juízes e o II Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude de Pernambuco.

Assessora Silvana Orlá, da comissão organizadora dos encontros

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barreto

Corregedor-Geral:
Des. Rêgo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Glauco e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cláudia Dias
1.191 - DETAPE

Redação
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3611/8. 288 - Telex: 5136. - Fax: 424/1822

Os eventos se realizam até terça-feira (14), no Hotel do Sol, em Boa Viagem, com o objetivo de atualizar conhecimentos dos magistrados e equipes multi-profissionais que atuam na área do menor, nas Comarcas do Interior e Varas da Capital.

A presença do juiz Marcel Esquivel Hoppe e da técnica Ana Maria Freitas, ambos do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, garantem a troca de experiências entre Pernambuco e aquele estado, nas questões relacionadas à criança e ao adolescente.

Os encontros dão continuidade a iniciativas anteriores do Poder Judiciário pernambucano, mostrando a preocupação da presidência com o aprimoramento da técnica e com a aplicabilidade da lei, no que diz respeito a esse atendimento especializado.

Além de palestras, também estão programados trabalhos em grupo e debates. Ao final, serão conhecidas as conclusões dos encontros. Veja no box, o programa a ser discutido pelos participantes, em cada um dos eventos.

III ENCONTRO DE JUÍZES

Dia 13

8h30 — Abertura — presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier

8h40 — Adoção Internacional — A experiência da Ceja — Luiz Carlos de Barros Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude

9h30 — Debates

10h15 — Intervalo

10h30 — Participação comunitária "O dever da comunidade e da sociedade em geral" — Luiz de La Mora, sociólogo; Olga Câmara, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Antônio Carlos Rios, coordenador do Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

11h15 — Debates

12h — Almoço

14h — As medidas sócio-educativas e sua aplicação — Marcel Esquivel Hoppe, juiz da Infância e da Juventude de Porto Alegre

14h50 — Reunião em grupos

15h50 — Intervalo

16H — Plenária — conclusão dos grupos

17h — Síntese das conclusões

17h30 — Encerramento

II ENCONTRO DE SERVENTUÁRIOS E TÉCNICOS

Dia 14

08h30 — Abertura — presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier

08h40 — O papel das equipes técnicas e de serventuários da Justiça da Infância e da Juventude — Luiz Carlos de Barros Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude

09h30 — Intervalo

09h40 — Trabalho em grupo coordenado por Antônio Guinho, psicólogo da 2ª Vara da Infância e da Juventude

11h20 — Socialização do trabalho em grupo

12h00 — Almoço

EQUIPE DE SERVENTUÁRIOS

14h00 — Processos típicos da Justiça da Infância e da Juventude — Bartolomeu Bueno de Freitas, juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude

14h50 — Trabalho em grupo orientado por Lucyebe Calado da Costa, técnica Judiciária

15h50 — Intervalo

16h — Plenária para conclusão dos grupos

17h — Síntese das conclusões — recomendações de procedimentos

17h30 — Encerramento

EQUIPE DE TÉCNICOS

14h — Medidas sócio-educativas — o papel das equipes técnicas — Marcel Esquivel Hoppe — juiz da Infância e da Juventude de Porto Alegre

14h50 — Liberdade assistida — a experiência de Porto alegre — Ana Maria Freitas, da equipe técnica do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre

15h40 — Intervalo

15h50 — Reunião em grupos

16h40 — Reunião plenária — conclusão dos grupos

17h30 — Encerramento

Carlos Xavier participa de encontro

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier abre hoje, o encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude. O seminário vai se realizar durante todo o dia no Hotel do Sol, 978, em Boa Viagem. Na manhã de ontem ele participou da solenidade de abertura do encontro de Juízes, também no mesmo local. Essas reuniões têm por objetivo discutir e avaliar as ações e projetos desenvolvidos no atendimento à criança carente.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 230

Diário Oficial

Exu realiza Sessão do Júri

A primeira Sessão Ordinária, deste ano, do Tribunal do Júri da Comarca de Exu será iniciada no dia 10 do próximo mês, às 14h. Será instalada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier e presidida pelo juiz da Comarca, Francisco Rodrigues da Silva. Serão realizados 15 julgamentos. O encerramento da Sessão está previsto para o dia 11 de fevereiro.

O prédio do Centro Cultural Exuense foi escolhido para efetivação dos julgamentos. Segundo o presidente do TJ a instalação da Sessão do Júri, naquela Comarca, é resultado do melhor funcionamento do Júri nas cidades do interior. Por ano são realizadas, em cada comarca, quatro sessões podendo em cada uma delas serem julgados tantos processos quantos forem necessários. A seguir a relação dos julgamentos:

Dia 10 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.010/91
Réu: Francisco Ricardo Viana
Advogado: João Leocádio Sobrinho

Dia 12 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.493/92
Réu: Antônio Alves Rodrigues
Advogado: João Leocádio Sobrinho

Dia 14 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.991/91
Réu: Antônio Sales de Freitas vulgo "Toinho Pajeú"
Advogada: Maria Divani Gonçalves Sampaio Costa.

Dia 17 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.538/93
Réu: Jesualdo Cavalcante de Albuquerque e José Belo da Silva
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 19 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.972/91
Réus: Raimundo Peixoto Bacurau e Eufrásio Peixoto de Alencar
Adv: Emídio Macêdo Lemos

Dia 21 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.678/84
Réu: José Gonçalves da Costa
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 24 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 1.615/86
Réu: Joaquim Robério Saraiva Moreira
Adv: José Barbosa de Souza

Dia 26 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.049/92
Réu: Luis Ueliton Alves do Nascimento
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Carlos Xavier prestigia Júri de Exu

Dia 28 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 2.050/92
Réu: José Gonçalves Coêlho
Adv: João Leocádio Sobrinho

Dia 31 de janeiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.369/92
Réu: Welfsio Jan Moreira Saraiva
Adv: Valmir Alves do Nascimento

Dia 02 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.085/89
Réu: José Neris da Silva
Adv: Gerúlio Ribeiro de Alencar

Dia 04 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.065/88
Réu: Antônio Guedes Filho
Adv: Maria Divani Gonçalves Sampaio Costa

Dia 07 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.539/93
Réu: Iranley Ulisses Cavalcanti
Adv: Getúlio Ribeiro de Alencar

Dia 09 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.079/89
Réu: Luiz Lourenço da Silva
Adv: João Leocádio Sobrinho

Dia 11 de fevereiro de 1994, às 14h
Processo nº 3.323/91
Réu: Antônio Lopes Fernando
Adv: João Leocádio Sobrinho.

Juíza de Floresta recebe apoio

A juíza de Floresta, Maria Auri Alexandre, que está há um ano à frente do Judiciário daquela cidade, tem recebido apoio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier e de personalidades e representantes de diversas entidades. Recentemente recebeu manifestação de solidariedade, pelo trabalho que vem executando, do bispo do Município, Dom Cesário Stamula. Na mensagem, o membro da igreja ressalta a atuação da magistrada.

A declaração de apoio, divulgada pela Diocese de Floresta, foi enviada ao chefe da Corte de Justiça. Na carta o bispo destaca que a juíza Maria Auri "tem demonstrado ser uma pessoa equilibrada, imparcial, justa e ponderosa nas suas declarações". Segundo ele essa opinião é de toda a Comarca e o manifesto é uma homenagem ao seu primeiro ano de trabalho em Floresta. Um período marcado por fortes tensões, provocadas por grupos de famílias em desentendimento.

MAIS JUIZ

A cidade poderá receber mais um juiz. Essa decisão só será tomada, pelo presidente do Tribunal de Justiça, após a conclusão do concurso para juiz substituto, que está em andamento. Até que isso ocorra a população vai continuar sendo assistida pela titular Maria Auri Alexandre e pelo juiz Celsilo Guamão, da Capital, que semanalmente vai à Comarca.

O presidente Carlos Xavier comunicou essa decisão aos deputados Vital Novaes e Roldão Joaquim durante encontro no TJ. Os parlamentares estiveram no Palácio da Justiça acompanhados dos integrantes do Movimento pela Paz em Floresta, Olinto Ferraz e João Afonso Ferraz.

Durante as férias de Maria Auri, no próximo mês, o Tribunal deverá manter o juiz Celsilo na função. Para auxiliá-lo será designado o juiz de Belém do São Francisco, Abdon Máximo Neto. Carlos Xavier lembrou que a cidade é alvo de preocupação constante.

Titular da 1ª Vara de Infância e da Juventude, Celsilo Guamão foi indicado pelo desembargador-presidente há cerca de um mês, para auxiliar a juíza de Floresta, tendo em vista o acúmulo de processos (1.300) e a violência existente, resultado da briga entre as famílias Novaes e Ferraz.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Chaves e Christiane Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Cláudio Dias
1.193 - 12/07/93

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/3200 - Telex: 3115. - Fax: 424.6822

Encontro

Terminou ontem o Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude. O Tribunal de Justiça de Pernambuco programou para ontem e segunda-feira discussões sobre a criança e o adolescente. Na segunda, juízes fizeram suas colocações a respeito dos mais variados temas envolvendo a questão. Ontem foi a vez dos técnicos e serventuários que se reuniram no Hotel do Sol.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 231

Diário Oficial

Conciliadores não podem exercer advocacia

O conciliador dos Juizados de Pequenas Causas está incompatibilizado de exercer a advocacia, segundo acórdão assinado pelo presidente da OAB, Jorge Neves. O parecer é decorrente de uma consulta realizada pelo chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

O processo de consulta questiona a existência de algum impedimento no exercício do Direito pelos funcionários dos cargos comissionados nos JEPCs, o que, de acordo com a OAB, o fato do cargo ser em comissão não anula a incompatibilidade.

A OAB constatou que seria injusto que esses funcionários do Poder Judiciário pudessem exercer a advocacia e que esse mesmo direito fosse negado a um funcionário de cargo efetivo quando em ambas situações a lei determina a ocorrência de incompatibilidade.

O acórdão registra, ainda, que o Conselho Seccional, por meio de proposta do conselheiro Luiz Fernando Dubeux, deverá solicitar da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco uma relação que contenha os nomes dos servidores dos Juizados, para que sejam adotadas as providências administrativas que decorrem do exercício de cargo incompatível com a advocacia.

Presidente faz consulta a OAB

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Hélio Ramos Guivão

Assessor de Imprensa
Almiar Paiva

Editoria:
Rosely Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Oliveira e Christiane Abrantes.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Mio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3611/R-268 - Telex: 3156. - Fax 424.1822

Carlos Xavier é paraninfo de turma

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, foi o paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito de Caruaru, "Prof. Dr. Demóstenes Batista Veras", e participou das solenidades de formatura.

Em sua mensagem para os novos advogados, o presidente afirmou: "O objetivo firmado por vocês, jovens bacharelandos, está alcançado com o grau agora conquistado na conclusão de um curso de ciências jurídicas e sociais. A reversão desse objetivo ora conquistado, fruto de sábias lições e orientações filosóficas e jurídicas, somando aos anseios de cada um, deve ser bem aproveitada na vida profissional a ser acolhida no seio comum da sociedade em que vivemos. Como futuros advogados, magistrados, promotores de justiça, procuradores judiciais ou outra qualquer função, na condição de agentes do Poder Público, ou não, no segmento da aplicação do Direito, vocês devem agir sob a reflexão de que nada valerá, a não ser a submissão ao objetivo; nada, a não ser a ambição do bem, seguindo a sábia lição de Lebret no elenco de seus "Princípios para a ação".

NRH faz encerramento de curso

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está encerrando mais um curso de inglês. Duas turmas de servidores do Poder Judiciário estão sendo formadas pelo professor José Guilherme Nascimento. Hoje, às 10h, na Escola Superior da Magistratura, localizada no Fórum Tomás Cirilo (antigo Grande Hotel), haverá um coquetel realizado pelos próprios alunos para os seus convidados.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 232

Diário Oficial

Presidente instala comarcas e recebe títulos

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Carlos Xavier, instala, em janeiro, mais duas Comarcas no Estado: Lagoa do Ouro e Itapissuma. As solenidades fazem parte de uma série de eventos que o chefe do Poder Judiciário participa no próximo mês (ver box).

Xavier: cidadão de Pedra e Venturosa

Com o objetivo da melhoria da prestação jurisdicional em todo o Estado, o desembargador-presidente já fez, juntamente com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência-CBIA e Secretaria da Justiça, neste mês, a entrega de mobiliário para Varas com competência da Infância e Juventude nas cidades de Camaragibe, Surubim e Limoeiro.

No próximo dia 29, o presidente ainda instala a 2ª Vara de Santa Cruz do Capibaribe — Comarca que foi elevada à 2ª Entrância. Em janeiro, o chefe da Corte de Justiça estadual, além de participar de outras solenidades, recebe o Título de Cidadão dos municípios de Pedra e Venturosa.

Compromissos do presidente — jan. 94

Dia 07 — 6ª feira — 11h
Instalação da Comarca de Lagoa do Ouro

Dia 12 — 4ª feira — 16h
Instalação da 2ª Vara da Comarca de Gravatá

Dia 14 — 6ª feira
10h — Entrega de Móveis para Varas com competência da Infância e Juventude da Comarca de Pesqueira
11h — Aposição do retrato do desembargador Augusto Duque na Sala do Júri do Fórum de Pesqueira
14h — Entrega do Título de Cidadão do município de Pedra ao presidente do TJPE (na Câmara de Vereadores)
16h30 — Entrega do Título de Cidadão do município de Venturosa ao presidente do TJPE (na Câmara de Vereadores)

Dia 19 — 4ª feira — 11h
Instalação da vara da Assistência Judiciária de Carpina

Dia 21 — 6ª feira — 11h
Instalação da Comarca de Itapissuma

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Edilo Ramos Gitirana

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Ortemar Medeiros

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cícero Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife/PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424-3511/88-268 - Telex: 3116. - Fax: 424-1022

Concurso

Até agora, estão inscritos 295 candidatos ao concurso para juiz substituto de 1ª Entrância. As inscrições ainda podem ser feitas na Secretaria do Tribunal de Justiça, no período da tarde. Este é o terceiro concurso aberto durante a administração Carlos Xavier.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 233

Diário Oficial

Judiciário

Ações preventivas

Cel. Franklin explica o programa de prevenção

Funcionários do Tribunal de Justiça, interessados em fazer parte da brigada contra incêndio, serão selecionados a partir de janeiro. A escolha será feita pela Assistência Policial Militar do TJ, dirigida pelo coronel Franklin Bezerra dos Santos, obedecendo critérios de senso de responsabilidade, iniciativa, grau de interesse e idade.

A idéia é que a brigada seja constituída por servidores de todos os departamentos e andares do Palácio da Justiça e dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, prontos a atuarem nos casos de urgência. Quem estiver interessado já pode entrar em contato com a Assistência Militar e fornecer dados como nome completo e local de trabalho.

Os selecionados serão submetidos a curso intensivo no Centro de Treinamento do Corpo de Bombeiros, com aulas teóricas e práticas, incluindo o manuseio de equipamentos contra incêndio, de uso apropriado ao Tribunal de Justiça. A duração do curso é de aproximadamente dois meses, segundo informação do major Ricardo Antônio Alves de Santana, daquela corporação.

A formação da brigada contra incêndio vem sendo planejada há algum tempo e faz parte do plano de prevenção contra sinistros no Tribunal de Justiça. Inicialmente, a Assistência Policial Militar afixou cartazes nos elevadores e departamentos contendo informações sobre segurança. Foram também colocadas placas de sinalização indicando todas as saídas do prédio.

PALESTRA

Esta semana, foi realizada palestra sobre prevenção e combate a incêndios, destinada a servidores lotados no Palácio e Juizado da Região Metropolitana. Esteve presente também todo efetivo da Assistência Policial Militar do TJ, que dará apoio à brigada.

De acordo com o major Ricardo de Santana, convidado para falar sobre o assunto, prevenir é a melhor arma, principalmente quando o prédio é antigo. E mesmo quando se dispõe de equipamentos necessários e condições ideais de segurança, ainda assim, disse ele, a prevenção é o método mais eficaz contra incêndios.

Para prevenir é preciso conhecer os pontos de risco e tomar cuidados básicos com pontas de cigarro, tomadas elétricas e material de trabalho, principalmente papel e madeira. Em caso de incêndio, serão imprescindíveis o evacuamento do prédio, o desligamento da energia, o rápido e correto manuseio do extintor e o controle do pânico.

O prédio do Tribunal de Justiça é do ano de 1930, época em que ainda não havia prevenção estrutural nem de equipamentos, elevando o grau de risco. Nesse caso, é preciso contar, principalmente, com a prevenção educativa, conscientizando para a necessidade de assegurar a própria sobrevivência e a dos companheiros de trabalho.

CAUSAS

De acordo com o major Ricardo de Santana, a sobrecarga e improvisação nas instalações elétricas são as maiores causas de incêndio. Mas o vazamento de gases, faguilhas de origens diversas, fósforos acesos e pontas de cigarro, como balões de festas juninas, fogos de artifício e falta de atenção com produtos eletrodomésticos, também figuram nas estatísticas.

Outras causas apontadas pelo instrutor do Corpo de Bombeiros foram as avarias nos aparelhos de ar-condicionado, velas acesas, panos embebidos em óleo ou graxa, substâncias voláteis destampadas, fumar em locais proibidos e inadequados e falta de ventilação em depósitos fechados. O major lembrou o grande perigo que existe nas brincadeiras infantis com fogo e álcool.

A iniciativa do Tribunal de Justiça de criar uma brigada contra incêndio, com objetivo de prevenir acidentes, foi elogiada pelo major Ricardo de Santana. Segundo ele, não é comum que isso ocorra nas repartições públicas, embora seja visto com freqüência nas empresas privadas, onde o lucro está intimamente ligado à conservação, prevenção e manutenção.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes
Diretor Substituto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barbosa

Corregedor-Geral:
Des. Ênio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldenor Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Otacílio e Clarissa Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Gilmar Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3611/3288 - Telex: 3116... - Fax: 424.1822

Mobiliário

As Comarcas de Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão foram beneficiadas com o fornecimento de móveis, destinados às Varas de competência da Infância e da Juventude. Os equipamentos foram entregues através de convênio entre o Tribunal de Justiça, Centro Brasileiro para Infância e Adolescência e Secretaria de Justiça. O presidente do TJ, desembargador Carlos Xavier participou do evento.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, SÁBADO, 18 DE NOVEMBRO DE 1993 Nº 234

Diário Oficial

Presidente do TRF visita Tribunal

O presidente do Tribunal Regional Federal - 5ª Região, José de Castro Meira, esteve no Tribunal de Justiça no início da semana. Ele foi recebido, no Salão Nobre do Palácio, pelo chefe da Corte de Justiça, Carlos Xavier e pelos desembargadores Francisco de Sá Sampaio (vice-presidente), Luis Belém de Alencar e Benildes Ribeiro.

Na ocasião o dirigente do TRF entregou convite para inauguração da nova sede do tribunal. A obra em fase de conclusão, foi construída na avenida Martin Luther King, Cais do Apolo. Na solenidade de entrega do novo prédio, que vai concentrar toda a atividade do Tribunal da 5ª Região, estará presente o ministro Sidney Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal.

A construção do edifício do TRF foi iniciada há três anos. Foram investidos US$ 13,4 mil. Segundo Castro Meira em termos de metro quadrado, a obra pode ser considerada uma das mais baratas do País. "Toda a região está aguardando ansiosa a entrega do novo prédio. A inauguração está prevista para o dia 4 de fevereiro do próximo ano," afirmou o presidente do órgão.

Castro Meira, do TRF (centro) foi recebido pela Corte Judiciária estadual

Prefeito quer juizado da Infância em Limoeiro

A criação e instalação de Juizados Regionais da Infância e Adolescência tem sido uma reivindicação das cidades do interior. Na semana passada essa solicitação foi feita ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, pelo prefeito de Limoeiro, José Artur Teobaldo Cavalcanti. Em documento, entregue ao presidente, o chefe do executivo daquela cidade cita o projeto de lei, de autoria da presidência e enviado à Assembléia Legislativa, que trata da criação de juizados regionais.

O prefeito justifica seu pedido como sendo um pleito de toda a comunidade e ressalta que Limoeiro tem se destacado como pólo de desenvolvimento daquela região. "A prefeitura está se esforçando no sentido de, ao lado do Judiciário, concretizar a municipalização dos projetos e programas destinados à política social para as crianças e adolescentes", afirmou. José Artur solicita, ainda, a instalação de um Juizado de Pequenas Causas.

O presidente Carlos Xavier afirmou que tem interesse em atender à solicitação dos moradores de Limoeiro e região, entretanto está aguardando o resultado da análise do projeto, que já se encontra na Assembléia. A proposta de autoria da presidência e que se encontra na Comissão de Justiça prevê a criação de regiões para os juizados da Infância. Cada uma delas irá dispor de equipes especializadas tratando apenas de adoções formadas por juízes, promotores, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.

Caso o projeto seja aprovado, o Estado de Pernambuco, que ocupa o terceiro lugar no País em casamento de crianças, segundo dados estatísticos, passará a contar com três juizados regionais. O primeiro deles deverá exercer jurisdição nas feiras das Comarcas de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá. O 2º vai atender as cidades de Moreno, Camaragibe e São Lourenço da Mata.

O 3º juizado regional deverá ter jurisdição nas Comarcas de Jaboatão dos Guararapes e Cabo. A criação dos juizados especializados, vai possibilitar melhor capacitação do pessoal para o trabalho com a criança e adolescente, especificamente no que se refere às adoções. Com a aprovação da proposta de regionalização, será montado um cadastro de adoções. Isso só vai contribuir para agilizar o processo de adoção e evitar irregularidades, acreditam os técnicos da área.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Délio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pires

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Marconi Oliveira Christiano Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1.192 - DIRTIPE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-010 - Fone: 421-7611/8268 - Telex 3118 - Fax: 424-1022

Secretário visita Tribunal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier recebe hoje (21) a visita do secretário de Segurança Pública, Augusto Costa. Desde que assumiu a SSP o dirigente tem mantido estreito relacionamento com o Judiciário tendo realizado diversas ações conjuntas. Entre as quais destaca-se a instalação do posto de identificação no prédio do Tribunal para atendimento aos juízes, servidores e familiares.

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 235

Diário Oficial

Encontro define Programa de atendimento ao menor

A implantação de um Programa de Liberdade Assistida para atendimento de crianças e adolescentes infratores. Essa foi uma das principais decisões tomadas durante o III Encontro de Juízes e o II Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Adolescência do Estado. Realizado no início da semana, o seminário reuniu mais de 70 profissionais da área, no Hotel do Sol, em Boa Viagem, durante dois dias.

O presidente do Tribunal, Carlos Xavier (centro) abriu o encontro

De acordo com o juiz da 2ª Vara da Infância, um dos coordenadores do ciclo de palestras e debates, Luiz Carlos Figueiredo o Programa consiste na adoção de medidas sócio-educativas destinadas a reabilitar os menores infratores. Esse tipo de ação vem sendo realizado com sucesso na cidade de Porto Alegre destacou ele. "O programa de Liberdade Assistida será coordenado pelo Poder Judiciário e as atividades e ações passarão a ser executadas de forma descentralizada, através de recursos da comunidade".

Para o desenvolvimento desse projeto o Judiciário deverá contar com o apoio da Fundação de Apoio à Criança — Fundac, SOS- Criança, associações de moradores e prefeituras municipais. "A idéia é realizar um trabalho conjunto. Da forma como a assistência é prestada ao menor, atualmente, o Poder Público trabalha sozinho ou em alguns casos deixa a cargo de outras entidades, isso é que tem de ser mudado, com esse Programa iremos realizar ações integradas", ressaltou o titular da 2ª Vara da Infância e da Adolescência.

Os participantes do encontro de juízes e de serventuários irão fazer também, estudos para criação de Varas com divisão de competência. Na prática significa a existência de Varas especializadas, como por exemplo em execuções de medidas educativas. Na ocasião foi definido apoio ao projeto de criação dos juizados regionalizados, que já se encontra na Assembléia Legislativa, e que segundo Luiz Carlos é uma alternativa viável tanto do ponto de vista técnico como em relação a realidade vivida no Estado, no que diz respeito à questão do menor.

Entre as conclusões fechadas no seminário ficou definido o encaminhamento de pedido à Polícia Civil abolindo a prática dos inquéritos especiais envolvendo menores infratores. O que deve-se fazer o registro através de boletim de ocorrência conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também será feita solicitação à Fundac para que a entidade melhore as condições de segurança externa nos casos de internação. Essa medida vai melhorar a vigilância e evitar fugas.

Os juízes, técnicos e serventuários que atuam na Varas da Infância e da Juventude, em Pernambuco decidiram apoiar as atividades da Comissão Judiciária de Adoção — Ceja como forma de controlar as adoções internacionais. Na avaliação dos participantes o encontro foi produtivo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento organizacional. "Além de palestras e debates foram executados trabalhos em grupo com o objetivo de mostrar que mesmo com poucos recursos materiais é possível fazer muito quando há vontade política", disse Luis Carlos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Inácio Ramos Coelho

Assessor de Imprensa:
Aldenor Pilva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gustavo Chaves e Alcântara.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias 1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 2º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 421.3811/81-388 - Telex: 3116. - Fax: 424/1822

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 236

Diário Oficial

Recesso

O Tribunal de Justiça estará funcionando até amanhã. A partir do dia 24, entra em recesso, voltando aos seus trabalhos normais em 3 de janeiro. Durante o período de recesso, haverá plantão nos Juizados de Pequenas Causas, nos três turnos, e na Secretaria do TJPE, das 13 às 18 horas, nos dias 29 e 30. Já o Setor de Autuação e Distribuição vai estar funcionando nos dias 27, 28, 29 e 30, também das 13 às 18 horas.

Movimento da 2ª Entrância é publicado

Publicação de estatística revela movimentação de 139.630 processos

O crescimento da quantidade de processos em andamento nas três Entrâncias tem sido constatado por meio da publicação do movimento forense das Comarcas e Varas do Estado. A última estatística, referente aos 124 Juízos da 2ª Entrância durante o terceiro trimestre do ano, registrou que foram movimentados 139.630 feitos no período.

Os números mostram também que, dos feitos em andamento, foram julgados 7.664 e arquivados 95 inquéritos policiais, sendo remetidos para o quarto trimestre 131.871 processos. Ainda consta que, naquele período, foram iniciados 14.332 feitos, onde estão incluídas 2.898 cartas precatórias.

Entre os processos julgados, 6.305 foram cíveis e 1.369, criminais, dos quais, 595 decretam prescrição, o que corresponde a 43,55% dos julgamentos criminais realizados. A Comarca de São Caetano teve a maior quantidade de prescrições decretadas: 139 dos seus 317 julgamentos.

Segundo os números publicados, os magistrados que mais julgaram no terceiro trimestre, na 2ª Entrância, foram os seguintes:

1º — José Barroso Filho (exercício cumulativo em São Caetano) — 242 processos;

2º — Djalma Nogueira Júnior (Assistência Judiciária de Jaboatão) — 236;

3º — Francisco Gueiros Filho (Assistência Judiciária de Garanhuns) — 210;

4º — Frederico Guilherme R. Lima (2ª Vara de Limoeiro) — 168;

5º — Maria Aparecida Dias Costa (2ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda) — 166;

6º — Antônio Francisco Cintra (1ª Vara Criminal de Olinda) — 162;

7º — Paulo Roberto Alves da Silva (2ª Vara de Vitória de Santo Antão) — 158;

8º — Maria Aparecida Dias Costa (1ª Vara da Assistência Judiciária de Olinda) — 142;

9º — José Barroso Filho (exercício cumulativo da 1ª Vara de Belo Jardim) — 130;

10º — Laete Jatobá Neto (exercício cumulativo da 1ª Vara de Limoeiro) — 123.

Os magistrados José Barroso Filho e Maria Aparecida Dias Costa, apesar de estarem em exercício cumulativo devido à grande quantidade de cargos vagos de juiz de Direito no Estado, colocaram dois dos seus Juízos entre os de maior produção.

Por outro lado, foram realizadas 6.688 audiências, 3.652 cíveis e 3.036 criminais, o que corresponde a 53,93% por Juízo da 2ª Entrância. Os seis magistrados que fizeram mais audiências instrutivas de processos foram:

1º — Antônio Francisco Cintra (1ª Vara Criminal de Olinda) — 220 audiências;

2º — Djalma Nogueira Júnior (Assistência Judiciária de Jaboatão) — 198;

3º — Francisco Gueiros Filho (Assistência Judiciária de Garanhuns) — 145;

4º — Ailton Soares Pereira Lima (Comarca de Catende) — 129;

5º — Andreya Cristiane Gomes Costa (Vara Criminal de Vitória de Santo Antão) — 120;

6º — Eduardo Guilliord Maranhão (exercício cumulativo de Paudalho) — 120.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Primitivo de Sá Marques

Corregedor-Geral:
Des. Bérilo Ramos Galvão

Assessor de Imprensa
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gláucio e Christiane Abdalem.

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Nilo Gonçalves e Cássio Dias
1.192 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 421-3811/88-268 - Telex: 3116. - Fax: 424-1022

Recesso: Página do judiciário só em janeiro

A Assessoria de Imprensa informa que devido aos feriados forenses do Natal, a primeira página do Diário Oficial do Poder Judiciário deixa de ser editada a partir de amanhã, 24, só voltando a circular com matérias jornalísticas no próximo dia 04. Em janeiro, a página também sofre alterações em sua edição, passando a circular somente em dois dias da semana. As reportagens diárias voltam em fevereiro.

ESTADO DE PERNAMBUCO

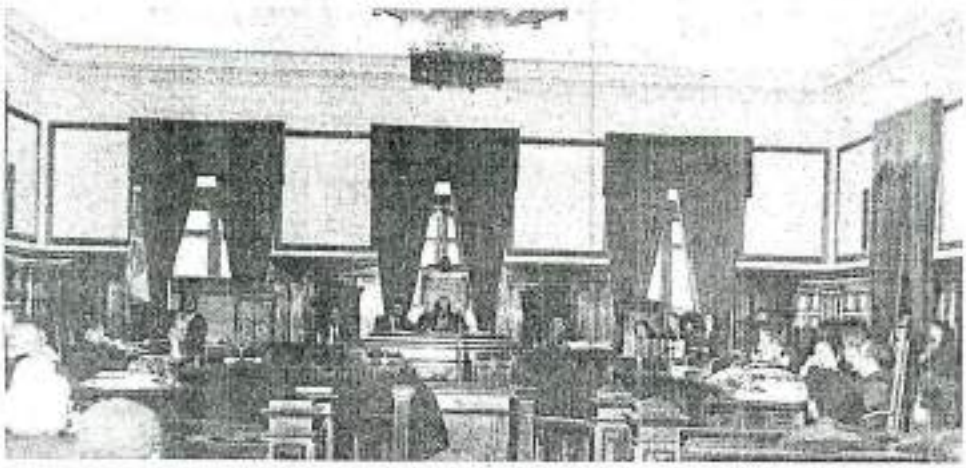
PODER JUDICIÁRIO

ANO XXX

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1993 Nº 237

Diário Oficial

Corte especial escolhe nova mesa diretora



Corte elege presidente, vice e corregedor para o biênio 94/95

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco se reúne hoje, às 9h, em sessão extraordinária, para eleger a nova Mesa Diretora - presidente, vice-presidente e corregedor-geral - para o biênio 94/95. Os magistrados também escolhem os novos membros do Conselho da Magistratura e as Comissões de Jurisprudência, Organização Judiciária e Regimento Interno.

A Corte Especial - responsável pela escolha - é constituída pelos 15 desembargadores de maior antiguidade no cargo. A nova Mesa Diretora toma posse em fevereiro de 1994, para um mandato de dois anos à frente do Poder Judiciário estadual. A eleição acontece na Sala das Sessões do Palácio da Justiça.

Servidores do Judiciário utilizam Pró-Lazer

Mais de 350 servidores do Poder Judiciário já estão cadastrados no Programa Estadual de Lazer, utilizando todas as suas vantagens. Para a chamada alta estação, o Pró-Lazer já está oferecendo aos funcionários e seus dependentes uma série de opções em todo o Estado de Pernambuco.

Começando pelo Recife, passando pelas praias do litoral e chegando ao Interior, o programa mantém convênios com mais de 40 hotéis. Nelas, os descontos concedidos aos servidores inscritos no Pró-Lazer variam de 10 a 50%.

Em todo o Estado, o leque de opções dadas ao funcionário público comporta todos os gostos e possibilidades dos interessados, do cinco estrelas à pousada. Além disso, existem promoções especiais com cerca de 15 agências de turismo, que oferecem pequenas viagens e "picnics".

No próximo domingo, 26, por exemplo, o servidor tem a opção de passar um dia na bela praia de São José da Coroa Grande. Passeios semelhantes a este estão sendo realizados todos os fins de semana. A saída é sempre às 7h, da Praça do Derby, e o retorno acontece às 17h.

Algumas das melhores praias de Pernambuco estão contempladas no programa: Boa Viagem, Olinda, Itamaracá, Porto de Galinhas, Maria Farinha, Tamandaré e São José da Coroa Grande. No Interior, o Pró-Lazer também não deixou por menos: Gravatá, Caruaru, Garanhuns e Petrolina são algumas das opções para o servidor.

A programação cultural também é extensa, com descontos em peças teatrais e shows musicais. Para receber maiores informações sobre o programa, o serventuário da Justiça deve procurar o agente Pró-Lazer no Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça (3º andar do Palácio da Justiça).

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Soletinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Barreto

Corregedor-Geral:
Des. Sílvio Romero Guerra

Assessor de Imprensa:
Aldemar Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores: Lúcia Carvalho, Manoel Gusmão e Christiane Alcântara.

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Mário Gonçalves e Celsone Dias
L.1592 - DRT/PE

Redação:
Pça. da República s/nº - 5º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: 424.3811/8568 - Telex: 3116. - Fax: 424/1122